

E C O N O M I A E L I B E R D A D E

A Escola Austríaca e a Economia Brasileira

UBIRATAN JORGE IORIO

UBIRATAN JORGE IORIO DE SOUZA

Doutor em Economia (FGV), Professor do IBMEC e da UERJ.

ECONOMIA E LIBERDADE

A Escola Austríaca e a Economia Brasileira

*"Tu - se és apóstolo - não hás de morrer.
Mudarás de casa, e é só." (Josemaría Escrivá)*

*A Sylvio e Leonor, meus pais queridos,
com amor, gratidão e imensa saudade.*

PREFÁCIO (ROBERTO CAMPOS)

Com o reaparecimento de **Economia e Liberdade**, em segunda edição atualizada e ampliada, os leitores do Prof. Ubiratan Iorio retomam contato com importantes ensinamentos da Escola Austríaca de Economia. É cuidadosa a síntese que faz de um pensamento econômico hoje florescente no mundo, ressaltando, com erudição, aquilo que Hayek denominou de "fundamentos da liberdade". Distingue a obra a bem-sucedida aplicação aos problemas brasileiros do subjetivismo metodológico que caracteriza os economistas dessa corrente, cujas teses encontram a sucessiva adesão de figuras de renome no Hemisfério Norte e em países em desenvolvimento, que hoje namoram com a economia de mercado.

A literatura econômica nacional ganha espaço com a reedição desse livro, que há de contribuir para iluminar zonas ainda obscuras, onde muitos intelectuais patricios parecem imersos nas trevas do dirigismo, do patrimonialismo, do corporativismo e do nacionalismo cartorial. Os "ismos" que povoam o seu ideário respondem, em parte, pela afirmativa de que o Brasil é o "país do futuro", sem que jamais se alcance o paraíso almejado, como argüi Iorio.

A leitura de **Economia e Liberdade** põe em evidência o liberalismo como o "ismo" de que o Brasil precisa para romper as cadeias do atraso sócio-econômico. O Autor demonstra-o com o emprego da lógica irreprensível que é própria da metodologia austríaca, desde o fundador dessa escola, Carl Menger, passando pela teoria do capital e dos juros de Böhm-Bawerk e pela praxeologia de Ludwig von Mises, até atingir os conceitos geniais de Friedrich von Hayek. A atualidade que impregna a obra do Prof. Ubiratan Iorio teria que abranger "austríacos" atuantes como Israel Kirzner, Roger Garrison, Gerald O'Driscoll Jr. e Mario Rizzo, entre muitos outros.

O livro que tenho a satisfação de prefaciар reconhece que o verdadeiro **insumo** do progresso resume-se na palavra **liberdade**: liberdade de criar, de gastar, de poupar, liberdade de crescer, enfim, sob um clima de respeito aos direitos dos cidadãos. O progresso não depende de recursos naturais, que são apenas fósseis geológicos, nem de "soluções" distributivistas, que não passam de cópias mal feitas das práticas de Robin Hood, e muito menos de políticas industriais, que operam como intromissões do Estado e servem apenas para desorganizar e descoordenar as ordens espontâneas dos mercados.

Conforta verificar que as idéias de Hayek, laureado com o Nobel de Economia em 1974, encontram em economistas brasileiros divulgadores bem articulados com o pensamento da Escola Austríaca. Por influência de economistas cultos, tenazes e competentes, como o Prof. Iorio, as Universidades começam a incluir em seus currículos disciplinas "austríacas". Traz-me animadora esperança o fato de que o apostolado liberal deixou de me apontar como um pregador solitário.

Não há dúvida de que a leitura de **Economia e Liberdade** ajudará na derrubada de mitos criados pelos estatólatras tupiniquins para mais facilmente defenderem seus privilégios, em detrimento da expansão do sistema econômico nacional. O livro de Iorio ocupa lugar de vanguarda no esforço pelo arejamento das mentes das atuais e futuras gerações de economistas brasileiros. Por essa via haveremos de trazer o "futuro" para o presente, para que a maioria dos brasileiros possa finalmente, depois de quinhentos anos de espera, usufruí-lo.

Rio de Janeiro, maio de 1997

ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS

COMENTÁRIOS À 2^a. EDIÇÃO

Surpreendeu-nos favoravelmente a acolhida que a primeira edição de **Economia e Liberdade** teve junto ao público. De fato, conforme apontávamos no prefácio àquela edição, uma das características de nossos tempos, já detectada por Einstein, é que parece ser mais difícil quebrar um preconceito do que um átomo e, como nossa sociedade ainda permanece infestada por uma cultura extremamente benévola em relação ao Estado e bastante desconfiada no que se refere às atividades privadas, fruto de meio milênio de tradição patrimonialista, paternalista e intervencionista e como, de outro lado, a mensagem principal deste livro choca-se com todas essas idéias entranhadas no *ethos* nacional, desconfiávamos, realisticamente, de seu sucesso, tanto nos meios acadêmicos quanto, de um modo geral, nos círculos extra-universitários.

Por isso, é com um misto de satisfação e esperança que preparamos sua segunda edição, revista e ampliada, agora sob os auspícios de uma grande editora, a Forense Universitária. Satisfação, porque uma reedição sempre é motivo de alegria para o autor e esperança porque acreditamos firmemente que nossa sociedade carece enormemente de uma compreensão mais correta do fato de que a liberdade econômica é um dos elementos essenciais da liberdade plena do ser humano, ao lado da liberdade política e da liberdade de consciência. E, mais que isso, que o Brasil somente vai conseguir realizar de fato sua vocação de sociedade próspera e feliz quando os brasileiros entenderem essa verdade.

O livro continua dividido em três partes, além de uma Introdução e um Epílogo. A Introdução e o Epílogo foram reescritos, para que sua atualidade fosse mantida. Na primeira parte, tratamos das questões da liberdade, da lei e da ordem, procurando mostrar que combinação desses três temas é melhor, no sentido de gerar um ambiente institucional favorável ao crescimento dos indivíduos e, portanto, da sociedade.

Na segunda parte, apresentamos um curso completo de Economia da Escola Austríaca - que a atual obsessão por adjetivos que caracteriza, por exemplo, os cadernos ditos "culturais" de nossos grandes jornais - denominaria de Escola "Neo-Austríaca". Trata-se do primeiro curso completo sobre a teoria econômica "austríaca" em língua portuguesa, ao qual, em relação à edição original, acrescentamos dois capítulos, um sobre Ação Humana, Incerteza

e Tempo Real (capítulo 1) e outro sobre os Triângulos de Hayek e a Estrutura Agregada de Produção (capítulo 11). Os dois novos capítulos são, na realidade, extensões dos antigos apêndices aos capítulos 3 e 9 da 1ª. edição. O novo capítulo 4, por sua vez, ganhou um apêndice em que procuramos apresentar graficamente, embora conscientes das limitações que os economistas "austriacos" apontam tal procedimento, o processo de mercado como algo dinâmico, caracterizado por uma permanente descoberta, por erros e tentativas.

Na terceira parte, discutimos, em cinco ensaios, à luz da teoria exposta nos capítulos anteriores, as importantíssimas questões do crescimento, da distribuição da riqueza, dos regimes fiscais deficitários, da institucionalização de uma moeda forte e da redução da pobreza e erradicação da miséria. São os capítulos 12, 13, 14, 15 e 16, que foram escritos para a 1ª. edição e mantidos por sua indiscutível atualidade.

Uma das características de nosso trabalho é que ele procura não se limitar aos elementos puramente econômicos, estendendo-se aos aspectos políticos e morais de todas as questões tratadas, porque a economia não pode ser vista como um conjunto de conhecimentos isolados - ela se relaciona intimamente com outros campos do conhecimento humano. A economia do mundo real é, por assim dizer, uma economia política e uma economia moral; os três elos são inseparáveis.

O material contido no livro vem sendo utilizado com bastante sucesso na disciplina *Incerteza, Desequilíbrio e Processo de Mercado*, na Faculdade de Ciências Econômicas do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC), bem como em disciplinas eletivas que temos ministrado na Faculdade de Ciências Econômicas da UERJ. Pela primeira vez em nosso país, os estudantes de economia têm tido acesso a conhecimentos muito importantes para a sua formação, já não diremos apenas de economistas, mas de cientistas sociais e, mesmo, de cidadãos, e que lhes eram furtados pelo inadmissível atraso de nossas estruturas curriculares de graduação. Esperamos, com isso, pouco a pouco mas com a segurança que somente a lógica que estrutura as idéias corretas transmite, mudar a visão de mundo de nossos jovens economistas, com vistas a melhorar o futuro de nossa sociedade.

Desejo reiterar meus agradecimentos a todos os que incentivaram a publicação de **Economia e Liberdade**, tanto a edição anterior quanto esta. Colaboraram para tal Elian Alabi Lucci, que me instigou a escrever as primeiras versões do livro, Donald Stewart Jr. e Og Leme (do Instituto Liberal do Rio de Janeiro), Luiz Alberto Machado (do Instituto Liberal de São Paulo), José Maria Rodriguez Ramos (FAAP), Benedito de Souza Ribeiro (UERJ), Francisco Amadeu Pires Félix (Banco Central) e Paulo Sérgio Alves da Cruz (Universidade Santa Úrsula), que leram pacientemente os originais e contribuíram

com diversas críticas e sugestões para seu aperfeiçoamento. Agradeço, ainda, a meus alunos e ex-alunos do IBMEC e da UERJ, especialmente Rezso Divenyi e Andréia de Oliveira Coelho. A segunda edição pela Forense devo-a, de um lado, a Luiz Alberto Machado, que cedeu todos os direitos autorais (demonstrando ser um verdadeiro defensor da causa e das idéias liberais) e a Cristiano Beraldo, da Forense, que se interessou pela reedição. Finalmente, meus agradecimentos a Selma Barbato, sempre eficiente e solícita, pela presteza com que digitou alguns originais e, sobretudo, nesta nova edição, pela enorme paciência com que me iniciou em um mundo até então inteiramente novo, desconhecido e atemorizante para mim, o mundo do Microsoft Word... As imperfeições remanescentes, evidentemente, devem ser debitadas em minha conta.

O AUTOR

Rio de Janeiro, Maio de 1997

PREFÁCIO À 1ª. EDIÇÃO

Este livro é dirigido ao público brasileiro e tem o objetivo de quebrar uma série de preconceitos que, infelizmente, ainda existem em nosso país. Trata-se de uma tarefa difícil, primeiro, porque, como observou Albert Eistein, uma das características de nossa época é que é mais difícil quebrar um preconceito do que um átomo; segundo, pelo meio milênio de cultura patrimonialista, paternalista e intervencionista que marca nossa história; e terceiro, porque ainda não conseguimos nos libertar da fumaça ideológica que tanto poluiu o século XX, até os anos oitenta.

A mensagem principal da obra é procurar mostrar que a liberdade econômica é um elemento essencial da liberdade plena do ser humano, ao lado da liberdade política e da liberdade de consciência. Economia, política e moral são os três ingredientes que, quando devidamente combinados, libertam o homem e geram o seu progresso, mas que, quando utilizados de maneira desbalanceada ou equivocada, terminam por escravizá-lo e submetê-lo à pobreza, tanto material quanto espiritual.

Economia e Liberdade está dividido em três partes, além de uma Introdução e um Epílogo.

Na Introdução, procura-se chamar a atenção para o fato de que o Brasil vive hoje uma autêntica hora da verdade, no sentido de que estamos colocados diante de uma escolha inadiável entre o crescimento econômico com melhor distribuição da riqueza e eliminação da miséria e a perpetuação, com o inevitável agravamento - de conseqüências imprevisíveis, mas certamente nefastas - de nosso deplorável quadro institucional atual.

Na Primeira Parte, estabelece-se, de modo abreviado, com base principalmente nas contribuições de Mises e de Hayek, a definição de uma ordem liberal, caracterizada pelos princípios que Karl Popper denominou de racionalismo crítico, contrapondo-a à ordem oposta do racionalismo construtivista. Trata-se, em resumo, da dicotomia estabelecida por Hayek, sob inspiração do classicismo grego, entre Cosmos e Nomos, de um lado, e Taxis e Thesis, de outro. Enfatiza-se, além disso, aquilo que o Prof. Alberto Oliva denominou de "primazia da negatividade no pensamento liberal", que deu origem, segundo a nomenclatura de Sir Isaiah Berlin, à aceitação liberal do conceito de liberdade negativa e à rejeição da concepção de liberdade positiva.

A Segunda Parte é um curso introdutório completo de Economia da Escola Austríaca. Pelo que sabemos, trata-se do primeiro em língua portuguesa, pois, a despeito de haver diversas

traduções, algumas até excelentes, de autores dessa escola, ainda não se editou em nosso país qualquer trabalho com a abrangência de um curso completo, que estabelece seus princípios básicos a partir de seus autores mais importantes. Esta parte é o núcleo central da obra, por dois motivos: primeiro, por seu caráter, como se frisou, pioneiro e segundo, porque serve de ponto de referência para o restante do livro.

Na Terceira Parte, discute-se, em cinco ensaios, à luz da teoria exposta nos capítulos anteriores, as importantes questões do crescimento, da distribuição, dos regimes fiscais deficitários, da institucionalização de uma moeda forte e da redução da pobreza e erradicação da miséria. A análise não se detém nos elementos econômicos; ela se estende aos aspectos políticos e morais dessas questões.

Uma das falácias mais características de nosso subdesenvolvimento cultural tem sido a afirmação, largamente difundida, de que teorias "copiadas" do exterior, em especial das economias desenvolvidas, não se aplicariam ao denominado "Terceiro Mundo", o qual deveria basear-se em uma teoria "própria". Esta falácia, além de gerar um fenômeno semelhante ao da procura por um quadrado circular - isto é, à busca de algo que simplesmente não existe - esquece-se de que uma teoria econômica correta, ou seja, que seja revestida do caráter de ciência, deve basear-se na ação dos indivíduos em um ambiente caracterizado pela passagem do tempo e pela incerteza. Esses indivíduos tanto podem ser índios ianomânis, profissionais liberais em Zurique, chineses passeando em suas bicicletas (em busca de produtos melhores e mais baratos), africanos em plena selva, cariocas pegando ondas na praia ou habitantes de Chicago. Os homens são iguais naquilo que pauta suas decisões econômicas: todos buscam sua satisfação, embora, exatamente por seu caráter de seres humanos, os indivíduos sejam movidos por propósitos próprios, que os levam a valorações diferentes das formuladas pelos demais. Uma boa teoria econômica, portanto, deve ser válida em qualquer lugar do planeta. E a teoria da Escola Austríaca de Economia é, sem dúvida, por razões muito fortes - que a Segunda Parte do livro esclarecerá - aquela que melhor se assenta sobre as características da ação humana. Melhor do que qualquer outra, ela explica a chamada "crise brasileira" e contém os princípios que podem contribuir para sua solução.

O terceiro bloco procura, ainda, estabelecer as causas do atraso de nosso país e mapear as reformas institucionais necessárias para transformar paulatinamente o Brasil em uma sociedade de homens livres e verdadeiramente progressista.

Finalmente, no Epílogo, exorta-se o leitor a participar, sob condições de permanente crítica racional, daquelas reformas, ao invés de ficar esperando que algum governante iluminado as realize.

É interessante que o leitor não deixe de ter em mente, ao longo de todo o livro, que os autênticos liberais, estando, por definição, comprometidos com a liberdade, enquanto atributo natural de todo ser humano, entendem que ela deve ser responsável. Assim, os liberais, diferentemente dos anarquistas, aceitam a existência e a necessidade de um ente - o Estado - que, legitimado pelos cidadãos e a serviço destes, harmonize a vida em sociedade, exercendo seu poder coercitivo, mas sempre de modo a garantir os direitos fundamentais dos indivíduos à vida, à liberdade e à propriedade.

Além disso, a própria definição de liberdade, segundo a concepção liberal, exige que aqueles que se dizem liberais não podem considerar-se os únicos donos da verdade, mesmo porque, no campo da gnosiologia humana e, em particular, no das chamadas ciências sociais, a verdade costuma pregar peças aos que julgam havê-la capturado...

Desejo expressar meus agradecimentos a todos os que incentivaram este trabalho. O Prof. Elian Alabi Lucci, que me instigou a escrevê-lo, é o pai do livro; Donald Stewart Jr. e Og Leme (Instituto Liberal do Rio de Janeiro), José Maria Rodriguez Ramos (FAAP), Benedito de Souza Ribeiro (UERJ) e Francisco Amadeu Pires Félix (Banco Central) leram os originais e contribuíram, com diversas críticas e sugestões, para seu aperfeiçoamento; meus alunos e ex-alunos do IBMEC e da UERJ, especialmente Rezso Divenyi, também tornaram-se credores intelectuais, pelos questionamentos e apoio; e Luiz Alberto Machado (Instituto Liberal de São Paulo) e Elizabeth Guedes (IBMEC - São Paulo) ofereceram o indispensável apoio institucional. Agradeço, ainda, a Djalma Oliveira Castro Filho, a Vania Ruffino da Silva e a Selma Barbato, pela paciente e eficiente contribuição na digitação dos originais. Evidentemente, as imperfeições remanescentes correm por minha conta.

Rio de Janeiro, Outubro de 1994

O AUTOR

SUMÁRIO

PREFÁCIO (ROBERTO CAMPOS)	
COMENTÁRIOS À 2ª. EDIÇÃO	
Prefácio À 1ª. EDIÇÃO	
INTRODUÇÃO : O País do Futuro ?	

PRIMEIRA PARTE: LIBERDADE, LEI E ORDEM

Cap. 1 - Racionalismo Crítico vs. Arrogância Utópica

As Bases Filosóficas do Liberalismo.....	
A Questão do Conhecimento.....	
Liberdade Positiva e Liberdade Negativa	

Cap. 2 - Ordem Espontânea vs. Construtivismo Racionalista

Os Dois Casos Polares de Organização Social, Política e Econômica	
"Tertium non Datur" (ou a Contraditoriedade dos Muros)	
O Estado: Servo ou Senhor	

SEGUNDA PARTE: A ESCOLA AUSTRIACA DE ECONOMIA

Cap. 3 - Ação Humana, Incerteza e Tempo Real e

Incerteza	
Tempo Real	

Cap. 4 - Equilíbrio de Mercado vs. Processo de Mercado

Alguns Conceitos Básicos	
A Teoria Austríaca do Valor	
O Mercado e os Preços de Mercado	
Lucro e Atividade Empresarial	

Apêndice - Uma Ilustração do Processo de Mercado: os "Cones Austríacos".....

Cap.5 - Falhas de Mercado vs. Falhas de Governo

As Falhas de Mercado	
Monopólios, Oligopólios e Cartéis: Criação do Estado	
O Intervencionismo: Correção ou Amplificação das Falhas?	

Cap.6 - Capital, Juros, Poupança e Investimento

O Fator Tempo e as Taxas de Juros	
Poupança e Investimento	
A Teoria Austríaca do Capital	

Cap.7 - Trabalho, Salários e Distribuição de Renda

Trabalho e Salários	
Efeitos do Capital sobre os Salários e sobre a Distribuição de Renda	
Sindicatos, Desemprego e Direito de Greve	

Cap.8 - Menos Impostos, Mais Progresso

Tributação	
Financiando o Essencial ou Brincando de Robin Hood?	
Os Limites do Suportável	

Cap.9 - A Abertura Econômica

O Comércio Internacional
Balanço de Pagamentos e Taxa de Câmbio
O Mito do Protecionismo

Cap.10 - Moeda, Inflação e Ciclos Econômicos

A Moeda
A Teoria Monetária Austríaca
Inflação, Recessão, Estagflação e Ciclos
Econômicos

Cap. 11 - Os Triângulos de Hayek e a Estrutura Agregada de
Produção

Os Elementos Isolados da Teoria
Os Triângulos de Hayek e os Vetores de Oferta e De-
manda "Agregadas"
As Cinco Fases dos Ciclos Econômicos
A Não-Neutralidade de Moeda
Os Triângulos de Hayek e a Curva de Phillips
Uma Agenda de Pesquisas

TERCEIRA PARTE: CINCO ENSAIOS SOBRE A CRISE BRASILEIRA

Cap.12 - Crescimento Econômico, Uma Questão de Criatividade

Cap.13 - Crescer, Distribuindo

Cap.14 - A Economia Política do Déficit Público

Cap.15 - Moeda Forte, Uma Exigência Sobretudo Moral

Cap.16 - Liberalismo, Pobreza e Miséria

EPÍLOGO - REFORMANDO A CASA

NOTAS

INTRODUÇÃO

O PAÍS DO FUTURO ?

"Amanhã! Algumas vezes, é prudência; muitas vezes, é o advérbio dos vencidos"

Josemaria Escrivá *

Quando o navio que trazia meus avós maternos atracou no porto de Santos, na primeira década do século XX, proveniente da ***bella Napoli***, seus passageiros, quase em sua totalidade oriundos daqueles lindos lugarejos da Calábria - San Luccidu, Fuscaldo, Fiume Freddo, Paola - a exemplo de milhares de outros imigrantes, guardavam de comum em seus corações, de um lado, a nostalgia do *paese* já então distante e que muitos deles jamais voltariam a ver e, de outro, a roupa do corpo e uma ou duas malas com alguns objetos que constituíam toda a sua riqueza. Tudo o mais ficara irremediavelmente para trás: as montanhas da Sila, as praias, as igrejinhas de suas cidadezinhas, muitos amigos de infância e até - e só quem nasceu e cresceu em uma família italiana sabe o que isso significa - a *mamma*, aquela figura de amor e zelo eternos e que, além do mais, todos os domingos preparava aqueles pratos de *scaffituno* que só ela sabia preparar.

Ficara para trás também a pobreza que devastava o sul da Itália naquele tempo, tão grave a ponto de os levar a "fazer a América", como se dizia então. Como lembrança da viagem naquele vapor tão desconfortável, apenas algumas novas amizades e aquela fita tricolor com que haviam, ainda no cais napolitano, cingido a cintura, a exemplo dos demais passageiros, seguindo um hábito da época.

Mas, a despeito de toda aquela melancolia, aqueles valorosos homens, suas mulheres e filhos traziam, também - e de um modo muito forte - uma enorme esperança, a de que estavam desembarcando no país do futuro, à terra em que, mediante a dureza de seu trabalho cotidiano, a parcimônia que iria requerer o esforço da renúncia ao consumo imediato e o respeito aos valores morais básicos sem os quais a vida em qualquer sociedade jamais pode prosperar, poderiam alcançar um padrão de vida razoável para eles e para seus descendentes.

Decorridos quase cem anos, o mais velho dos meus filhos perguntou-me se não seria interessante para a nossa família se todos emigrássemos para a Itália, uma vez que naquele país - estávamos assistindo na TV a um documentário produzido pela RAI - segundo o seu correto entendimento, o futuro já havia chegado, ao passo que, no Brasil, seus benefícios seriam ainda impalpáveis, calcados mais na virtude da esperança do que na certeza da bonança proporcionada por uma sociedade desenvolvida.

A partir de então - e já são decorridos uns seis ou sete anos desde que o Bruno fez aquela observação - a cada vez que meu olhar pára naquela mesma fita verde, branca e vermelha, já bastante desbotada pela implacabilidade do tempo - e que guardo em um porta-retratos sobre minha mesa de trabalho - única lembrança material que ficou daquela viagem seminal de meus avós, não posso deixar de formular estas inquietantes perguntas: será que o Brasil é mesmo o país do futuro? Será que a Itália, onde tudo parecia passado, virou futuro e o Brasil, onde aos olhos de meu avô tudo parecia futuro, virou passado?

Um dos ensinamentos mais importantes da Escola Austríaca de Economia é que devemos ter o máximo cuidado ao fazermos previsões, como ficará claro para o leitor no decorrer deste livro. Por isso, não me atrevo a responder nem que sim nem que não. Mas uma coisa é certa: o Brasil já perdeu muito tempo, mais do que o bom senso e a racionalidade permitem.

Muitos brasileiros deixaram o país, a partir da segunda metade dos anos oitenta e até o início dos anos noventa, marcados pela desilusão, em busca das oportunidades de emprego, da dignificação de seu trabalho e da valorização de sua cidadania, atributos que se foram tornando escassos à medida que a nação empobrecia, dizimada pela crueldade da estagflação que marcou nossa economia até a estabilização de preços promovida pelo plano Real. Mas o Real é apenas o começo: muito ainda precisa ser feito. A cada semestre, os milhares de jovens que concluem seus cursos universitários vêm-se frente a frente com o problema de não conseguirem colocações compatíveis, já não digo com seus antigos sonhos de adolescentes, mas com a realidade dos conhecimentos - quase sempre deficientes - que adquiriram nas faculdades.

Podemos afirmar, sem receio de estarmos cometendo algum exagero, que nosso país ainda não conseguiu libertar-se das práticas mercantilistas anteriores à Revolução Industrial. Com efeito, nossa história econômica nos mostra claramente que o que se construiu no Brasil foi um pretenso capitalismo - na realidade, um pós-mercantilismo - sempre apoiado no Estado e, por isso mesmo, contaminado por toda a sorte de cacoetes construtivistas e dirigistas, cujas expressões mais visíveis foram os "planos" de inspiração heterodoxa que se

abateram sobre todos nós desde fevereiro de 1986, mas que se apresentam, também, sob dezenas de fórmulas aparentemente inofensivas, mas nem por isso menos perniciosas, como soem ser, por exemplo, todos os controles sobre preços, juros, salários e câmbio, a excessiva carga tributária, as elevadas tarifas aduaneiras, as barreiras à competição interna e externa, a formidável cunha dos encargos trabalhistas, a ainda grande quantidade de "empresas" estatais e a inextricável floresta de portarias, medidas provisórias, instruções normativas e resoluções, reflexos do autêntico furor regulatório que caracteriza nossos legisladores, afora a enorme variedade de manifestações daquilo que parece ter sido, até o advento da nova era liberal no mundo desenvolvido - mas que ainda prevalece no Brasil - um dos fenômenos que, no futuro, servirão para caracterizar o século XX: a tentativa de se encontrar "soluções" políticas para problemas que são exclusivamente econômicos e que, portanto, só podem ser efetivamente solucionados pelo sistema econômico e não pelo sistema político ⁽¹⁾ .

Se a crise dos anos oitenta pesou sobre a classe média brasileira, seus efeitos sobre os mais pobres revelam-se visivelmente mais preocupantes, seja sob a forma de comunidades inteiras vivendo sob os viadutos das grandes cidades, seja pelo substancial crescimento da chamada economia informal, seja sob o ângulo do aumento da marginalidade urbana, do desenvolvimento de autênticos governos paralelos nas favelas ou sob diversas outras manifestações denotativas do estado precário a que foram levadas, em nosso país, as condições que dignificam o homem: saúde, higiene, educação, nutrição, trabalho e acesso a oportunidades e todas, sem dúvida, causas coadjuvantes da deterioração dos valores morais e éticos básicos, sem os quais os sistemas sociais são impedidos de evoluir sem rupturas.

Por mais que se aponte para todos esses problemas e por mais que eles sejam mencionados nos discursos de praticamente todos os políticos, deve-se frisar que eles jamais serão solucionados enquanto não for abandonada a atitude tipicamente brasileira de esperar que sua solução deva vir do Estado, ou de seu braço executivo - o governo -, sem que se proceda a um substancial reordenamento de nossas instituições, que não deve ser imposto por critérios construtivistas ou pelo planejamento, mas deve brotar espontaneamente, de baixo para cima, a partir do fortalecimento da cidadania.

Trata-se, em suma - e aí está o principal papel do Estado brasileiro - não de conduzir, nem muito menos de construir, mas apenas de estimular o desenvolvimento de uma ordem econômica liberal, integrada harmonicamente com o conceito adequado de lei enquanto norma geral de justa

conduta, impessoal, prospectiva e igual para todos e, portanto, distante do conceito positivista de lei como um comando. Nos dois capítulos que compõem a primeira parte deste livro, haverá oportunidade de comentar-se as diferenças entre nomos e thesis, isto é, entre lei e legislação e de mostrar-se que, enquanto o primeiro conceito, ao ser posto em prática, conduz a um estado desejável de coisas, que se costuma denominar de autoridade das leis, a segunda concepção - que tem sido a tônica no Brasil - leva a sociedade a viver sob o regime indesejável, uma vez que é imposto apenas pela coerção e não como um estado natural, embora também necessariamente coercitiva, das leis das autoridades.

Daniel Bell, em uma obra bastante conhecida ⁽²⁾, analisa as sociedades segundo os três grandes sistemas que as compõem: o sistema econômico, o sistema político e o sistema moral-cultural. Tais compartimentos possuem ritmos diferentes de evolução e seguem normas distintas, que legitimam formas de conduta diferentes e, não raro, contrastantes, sendo que as divergências e os conflitos entre esses três sistemas podem ser responsabilizados pelas várias contradições que se costumam verificar nas sociedades.

Conforme observou Novak ⁽³⁾, " cada um desses três sistemas possui suas instituições especiais e métodos, disciplinas e padrões, propósitos e limites, atrações e repulsões. Cada um tem seu próprio ethos. Cada um costuma, também, criar problemas para os outros dois. Essas tensões são desejáveis: um sistema pluralista está condenado (grifo do autor) a fomentá-las. Do fluxo de centelhas resultante do seu contato sai a energia para o progresso e sua capacidade de correção interna. É um sistema destinado a constituir uma revolução contínua".

No entanto, quando ocorre uma deterioração institucional simultânea dos três componentes do sistema social, este fica contaminado de maneira generalizada, o que contribui para aumentar a instabilidade da própria vida em sociedade. Com efeito, se um dos sistemas apresenta deficiências em seu funcionamento, estas podem ser compensadas, durante algum tempo, na medida em que os outros dois sistemas consigam continuar a operar satisfatoriamente. Nesses casos, tudo se passa como se estes últimos assumissem o ônus de levar adiante o funcionamento da sociedade, embora sem a colaboração do primeiro ⁽⁴⁾. Mas quando, como vem ocorrendo no Brasil, os três sistemas apresentam simultaneamente graves deficiências, o país pára, pois a economia não consegue produzir (nem, muito menos, distribuir), a política não é capaz de desempenhar seu papel de fazer funcionar a contento a democracia e a deterioração acentuada do tecido moral termina por contaminar todo o organismo.

Para que se possa compreender a afirmativa de que os problemas brasileiros transcendem em muito os aspectos puramente econômicos, que nossas instituições apresentam imperfeições generalizadas, parece conveniente examinarmos - embora ainda de maneira introdutória - o que se vem passando em cada um dos três sistemas que, de acordo com a classificação sugerida por Bell e endossada por Novak, compõem a estrutura funcional das sociedades.

Os Problemas do Sistema Econômico

Desde a publicação, em 1936, da primeira edição da Teoria Geral do Emprego, dos Juros e da Moeda, de John Maynard Keynes, a quase totalidade dos economistas passou a acreditar nas chamadas políticas de "sintonia fina", isto é, em uma pretensa capacidade dos governos de, mediante intervenções na ordem espontânea de mercado, evitar flutuações "indesejáveis" no emprego dos fatores de produção e, assim, impedir as oscilações na produção.

No entanto, decorridos mais de sessenta anos do advento do chamado keynesianismo teórico e de sua aplicação no campo da política econômica ⁽⁵⁾, a totalidade das economias mostrou, primeiro, que as políticas keynesianas de sintonia fina não conseguiram evitar os chamados ciclos econômicos e segundo - o que é ainda pior - que elas, além de não lograrem atenuar a amplitude das flutuações da renda e do emprego, contribuíram para amplificar as referidas flutuações ao longo do tempo. Além disso, estudos comparativos entre diversos países mostraram que as economias em que as chamadas políticas anti-cíclicas foram mais intensivamente utilizadas foram as que apresentaram, no longo prazo, as maiores variâncias em seus níveis de emprego e de produto ⁽⁶⁾. As estatísticas não mentem: as políticas anticíclicas revelaram-se, na verdade, pró-cíclicas.

Mises, desde o ano de 1912 ⁽⁷⁾, já pressentira o que Hayek, a partir dos anos trinta ⁽⁸⁾, conseguiu desenvolver com bastante clareza: o que provocava as chamadas flutuações cíclicas do emprego e do produto eram as tentativas dos governos, realizadas no passado, de "criar o crescimento", através de políticas fiscais e monetárias de natureza expansionista. O mesmo Hayek, já nos anos setenta, quando o mundo passou a viver um fenômeno que a teoria keynesiana negava, em sua estrutura básica, pudesse algum dia ocorrer - a estagflação (isto é, a verificação simultânea de estagnação e inflação) - sustentava que aquilo tudo era decorrente do uso indiscriminado, durante várias décadas, da utilização das políticas fiscal e monetária como instrumentos

anti-cíclicos. Na visão da Escola Austríaca de Economia, e sob uma linguagem a esta altura ainda extremamente simples (uma vez que tais questões somente serão tratadas com maior profundidade na Segunda Parte deste livro) a causação correta é: as políticas anti-cíclicas geram inflação e esta gera desemprego ⁽⁹⁾ .

As recessões generalizadas, portanto, nada mais são do que uma das conseqüências da inflação. Esta afirmativa contrariava - e ainda contraria, em certos círculos no Brasil - uma outra, que se havia tornado quase que uma crença generalizada, a de que o desemprego é proveniente das tentativas de se eliminar a inflação, ou, em outras palavras, a de que taxas de desemprego e taxas médias de crescimento dos preços são variáveis negativamente correlacionadas, de forma permanente ⁽¹⁰⁾ .

O problema mais grave do sistema econômico brasileiro entre a segunda metade dos anos oitenta e os primeiros anos da década de noventa foi, sem dúvida, a inflação. Vivemos um processo hiperinflacionário bastante peculiar, uma vez que não se tratava de uma hiperinflação aberta, caracterizada por uma rejeição completa da população à moeda, mas de uma manifestação muito pior, porque, sendo mais lenta, seus efeitos foram se agravando ao longo do tempo sem que fossem facilmente percebidos, à semelhança daqueles suplícios chineses que levavam inicialmente à loucura e posteriormente à morte lenta dos condenados.

E os condenados fomos todos nós, cidadãos brasileiros. Os Cr\$ 50.000.000,00 desembolsados por um consumidor brasileiro por um automóvel, em janeiro de 1986 (pouco antes do plano Cruzado), equivaliam, logo após a implantação do plano Real, isto é, após três "reformas" monetárias e seis "choques" heterodoxos, a R\$ 0,00. Isto é, o carro, por obra e graça das idéias mirabolantes sobre inflação de alguns economistas, simplesmente desapareceu... Um produto qualquer, que se podia comprar por Cr\$ 1,00 em janeiro de 1986, custava, em média, sessenta milhões de vezes mais pouco antes do plano Real, em maio de 1994. A economia brasileira passou, portanto, por um processo hiperinflacionário crônico, que só não se transformou em uma hiperinflação aberta porque existiam mecanismos, proporcionados pelo mercado financeiro via indexação, que conseguiam propiciar, ainda que parcialmente, proteção aos detentores de moeda.

Nada empobrece mais uma população do que uma inflação com essas características, ainda mais quando o estoque de capital humano, isto é, educação e saúde, está entre os níveis mais baixos do mundo relativamente ao tamanho de nossa economia. Foi, sem dúvida, uma década perdida: a capacidade ociosa da economia brasileira, em 1993, era da ordem de 28%, indicando a maior recessão de nossa história econômica, tanto em sua duração, porque iniciou-se em 1983, quanto em

magnitude. No passado, nos anos em que a capacidade ociosa foi maior, ela não excedeu os 10,4% em 1947, os 7,7% em 1953 e os 6,9% em 1967. A cada ano em que o produto da economia crescia abaixo da taxa de crescimento da população, o empobrecimento aumentava, menos empregos eram criados e, portanto, menos oportunidades eram oferecidas. Se aquele ritmo continuasse, um eventual governo socialista que aqui eventualmente se instalasse, ao invés de distribuir o bolo, não entregaria mais do que uma simples migalha a cada trabalhador brasileiro...

A solução, evidentemente, não está em reduzir a população, mas em fazer com que possam florescer as instituições necessárias para que a riqueza e a produção possam aumentar permanentemente. É crucial compreendermos, desde já, que o crescimento econômico é um processo de acumulação generalizada de capital e que uma das partes desse estoque é o capital humano, o qual, por sua vez, inclui o capital moral e o intelectual, as habilidades das mãos e do cérebro, assim como as do coração. **Se as sociedades sabem como criar riqueza - e isto é sabido desde os tempos de Adam Smith - e não o fazem, então a pobreza é imoral.**

Poucas pessoas dão-se conta de quão absurdo é contar-se o nascimento de uma vaca como uma adição ao estoque de capital de uma nação, ao mesmo tempo em que, incoerentemente, se conta o nascimento (ou a garantia do nascimento) de uma criança - que é a fonte primeira de mais criatividade - como uma diminuição naquele estoque! Trata-se de um caso típico de dois pesos e duas medidas. O simples fato de que os seres humanos são feitos à imagem e semelhança do Criador implica que todos os homens e mulheres, durante o tempo que lhes é concedido no mundo, não apenas podem, como são moralmente obrigados a criar mais do que consomem. Nisto reside toda a esperança no progresso econômico.

Nenhuma economia cresce o que se quer que ela cresça, mas apenas o que ela pode crescer. E o que ela pode crescer depende, de um lado, de um ambiente de preços estáveis e, de outro, de instituições que estimulem a criatividade dos agentes econômicos. Esses são os dois pontos mais importantes de nossa agenda para os próximos anos. O primeiro deles, o da construção e manutenção de uma moeda forte, começou a ser cumprido com a implementação do plano Real. A inflação, de fato, foi contida, mas isto não é tudo. O Real precisa ainda ser consolidado como uma moeda permanentemente forte, o que só será possível mediante a realização de profundas alterações nas funções e no tamanho do Estado brasileiro, que conduzam a uma alteração permanente no regime fiscal. O segundo, que está bastante relacionado com o primeiro, é a questão institucional. **A economia brasileira ainda é uma das menos livres do mundo. O intervencionismo e o estatismo**

precisam ser rapidamente erradicados de nosso país, sob pena de nossa moeda voltar a deteriorar-se e de nossa situação social continuar no vergonhoso estado em que se encontra.

Os professores James Gwartney, Robert Lawson e Walter Block, em um livro editado em 1996 pelo Fraser Institute de Vancouver - "Economic Freedom of the World - 1975-1995", demonstram o que acabamos de afirmar. Partindo do fato de que os elementos centrais do conceito de liberdade econômica são a liberdade pessoal de escolha, a proteção à propriedade privada e a liberdade de negociar, os referidos economistas construíram um índice com dezessete componentes, que pudesse proporcionar uma medida empírica dos diferentes graus de liberdade econômica em cento e três países. Os componentes do índice foram agrupados em quatro grandes áreas: (a) moeda e inflação; (b) regulamentações e operações do governo; (c) desindexações, confiscos e taxações discriminatórios e (d) restrições ao comércio internacional.

Os resultados desse exaustivo trabalho são surpreendentes, para aqueles que costumam atribuir as mazelas econômicas e sociais de nosso país àquilo que denominam de "neoliberalismo": **no "ranking" dos cento e três países, de acordo com um "rating" médio variando entre zero (ausência completa de liberdade econômica) e dez (total liberdade econômica), o Brasil aparece em nonagésimo sétimo lugar, com uma média de apenas 2.8!** Com menos liberdade econômica do que nós, cidadãos deste "país do futuro", apenas os habitantes da Nicarágua (2.7), Síria (2.4), Algéria (2.1), Iran e Zaire (1.9) e Somália (perto de 0)! Este "ranking" refere-se ao período de 1993 a 1995 e, portanto, a pelo menos um ano e meio de altíssimas taxas de inflação, uma vez que o Real foi implantado em meados de 1994, o que, sem dúvida, contribuiu para a péssima classificação do Brasil. Mas, como o critério "moeda e inflação" é apenas um dentre os quatro utilizados, mesmo que ele fosse expurgado do índice, isto faria nosso "ranking" melhorar, na melhor das hipóteses, do nonagésimo sétimo para algo perto do septuagésimo lugar, o que, convenhamos, ainda nos coloca bem longe, já não diremos dos países líderes da classificação, como Hong Kong, Nova Zelândia, Singapura, Estados Unidos, Suíça, Reino Unido e Canadá (com médias entre 9 e 7.6), mas do bloco intermediário (com médias entre 6 e 5).

Isto significa, pelo menos, que, primeiro, o tão mal falado "neoliberalismo" sequer chegou ao Brasil e, segundo, que ainda precisamos avançar muito para construir aqui uma verdadeira ordem liberal, que venha a desonerar nosso sistema econômico da carga inacreditável que nossa cultura estatizante vem fazendo pesar sobre ele, a bem da verdade, desde que Pedro Alvares Cabral desembarcou na Bahia, há cinco séculos. Nossos problemas econômicos, em sua grande maioria,

devem ser atribuídos exatamente ao oposto do que se costuma afirmar nos círculos pretensamente intelectuais do país: precisamos, com muito tempo de atraso, romper definitivamente com o mercantilismo, o intervencionismo, o cartorialismo e todos os "ismos" estatizantes que, até aqui, após quinhentos anos de história, só nos têm feito empurrar o futuro para a frente.

Os Problemas de Nosso Sistema Político

Um dos legados mais importantes que os denominados **Founding Fathers** - os fundadores da república federativa norte-americana - deixaram foi a preocupação com a possibilidade de uma maioria vir a exercer uma tirania, mediante o bloqueio dos canais de acesso ao poder por parte das minorias, na eventualidade destas, ao longo do tempo, transformarem-se em maioria ⁽¹¹⁾. Hayek ⁽¹²⁾ também manifestou, por diversas vezes, a mesma preocupação, na medida em que sustentava que, sob o ponto de vista liberal, a democracia deveria ser encarada tão somente como um dos métodos de governo, que ele reconhecia ser o melhor, mas que deveria ser considerado como um simples meio para que os direitos fundamentais fossem sempre respeitados. De fato, existe uma grande diferença entre declarar-se democrata porque as maiorias têm sempre razão e defender a democracia enquanto instituição cuja finalidade precípua seja a contenção do poder.

Deve o leitor, portanto, estar apto para distinguir a importante diferença entre a visão, derivada de Rousseau, que vê a democracia como um fim, quase que como um sacramento, e a postura liberal, que a considera, pura e simplesmente, como um meio de governo. A primeira pode ser denominada de ideologia democrática ou democratismo, ao passo que a segunda constitui-se em uma doutrina democrática.

Os liberais são democratas não por julgarem que a maioria não cometa erros, mas porque as tradições democráticas são as menos ruins que a humanidade conhece. Daí, sua preocupação com a questão da contenção do poder. Quando ocorre uma expansão desmedida do Estado, as conseqüências são invariavelmente - uma vez que a natureza humana tem sido a mesma desde os tempos de Adão - o abuso do poder e a sujeição de toda a sociedade, não aos desígnios infalíveis de Deus, mas ao arbítrio falível dos homens que detêm o Estado. Portanto, o crescimento do Estado mostra-se incompatível com a preservação das liberdades individuais. Em função disso é que os liberais aceitam o Estado, mas com a importante ressalva de que, para ser aceitável, ele deve ser mínimo ⁽¹³⁾.

Um dos maiores pensadores do século XX - Sir Karl Popper - chamou a atenção para o fato de que o poder é sempre uma tentação, colocando-se contra a tese, derivada de Platão, da soberania popular incontrolada. Para ele, a pergunta a que se deve responder não é a daquele filósofo grego ("quem deve governar o Estado" ?), mas: de que forma as instituições políticas devem ser organizadas, para que os maus governantes, ou os menos capazes, ou os mal-intencionados, não possam causar danos em demasia ? ⁽¹⁴⁾

Esses temas serão explorados com mais pormenores ao longo do livro. Sua menção aqui deve-se ao fato de que são importantes para o objetivo desta seção, que é o de ressaltar os problemas do sistema político brasileiro.

A questão que nos interessa responder é se o sistema político brasileiro atende aos requisitos anteriores, isto é, se nossa democracia, da forma como está moldada, consegue proscrever o abuso do poder, evitando a sujeição dos cidadãos ao arbítrio do Estado. Em outras palavras, se o Estado brasileiro não chegou a crescer tanto, a ponto de ameaçar as liberdades individuais ou, ainda, se nossas instituições políticas estão organizadas de forma a impedir que os maus governantes causem danos demasiados. Além disso, devemos perguntar-nos se nosso sistema político é, de fato, representativo dos interesses dos eleitores.

Infelizmente, as respostas a todas essas importantes questões são negativas. Daí, nossa afirmativa de que há uma enorme necessidade de aperfeiçoamento do sistema político brasileiro.

A questão é bastante complexa, mas creio que a forma correta de analisá-la é a partir da estrutura de nossos partidos políticos, o que, sem maiores dificuldades, nos leva a observar que, apesar do pluripartidarismo existente, os partidos no Brasil não conseguem representar tendências doutrinárias claras, que se consubstanciem em programas definidos de acordo com essas tendências. Em outras palavras, não há, ainda, no nosso país, verdadeiros partidos políticos, embora existam cerca de trinta agremiações registradas como partidos. Na realidade, os partidos políticos brasileiros, que deveriam ser os centros de congregação das diversas posições doutrinárias que caracterizam o pluralismo democrático, muitas vezes não passam de meros centros autorizados a carimbar registros de candidatos aos diversos cargos legislativos e executivos que o sistema de pleitos periodicamente oferece.

A ausência de identidade doutrinária dentro de cada partido faz com que o eleitor brasileiro, via de regra, vote muito mais em nomes do que em programas definidos, na esperança de que esses nomes, muitos dos quais costumam apresentar-se como pretensos salvadores da pátria, uma vez investidos em seus cargos pela concessão do seu voto,

confirmem suas expectativas. A frustração que se costuma seguir decorre muito menos da incapacidade ou, mesmo, da má-fé dos que se elegeram, do que da ausência de programas doutrinários claros, que possam garantir de antemão ao eleitor saber, não em **quem**, mas em **que** está votando.

A falta do grau necessário de representatividade expressa-se em decorrência de dois fatores. O primeiro é a aludida falta de conteúdo doutrinário de nossas agremiações partidárias ⁽¹⁵⁾. O segundo é o sistema eleitoral brasileiro, que é baseado inteiramente no voto proporcional, o que, sem dúvida, impede a fluidez da representatividade. Nesse sistema, o eleitor, sendo colocado, necessariamente, a uma distância física e temporal dos candidatos em que votou bem maior do que a distância em que o colocaria o sistema de voto distrital, fica impedido - pelo tempo e pelo espaço - de exigir daqueles que pediram e obtiveram o seu voto e, portanto, a sua confiança, o cumprimento do que foi prometido e estabelecido durante a campanha. Aliás, os inefáveis "horários eleitorais gratuitos" que nos são "democraticamente" impingidos pelos tribunais eleitorais, mais se parecem com programas humorísticos, daqueles de baixa qualidade. Assim, o eleitor é forçado a aguardar até as próximas eleições para, mediante seu voto, aprovar ou não a atuação daqueles que ajudou a eleger. No sistema distrital, a fiscalização torna-se necessariamente mais freqüente, pela necessidade que esse sistema impõe aos políticos de uma presença maior junto aos eleitores de seus respectivos distritos.

Outra impropriedade de nosso sistema eleitoral é que ele trata igualmente estados que são desiguais: com efeito, estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, responsáveis por cerca de duas terças partes do que a economia brasileira produz, possuem no Congresso a mesma representatividade que os pequenos estados, o que, evidentemente, dado que os últimos são em maior número que os primeiros, dá margem a práticas que deturpam o que seria uma verdadeira representatividade.

Nossa história política tem sido recheada, desde os tempos do Império e especialmente na fase republicana, de períodos de obstrução parcial dos mecanismos democráticos e de interrupção completa da democracia. Entre estes, o mais recente foi o período compreendido entre 1964 e 1985, o das chamadas ditaduras militares. Foram, a exemplo do que ocorrera entre 1930 e 1945 (especialmente a partir de 1937), vinte e um anos - isto é, uma geração - em que os brasileiros foram privados de suas liberdades individuais na esfera política, que só foram recuperadas lenta e progressivamente. Todos nos lembramos da união nacional em torno das "Diretas Já", cujo efeito foi o restabelecimento da plena liberdade política, com as eleições de 1989.

No entanto - e pouca gente se deu conta disso - na medida em que, a partir do final dos anos setenta, nossa liberdade política ia sendo pouco a pouco resgatada, nossa liberdade econômica foi sendo paulatinamente surrupiada, desde meados daquela mesma década. Os cidadãos brasileiros não conseguiam perceber que sem liberdade econômica não pode haver crescimento autosustentado, de modo que a recuperação da liberdade política não seria por si só condição necessária e suficiente para a reconstrução da sociedade brasileira em moldes modernos. Na realidade, trocamos a primeira pela segunda, de maneira radical, por ocasião do "plano" Cruzado e dos outros que se lhe seguiram durante o governo de transição do presidente Sarney e, de modo ainda mais violento, quando da decretação do "plano" Collor, quando nossa liberdade de escolha na esfera econômica, além de ser novamente maculada por novo congelamento de preços, foi violentamente agredida pelo seqüestro perpetrado sobre os ativos financeiros. Foi o maior erro de nossa história econômica, em que pessoas que haviam passado suas vidas economizando para a velhice, foram compelidas a pagar um preço absurdamente alto - o desmoronamento de seus sonhos - por uma inflação causada exclusivamente pelo governo. A propósito, qualquer livro elementar de Teoria Monetária rejeita veementemente **aquilo** ...

Paradoxalmente, chegávamos a um desfecho com o qual jamais poderíamos contar: um dia após a posse do primeiro presidente eleito pelo voto direto, depois de trinta anos, isto é, em plena euforia comemorativa do resgate final de nossa liberdade política, nossa liberdade econômica, ao arrepio do próprio Estado de Direito, nos era escamoteada, restando-nos os consolos de, primeiro, aguardar as próximas eleições e, segundo, de ainda dispor de cinquenta mil cruzeiros, que foi a quantia mágica que nos sobrou. Afinal, caso o resultado do sorteio a respeito do valor do seqüestro - descrito posteriormente em livro, com a anuência de quem o executou - tivesse sido outro, poderia ter-nos restado ainda menos...

O caso do seqüestro de ativos é apenas um dos exemplos das deficiências embutidas em nosso sistema político. Houvesse partidos programáticos, houvesse representatividade, houvesse, enfim, mecanismos institucionais previamente elaborados para a contenção do poder, e não simplesmente voltados para um mero endeusamento da democracia, **aquilo** poderia ter sido evitado. (O fato de que **aquilo** não era tecnicamente necessário ficará assustadoramente claro na Segunda Parte deste livro).

Aprendemos, ao custo de uma demorada estagflação, que a liberdade política não é tudo e que as instituições políticas devem ser, além de garantidoras de nosso direito de eleger

nossos representantes, elementos impeditivos do excesso de poder. Muito ainda precisa ser feito nesse sentido e temos a convicção de que será feito, embora lentamente, como é próprio nas democracias e, mais ainda, nas democracias incipientes como a nossa. Por exemplo, para termos uma pálida idéia do quanto ainda precisa ser feito, basta mencionarmos que a relação entre o número de medidas provisórias e o número de leis aprovadas pelo Congresso, entre janeiro de 1995 e março de 1997, atingiu o valor de quatro! É isso mesmo: quatro medidas provisórias por cada lei aprovada. Com efeito, é verdade que nossa democracia é incipiente, mas precisamos aperfeiçoá-la rapidamente.

Começa-se também a perceber em nosso país que os malefícios das restrições à liberdade econômica mais do que compensaram os inegáveis benefícios da liberdade política: tornamo-nos politicamente livres, mas economicamente prisioneiros do arbítrio das chamadas "equipes econômicas". Isto vem ocorrendo ainda no final dos anos noventa, embora certamente sem aqueles malfadados congelamentos de preços: o Real sem dúvida foi um avanço nesse sentido, mas sua administração no dia a dia, em face da dificuldade de nosso sistema político de executar as transformações estruturais que mudem definitivamente o regime fiscal e possam consagrar definitivamente uma moeda forte, ainda revela cacoetes intervencionistas a esta altura dos acontecimentos imperdoáveis.

De qualquer forma, embora lentamente, nossa sociedade já vem ensaiando os primeiros e titubeantes passos para a construção de instituições que respaldem uma ordem espontânea. Resta-nos, contudo, entender que é preciso resgatar os valores éticos e morais fundamentais, para que o Brasil do futuro não seja reconstruído imprudentemente sobre a areia.

A Redescoberta da Ética

O desenvolvimento econômico autosustentado, escreveu o professor P.T. Bauer, da London School of Economics ⁽¹⁶⁾, não depende fortemente da disponibilidade de vastos recursos naturais, pois Japão, Grã-Bretanha, Formosa e Singapura, por exemplo, não os possuem, ao passo que os países da África e da própria América, ricos em recursos naturais, permanecem mergulhados no subdesenvolvimento. Não depende, tampouco, de populações pequenas ou grandes, já que muitas nações densamente populosas, como Holanda, Coréia do Sul e Hong-Kong, de um lado, são bem sucedidas em suas atividades econômicas, ao passo que a China e a Índia, também superpopulosas, de outro lado, não possuem economias bem sucedidas. Nem decorre, muito menos, de "status" anticolonial, uma vez que diversas nações, hoje

desenvolvidas, com os Estados Unidos sendo o maior exemplo, foram colônias até época recente, ou ainda são colônias. O desenvolvimento econômico depende, no dizer de Bauer, "de pessoas e das providências que tomam", "de recursos humanos e da vontade de utilizá-los", "de qualidades pessoais", "de instituições sociais e morais" e "de acordos políticos", fatores esses que - acrescentamos - quando são espontaneamente desencadeados, estimulam a germinação dos determinantes econômicos do crescimento, isto é, dos investimentos em capital físico, humano e tecnológico que aumentam a capacidade de geração de oferta das economias.

As observações - bastante pertinentes - de Bauer, são equivalentes, conforme notou Michael Novak, à afirmativa de que "o sistema moral-cultural é a principal força dinâmica por trás da ascensão tanto de um sistema político democrático quanto de um sistema econômico liberal. **O sistema moral-cultural é o "sine qua non" do sistema político e do sistema econômico. Negligenciá-lo significa envenenar o organismo"** ⁽¹⁷⁾ (negritos nossos).

Os homens não vivem apenas de pão e de circo. A imensa maioria dos seres humanos somente encontra lugar para a paz em suas consciências quando acredita que suas atividades econômicas e políticas revestem-se de significado moral. O trabalho duro, a perseverança nas dificuldades da vida, a frugalidade e o próprio sentimento da esperança só fazem sentido, enquanto possibilidade de bem-estar material (que faz parte da dignidade humana), quando encontram respaldo na força do sistema moral do qual se participa no seio da sociedade em que se vive.

Subitamente - e também, como consequência natural do fato de passarmos a viver, após muitos anos sob um regime fechado, em uma sociedade aberta - os brasileiros descobriram que o nível moral estava em baixa. E as sociedades correm riscos maiores de perecer pela perda da moralidade indispensável do que pelo enfraquecimento de seus sistemas político e econômico. A ética é o componente mais frágil da cadeia, eis o que queremos dizer ao leitor.

A crise ética e moral brasileira, a exemplo do que ocorreu em outros países, tem origens remotas e é proveniente de duas causas básicas: a primeira é o relativismo moral que, originado com a "morte de Deus", decretada por Nietzsche na segunda metade do século XIX, transformou-se na grande chaga do século XX, na medida em que deu origem à "vontade de poder", eleita como substituta dos valores judaico-cristãos anteriores, como observou magistralmente o jornalista, historiador e "scholar" Paul Johnson, em "Tempos Modernos" ⁽¹⁸⁾. A segunda causa da deterioração dos valores morais é decorrente da primeira, mas merece ser destacada por suas dimensões e importância. Trata-se do fenômeno do crescimento

do Estado, especialmente pelas repercussões que acarretou em termos da invasão que o sistema político passou a executar sobre o sistema econômico e que teve no keynesianismo seu pretense respaldo "científico" e no nacionalismo sua grotesca faceta populista, em especial na América Latina.

Tanto o relativismo moral quanto o crescimento do Estado que ele desencadeou pareciam desconhecer que a capacidade destrutiva dos indivíduos, embora perversa, é insignificante diante da que o Estado, mesmo quando bem-intencionado, revelou possuir. Onde é grande o Estado, onde as instituições democráticas revelam incapacidade para conter o poder excessivo e sua concentração e onde os valores tradicionais sobre o que é bom ou mau são desdenhados - e, muitas vezes, ridicularizados - o componente de egoísmo que sempre caracterizou os seres humanos não encontra limites à sua expansão.

Este redespertar brasileiro para a importância da ética poderá dar bons frutos, pois, como vimos, os valores ético-morais, caso venham a ser revitalizados, desintoxicarão os tecidos econômicos e políticos. Voltaremos a este tema diversas vezes ao longo do livro, dada a sua importância. Por ora, desejamos esclarecer ao leitor que, seguindo a linha desenvolvida pelo economista argentino Alejandro Chafuen⁽¹⁹⁾, os termos **moral** e **ética** serão utilizados, ao longo do livro, como sinônimos. Ambas as palavras têm a mesma origem e derivam do termo **costume** (em latim, "mors"). Moral, enquanto ciência, significa uma filosofia dos costumes e "o ético foi-se identificando cada vez mais com o moral, chegando a significar que se ocupa dos objetos morais em todas as suas formas, a filosofia moral"⁽²⁰⁾. Moral ou ética, para nós, será a ciência do dever ser, a ciência que trata do bem geral e das ações humanas no que diz respeito à sua bondade ou maldade.

A partir do ano de 1992, com o episódio do "impeachment" do presidente Collor e em diversos outros "escândalos" que se vão sucedendo ano após ano - e que só passaram a ser do conhecimento público quando nossa sociedade passou a ser aberta -, os brasileiros começaram a perceber a verdade da frase de Novak, na medida em que viram como o apodrecimento do sistema ético, que permaneceu oculto durante os anos em que nos afastamos da democracia, havia contaminado o sistema econômico e boa parcela do sistema político. Enquanto não perdermos definitivamente a vergonha de lutar pelos princípios morais insubstituíveis que a revolução relativista pouco a pouco sufocou e aprisionou, será impossível o resgate da dignidade nacional, nossa moeda dificilmente será definitivamente forte e a pobreza e a miséria continuarão a grassar.

Mas essa redescoberta da importância da ética é apenas o primeiro passo.

Exultavit ut Gigas

No saltério há um estranho verso em latim - "*Exultavit ut gigas ad currendam viam*" - cuja tradução livre é algo como: levantou-se alegre como um gigante e passou a percorrer com pressa o caminho (Sl. 18,6). É estranho porque, ao mesmo tempo que nos lembra o gigante adormecido eternamente de que nos fala o Hino Nacional, incita-nos também a ter esperança de que, finalmente, o gigante poderá deixar sua preguiça de cinco séculos de lado e ir à luta. Incita-nos, assim, a pelo menos desejar que o Brasil jogue fora os erros do passado e corra em busca de seu futuro, aquele risonho futuro em que meus avós, há quase cem anos, depositaram todas as suas esperanças.

Há pouco mais de vinte décadas, a renda total das treze colônias que mais tarde formariam os Estados Unidos da América era equivalente à das colônias fundadas por Espanha e Portugal na América do Sul. Como explicar que, já no final do século XIX, os Estados Unidos se tinham transformado na maior potência econômica mundial, enquanto alguns intelectuais brasileiros, já na porta de entrada do terceiro milênio, ainda continuam atribuindo nosso substancial atraso, entre outras "causas", ao fato de termos sido "explorados pelo capital internacional"? Nunca é demais lembrarmos-nos de que, até 1776, as treze colônias do norte eram tão "exploradas" quanto as colônias do sul e de que, se os processos de colonização foram de fato diferentes, isto não impede que nos demos conta de que podemos romper as barreiras que nos impedem de crescer.

É que, sem dúvida, é bem mais fácil por a culpa nos outros: somos pobres porque os Estados Unidos são ricos e, portanto, nos exploraram e continuam a explorar, ou então porque fomos colonizados por portugueses, e não por outros povos... A propósito, vale ressaltar, primeiro, que Portugal, hoje, no contexto da União Européia, é uma sociedade moderna e próspera e, segundo, em defesa dos portugueses, que eles são um dos povos mais trabalhadores e mais moralmente corretos do mundo. A culpa da nossa pobreza não pode ser atribuída nem a americanos, nem a portugueses, nem a qualquer outro povo; ela é nossa, exclusivamente nossa!

Infelizmente, ainda circulam no Brasil os últimos resquícios da chamada "teoria da exploração", de origem marxista: os países ricos exploram os pobres, os empresários exploram os trabalhadores, os banqueiros exploram o povo, os proprietários de terra exploram os sem-terra... e a esquerda brasileira explora a nossa paciência. Enquanto a "intelligentsia" tupiniquim teima em continuar seu alarido, a

caravana dos investimentos geradores de empregos e de progresso segue passando sem parar, rumo às sociedades que conseguiram aglutinar, pelo menos mais do que a nossa, as condições gerais que Bauer apontou como os sustentáculos do desenvolvimento.

As "teorias da exploração" são o resultado natural do casamento da falta de conhecimento de teoria econômica que caracteriza a maioria dos intelectuais, com aquele traço do comportamento humano que, como Heródoto já observava cerca de quinhentos anos antes de Cristo, nasceu no homem desde o princípio: a inveja. Adam Smith, em seu magnífico livro "Teoria dos Sentimentos Morais" dedicou um capítulo inteiro a essa deformação moral. E os ataques de inveja - escreveu Zamora - "são os únicos em que o agressor preferiria, se pudesse, ocupar o papel de vítima"⁽²¹⁾. Quantos intelectuais, líderes sindicais, professores universitários, artistas e políticos que se autodenominam "progressistas" (mas que se revelam na prática quase sempre contra o progresso) não gostariam de estar no lugar dos famigerados capitalistas, dos executivos financeiros e dos empresários que são freqüentemente alvo de seus ataques...

Creemos que nossa sociedade chegou, mais por força da nova ordem liberal internacional do que por convicção doutrinária, à sua **hora da verdade**. Parece haver chegado finalmente o momento em que nós, cidadãos livres e conscientes, somos chamados a decidir se vamos de fato construir uma sociedade rica ou se vamos continuar a lançar nos outros as conseqüências de nossa incompetência. Por isso, precisamos refletir sobre alguns pontos importantes.

O primeiro é que devemos - se desejamos mesmo transformar o Brasil - abrir mão de toda e qualquer solução formulada por intelectuais. Uma leitura que, muito provavelmente, mostrará ao leitor o porque disso é o livro "Os Intelectuais", de Paul Johnson⁽²²⁾. Ao longo de seus treze capítulos, vão-se tornando extraordinária e assustadoramente claras as três grandes características da "intelligentsia": o total desamor à verdade, o egocentrismo (fonte da inveja) e a pretensão de acreditar que as idéias valem mais do que as pessoas. Em nossa hora da verdade, devemos repelir a crueldade embutida em todas as ideologias, por sua suposição de que os seres humanos não apenas podem, mas devem adequar-se às idéias. O pior dos despotismos é a insensível tirania das idéias, eis a lição que nos deixa o século XX.

Um país rico deve ser construído por pessoas e pelas providências práticas que tomam, pela utilização de recursos humanos, de qualidades morais, por instituições políticas e econômicas que respeitam e incentivam a liberdade de escolha, por leis que não sejam meros comandos ou ordens, mas normas gerais de justa conduta, prospectivas, abstratas e impessoais

e, portanto, aplicáveis a todos os habitantes, inclusive os que eventualmente estiverem ocupando o poder.

O segundo ponto a ser meditado é que, em função das considerações anteriores, a reconstrução do Brasil não deve ser confiada ao Estado, nem a este ou àquele partido político, nem a algum motorista iluminado que prometa, sozinho, levar o país ao progresso. Ela depende de nós, cidadãos, de nossa capacidade de descobrir instituições que garantam o funcionamento, de forma espontânea, dos três grandes sistemas que compõem a sociedade: o econômico, o político e o moral-cultural. Não cabe ao Brasil a decisão, mas aos brasileiros, porque o "Brasil" não pensa, quem pensa e age são seus cidadãos.

Procuramos, nesta Introdução, esboçar um quadro crítico da realidade do país na virada de século, um quadro que talvez o leitor julgue pessimista, mas que, na realidade, é uma crítica realista, objetiva e fria, sob a perspectiva liberal. Aliás, dizem que os otimistas, quando bem informados, transformam-se em realistas esperançosos.

Mostramos a hora da verdade que estes anos críticos nos colocam, dividindo a sociedade em três macro-sistemas e apontando as deficiências de cada um, bem como suas potencialidades. Precisamos lançar definitivamente fora o relativismo moral, perdendo de vez o receio de enfrentar o patrulhamento ideológico, que conseguiu transformar a expressão "moralismo" em autêntica ofensa e que procurou ridicularizar o exercício da autoridade, seja por parte de pais e professores, seja por parte dos governos, transformando esse exercício essencial em sinônimo de "autoritarismo", gerando, assim, a permissividade. Já é tempo de sabermos que autoridade não é repressão e que repressão não é fascismo. Nossa sociedade ainda vive um estado que os sociólogos chamam de **anomia**, em que as violações de normas, pela clara ausência de sanções - e, quando estas existem, pela baixa probabilidade média de que venham a ser aplicadas - tendem a tornar-se a regra geral e não as exceções.

O Brasil é uma nação de origem cristã - o primeiro ato oficial aqui realizado foi a missa rezada por Frei Henrique Soares, de Coimbra -, que sempre valorizou a importância da família na formação do caráter moral dos seus cidadãos, de modo que negar isto, a pretexto do falso modernismo que mascara as posturas hedonistas, é renegar a própria brasilidade. Como observou Novak, "...é verdade obscura, embora importante em economia política, que o ser é fundamentalmente familiar, e só depois independente como indivíduo. Quando o ser basicamente familiar vem a ser destruído de fato, a independência do indivíduo também se desintegra e do ser nada resta senão a vontade da comunidade"

⁽²³⁾ . As práticas de sociedades totalitárias, como a Alemanha nazista, a ex-União Soviética e a ilha de Fidel, por

exemplo, estão aí para mostrar a verificação universal desse princípio. Os intelectuais mentores do totalitarismo imaginaram, em todas aquelas tristes experiências, que seria possível fazer com que seres humanos, abandonando sua própria condição de homens, passassem a agir como os membros das sociedades gregárias, como as das abelhas, formigas ou cupins. O resgate do sistema moral brasileiro, que deve começar pelo estabelecimento claro do que é certo e do que é errado, à luz das tradições mais fortes de nosso povo, representa, portanto, algo muito mais profundo, de natureza inclusive espiritual, do que simplesmente colocar meia dúzia de corruptos na cadeia ou abrir CPIs para apurar escândalos, em meio a holofotes e achaques de puro sensacionalismo.

As ligações entre ética, política e economia tronam-se visíveis quando analisamos o papel do Estado na economia e serão aprofundadas no decorrer do livro, mas vale a pena convidar o leitor a refletir sobre as seguintes observações, recolhidas em uma encíclica de 1991 de João Paulo II e que retratam fielmente, sob o ponto de vista de um líder por definição descompromissado com qualquer doutrina humana, a posição de grandes liberais, desde John Locke e Adam Smith, passando por Frédéric Bastiat e Alexis de Tocqueville, a Mises e Hayek:

"A atividade econômica, em particular a da economia de mercado, não se pode realizar num vazio institucional, jurídico e político. Pelo contrário, supõe segurança no referente às garantias da liberdade individual e da propriedade, além de uma moeda estável e serviços públicos eficientes. A principal tarefa do Estado é, portanto, a de garantir esta segurança, de modo que quem trabalha e produz possa gozar dos frutos do próprio trabalho e, conseqüentemente, sinta-se estimulado a cumpri-lo com eficiência e honestidade. A falta de segurança, acompanhada pela corrupção dos poderes públicos e pela difusão de fontes impróprias de enriquecimento e de lucros fáceis fundados em atividades ilegais ou puramente especulativas é um dos obstáculos principais ao desenvolvimento e à ordem econômica"
(24)

Estamos todos fartos de ouvir que o Brasil é o país do futuro, um futuro que parece nunca chegar. É hora de nortearmos nossas instituições políticas, econômicas e morais, de modo a que nosso amanhã comece a ser feito a partir de hoje, para que ele não se transforme, para nós, no advérbio dos vencidos. Para que sejamos bem-sucedidos, devemos buscar, emergindo da atual crise, construir instituições que favoreçam e garantam a economia de mercado, a democracia política com representatividade e a valorização do trabalho e da parcimônia, ao amparo de normas legais de conduta que sejam, de fato, justas e iguais para todos.

Na vida econômica em particular e na vida humana em geral, a primazia da moral é uma lei demonstrável e fundamental para a prosperidade, é um princípio filosófico e empírico que não pode ser violado. Quando isso ocorre, surgem os vícios morais, tão conhecidos pelos brasileiros, como a preguiça, a desonestidade, a corrupção, a coerção, a avareza e tantos outros que, como traças, corroem pouco a pouco a sociedade. "A revolução" - como afirmou o poeta Charles Peguy - "deve ser moral ou não será revolução" ⁽²⁵⁾ .

PRIMEIRA PARTE

LIBERDADE, LEI E ORDEM

Capítulo 1

RACIONALISMO CRÍTICO VERSUS ARROGÂNCIA UTÓPICA

*"... Civilization rests on the fact that we all benefit from knowledge which we do not possess" (A Civilização assenta-se no fato de que nós todos nos beneficiamos de conhecimento que nós não possuímos). (Friedrich A. Hayek)**

As Bases Filosóficas do Liberalismo

O objetivo deste capítulo inicial é mostrar as respostas que o liberalismo propõe para questões filosóficas fundamentais, tais como "que é conhecimento?", "que é liberdade?", "que é ordem social?", "que é justiça?", etc... Embora não seja possível identificar uma tradição unitária de pensamento liberal - o que tem levado diversos autores a falar em liberalismo "britânico" e outros pensadores a classificar as diferenças entre as diversas correntes liberais por nacionalidades (liberalismos inglês, francês, norte-americano e alemão) - é possível atribuir ao liberalismo um núcleo de identidades básicas, a partir das respostas formuladas àquelas questões filosóficas fundamentais. A demonstração de como é possível tal identificação foi objeto de um recente ensaio do filósofo brasileiro liberal Alberto Oliva, que defende o ponto de vista de que existe uma fundamentação filosófica bastante original servindo de apoio à chamada Tradição Liberal⁽¹⁾.

Muitas das controvérsias existentes no campo científico e, principalmente, no político, derivam das diferenças filosóficas básicas entre duas escolas gerais de pensamento. Como ressaltou Hayek⁽²⁾, embora seja costumeiro referir-se a ambas como **racionalismo**, deve-se distinguir entre o racionalismo evolutivo (ou, na nomenclatura de Popper, **racionalismo crítico**) e o **racionalismo construtivista** (ou **ingênuo**, para Popper).

É nos antigos filósofos gregos que encontramos a divisão do mundo em fenômenos naturais, de um lado, e fenômenos produzidos pelo homem, de outro. tal dicotomia prevaleceu durante séculos no pensamento europeu e sua consequência foi - já que todas as coisas ou eram naturais, ou seja, não dependentes da vontade e da ação dos homens, ou artificiais, isto é, resultado de ação humana intencional - a crença de que não era possível a ocorrência de fenômenos que, embora sendo produto da ação humana, não resultassem da vontade humana. Foi Bernard de Mandeville, em 1728, em sua "Fábula das Abelhas", quem apontou a maneira de resolver o dilema, influenciando David Hume, Adam Smith, Edmund Burke e, por intermédio das escolas "históricas" alemãs, já no século seguinte, Savigny, o qual por sua vez, influenciou Carl Menger, considerado o fundador da Escola Austríaca de Economia.

Por outro lado, opondo-se à tradição britânica, que passava a aceitar a existência de instituições produzidas pela ação, mas não pela vontade humana, surgiram os enciclopedistas franceses, influenciados por René Descartes, como Rousseau, Condorcet e Voltaire, bem como, na Inglaterra, Thomas Hobbes (que estendeu o cartesianismo às ciências sociais e morais). Em seu entendimento, todas as instituições humanas conhecidas seriam - e não poderiam deixar de ser - frutos deliberadamente criados pela razão consciente. Isto conduziu à crença de que apenas as instituições concebidas pelo expresse desejo humano, isto é, "planejada", eram benéficas e ao conseqüente desprezo pela tradição, usos, costumes e pela história em geral.

O racionalismo cartesiano, ao ser transplantado para as ciências sociais, gerou a idéia de que a mente e a razão humanas seriam capazes, por si só, de permitir ao homem construir de novo a sociedade. tal pretensão racionalista, que Hayek denominou de **construtivismo**, teve suas origens em Platão, fortaleceu-se com Descartes e encontrou seguimento em Hegel e Marx. Confrontado, com o racionalismo crítico característico do pensamento liberal, o racionalismo construtivista - fonte das utopias, do socialismo e do totalitarismo - desponta como ingênuo em suas crenças, extremamente arrogante em sua gnosiologia e perigoso em suas experimentações práticas nas sociedades modernas, como a história do século XX atesta.

A alternativa liberal - o racionalismo crítico ou evolutivo - baseia-se em uma visão de mundo extremamente mais realista em sua observação dos fatos, humilde em relação às limitações dos poderes da mente humana e cética no que diz respeito aos experimentos daquilo que Hayek denominou de

"engenharia social" e que são o resultado natural da utopia racionalista cartesiana.

Para que o leitor possa compreender as vantagens que os liberais vêem no racionalismo crítico em relação ao construtivista, no que se refere à formulação de respostas às questões filosóficas fundamentais com que o homem se defronta, é conveniente situarmos algumas questões relacionadas com a teoria do conhecimento, mostrando a importância daquilo que se chama de **negatividade** - que através do recurso permanente aos contra-exemplos e refutações (**falsificacionismo**) - sobre os argumentos de natureza positiva, que servem de apoio às atitudes dogmáticas.

A Questão do Conhecimento

Uma das características centrais da metodologia da Escola Austríaca de economia e que reflete com clareza o núcleo de identidades liberais básicas a que se refere Oliva é a convicção de que o conhecimento humano apresenta um inevitável componente de indeterminação e de imprevisibilidade. A consequência disso é que não apenas o futuro torna-se difícil de ser previsto, mas, principalmente, que ele é essencialmente imprevisível e que, em função dessa inescapável incerteza, todas as ações humanas intencionalmente levadas a cabo produzem consequências involuntárias, isto é, que não podem ser calculadas, previstas ou esperadas e que podem tanto gerar benefícios como produzir malefícios não desejados.

Menger já observara que muitas das instituições sociais conhecidas haviam se desenvolvido espontaneamente⁽³⁾ e que seus resultados, embora não planejados, freqüentemente revelavam-se inegavelmente benéficos. Tais frutos, no seu entendimento, constituíam-se nos "resultados não intencionais do desenvolvimento histórico". Ao mesmo tempo, o fundador da Escola Austríaca enfatizava o fato de que muitas das ações humanas, em decorrência da ignorância associada à imperfeição do conhecimento, resultam em erros.

Mas foi Hayek quem, combinando a linha iniciada em Viena por Menger e desenvolvida posteriormente por Mises⁽⁴⁾ com a tradição clássica britânica calcada na liberdade individual, derivada de John Locke, Bernard de Mandeville, David Hume e Adam Smith, desenvolveu uma teoria do conhecimento que, juntamente com as contribuições de Karl Popper e G.L.S. Shackle, constitui-se no fundamento de maior influência no pensamento liberal moderno.

Um dos pontos centrais da teoria hayekiana do conhecimento é que existem claros limites à capacidade da mente humana, que a impossibilitam de compreender integralmente a complexidade dos fenômenos sociais e econômicos. Por analogia com o teorema de Gödel - que sustenta ser impossível demonstrar-se a consistência de um sistema formal quando se vive dentro desse próprio sistema - Hayek observa que todos os sistemas formais possuem necessariamente algumas regras de funcionamento e de conduta que não podem ser previamente determinadas ou, mesmo, que sequer podem ser estabelecidas conscientemente⁽⁵⁾. Isto significa, em outras palavras, que nós sabemos mais do que aquilo que falamos ou que pensamos saber e que, portanto, é impossível quantificar ou estabelecer concretamente todo o nosso conhecimento. Por essas razões é que, conforme veremos no capítulo 3, os mercados competitivos, ao invés de serem vistos como mercados em equilíbrio, devem ser encarados como processos, isto é, como simples mecanismos de descoberta e articulação de um conhecimento que se apresenta encoberto e desarticulado no mundo real.

É importante observarmos o forte contraste entre a postura liberal a respeito do conhecimento, denominada **falsificacionismo** ou concepção **negativa** de conhecimento (uma vez que nega a possibilidade de um conhecimento completo dos fenômenos sociais) com a posição anti-liberal, a do **justificacionismo** ou concepção **positiva** do conhecimento.

O positivismo em teoria do conhecimento que, como vimos, remonta a Platão e ganha força com Descartes, sustenta, em linhas gerais, que só se pode qualificar de conhecimento aquilo que se consegue demonstrar através da razão ou que pode ser explicado empiricamente, a partir de observações concretas e neutras em relação a qualquer teoria. É fácil perceber que essa forma extremada de racionalismo que caracteriza a vertente justificacionista, ao tender a identificar como razão de ser de todo o conhecimento uma pseudo certeza acarretada pelas demonstrações lógicas e pela confiança nas observações empíricas, faz brotar a crença no construtivismo, isto é, na pretensa capacidade que teria a mente humana de construir sistemas econômicos, políticos, jurídicos, éticos, etc., de acordo com o que fosse considerado "justificado" racionalmente. A crítica liberal - confirmada pelos fatos - é de que é na arrogância de tal postura que se pode encontrar a origem das utopias, desde aquelas mais extremadas, como a que caracterizou o ideal socialista, até as mais brandas, mas nem por isso menos insensatas, como, por exemplo, a crença dos keynesianos de

que os economistas do governo, conhecendo melhor do que os demais cidadãos o que é melhor e o que é pior para todos, podem e devem intervir no sistema de preços e no processo de mercado, com o objetivo de corrigir falhas e gerar "crescimento" econômico. Em outras palavras e parodiando Kant, podemos dizer que o racionalismo construtivista que sustenta essa postura positiva - justificacionista a respeito do conhecimento, levou e ainda leva muitas pessoas, algumas das quais cheias de boas intenções, a adotarem a atitude arrogante de julgar que podem fazer os outros felizes à sua maneira, isto é, que é possível construir-se sistemas complexos em que tanto as instituições como os seres humanos que os compõem ajam sempre em conformidade com a definição de felicidade dos planejadores...

O liberalismo, conforme o próprio nome sugere, enfatiza a importância da liberdade consciente, não apenas como valor ético fundamental, mas - e isto é extremamente importante - como pré-condição para a geração e distribuição de riqueza. É conveniente frisarmos que tal ênfase na liberdade, que caracteriza a postura liberal nos campos do direito, da política, da economia, da ética, etc., fundamenta-se epistemologicamente em uma concepção clara acerca do que é (e do que não é) conhecimento.

A rigor, conforme analisa magistralmente Oliva⁽⁶⁾, a teoria liberal do conhecimento possui quatro traços bem característicos. O primeiro enfatiza os limites que existem à razão. O segundo nega a possibilidade de justificação das teorias como verdades, isto é, repudia o justificacionismo a que nos referimos, preferindo adotar o falsificacionismo, que se baseia na existência e na importância da incerteza e da ignorância, que induzem ao erro. O terceiro reconhece uma inevitável dispersão e fragmentação do conhecimento, isto é, que cada indivíduo dentro da sociedade detém apenas uma pequena fração do conhecimento total existente na sociedade. E o quarto nega a previsibilidade histórica, uma vez que a capacidade de previsão do curso futuro dos acontecimentos exigiria algo que está fora de nosso alcance, que é a própria capacidade de antever a evolução futura de nosso conhecimento. Este capítulo enfatiza o segundo traço, considerando os outros três como pano de fundo.

Ora, se não nos é possível alcançar uma fundamentação positiva para o que julgamos ser nosso conhecimento, tudo o que nos resta é a tentativa de livrarmo-nos dos erros e das falsas hipóteses ou crenças, isto é, resta-nos a postura humilde de reconhecer que, do ponto de vista da teoria do conhecimento, não devemos nos atrever a ir além do método

dedutivo que caracteriza o falsificacionismo-negativismo. Assim pensam os liberais.

Esta "primazia da negatividade" no pensamento liberal, isto é, esta postura anti-justificacionista e, portanto, falsificacionista, é transferida então das altas nuvens da epistemologia para o árido chão da política, do direito, da economia e da sociologia. É a partir desse procedimento que o liberalismo encontra as respostas às questões básicas das sociedades, como liberdade, lei, justiça, Estado, ordem social, felicidade, etc., o que será tentativamente feito nas páginas que se seguem.

Liberdade Positiva e Liberdade Negativa

Para um liberal, liberdade é sinônimo de ausência de coerção ou constrangimento imposto por outrem. Este é o conceito de **liberdade negativa** ou "**liberdade de**", que se fundamenta na abordagem falsificacionista⁽⁷⁾. Ao afirmar que alguém é livre, o liberalismo entende como tal que ele pode escolher seus próprios objetivos, bem como os meios a serem utilizados para a concretização desses objetivos, que ele não é compelido a agir de uma forma que não escolheria voluntariamente, ou, ainda, que ele não é impedido de agir, por imposição de outrem - seja por parte de outro indivíduo, de um grupo de indivíduos ou do Estado - do modo que preferiria. Liberdade, assim entendida como ausência de coerção ou de constrangimento imposto por terceiros, significa o estabelecimento de um campo de atuação, dentro do qual o indivíduo - o sujeito da liberdade - pode decidir sobre seus objetivos e sobre que meios de ação deseja empreender. Evidentemente, a delimitação de sua área de atuação deve ser realizada por um conjunto de normas gerais de justa conduta, isto é, de **leis**, cujo objetivo maior deve ser o de servir como salvaguarda da própria liberdade. A esta altura, podemos observar - como já notara John Locke há mais de trezentos anos - que não pode haver liberdade onde não existe lei⁽⁸⁾.

Em contraposição à idéia de liberdade negativa que caracteriza o liberalismo, existe a concepção **positiva** de liberdade ("**liberdade para**"), abraçada pelos que imaginam que ser alguém livre é o mesmo que ter ou receber poderes ou direitos para executar ações com vistas à concretização de fins especificamente determinados. Tal definição, como observou Isaiah Berlin⁽⁹⁾, remonta a Platão e ganha cores mais nítidas a partir de Hegel: "é certo que não sou escravo de ninguém, mas não poderia ser escravo da natureza, ou de paixões, sejam elas morais, legais ou políticas?" É evidente

que essa entidade superior, à qual os indivíduos se subordinariam (geralmente por serem ignorantes, cegos ou corruptos, segundo os defensores da liberdade positiva), pode ser alçada ao nível superpessoal - uma comunidade, uma nação, uma classe, o Estado, ou a própria marcha da história, a cujos desígnios próprios e ascendência ético-normativa e a cujo pretense determinismo materialista as consciências individuais deveriam sempre subordinar-se candidamente. Em outras palavras, o conceito positivo de liberdade nada mais é do que uma simples manipulação com as definições de homem e de liberdade, com o objetivo de que venha a servir aos interesses, na maioria das vezes escusos e simples instrumentos da vontade de poder, do manipulador ou do grupo manipulador da verdadeira liberdade dos indivíduos. A história recente - Lenin, Hitler, Stalin, Fidel e tantos outros - é um atestado de que a distinção entre liberdade negativa e "liberdade" positiva não é apenas uma questão puramente acadêmica: quantos milhares de pessoas não perderam suas vidas, neste século, acreditando que o faziam por um "ideal" - a vitória final do socialismo ou a superioridade nazista, por exemplo - que, segundo haviam solertemente inculcado em suas cabeças, era superior e, portanto, deveria pairar acima de sua vontade individual? Nos regimes holistas - coletivistas, os indivíduos sempre são considerados simples peças de uma grande máquina social. Com efeito, em sua forma mais radical - aquela adotada pelo regime marxista - o conceito de liberdade positiva é usado para defender o ponto de vista de que o Estado, ao invés de proteger a propriedade privada, deve proteger o trabalhador contra a exploração capitalista, mesmo que isto signifique, como sempre ocorreu no chamado "socialismo real", a abolição quase completa da liberdade de escolha. Mesmo se a chamada teoria da exploração fosse algo palatável ou digerível pelo bom senso, o que se poderia dizer é que, pela vontade expressa de uma minoria - a "intelligentsia" e os membros do partido único - a imensa maioria de cidadãos seria simplesmente compelida a trocar de amo, deixando de ser "explorada" pelos capitalistas (nacionais e estrangeiros), para ser escravizada pelo Estado.

Conforme argumentou Sir Isaiah Berlin, se um indivíduo mostrar-se disposto a sacrificar um pouco de sua liberdade em benefício de mais igualdade para os outros, não é correto concluir-se que a liberdade total aumentou. Na verdade, o que poderia nesse caso ter ocorrido seria uma perda - e não um ganho - de liberdade. Cada coisa é exatamente o que ela é: liberdade é liberdade e não satisfação, ou justiça, ou igualdade, ou cultura, ou felicidade. Assim, os defensores da "liberdade para", ao argumentarem, por exemplo, que se pode trocar doses de liberdade individual por doses de liberdade

de uma outra espécie, enredam-se em uma falácia, que é a da confusão de valores.

A esta altura, o leitor já terá percebido que, onde não existe liberdade negativa - isto é, onde há coerção - os indivíduos ficam inapelavelmente submetidos à vontade de terceiros, cuja ação arbitrária pode coagi-los a agir ou a não agir de determinadas formas.

É importante observarmos que o conceito de liberdade negativa, significando ausência de coerção, conduz necessária e naturalmente à necessidade de uma proteção social contra a coerção, que deve assumir a forma de leis - normas gerais de justa conduta, estabelecidas com o objetivo de evitar que alguém ou algum grupo tenha o poder de coagir outros indivíduos ou grupos. Por esses motivos é que Hayek escreveu que "a exigência liberal da liberdade é, por conseguinte, uma exigência de remoção de todos os obstáculos criados pelo homem aos esforços feitos pelos indivíduos, não uma reivindicação no sentido de que a comunidade ou o Estado supram bens particulares".

A concepção negativa de liberdade decorre, como o leitor talvez já tenha notado, da postura humilde que caracteriza a teoria do conhecimento liberal, associado, como vimos, a Locke, Hume, Stuart Mill, Hayek e Popper, segundo a qual nossa ignorância é inevitavelmente infinita e nosso conhecimento, também inescapavelmente, é finito. Aceitando esse fato, torna-se compreensível o empenho demonstrado por todos os pensadores liberais no sentido de demonstrar que o usufruto da liberdade - ausência de coerção - é um elemento fundamental para que o homem possa fazer frente ao seu desconhecimento a respeito dos processos que lhe permitem obter a realização de seus fins. É evidente que a liberdade deve ser tanto mais valorizada quanto menor for o conhecimento: se este fosse pleno, isto é, se fôssemos oniscientes, a liberdade perderia valor enquanto fundamento da evolução das sociedades humanas.

Vimos o quanto é importante o estabelecimento de leis, com o objetivo de salvaguardar a liberdade. No entanto, quando a lei não atende às características de negatividade, ela pode ter como consequência a desfiguração e até mesmo a destruição da liberdade.

Por isso, as definições de liberdade e coerção dadas pela Escola Austríaca implicam necessariamente em uma complementação, que é o conceito de **responsabilidade**

individual. É por isso que Hayek abre o 5º Capítulo de seu livro "Os Fundamentos da Liberdade" da seguinte maneira:

"Liberdade não significa apenas que o indivíduo tenha tanto a oportunidade quanto as fronteiras de (sua) escolha; significa, também, que ele deve carregar as conseqüências de suas ações e receber tanto prêmio quanto punição por elas. Liberdade e responsabilidade são inseparáveis". (grifo nosso) (11)

Como a liberdade sem responsabilidade geraria anarquia, com a conseqüente agressão aos direitos individuais, torna-se necessária a existência de um sistema de normas de justa conduta. No entanto, o liberalismo procura mostrar com clareza a natureza das leis, uma vez que, para o objetivo de garantir a vida em sociedade salvaguardando a liberdade responsável, a simples sanção de normas coercitivas não basta. É preciso que essas normas sejam, de fato, conformes ao conceito liberal de lei que, como veremos, atende aos requisitos da negatividade.

Não é pelo número de normas existentes em uma sociedade que devemos pautar nossa análise. Muito pelo contrário, ao que parece, quanto maior o número de leis, menor a eficiência do sistema jurídico. Ou, como afirmara Tácito, "quanto mais corrupta é a República, mais corruptas são as leis". (12). o que é relevante é a qualidade das leis, não sua quantidade.

Para examinarmos a qualidade das leis, a primeira coisa que temos que fazer é definir lei. Giovanni Sartori (13) observa que, na tradição romana, *ius* (em latim, a lei) ligou-se definitivamente com **iustum** (o que é justo). Os gregos não possuíam um equivalente à palavra *ius*: os termos **diké** e **dikaíosúne** expressam a idéia moral, mas não a idéia legal de justiça, o que significa, de acordo com Battaglia e Sforza(14), que não são equivalentes a *iustum*, que deriva de *ius*. Com o passar do tempo, a antiga palavra usada para denominar o direito passou a ser, em inglês (*right*), em italiano (*diritto*), em espanhol (*derecho*) e em francês (*droit*), designativa de justiça. Em outras palavras, *ius* é tanto o legal como o justo. Isto significa que o direito não foi concebido como o conjunto de regras gerais postas em vigor por um soberano (**iussum**), mas como uma regra que expressa e encarna o sentido de justiça da comunidade (**iustum**). Portanto, em sua concepção original, o direito é mais do que uma norma qualquer que tem a forma de uma lei; ele é um conjunto de normas com um conteúdo, isto é, de regras que possuem o atributo e a qualidade de serem justas.

Por isso, a concepção liberal de lei - norma geral de justa conduta - está perfeitamente em conformidade com as origens do direito.

Trata-se, como podemos ver, de uma concepção negativa de lei, pois, como escreveu Frédéric Bastiat, "quando a lei e a força mantêm um homem dentro da justiça, não lhe impõem nada mais do que uma simples **negação**. Não lhe impõem senão a obstrução de prejudicar outrem. Não violam sua personalidade, sua liberdade, nem sua propriedade. Somente salvaguardam a personalidade, a liberdade e a propriedade dos demais. Mantêm-se na defensiva pura e defendem a igualdade de direitos para todos" (15).

A finalidade da lei não deve ser restringir, nem impedir, mas preservar e ampliar as liberdades (com responsabilidade) individuais, na tradição do pensamento liberal. O liberalismo rejeita o conceito positivo de lei, originário da jurisprudência analítica de John Austin, de um lado, e do positivismo jurídico - que, diga-se de passagem, deitou raízes profundas no direito brasileiro -, associado ao nome de Kelsen. Tal conceito encarna uma visão meramente formal do direito, identificando-o com sua própria forma. Em outras palavras, o positivismo jurídico tende a confundir direito com legislação. Tal desvio em relação à tradição romana parece ser conseqüência da idéia enganosa de que o Rechtsstaat, ou Estado de direito, eliminaria por si só a possibilidade de o direito ser injusto, o que explica, em parte, a atitude de acreditar que o direito possa ser reduzido a um problema de forma e de quantidade, quando na realidade o que importa é o conteúdo e a qualidade.

O direito positivo, no dizer de Oliva, "torna regra a coerção e exceção a liberdade" (16). Na concepção liberal, as leis devem ser diferenciadas dos comandos que emanam do direito positivo: uma lei deve ser proscritiva, do tipo "não matarás" ou, genericamente, "não farás isto ou aquilo" e não do tipo "farás isto ou aquilo". Evidentemente, a lei deve basear-se em sistemas éticos basilares, fundamentando-se muito mais nas tradições, usos e costumes do que na jurisprudência.

As leis que atendem a esses requisitos, isto é, que sejam normas gerais de conduta justa e que, além disso, sejam prospectivas, abstratas e igualmente aplicáveis a todos, impõem-se naturalmente: trata-se da *autoridade das leis*, que deve ser contraposta ao caso oposto dos comandos derivados do direito positivo, que, priorizando a forma e o número, transformam-se em verdadeiras caricaturas das leis, isto é,

em simples *leis das autoridades*, abolidoras da liberdade. Na nomenclatura da Hayek, que se inspirou nos gregos, uma ordem jurídica baseada em normas de conduta com os atributos negativos da lei é designada por **Nomos** (que se pode traduzir com "por convenção", ao passo que uma ordem jurídica baseada nos comandos que emanam do conceito positivo de lei é denominada de **Thesis** (que se traduz como "por decisão deliberada"). Voltaremos a este ponto no próximo capítulo.

A predominância da negatividade no pensamento liberal não se restringe apenas aos conceitos de liberdade e de lei. Estende-se à própria visão de Estado e ao conceito de felicidade humana.

A respeito da concepção negativa do Estado, teremos ocasião de tecer maiores comentários oportunamente. Por ora, basta que o leitor tenha em mente que, para o liberal, o que proporciona a máxima liberdade de escolha individual não é a **forma** de governo que a sociedade adota, mas sim a extensão do poder que se concede ao Estado. Assim, o liberalismo vê a democracia como simples meio de governo, que é superior por haver se revelado o melhor dentre os demais de que se tem conhecimento e contesta a ideologia democrática, derivada de Rousseau, que vê a democracia não como forma de governo, mas como um fim em si mesmo. Daí a necessidade, preconizada pelos liberais, de se estabelecerem mecanismos institucionais que assegurem a contenção do poder do Estado dentro de limites, além dos quais os direitos individuais básicos seriam agredidos. Como escreveu Thomas Paine:

"A sociedade é produzida por nossas carências, o Governo por nossa perversidade. A primeira promove positivamente nossa felicidade, unindo nossos afetos. O segundo negativamente, restringindo nossos vícios. A primeira estimula a interação, o outro cria distinções. A primeira protege, o segundo pune.

A sociedade, em qualquer de seus estágios, é uma bênção, ao passo que o governo, mesmo em sua melhor forma, não passa de um mal necessário; e, na sua pior versão, um mal intolerável"(17)

No que se refere à concepção da felicidade humana, o liberalismo rejeita a crença, fundamentada no racionalismo construtivista, de que aqueles que fazem a lei e que detêm o poder têm o conhecimento necessário e suficiente para impor o seu conceito particular de felicidade aos outros. Assim, reconhecendo nossa escassez de conhecimento, devemos deixar a

cada um, dentro de um ambiente responsável e ao amparo da lei, a busca de sua própria felicidade.

Com base no que foi exposto neste primeiro capítulo, acreditamos que seu título - Racionalismo Crítico vs. Arrogância Utópica - esteja a esta altura bastante claro. Liberalismo, a partir de uma teoria do conhecimento realista, que reconhece as limitações do saber humano, segue uma postura racional crítica, sem levar o racionalismo às últimas conseqüências, o que o faz adotar uma atitude humilde e, portanto, rejeitar as posições pretensiosas e arrogantes - a "pretensão fatal" a que se referia Hayek⁽¹⁸⁾ - do racionalismo construtivista, que servem de base para a "engenharia social" e para a utopia, fenômenos que enlutaram o século XX e que precisam ser definitivamente banidos da civilização, para o bem da humanidade.

No próximo capítulo, veremos como essas duas visões de mundo resultam em dois casos polares de organização social, política e econômica. Veremos, além disso, que, neste caso, a virtude não está no meio, uma vez que o denominado "terceiro caminho" - uma tentativa de combinar uma ordem espontânea com o construtivismo - sendo filosoficamente contraditório por natureza, mostra-se insustentável quando se tenta aplicá-lo às organizações humanas.

Capítulo 2

ORDEM ESPONTÂNEA VERSUS CONSTRUTIVISMO RACIONALISTA

*"Como o liberalismo social (social-democracia) certamente não pode desejar parar, nem mesmo reduzir a formação de capital - e muito menos, provocar a depreciação do capital -, fatalmente terá de escolher entre capitalismo e socialismo. Tertium non datur (não há terceira opção)". (Ludwig von Mises)**

Os Dois Casos Polares de Organização Social, Política e Econômica

"Para compreender o funcionamento da sociedade, devemos tentar definir a natureza geral e o grau de nossa ignorância neste campo"(1). A partir desta frase de Hayek, que ratifica a postura cética quanto à plenitude do conhecimento humano que, conforme vimos no capítulo anterior, caracteriza o pensamento liberal, podemos iniciar a discussão sobre as duas formas antitéticas de organização social. Em muitos de seus trabalhos, o grande pensador austríaco criticou severamente a crença bastante generalizada, porém equivocada, no construtivismo, isto é, em que as instituições sociais e a própria civilização, uma vez que foram criadas pelo homem, podem por ele ser alteradas ao seu arbítrio, de modo a satisfazer seus desejos, suas vontades e suas aspirações.(2)

À primeira vista, a crença construtivista parece correta: quantos milhões de pessoas não nasceram, viveram e morreram acreditando piamente na idéia de que o objetivo de se construir uma sociedade melhor pode ser alcançado mediante um planejamento que substitua as normas, instituições e valores existentes por outros previamente calculados? De

fato, se as instituições, normas e valores foram criados pelo homem, por que não poderiam ser alterados - para melhor - por ele? No entanto, essa opinião, na medida em que se apoia em um grande equívoco quanto às causas verdadeiras da vida em sociedade e das instituições, não tem fundamento e equivale a defender a construção de castelos de areia.

O ponto central para a compreensão do enfoque hayekiano e a idéia de que a transformação, ao longo dos séculos, das sociedades tribais primitivas nas sociedades complexas modernas, foi um processo que se verificou de forma espontânea, isto é, que, embora tenha resultado da ação humana, não foi produzido pela vontade humana, expressamente concebida. Em outras palavras, as sociedades não foram planejadas pelo homem; foram, simplesmente, evoluindo, evoluindo ao longo do tempo, desde as primeiras tribos até as formas mais modernas de vida social. Não foram, portanto, fruto exclusivo da razão, mas foram e são o resultado de um processo de mutações permanentes, de um **processo evolutivo**, que se pode dizer à la Darwin, mas cuja idéia em teoria social é anterior à do evolucionismo biológico de Darwin.

O conceito de evolução social é de importância fundamental para que se compreenda a idéia de **ordem espontânea**. Hayek⁽³⁾ aponta duas fontes de confusão a respeito do evolucionismo. A primeira é que não é correto que o evolucionismo em ciências sociais seja uma extensão do evolucionismo biológico darwiniano; na verdade, o que ocorreu foi o oposto: Charles Darwin foi quem aplicou à biologia o conceito de evolução, anteriormente usado no estudo das sociedades humanas e suas instituições, pelos filósofos-morais do século XVIII, especialmente os que estudaram as leis e a linguagem sob o ponto de vista histórico, que foram, a rigor, darwinianos antes de Darwin.

Essa precedência do evolucionismo social sobre o biológico não tem qualquer conotação com o chamado "darwinismo social", que foi uma tentativa fracassada, ocorrida já no século XIX, no sentido oposto, isto é, de levar o evolucionismo biológico para as ciências sociais. Seu fracasso deveu-se a terem seus teóricos desprezado o fato de que existem diferenças entre os processos de seleção que ocorrem na transmissão cultural e que levam à formação e mutação das instituições sociais e os processos de seleção que se realizam pelas transformações das características biológicas e que se transmitem hereditariamente. Ao ignorar essas diferenças, o "darwinismo social" enfatizou processos de seleção de caráter biológico para tentar explicar a evolução social, o que, evidentemente, resultou em fracasso.

A segunda fonte de confusão que envolve o evolucionismo, principalmente a teoria da evolução social, é a crença errada de que esta teoria consiste de "leis de evolução". Na verdade, não se pode falar em leis, no sentido que usualmente se entende, isto é, da seqüências ou fases definidas, pelas quais deveriam passar os processos de evolução das instituições sociais, que permitiriam, caso fossem identificadas, estabelecer modelos de previsão das trajetórias futuras dos fenômenos sociais. É importante que o leitor reflita sobre o fato de que é essa crença - que erra ao identificar a seleção biológica com as mutações sociais espontâneas (fruto da ação do homem, mas não de sua vontade) - que fundamenta as concepções historicistas, bem como a abordagem holística de Comte, Hegel e Marx, cujo resultado é o chamado determinismo histórico, que nada mais é do que a atitude mística de se acreditar que a evolução das sociedades deve seguir um curso pré-determinado.

Devemos entender a evolução social como um processo de tentativas e erros dos milhões de seres humanos que compõem a sociedade, a imensa maioria dos quais não se conhecem uns aos outros, mas que, mediante uma série de ações, voluntárias mas não planejadas, de aproximações graduais e sucessivas, evolui ao longo do tempo, em um ambiente necessariamente marcado por um conhecimento humano que, além de escasso, encontra-se fragmentado e disperso, o que faz necessariamente com que toda a ação humana seja efetuada sob condições dinâmicas (o tempo não espera por nossas decisões) e de incerteza.

A insuficiência e a dispersão do conhecimento humano entre milhões de pessoas e a busca - que faz parte da própria condição humana - por parte de cada indivíduo, de seus interesses particulares, em regime de liberdade (negativa) é que desencadeiam um processo espontâneo, que vai se desenrolando ao longo do tempo, de maneira essencialmente imprevisível, subordinado a regras e normas gerais. Portanto, a atitude de acreditar, com base no conceito fatal de que o homem - ou os que detêm o poder - possui conhecimentos plenos e que, portanto, pode comandar o processo evolutivo, interferindo em sua espontaneidade em nome de um alegado determinismo histórico - o que leva sempre à supressão da liberdade de escolha - apesar de não deixar de ser um exercício intelectual interessante, constitui-se no maior mal do século XX.

Dentro desse pano de fundo é que devemos examinar os dois casos polares de organização social, política e econômica. no primeiro polo, temos as **sociedades de homens**

livres, que se organizam de acordo com uma ordem geral espontânea; no segundo, as **sociedades totalitárias**, organizadas deliberadamente, com base no racionalismo construtivista. É, mais uma vez, Hayek quem contribui para estabelecer de maneira clara as diferenças entre essas duas formas de organização social, encaixando cada uma delas em um aparato característico de regras de conduta⁽⁴⁾

Abastecendo-se na cultura clássica da Grécia antiga, Hayek denomina as duas formas de organização social de **Cosmos** e **Taxis** e as duas espécies de normas de conduta de **Nomos** e **Thesis**. A distinção entre as duas últimas já foi vista no capítulo anterior: **Nomos** refere-se a regras que regulam a conduta dos indivíduos, aplicáveis a um número desconhecido de situações futuras, que consistem em decorrência dos direitos individuais e às quais todos os indivíduos, indistintamente, devem subordinar-se. É, em poucas palavras, a lei garantidora da liberdade, a autoridade da lei, que deve ser **descoberta**, no sentido de que sua fonte básica são os usos, costumes e tradições. Já **Thesis** refere-se às regras derivadas do conceito positivo de lei, ou seja, a comandos, aplicáveis de modo desigual sobre as pessoas e nem sempre de modo prospectivo. Se **Nomos** significa a lei da liberdade, **Thesis** refere-se à legislação, que não tendo nascido para regular usos e costumes já consagrados, não pode ser descoberta, mas sim inventada ou criada, geralmente para servir a propósitos deliberados, para atender a grupos específicos. Essas regras não se impõem por sua autoridade intrínseca (pois não são justas), mas por sua coercitividade extrínseca: não sendo a autoridade da lei, são a lei da autoridade.

No que se refere às duas formas de organização social, **Cosmos** é aquela ordem espontânea, que é fruto de ação, mas não de desígnio deliberado do homem e que resulta de um permanente processo de seleção, de natureza evolutiva, como o que analisamos anteriormente. Por outro lado, **Taxis** são as organizações produzidas pela ação e concebidas pelo planejamento do homem, produto artificial do racionalismo construtivista.

Estamos agora preparados para reconhecer os dois casos polares de organização social, política e econômica. O primeiro, denominado de **sociedades livres**, ou **sociedades de homens livres**, tem o indivíduo como sujeito da liberdade e caracteriza-se pela combinação de **Cosmos** com **Nomos**. Daí resulta uma ordem liberal, caracterizada, entre outros atributos, pela economia de mercado, pela abertura, pelo sistema democrático representativo, pela espontaneidade, pelo

respeito aos direitos individuais, sob o amparo do Estado de direito, definido como a autoridade da lei (Nomos). A ocorrência simultânea de Cosmos e Nomos - que denominamos de *Ordem do Progresso* - é, em última instância, o que se deve esperar das instituições, se o que se tem em vista é de fato o crescimento auto-sustentado; ambas harmonizam-se naturalmente e complementam-se espontaneamente, liberando assim as energias necessárias para que as forças geradoras do crescimento econômico entrem em permanente operação.

O segundo caso extremo de organização social, política e econômica resulta da combinação de **Taxis** e **Thesis**. São as **sociedades totalitárias**, semelhantes às dos insetos gregários, como as formigas, abelhas e cupins. Conforme observou o Prof. Og Leme, "...se é figura abstrata da sociedade ou do Estado que é livre, e não os cidadãos ou membros individuais, tudo se passa como se estes se subordinassem a um comportamento altruísta, imposto pelas autoridades ou por uma programação genética. Todos por um (o Estado) e um por todos (novamente o Estado ou a colméia). No caso dos insetos gregários, o altruísmo é "natural", trata-se de algo transmitido biologicamente. A fatalidade do altruísmo é parte da natureza dos cupins, das formigas e das abelhas"⁽⁵⁾ (grifo e aspas do autor). Mas, evidentemente, impor pela força o altruísmo é violar a condição humana naquilo que ela tem de mais representativo - e, podemos dizer, de sagrado - o livre arbítrio, a busca de si mesmo, a liberdade de escolha pessoal. A combinação dos paradigmas Taxis e Thesis produz o totalitarismo: a substituição da lei pela legislação agride o Estado de direito; a democracia, enquanto simples forma de governo, pelo "democratismo", que a vê como um fim, atinge os direitos das minorias e concentra o poder; a da economia de mercado pela economia controlada pelo Estado, imobiliza o sistema de preços e desestimula a geração de riqueza; a do indivíduo pelo Estado, enquanto sujeito da liberdade, agride a condição humana, pois, ao pretender impor o "altruísmo" (busca desenfreada pela igualdade de resultados) pela força, nada mais faz do que forçar seres humanos a se comportarem como insetos. É o caminho mais seguro para a estagnação econômica, para a opressão e para a infelicidade individual (e, paradoxalmente, a coletiva).

Uma vez estabelecidos os traços distintivos das duas formas polares de organização, resta-nos mostrar ao leitor que não existe - a não ser apenas durante algum tempo - possibilidade de uma terceira via, que combine Cosmos com Thesis, ou Taxis com Nomos.

"Tertium non Datur" (ou a Contraditoriedade dos Muros)

O resultado da aplicação dos comandos do tipo **Thesis** ao conceito de **Cosmos** resultaria, em termos objetivos, na tentativa de se implantar uma ordem espontânea, caracterizada principalmente por uma economia de livre mercado, mas que fosse regida por comandos ou instruções. O resultado seria semelhante ao que alguns chamam de "economia de mercado socialmente controlada" e, outros, de "liberalismo social". Tal sistema, como é fácil perceber, apresenta um claro conflito interno, que o condena de antemão ao fracasso, uma vez que o funcionamento de uma economia de mercado tem como característica marcante a atividade empresarial - "entrepreneurship" - que se caracteriza essencialmente, já que ela se efetiva em um ambiente marcado pela insuficiência e pela dispersão de conhecimentos e pela passagem do tempo, pelo que Israel Kirzner chamou de **descoberta** (6). Em um processo de mercado, que deve caracterizar uma economia livre e competitiva, a ética dos lucros empresariais é justificada pelo êxito de cada empresário, que, necessariamente, deve assumir todos os riscos inerentes ao processo de descoberta de oportunidades inexploradas: aquele que tiver êxito nesse processo satisfará melhor os desejos dos consumidores e receberá destes um prêmio, que se refletirá em lucros; aquele que falhar em atender à demanda dos consumidores, será punido com prejuízos.

O conflito se dá na medida em que o processo de mercado que caracteriza uma economia livre e competitiva deve necessariamente ser suportado por um aparato jurídico-institucional baseado em normas de conduta do tipo Nomos, isto é, em regras de justo comportamento que sejam gerais, impessoais e prospectivas, cujo objetivo maior seja a garantia dos direitos individuais, entre os quais o direito de cada "entrepreneur" (empresário "descobridor") de participar competitivamente, em igualdade de condições com os demais, do processo de descoberta. Como o paradigma **Thesis** expressa comandos e ordens dirigidas, pessoais, desiguais e inibidoras, por definição, da competição que deve caracterizar a economia de mercado, estabelece-se o conflito. Mais cedo ou mais tarde, se houver insistência na manutenção da ordem geral **Thesis-Cosmos**, o que se verificará será sua destruição, com a substituição de **Cosmos** por **Taxis**: com efeito, as normas jurídicas centralizadoras envenenarão a competição, interferirão no processo de mercado e comprometerão a liberdade econômica. Assim, um sistema **Thesis-Cosmos** convergirá, ao longo do tempo, para um sistema **Thesis-Taxis**, isto é, para o intervencionismo econômico pleno. Conforme demonstrou Hayek (7), ao interferir-se, mediante a aplicação de comandos específicos, em uma economia

de mercado, cria-se desordem e agride-se a justiça. O resultado é que a economia de mercado deixa de ter os atributos que se exigem de uma economia de mercado. Os consumidores deixam de dirigir o processo de alocação de recursos.

Por outro lado, a tentativa de aplicar às normas do tipo **Nomos** o paradigma **Taxis** resultaria objetivamente na implantação de uma "economia socialmente controlada", mas que fosse regida por normas de justa conduta. Ou, em outras palavras, na tentativa de se impor a coexistência do liberalismo político com o anti-liberalismo econômico, o que corresponde, em suas linhas gerais, às propostas da denominada "social-democracia".

Tal sistema intermediário também é internamente contraditório, uma vez que o intervencionismo econômico que o caracteriza não tem condições de ser sustentado permanentemente por regras de justa conduta, o que levará paulatinamente à supressão destas por comandos centrais. Em outras palavras, um sistema "social-democrático" do tipo Nomos-Taxis converge necessariamente para um sistema Thesis-Taxis, isto é, converge também para a supressão da liberdade política.

Para Mises, três razões explicam essa convergência:

"Primeira: as medidas restritivas sempre diminuem a produção e a quantidade de bens disponível para consumo. Quaisquer que sejam os argumentos apresentados em favor de determinadas restrições ou proibições, tais medidas em si não podem jamais constituir um sistema social de produção.

Segunda: todas as variedades de interferência nos fenômenos de mercado não só deixam de alcançar os objetivos desejados como também provocam um estado de coisas que o próprio autor da intervenção, do ponto de vista do seu próprio julgamento de valor, considera pior do que pretendia alterar. Se, para corrigir os indesejados efeitos de uma intervenção, recorre-se a intervenções cada vez maiores, acaba-se destruindo a economia de mercado, substituindo-a pelo socialismo.

Terceira: o intervencionismo pretende confiscar o que uma parte da população tem de "excelente" e distribuí-lo a uma outra parte. Uma vez que esse excedente já tenha sido confiscado, torna-se impossível prosseguir com essa política"(8)

Existe, como o leitor pode perceber, uma inconsistência lógica fatal nos dois sistemas híbridos que acabamos de comentar. Tal deficiência, contudo, pode ser entendida de modo claro a partir da famosa demonstração, estabelecida por Mises em 1922⁽⁹⁾, de que, no regime socialista de produção, é impossível realizar-se o cálculo econômico. As linhas gerais da demonstração são as seguintes: se a liberdade econômica (propriedade privada) é condição necessária para a existência da economia de mercado, se a economia de mercado é condição necessária para a formação de preços, se a formação de preços é condição necessária para o cálculo econômico, então, se não existe liberdade econômica, não pode realizar o cálculo econômico, isto é, não permite que se averigue, entre os múltiplos métodos de produção colocados para opção, o que apresenta menores custos. Isto inviabiliza o sistema socialista enquanto sistema econômico, porque nesse sistema não há como existir preços, o que há são **pseudo-preços**, que nada mais são do que números estabelecidos pelas autoridades planejadoras, sem qualquer significado econômico. Em outras palavras, como não existem preços econômicos, apenas e necessariamente "preços" políticos, o socialismo é um sistema que se guia às cegas.

E que dizer sob o ponto de vista da lógica, da possibilidade de existência de um terceiro sistema, híbrido entre o liberalismo e o socialismo, dos tipos **Thesis-Cosmos** e **Nomos-Taxis**, como o social-liberalismo e a social democracia? Esquecendo a enorme impropriedade semântica dessas duas últimas expressões, que ganharam tanta popularidade, e atendo-nos apenas às exigências da lógica, a resposta é que a possibilidade de um terceiro caminho não existe, porque os problemas de organização econômica da sociedade não se apresentam em termos contrários, mas em termos contraditórios, conforme observou Zanotti⁽¹⁰⁾

Termos contrários admitem um termo intermediário: entre frio e quente, existe "morno"; entre fechado e aberto existe "semi-aberto"; entre branco e preto, existe "cinza", etc. Mas o princípio lógico da exclusão dos terceiros mostra que, quando os termos são contraditórios, não existe uma terceira possibilidade intermediária entre eles: por exemplo, entre chover e não chover, entre frio e não frio, entre economia de mercado e economia controlada. A formulação metafísica desse princípio é que a única possibilidade intermediária entre ser e não ser, entre dois termos contraditórios, é ser e não ser a um só tempo, o que viola o princípio de não contradição. Logo, não existe uma terceira opção entre economia de mercado e "economia não de mercado". Como os sistemas intervencionistas diferem do socialismo em grau, mas não em

essência, ou seja, o que diferencia ambos são graus diferentes de controle estatal sobre a economia, a disjuntiva, portanto, é: se o Estado controla a economia ou não a controla, se os consumidores dirigem o uso dos recursos ou não dirigem, se, enfim, existe economia de mercado ou não existe. Como escreveu enfaticamente Zanotti, "buscar terceiros sistemas é atentar contra a lógica".

Não se trata, como vimos, de ser liberal ou não ser liberal, mas de que o *liberalismo sem adjetivos* - **Nomos-Cosmos** - é um dos dois sistemas de organização social, política e econômica que apresenta consistência e é logicamente correto. O outro é o totalitarismo - **Thesis-Taxis** - que, mesmo sendo coerente internamente, é um sistema que se guia às cegas, por não conter um sistema de preços. Trata-se, portanto, de escolher entre viver de um dos lados do muro, sabendo-se que em um dos lados existem a liberdade e as condições propícias à geração de riqueza, sob o comando de normas justas, enquanto que, do outro, estaremos condenados, cedo (**Thesis-Taxis**) ou tarde (na medida em que tanto **Thesis-Cosmos** como **Nomos-Thesis** convergem para **Thesis-Taxis**), a viver mecanicamente, como formigas, abelhas e cupins, talvez iguais na pobreza, mas certamente iguais na infelicidade. Contrariamente ao que os pretensos "teólogos" da "libertação" apregoam, e de acordo como o que escreveu São Paulo aos coríntios, embora a felicidade, por si só, não garanta a felicidade, a primeira é uma condição necessária para que a segunda se realize plenamente: "Ubi autem Spiritus Domini, ibi libertas" (onde está o Espírito do Senhor, aí há liberdade)⁽¹¹⁾. Liberdade responsável, liberdade **de**, liberdade negativa, liberdade individual. E não "liberdade" (positiva), imposta por comandos, sinônimo de "altruísmo" imposto pela polícia, ou de "caridade" garantida por canhões... ou por "el parédon".

O Estado: Servo ou Senhor

Desde que o homem descobriu a possibilidade de viver em sociedade, ele percebeu que se via necessariamente diante de um dilema: usando a metáfora de Homero, ele deveria oscilar entre o "Scyllas" do isolamento, proporcionador de liberdade total, porém incompatível com a divisão do trabalho e, portanto, limitador do progresso, e o "Caribdes" da vida em grupo, limitador da liberdade, mas gerador de incontestáveis benefícios que deveriam, contudo, variar de acordo com o êxito, a capacidade, a boa sorte ou o poder obtidos por cada indivíduo. A fórmula encontrada para conciliar o dilema foi a criação de um acordo comunitário, que implicasse a cessão de parte da liberdade total, em troca de garantias aos direitos

individuais básicos, para que os mais fortes, inteligentes, capazes e perspicazes não dominassem os mais fracos, néscios, incapazes e broncos, o que resultaria na concentração do poder nas mãos de poucos.

Assim, a criação do referido acordo comunitário proporcionou o nascimento de uma entidade que se colocasse acima de todos, dos fracos e dos fortes, dos tolos e dos inteligentes, dos preguiçosos e dos diligentes e que viesse a exercer a função de zelar, imparcialmente, pelos interesses da sociedade. Esta é, em linhas gerais, a origem do Estado e de seu braço executivo, o governo, com a finalidade de evitar que alguém, ou que algum grupo, transforme-se em opressor dos demais, a sociedade aceita a existência de um ente superior, neutro, eqüidistante e preocupado em zelar pelos interesses de todos, pelo bem comum dos cidadãos.

Entretanto, o crescimento exagerado que o Estado, experimentou, especialmente a partir do século XX, fez com que ele, que nascera para prevenir um mal - o da concentração de poder nas mãos de poucos indivíduos - acabasse produzindo outro mal - o da concentração de poder, não mais apenas político, mas econômico e cultural, em suas próprias mãos.

É a partir dessas considerações que devemos entender a visão de Estado da Escola Austríaca de economia que, embora tenha diversos pontos em comum com o liberalismo clássico do século XIX, procura enfatizar a natureza do Estado e suas relações com o indivíduo. Tal postura reflete, sem dúvida, a preferência metodológica que os economistas da Escola Austríaca têm pelos mercados livres como sistemas de alocação de recursos, bem como sua convicção na superioridade moral do individualismo sobre o coletivismo.

Mises e Hayek manifestaram visões bastante semelhantes a respeito da questão, embora Hayek tenha sido um tanto mais condescendente, na medida em que, mais do que Mises, admitida a idéia de que, sob condições de desespero, o Estado poderia, excepcional e temporariamente, estabelecer políticas de rendas. Ambos aceitavam a tese de que o Estado deve ser forte e que, para isso, a extensão de seus poderes deve ser severamente limitada, uma vez que o conceito de Estado não pode ser separado da defesa liberal da liberdade individual responsável como um bem supremo, o que conduz à defesa do papel que a lei deve desempenhar para garantir a liberdade.

A essência da visão hayekiana do Estado é que ele deve ser contido, tanto quanto for possível, limitando-se à manutenção das instituições (como o judiciário, por exemplo) e as regras que regem sua administração devem ser

estabelecidas como normas gerais de justa conduta (**Nomos**, como vimos). Quando a legislação (**Thesis**) adquire dominância sobre a lei, os cidadãos, tornando-se servos do Estado, ingressam no que ele chamou de "caminho da servidão" (12).

Murray Rothbard, seguidor de Mises, adota uma posição mais libertária, rejeitando inteiramente os conceitos aristotélicos e platônicos do Estado como a personificação dos esforços morais mais elevados. Seu argumento parte da proposição de que o homem é um ser social e que, portanto, o Estado é aquela instituição "natural", através da qual o homem torna-se capaz de completar sua verdadeira natureza. Como ele frisa em "Power and Market" (13), isto não é uma defesa do Estado, uma vez que Estado e "sociedade" são co-extensivos: o ponto de vista dos libertários é que o Estado representa, na realidade, um instrumento anti-social.

Podemos resumir em alguns pontos a visão de Rothbard a respeito do Estado. Primeiro, ele não aceita a tese de que "nós" somos o governo, em decorrência do poder do nosso voto democrático. Em "The Anatomy of the State", Rothbard argumenta que o Estado não é uma associação voluntária, como um clube ou um sindicato: ele é aquela organização que "procura manter um monopólio do uso da força... em uma determinada área territorial" (14). Segundo, ele enxerga a noção, algo mística, de que o Estado é uma grande "família humana", reunida para solucionar os problemas de todos, como uma falácia: o Estado é visto por Rothbard como um canal legalizado para a apropriação da propriedade privada, que é anterior à criação do próprio Estado. Terceiro, ele desmistifica a idéia, ingenuamente difundida, por exemplo, entre os economistas de formação keynesiana, que ressalta as boas intenções e os "motivos superiores" que levam o Estado a intervir na economia. E quarto, ele sustenta sua convicção de que o Estado, sendo composto por homens e, portanto, reflexo de suas fraquezas, interessa-se mais por seus próprios assuntos e pela preservação do poder do que pela busca do bem comum com um desafio, no sentido de que olhemos para as atitudes em relação aos crimes cometidos contra ele, como por exemplo, a falsificação de moeda e a sonegação de impostos, e os crimes cometidos contra os cidadãos privados, como roubos, assaltos, estelionatos e assassinatos, aos quais podemos acrescentar os cometidos pelo Estado contra os cidadãos, como os congelamentos de preços, desindexações e confiscos de poupanças e depósitos à vista, que caracterizaram o Brasil a partir de 1986.

Em suma, o ponto de vista da Escola Austríaca a respeito da natureza e das funções do Estado é que ele, tendo sido

criado pelos indivíduos para ser um ente neutro, equidistante e voltado para proteger os direitos individuais básicos à vida, à liberdade e à propriedade, deve ater-se, essencialmente, a manter a autoridade da lei, através do direcionamento de seu poder coercitivo para o estabelecimento e garantia do cumprimento das regras gerais de justa conduta e, em segundo lugar, deve restringir-se a tentar corrigir as verdadeiras falhas de mercado, provendo bens públicos e reduzindo (pois solucionar ele não consegue) os efeitos das chamadas externalidades, conforme veremos no capítulo 5.

O Estado não é nosso senhor, ele é nosso servo! Por isso, as instituições devem ser modeladas com o objetivo de garantir a contenção de seu poder. No dia em que nós, brasileiros, conseguirmos entender este fato tão simples, poderemos começar a esboçar as instituições que farão de nosso país aquilo que almejamos, para ele e para nós.

SEGUNDA PARTE

A ESCOLA AUSTRIACA DE ECONOMIA

Capítulo 3

AÇÃO HUMANA, INCERTEZA E TEMPO REAL

'A world in which there is autonomous or creative decision-making is one in which the future is not merely unknown, but unknowable'.

*O'Driscoll & Rizzo**

Uma das principais características da Escola Austríaca de Economia é o subjetivismo da sua teoria econômica, que se baseia na pressuposição de que o conteúdo da mente humana - e, portanto, os processos de tomada de decisão - não podem ser determinados rigidamente pelos eventos externos. O subjetivismo assim entendido abre espaço para a criatividade e a autonomia das escolhas individuais, estando dessa forma ligado ao individualismo metodológico, ou seja, à visão de que os resultados do mercado como um todo devem ser explicados em termos dos atos de escolha individuais. Em outras palavras, para os economistas "austríacos" e para os subjetivistas em geral, a teoria econômica deve lidar, antes de mais nada, com os fatores que determinam as escolhas e não com as interações entre magnitudes objetivas.

A teoria econômica subjetivista procura analisar a ação humana no campo das atividades econômicas, levando em conta que essa ação ocorre sempre sob condições de incerteza e, além disso, que ela necessariamente acontece ao longo do tempo. Por isso, subjetivismo e ação humana dinâmica sob condições de incerteza são idéias absolutamente inseparáveis sob a ótica da Escola Austríaca de Economia.

Quando um agente econômico escolhe um determinado curso de ação, as conseqüências de sua escolha irão depender, pelo menos parcialmente, dos cursos de ação que outros indivíduos escolheram, estão escolhendo ou vão ainda escolher. Se considerarmos um mundo em que impere a autonomia das decisões individuais, isto significa que o futuro não apenas é eventualmente desconhecido, o que permitiria que ele fosse aprendido de maneira gradual, mas que ele simplesmente não pode ser conhecido e nem aprendido.

Com efeito, a concepção dinâmica do tempo, juntamente com o reconhecimento do fato de que a imperfeição de nosso conhecimento nos leva a agir na presença de incerteza, são dados que o Prof. Mises denominava de **irreduzíveis** - isto é, que não podem ser negados, dada a sua natureza axiomática -, o que nos leva a enxergar o tempo como um fluxo permanente de eventos, um fluxo que contém implicitamente as idéias de novidade, de aprendizado, de surpresa, de descoberta

À medida que o tempo passa, o estoque de experiências cresce e vai permanentemente se incorporando à memória, o que faz com que as perspectivas individuais mudem. Presente e futuro são, assim, permanentemente afetados pelos fluxos contínuos de eventos, o que faz com que cada novo instante seja por si uma nova perspectiva individual. Tal fato, aparentemente tão simples, torna a previsibilidade perfeita um evento impossível.

Por outro lado, a ignorância, entendida como imperfeição do conhecimento, não é um estado que possa ser totalmente evitado ou simplesmente ignorado, ou assintoticamente eliminado por algum processo. Por isso, os expedientes analíticos que costumam transformar a ignorância em uma mera variante do conhecimento, por não refletirem a ação humana no mundo real, devem ser afastados da teoria econômica.

Resumindo, podemos conceituar esse desconhecimento do futuro de acordo com duas noções complementares : (a) a de ignorância e seu corolário, o conceito de "incerteza genuína" (ou "incerteza radical") e (b) a de tempo real (ou dinâmico, subjetivo ou histórico).

Incerteza

O conceito de incerteza genuína decorre como corolário da aceitação das hipóteses de ignorância e de tempo real. As implicações mais importantes da idéia de incerteza genuína são, primeiro, a impossibilidade inerente de listagem de todos os possíveis resultados provocados por um determinado curso de ação e, segundo, a passagem da incerteza, que na teoria econômica convencional costuma ser tratada como uma variável exógena, para a categoria de variável endógena.

Com efeito, o tratamento que a teoria neoclássica costuma dispensar à variável incerteza é o de listar arranjos ou ponderações das possibilidades conhecidas. Esse método, na verdade, termina negando a autonomia das escolhas individuais, ao retratar o futuro como uma distribuição de probabilidades definida para um determinado conjunto de eventos, o que equivale a impor a condição de que o único problema em relação ao futuro é que ele, apenas, é desconhecido no presente. Sendo assim, ele pode vir a ser conhecido, porque, independentemente das escolhas

individuais, um dia ele vai chegar. Na verdade, esse tratamento que a teoria econômica neoclássica dispensa ao futuro termina abolindo a própria autonomia da mente humana.

Alguns avanços recentes em direção a teorias "subjetivistas" de probabilidades não têm deixado de se constituir em um avanço em relação ao tratamento neoclássico mais tradicional, mas nem por isso podem ser considerados satisfatórios, na medida em que deixam de lado aquele que talvez seja o aspecto mais importante da ignorância, que é a impossibilidade de listagem dos resultados possíveis. Na verdade, não se trata apenas de um simples desconhecimento das probabilidades associadas aos diversos eventos de um determinado conjunto, mas ao fato de que o próprio conjunto não é determinado.

A teoria subjetivista de probabilidades, portanto, reflete o subjetivismo naquilo que podemos denominar de sua forma estática, mas passa ao largo do relevante, que é o subjetivismo dinâmico, em que o tempo real e a incerteza genuína caminham lado a lado e são indissociáveis.

O segundo aspecto importante da incerteza genuína a que nos referimos, que é a sua característica de endogeneidade, leva-nos a visualizar os mercados como processos dinâmicos ininterruptos, um processo por si só gerador de mudanças, às quais o sistema econômico deve adaptar-se. Isto significa que um estado de completa adaptação, ou um estado de equilíbrio, é algo incompatível com os conceitos de incerteza genuína e de tempo real. Como observou Mises, uma ciência econômica que enfatize apenas os estados de equilíbrio deixa de ser uma ciência da ação humana, para ser uma ciência da inação, isto é, uma anti-economia.

Isto ocorre porque, à medida que o tempo (real) passa, o estoque de conhecimentos necessariamente cresce e, portanto, também aumenta a "produção" endógena de mudanças. Uma importante implicação disso é que essas mudanças não se processam aos preços de equilíbrio e que, portanto, ao invés de focalizar apenas as trocas realizadas sob condições de equilíbrio ou os processos de ajustamento em direção ao equilíbrio, a teoria econômica deve essencialmente preocupar-se com a trajetória das trocas efetuadas sob condições de desequilíbrio, isto é, com os comportamentos descoordenadores. Um exemplo desse tipo de preocupação que a teoria econômica deveria sempre ter presente é a Teoria Austríaca dos Ciclos Econômicos, que explica a inflação e o desemprego como resultado de trocas realizadas de maneira descoordenada, sob condições de desequilíbrio, como ficará claro para o leitor no décimo capítulo deste livro.

Tempo Real

A teoria econômica convencional, ao enfatizar os estudos de equilíbrio, emaranha-se em um cipóal de paradoxos e inconsistências, no que se refere ao tratamento dispensado ao fator tempo. De fato, poucos dão-se conta de que nos mercados em equilíbrio a formação dos preços, ao invés de resultar - como ocorre no mundo real - do processo de trocas voluntárias, precede o referido processo. Nos modelos de equilíbrio geral, as decisões sobre preços e as decisões sobre trocas são simultâneas. Assim, causas e efeitos, presente e futuro são como que fotografados instantaneamente.

Até mesmo os modelos de equilíbrio intertemporal - em geral, matematicamente sofisticados - que pretendem levar em conta o fator tempo, ao adotarem a hipótese da existência simultânea de todos os mercados intertemporais e contingenciais, literalmente, acabam anulando o tempo, por trazerem os estados futuros para o presente. O modelo de Arrow-Debreu, uma elegante elucubração teórica construída com vistas a ampliar e refinar o modelo de equilíbrio geral de Walras e Pareto, é um desses exemplos. A analogia utilizada por O'Driscoll e Rizzo descreve bem a inutilidade do esforço desses modelos: "todas as decisões são feitas em um único instante essencial: o futuro nada mais é do que o desenrolar de uma tapeçaria que existe agora." ⁽¹⁾

Há dois conceitos de tempo: o newtoniano e o real. A teoria econômica convencional adota a primeira concepção, enquanto os economistas "austriacos" preferem a segunda. Examinemos rapidamente as características desses dois conceitos.

a) O Tempo Newtoniano

A concepção newtoniana de tempo estabelece uma analogia entre tempo e espaço, à medida que simboliza a passagem do tempo por meio de movimentos ao longo de uma linha, em que os diferentes períodos de tempo são representados por uma sucessão de segmentos de reta (no caso de variáveis discretas), ou são retratados como uma sucessão de pontos (no caso de continuidade). O tempo newtoniano apresenta, para efeitos de nossos objetivos nesta seção, três características importantes

A primeira é a homogeneidade. Cada ponto é exatamente igual a todos os demais, a não ser por sua posição espacial que, aliás, é seu fator determinante, assim como o tempo espacializado nada mais é do que um conjunto de posições temporais. Isto faz com que cada ponto ou segmento representativo do tempo seja vazio por construção, o que torna o tempo independente de seu conteúdo. Em outras palavras, a homogeneidade temporal faz com que o tempo

decorra sem que nada aconteça, ao transformá-lo em uma categoria estática. No modelo de Arrow-Debreu, por exemplo, em que todas as decisões são tomadas em uma data inicial, o tempo passa sem que os agentes econômicos aprendam, o que, evidentemente, é incompatível com a visão do mercado como um processo.

A segunda característica é a continuidade matemática, não no sentido de interrelações entre instantes sucessivos de tempo, mas no de divisibilidade contínua. Assim como um segmento de reta pode ser dividido e subdividido em partes infinitesimalmente tão pequenas quanto o desejarmos, os intervalos do tempo newtoniano também podem ser estabelecidos arbitrariamente pequenos e sempre haverá um espaço entre eles. E, uma vez que os pontos ao longo de uma linha jamais podem se tocar, cada instante de tempo é isolado, ou independente dos demais. Se a continuidade matemática caracterizasse o mundo real, então os ajustamentos que determinam o processo de mercado deveriam ocorrer a velocidades infinitas e a mobilidade de recursos também deveria ser infinitamente grande, para que todo o processo ocorresse em um único instante. Aí reside o chamado "paradoxo newtoniano": se o ajustamento fosse instantâneo, por que seriam necessárias as mudanças e variações? A consequência disso é que a teoria econômica tradicional é forçada a adotar o expediente de considerar cada mudança como sendo proveniente de fora do sistema, isto é como sendo exógena. Outra vez, uma parábola de O'Driscoll e Rizzo: "um sistema newtoniano é meramente como dedilhar ao mesmo tempo diversos estados estáticos e não pode gerar mudanças endogenamente".
(3)

A terceira característica é a inércia causal, em que o estado inicial do sistema deve conter tudo o que for necessário para produzir as mudanças e, portanto, em que o tempo não acrescenta, literalmente, nada. Esta característica é evidente no tratamento que os modelos econômicos convencionais dispensam ao aprendizado, isto é, à incorporação de novos conhecimentos. O determinismo implicado pela inércia causal virtualmente nega os problemas que o economista tem que resolver. De fato, se todas as causas das mudanças estão presentes no instante seminal t_0 , para que esperarmos pelos resultados até $t_1, t_2, t_3, \dots, etc.$?

Na teoria tradicional, há diversos exemplos dessa eliminação do tempo e do conseqüente enfraquecimento da compreensão do mundo real que tal procedimento provoca. A teoria do capital, os modelos de equilíbrio geral intertemporal e o equilíbrio "ad hoc" que caracteriza, por exemplo, as abordagens de alguns economistas da respeitável Escola de Chicago (nas quais, na ausência de evidência em contrário, os preços e quantidades observados podem ser tratados como boas aproximações para seus valores de equilíbrio competitivo de longo prazo) são três desses exemplos.

(b) O Tempo Real ou Subjetivo

Nesta concepção, denominada, em 1910, de "la durée", pelo filósofo Henri Bergson, o tempo deixa de ser um conceito meramente estático e passa a ser considerado como um fluxo dinâmico e contínuo de novas experiências. Tal fluxo não está no tempo, como na conceituação newtoniana; muito mais do que isso, ele é, ele se constitui, ele caracteriza o tempo, na medida em que sempre alguma coisa nova deve acontecer, ou o tempo não será real.

O tempo real ou subjetivo apresenta, também, três características básicas: a continuidade dinâmica (ao invés da continuidade matemática), a heterogeneidade (em contraposição à homogeneidade) e a eficácia causal (em antítese à inércia causal).

A continuidade dinâmica pode ser compreendida a partir de uma analogia com a experiência musical. Ao ouvirmos os primeiros compassos de uma nova melodia, não somos capazes de captar os compassos seguintes, porque nossa percepção envolve, primeiro, a memória das frases ou compassos recém-ouvidos e, segundo, a antecipação das frases ou compassos seguintes e que ainda não ouvimos. Assim, a estrutura dinâmica do tempo real ou subjetivo constitui-se de dois elementos: memória e expectativa, em que o presente é ligado a outros períodos através das percepções individuais. A memória e a expectativa são os elementos estruturais do tempo real, que vão originando, a cada novo instante, a continuidade dinâmica e, embora possamos subdividir continuamente o tempo matemático de uma dada experiência em quantos pontos ou fragmentos desejarmos, cada um desses instantes, sob o ponto de vista subjetivista, não é independente nem pode ser isolado dos demais. Por isso, o tempo subjetivo implica um verdadeiro elo, do qual o tempo newtoniano se abstrai. O futuro é visto de modos diferentes, dependendo de onde, ou de qual instante ele é visto; em outras palavras, a experiência de uma primeira situação passa a ser utilizada como um novo parâmetro na segunda situação; ambas passam a ser parâmetros para uma terceira situação e assim sucessivamente. A esta altura, o leitor deve ter percebido que continuidade dinâmica e processo de mercado são fenômenos inseparáveis. São os elementos de uma partitura sem fim.

A característica da heterogeneidade ressalta da observação de que, além de ser a memória o componente de nossa experiência que liga o passado ao presente, ela também é o elemento responsável pela diferenciação contínua entre cada momento sucessivo. Quando o tempo passa, a memória de cada indivíduo vai se enriquecendo continuamente e portanto, os pontos de vista individuais e subjetivos, as visões de mundo pessoais, vão-se transformando continuamente. Por isso, cada ponto do tempo real é novo exatamente porque, por intermédio da

memória, está ligado a pontos anteriores. Continuidade dinâmica e heterogeneidade não são características isoladas do tempo real, elas são dois aspectos de um mesmo fenômeno. A heterogeneidade do tempo é particularmente importante quando consideramos as possibilidades de precisão dos agentes econômicos. Mesmo quando um fenômeno ocorre "exatamente" como foi previsto por um indivíduo, ele não será experimentado ou vivido exatamente como foi previsto, uma vez que ao ser feita a previsão, o ponto de vista era diferente do relevante ao ocorrer o fenômeno, porque a memória, ao incorporar a previsão, mudou sua perspectiva.

Por fim, a característica da eficácia causal decorre imediatamente da heterogeneidade. O simples decorrer do tempo é uma fonte permanente de novidades, já que a memória altera a perspectiva sob a qual cada um de nós vê o mundo. Logo, o tempo é, sob o ponto de vista da causalidade, potente e criativo. Isto significa que todos os processos econômicos devem necessariamente envolver a transmissão e o crescimento do conhecimento. Sob esta perspectiva, a competição deixa de ser apenas o nome dado a um determinado estado de equilíbrio, para ser um processo caracterizado pela descoberta. Na verdade, conforme a Escola Austríaca sempre sustentou, o crescimento do conhecimento, que se processa mediante as descobertas, é a força endógena que propulsa ininterruptamente todo o sistema.

Há duas conseqüências da rejeição do tempo newtoniano e da adoção da concepção subjetiva do tempo. A primeira é que o tempo subjetivo ou real é irreversível. Assim, os movimentos ao longo das curvas de oferta e demanda não espelham as mudanças temporais reais: ao nos movermos de um ponto para outro em uma mesma curva, não há volta possível. A segunda conseqüência é que a passagem do tempo envolve uma "evolução criativa", ou seja, os processos geram mudanças imprevistas. Um processo não pode ser um simples rearranjo de fatores dados, como freqüentemente se considera em alguns modelos. Se as mudanças são reais, elas não podem ser determinísticas; sempre deve haver lugar para surpresas. O conceito de tempo real é fundamental para compreendermos a ação humana: ao agir, os indivíduos adquirem novas experiências, o que dá origem - necessária mas não deterministicamente a novos conhecimentos. Com base nesses novos conhecimentos, os indivíduos alteram seus planos e ações. Portanto, o sistema econômico é impulsionado por forças inteiramente endógenas. O estado natural da economia no tempo é movimento e não repouso, porque, como o tempo passa inexoravelmente, o conhecimento se altera e, com isso, a própria economia.

Podemos encerrar estes comentários a respeito do tempo subjetivo com o "enigma do tempo", formulado por um campeão do subjetivismo, G.L.S. Shackle: "time is experienced, time is imagined: the one is formed by the other, the other is formed by the one". ⁽³⁾ Decifra-me ou te devoro!

Capítulo 4

EQUILÍBRIO DE MERCADO VERSUS PROCESSO DE MERCADO

*"Um dos objetivos principais da competição é mostrar quais planos são incorretos (e quais são corretos). (F.A. Hayek) **

Alguns Conceitos Básicos

Iniciaremos neste capítulo o exame do funcionamento dos mercados no contexto social. Para isso, nosso primeiro passo deve ser o de analisar, sob o ponto de vista da Escola Austríaca, a denominada Teoria do Valor, e, daí, estudar o processo de mercado. Entretanto, para que a resposta dessa escola à importante questão - que foi sempre objeto de grande controvérsia entre os economistas, especialmente no século XIX - sobre que fatores fazem com que os preços dos diversos bens e serviços sejam o que são e que fatores provocam alterações nesses preços - possa ser entendida de maneira mais completa, convém-nos situá-la dentro de uma perspectiva mais ampla, que abarque um resumo da história da Escola Austríaca, sua metodologia, seus axiomas básicos e sua abordagem de construções imaginárias.

(a) Comentários iniciais sobre a Escola Austríaca

A economia, enquanto ciência, nasceu no ano de 1776, com a publicação de "A Riqueza das Nações", livro em que o filósofo moral Adam Smith a apresentou pela primeira vez, de modo sistemático, ordenado e tão complexo quanto era possível para o grau de conhecimento daquela época⁽¹⁾. Surgia a chamada Escola Clássica de Economia, que foi desenvolvida por diversos autores oitocentistas, especialmente por David Ricardo, nas primeiras décadas do século XIX.

No entanto, apesar do extraordinário progresso que aquela escola propiciou à ciência econômica, ela cometeu, pelo menos, quatro deslizos analíticos importantes. O primeiro era sua teoria do valor, que defendia a tese do valor-trabalho, segundo o qual as coisas valem tão somente pelo trabalho que se tem para produzi-las, o que, de um lado, é incompleto, pois deixa de ver o caráter subjetivo que caracteriza toda e qualquer valoração e, de outro, representa a brecha encontrada por Marx para, posteriormente, desenvolver, em bases supostamente científicas, sua teoria da "mais-valia" e, como sub-produto, sua teoria da "exploração", que, até hoje, encantam os ouvidos menos capazes de distinguir ciência de pseudo-ciência.

O segundo deslize foi considerar a "utilidade objetiva" dos bens e serviços como determinante do valor dos mesmos, o que conduziu ao famoso "paradoxo do valor": sendo, por exemplo, o pão "mais útil" do que um vidro de perfume francês, como explicar ser o último mais caro do que o pão? A resposta dos clássicos - de que o pão vale por seu "valor de uso", ao passo que o alto preço do perfume decorre de seu "valor de troca" - além de equivocada, serviu também como alvo de conhecido ataque marxista contra o sistema capitalista, que produziria "para o lucro" (uma vez que produziria bens, como perfumes, com "valor de troca") e não para o uso.

Em terceiro lugar, a tradição clássica pecava ao separar a sociedade em classes - capitalistas, proprietários de terra e trabalhadores - e ao supor que suas rendas respectivas - lucros, aluguéis e salários - não poderiam aumentar ao mesmo tempo. Tal equívoco, conforme o leitor pode perceber, deu origem à teoria da "luta de classes".

Finalmente, em quarto lugar, listamos um conjunto de três equívocos, que foram: a tradicional separação que os clássicos adotavam entre produção e distribuição, negligenciando o fato de que a natureza dos processos produtivos e distributivos se confunde; a não percepção de que a determinação das taxas de juros decorre essencialmente de um problema de escolha, em que os elementos tempo e incerteza têm peso muito relevante e, por fim, imprecisões no que se refere à definição do objetivo e do método da economia política.

Foi nesse ambiente - já então marcado pelas críticas de Marx e dos primeiros marxistas - que, no ano de 1870, três economistas chegaram, independentemente, a uma nova teoria do valor, a **teoria da utilidade marginal**: Stanley Jevons, que influenciou a chamada "escola anglo-americana"; Leon Walras, que originou a "escola de Lausanne" (ou do "equilíbrio geral") e Carl Menger, o fundador da Escola Austríaca de economia⁽²⁾. A teoria da utilidade marginal, expressa pela chamada **lei da utilidade marginal**, permitiu corrigir os erros da análise clássica apontados. No entanto, enquanto Jevons e Walras, não percebendo toda a importância que sua descoberta trazia para a formulação correta da teoria do valor, isto é, não observando que haviam descoberto um fato importante - o de que o valor forma-se subjetivamente - enveredaram pelo caminho da aplicação da análise matemática ao marginalismo, Carl Menger não optou por esse procedimento metodológico.

Menger (1840-1921), portanto, é considerado o fundador da Escola Austríaca, principalmente pelo que realizou em termos de desenvolver uma Teoria do Valor em bases metodológicas diferentes das que prevaleciam. Seu livro principal, "Princípios de Economia Política", foi publicado em 1871⁽³⁾. Na mesma linha, seguiram-se Friedrich von Wieser (1851-1926) e Eugen von Böhm-Bawerk (1851-1914), um brilhante aluno de Menger, que chegou a ocupar o cargo de Ministro das Finanças da Áustria por três vezes e que desenvolveu uma teoria de taxa de juros, a partir do conceito de utilidade marginal, que abalou as teorias da distribuição de Ricardo e Marx⁽⁴⁾. No entanto, a Escola Austríaca somente consolidou-se a partir de Ludwig von Mises (1881-1973), um ex-frequentador dos seminários ministrados por Böhm-Bawerk e que é considerado por muitos como o primeiro grande gênio da Escola Austríaca. Mises, além de dar acabamento às teorias formuladas por seus antecessores, desenvolvendo-as nas áreas da moeda, das taxas de juros e dos ciclos econômicos, fez algo de essencial: deu à economia política uma base metodológica mais rigorosas e precisa, que elaborou de modo bastante extenso em diversos livros e ensaios, especialmente

em "Ação Humana", inicialmente publicado em alemão, em 1941, e que somente foi traduzido para o português em 1990⁽⁵⁾. Trata-se de uma obra verdadeiramente monumental, que deve ser lida por todos quantos se interessam, não apenas pela ciência econômica, mas por todas as áreas cobertas pelas ciências humanas. O segundo grande gênio da Escola Austríaca é, sem qualquer sombra de dúvida, Friedrich August von Hayek (1899-1992), discípulo de Mises, que se tornou o pensador mais influente e conhecido do liberalismo no século XX. A obra de Hayek, que cobre um campo inacreditável do conhecimento humano, da filosofia ao direito, da economia teórica à política econômica, da filosofia moral à teoria social, da epistemologia à antropologia, à história, à psicologia e até mesmo à biologia, abrange uma quantidade de artigos, ensaios, panfletos, livros e discursos que, por sua profundidade e extensão, colocam-no sem favor entre os maiores pensadores que a ciência econômica - e a própria humanidade - produziu.

Seu livro mais conhecido é "O Caminho da Servidão", publicado pela primeira vez em 1944⁽⁶⁾. É impossível condensar em poucos parágrafos o poder e a coerência da contribuição hayekiana ao liberalismo, ao nosso tempo e ao futuro, conforme, ao longo de todo este livro, o leitor irá facilmente perceber. Outros nomes também importantes nessa genealogia da Escola Austríaca são, entre outros, Ludwig Lachmann (1906) e Israel Kirzner (1930), que desenvolveram o estudo dos processos de mercado e da atividade empresarial e Murray Rothbard (1926), um seguidor mais estrito do método apriorístico de Mises, que pode ser considerado o mais ardoroso defensor do libertarianismo, dentre todos os economistas da linha austríaca. É interessante observarmos que, a partir da terceira e, mais fortemente, da quarta geração de economistas austríacos, o adjetivo "austríacos" tornou-se designativo dos economistas que adotam a metodologia criada por Menger e disseminada principalmente por Mises e Hayek, independentemente de sua nacionalidade. Além destes, destacam-se vários outros economistas, como, por exemplo, Dolan, Moss, O'Driscoll, Yeager, Machan, Rizzo e Spadaro, nos Estados Unidos e, entre outros, Barry, Littlechild, Loasby e Reekie na Grã-Bretanha. Na América Latina, especialmente na Argentina, já existem economistas formados segundo a tradição liberal dos austríacos. No Brasil, somente a partir da segunda metade dos anos oitenta é que, através do trabalho pioneiro do Instituto Liberal, os autores dessa importante escola começaram a ser divulgados sistematicamen

Infelizmente, a estrutura curricular dos cursos de economia, em nosso país, ainda está bastante presa à atitude anti-liberal que prevalecia no mundo até o início dos anos

setenta, de modo que ainda não se percebeu, entre nós, que o keynesianismo foi um grande erro e que o "neo-keynesianismo" e o "pós-keynesianismo" nada mais são do que tentativas de insistir no erro...

(b) A Metodologia da Escola Austríaca

Podemos iniciar nosso estudo da teoria austríaca verificando sua concepção a respeito da essência do econômico e, a partir disso, a metodologia que utiliza para estudar a economia política. A epistemologia ou estudo das ciências costuma dividir estas últimas em (a) **factuais**, que são as que se baseiam na observação e na experimentação, seus objetos de estudo são reais e seus juízos são geralmente sintéticos, isto é, em que o predicado não se verifica a partir da análise do sujeito (por exemplo, "o torcedor tricolor", pois não se pode, a partir da análise do conceito de "torcedor", inferir que ele seja "tricolor"); (b) **formais**, que têm como objeto "entes de razão", usam o método axiomático-dedutivo (que consiste em inferir uma série de teoremas a partir de alguns axioma ou proposições não demonstrativas) e elaboram juízos analíticos de valor (que são aqueles em que o predicado se infere a partir da análise do sujeito, como, por exemplo, o predicado da oração "Deus é infinitamente sábio" se infere a partir da análise do conceito "Deus").

A economia política, ou simplesmente economia, de acordo com a concepção da Escola Austríaca, é uma ciência factual-dedutiva, uma vez que, embora não estude "entes de razão" como o fazem as ciências formais e também não empregue o método experimental, como o fazem as ciências factuais, é, rigorosamente, uma ciência dedutiva, na medida em que suas leis não são derivadas do que foi observado em diversos casos, mas se inferem a partir de premissas gerais. A análise austríaca parte do exame das implicações formais da **ação humana**, considerada como a característica essencial de tudo o que é "econômico". Sobre essa base, que é estabelecida por axiomas, ela prossegue, deduzindo suas implicações lógicas, até construir os teoremas correspondentes, que são as **leis econômicas**.

Uma das características da Escola Austríaca é que ela vê as leis econômicas como relações indicativas de causa e efeito, isto é, apenas como indicativas de tendências, sem exatidão matemática. Isto decorre do fato de que não existem, em economia, constantes, como existem na física. Sendo assim,

as leis da física, não podendo ser deduzidas de nada, devem ser induzidas, mediante um processo de experimentos prévios, ao passo que, em economia, as medições realizadas não são mais do que simples dados da história econômica, sem significado maior para a teoria econômica pura. Por essas razões é que os economistas da Escola Austríaca sempre sustentaram que o método experimental, utilizado corretamente por ciências como a física e a química, não pode ser utilizado pela economia, cuja metodologia deve necessariamente basear-se em procedimentos dedutivos.

(c) "Praxeologia" e Ação Humana

Mises denominou de **praxeologia** ao estudo da ação humana, sob o ponto de vista de suas implicações formais. E, como **ação**⁽⁷⁾, no sentido que lhe dá a Escola Austríaca, significa qualquer ato deliberado (que tanto pode ser fazer, como deixar de fazer alguma coisa), com o intuito de se passar de um estado menos satisfatório para outro mais satisfatório, segue-se que todos os atos econômicos, como por exemplo, os de trocar, comprar, vender, produzir, poupar, investir, consumir, emprestar, tomar emprestado, exportar, importar, etc., estão contidos no conceito seminal de ação humana. Esta é a proposição básica, o primeiro axioma da praxeologia: o incentivo para qualquer ação é a insatisfação, uma vez que ninguém age, no sentido misesiano, a não ser que, estando insatisfeito, o faça pensando em melhorar de estado, ou seja, em aumentar seu conforto ou satisfação, diminuindo, portanto, seu desconforto ou insatisfação.

Notemos que este axioma é universal: onde quer que existam seres humanos, haverá ação humana, o que faz com que a ciência econômica construída com base na praxeologia também seja universal. Não há, portanto, uma teoria econômica específica para cada país ou região; o que existe é uma teoria econômica epistemologicamente correta, que é a que se constrói a partir do estudo da ação humana. Por exemplo, as conhecidas leis da demanda e da oferta são universais, uma vez que todos os homens - sejam índios, economistas, banqueiros, aposentados, universitários, analfabetos, etc. - gostam de "comprar barato" e "vender caro", já que isso aumenta, logicamente, sua satisfação.

Ao agir, portanto, o homem busca satisfazer a algum desejo e, para isso, deve recorrer aos meios de que dispõe. O fato a ser ressaltado é que a própria ação implica que esses meios são **escassos**, isto é, são sempre insuficientes para que todas as necessidades humanas, que são ilimitadas, sejam atendidas. De fato, se os meios não fossem escassos, todas as necessidades seriam atendidas, os homens estariam sempre inteiramente satisfeitos e, portanto, não haveria incentivos à sua ação. Toda ação humana busca sempre, então, aumentar a **utilidade** ou satisfação: quem compra ações, por exemplo, objetiva ganhar dinheiro e, assim, aumentar sua utilidade, assim como quem, por caridade, doa sua fortuna aos pobres, tem em vista aumentar o bem-estar (utilidade) do próximo.

Denominamos de **benefício** ou ganho à diferença, em termos de maior utilidade, obtida através de uma ação bem-sucedida e de **custo** ao valor atribuído à situação que se abandonou quando se decidiu por uma ação. Para clarear essa definição, tomemos o exemplo do poupador que decide aplicar sua poupança comprando um automóvel, ao invés de, por exemplo, gastá-la em uma viagem de férias. Ao fazer isso, ele escolheu entre a situação que lhe proporciona maior satisfação (possuir um automóvel) e a que o satisfaria menos (viajar) e poderá dizer, acuradamente: "este carro me *custou* uma viagem à Calábria". Benefício, portanto, é a diferença positiva entre a situação escolhida e a que se abandonou. Caso a referida diferença seja negativa, isto é, caso a satisfação seja menor depois da ação do que antes, diz-se que houve uma perda.

Trata-se, então, de, mediante a ação, perseguir objetivos específicos, utilizando-se de meios escassos. Para que uma determinada ação proporcione o máximo, em termos de aumento de utilidade, o homem procura sempre escolher, dentre os meios escassos, aqueles que lhe permitam chegar aos objetivos com os menores custos possíveis. Ao agir assim, ele está "economizando" recursos. isto significa que toda ação é uma escolha: o sujeito da ação deve escolher, de um lado, o objetivo a que deseja chegar e, de outro, os meios específicos. A este ato de eleição, denominamos de **valoração**; valorar, portanto, significa escolher entre duas ou mais alternativas. Por outro lado, definimos **bens** como aqueles meios que são usados para satisfazer as nossas necessidades e **produto** como o fruto da ação, isto é, a nova situação gerada.

Talvez o leitor ainda não tenha percebido que, apenas partindo da definição de ação humana, deduzimos diversos conceitos econômicos: escassez, "economização", benefício, perdas, valoração, custo, bem e produto. Além desses, a praxeologia permite definir os demais conceitos utilizados em economia, como, por exemplo, juros, capital, moeda, utilidade marginal, período de produção, preferência temporal, produtividade, etc. Praxeologia e economia, no entanto, são ciências diferentes: enquanto a praxeologia centra sua análise na ação humana, a economia política focaliza sua atenção nos processos de utilização de recursos nos mercados (que os austríacos chamam de **cataláctica**), para o que ela deve fazer uso dos conceitos elaborados pela análise praxeológica. Mises integra a economia dentro de sua teoria geral da ação humana - a praxeologia - da qual a economia é apenas uma das partes (ou categorias praxeológicas), por sinal, a que melhor se desenvolveu até o presente.

(d) As "Construções Imaginárias"

Uma das características da análise praxeológica é elaborar estudos sobre situações que são simples construções mentais. Esses paradigmas - chamados de **construções imaginárias** - servem como ponto de partida para o exame das situações do mundo real; embora não existindo concretamente, são bastante úteis para proporcionar-nos uma idéia bem fundamentada a respeito dos processos econômicos, além, evidentemente, de servirem como excelentes veículos para a clareza expositiva. Os economistas da Escola Austríaca costumam utilizar três construções imaginárias: o "estado natural de repouso", a "economia uniformemente circular" e a "economia autística".

O **estado natural de repouso**, bastante útil para o entendimento correto das forças que impulsionam os processos de mercado, descreve um estado que, embora jamais seja alcançado pela ação humana no mundo real - pois uma das características desse mundo é a escassez de recursos -, é permanentemente perseguido: a satisfação total e a conseqüente inação. Esta construção nos permite, por exemplo, entender como os preços de mercado, flutuando entre a oferta e a demanda como decorrência da ação humana, **tendem** para um preço final que, no entanto, nunca é alcançado, pela simples razão de que o homem, estando permanentemente insatisfeito, continua a agir (para aumentar sua utilidade), o que faz com que a oferta e a demanda estejam permanentemente sofrendo alterações. (Há, contudo, uma corrente de economistas austríacos, liderada por Lachmann, que nega essa tendência para um preço final, conforme veremos ainda neste capítulo.

A **economia uniformemente circular** ("*evenly rotating economy*") é uma construção, imaginada por Mises, que procura fotografar um estado de coisas em que não ocorrem quaisquer mudanças nos dados externos (preferências, tecnologia e recursos) em um sentido objetivo, tudo se passando como se o tempo parasse. O argumento em favor do uso desse artifício metodológico é que, se desejamos analisar os fenômenos desencadeados pela ação humana em toda a sua complexidade, devemos iniciar nossas investigações admitindo ausência de mudanças e, em seguida, devemos ir aos poucos introduzindo cada fator capaz de provocar impactos específicos. Como o leitor conhecedor dos rudimentos da teoria econômica tradicional já deve ter percebido, esta construção austríaca equivale à conhecida cláusula "coeteris paribus", introduzida

por Alfred Marshall na análise econômica em 1891 e largamente utilizada até hoje. A diferença é que os austríacos realizam suas análises levando sempre em conta que seu método de construções imaginárias, mesmo sendo o único método possível de investigação praxeológica e econômica, é de difícil manejo, porque pode facilmente resultar em falácias. Conforme Mises observou, "... é como caminhar numa crista estreita: de ambos os lados abrem-se os abismos do absurdo e do inconsciente. Somente uma impiedosa autocrítica pode impedir alguém de cair nessas profundezas abissais" (8)

A **economia autística** é uma construção que procura estudar os problemas com que se defrontaria um indivíduo isolado dos demais, como Robinson Crusoe em uma ilha deserta. Este conceito é de grande importância, porque permite desenvolver, a partir de sua característica de ausência de trocas interpessoais, as situações do mundo real que são caracterizadas pela existência de trocas entre os agentes econômicos, derivando-se diversos conceitos importantes, como os de moeda, capital, juros, investimento, poupança, produtividade, etc. Mises imaginou duas variantes de uma economia autística: a economia de um indivíduo isolado e a de uma sociedade socialista. Segundo ele, tanto "Robinson Crusoe (como) o dirigente supremo de uma comunidade socialista perfeitamente isolada - que nunca existiu - não poderiam planejar e agir como o fazem as pessoas que podem recorrer ao cálculo econômico" (9).

A Teoria Austríaca do Valor

A noção de que o valor dos bens depende diretamente da utilidade que eles proporcionam é antiga. Na realidade, ela remonta aos autores escolásticos: ainda no século XV, São Bernardino de Sena (1380-1444), em sua análise sobre a influência da escassez sobre os preços, solucionava o problema que, cerca de quatrocentos anos depois, viria a ser conhecido como o "paradoxo do valor": "... Comumente, a água é abundante, mas pode suceder que em alguma montanha ou em outro lugar, ela seja escassa e não abunde, e por isso será mais estimada (valorizada) do que o ouro; e é por esta abundância da água que os homens estimam (valorizam) mais o ouro do que a água" (10) (parêntesis nossos). São Bernardino sustentava em sua teoria que os bens têm dois valores: um, **objetivo**, baseado na natureza, e outro baseado no uso, sendo influenciado essencialmente por sua **utilidade subjetiva**. De acordo com aquele autor que, juntamente com Santo Antonino de Florença (1389-1459), influenciou o pensamento da chamada

"escolástica tardia", como Francisco de Vitória (1495-1560, fundador da famosa Escola de Salamanca), os preços dos bens eram determinados por seu valor subjetivo, considerado sob três perspectivas: "virtuositas" (valor de uso), "raritas" (escassez) e "complacibilitas" (desejabilidade) (11).

Na realidade, conforme diversos trabalhos recentes têm mostrado, os filósofos católicos escolásticos, em especial os espanhóis e italianos dos séculos XVI e XVII, foram notáveis economistas, que chegaram a desenvolver, como observam, por exemplo, Rothbard(12), Ríos(13) e Chafuen(14), uma abordagem para a teoria subjetiva do valor bastante semelhante à da Escola Austríaca, o que já havia sido percebido, ainda que de modo incompleto, por Joseph Schumpeter(15). A rigor, o único ingrediente da moderna teoria austríaca do valor que não fora considerado pelos filósofos católicos foi o conceito marginalista. Por isso, a opinião, exposta principalmente por Max Weber e tão facilmente assimilada, de que a ética do capitalismo é de natureza protestante, não corresponde à verdade que os estudos mais recentes nos têm revelado: a economia de mercado e, portanto, o liberalismo, tem raízes cristãs (São Tomás de Aquino, no século XIII) que antecedem as reformas efetuadas no século XVI por Lutero e Calvino.

O procedimento geralmente adotado nos livros-texto de economia, nos capítulos sobre as teorias de valor e formação de preços, é o de tratar a demanda e a oferta separadamente. E, embora as teorias de demanda mais recentes tenham avançado ao incorporar elementos subjetivistas em suas estruturas, o mesmo não ocorreu com as teorias de oferta, que continuam tratando os custos de produção de maneira exclusivamente objetiva. O ponto de vista dos economistas da Escola Austríaca, que procuraremos expor em seguida, é o de que existe um fator comum que liga o lado da demanda e o lado da oferta: ambas são inteiramente determinadas pela ação humana subjetiva, que caracteriza os processos de valoração e formação de preços.

As primeiras respostas ao problema do valor partiam da premissa de que o que se devia identificar era o "valor objetivo" de cada bem. Uma das primeiras tentativas nesse sentido, realizada por Adam Smith, foi sugerir que as coisas valem pelo conteúdo de trabalho embutido nelas. Essa teoria, no entanto, não se adapta à realidade, porque não consegue explicar, por exemplo, o alto valor de um diamante encontrado no leito de um rio por alguém, que teve apenas o trabalho de molhar os pés, agachar-se e pegá-lo.

Uma segunda resposta ao mesmo problema, também falsa, mas na qual, ainda hoje, muitos insistem, consiste em supor que as coisas valem pelos custos em que os produtores incorrem para produzi-las. Isto também não se adapta à realidade, por deixar de considerar que, em uma economia de mercado, podem haver lucros ou prejuízos. Os preços não dependem dos custos; na realidade, os preços, respondendo à ação humana de ofertantes e demandantes, podem situar-se acima ou abaixo dos custos, determinando assim lucros ou prejuízos para os empresários. Evidentemente, isso não sucederia se, como sugere a teoria do valor-custo, os preços dependessem dos custos, pois, nesse caso, não haveria jamais prejuízos. O que a teoria do valor-custo e suas vertentes modernas (que conduzem à defesa, por exemplo, dos controles de preços) parecem desconhecer é que os preços não medem os valores, eles apenas expressam o valor dos bens no mercado. Posso, por exemplo, gastar uma fortuna para fazer uma escultura, cujo valor de mercado seria, certamente, próximo de zero...

O passo seguinte, na direção correta, foi o de atribuir o valor à escassez e à utilidade, mais ainda de maneira objetiva, o que levou ao "paradoxo do valor", a que já nos referimos anteriormente, sem que o problema fosse solucionado. Garrafas de vinho quebradas nas calçadas são escassas nos bairros limpos, mas nem por isso valem alguma coisa; poucos bens são tão úteis quanto o ar que, no entanto, não tem valor no mercado. No entanto, se considerarmos a utilidade e a escassez de modo subjetivo, estaremos caminhando na direção e no sentido corretos: poderemos deduzir, a partir de conceitos praxeológicos, a teoria do valor que se adapta à realidade, que é a **lei da utilidade marginal**.

Essa importante lei pode ser explicada com base no fato de que o homem, ao agir, escolhe seus objetivos e os ordena em uma escala valorativa própria, isto é, que não é intrínseca aos objetivos. Ao mesmo tempo, para chegar a esses objetivos, ele usa uma série de meios, que são formados por **unidades** capazes de proporcionar o mesmo serviço. Este exemplo, elaborada por Zanotti, esclarece a questão: "...imaginemos que disponho do meio 'folha de papel', dividido em 5 unidades (5 folhas de papel), cada uma capaz de proporcionar o mesmo serviço. Logo, ordeno meus fins (necessidades) em uma escala valorativa pessoal e subjetiva. A primeira folha, emprego para resolver um exercício de lógica; a segunda, para escrever um poema; a terceira, para praticar caligrafia; a quarta para testa minha lapiseira e a quinta para limpar o escritório. Observamos que, à medida que

aumenta o número de unidades do bem, o valor da última (que se denomina valor marginal, assim como a última unidade é a unidade marginal), vai caindo, pois essa unidade é utilizada para o grau mais baixo de prioridades do sujeito; sucede o contrário quando cai o número de unidades: aumenta o valor da unidade marginal, pois esta vai sendo empregada nas prioridades mais altas do sujeito" (16).

Observemos que, à medida que reduzimos as quantidades do bem em uma unidade, perdemos a satisfação que aquela unidade nos proporciona e que, à medida que aumentamos a quantidade do bem em uma unidade, ganhamos a satisfação que, a nosso juízo, aquela unidade nos propicia. Isto é, ao reduzirmos a quantidade do bem em unidades sucessivas, o valor de cada unidade vai sucessivamente aumentando, o que explica o fato de um cantil com água valer mais no deserto do que perto de uma fonte pura: similarmente, ao aumentarmos sucessivamente as unidades do bem, o valor de cada unidade vai progressivamente decrescendo.

Ao compreendermos a lei da utilidade marginal, conseguimos resolver o "paradoxo do valor": o pão é mais útil do que o perfume fino, mas, como o número de unidades de pão é maior do que o de perfumes finos, o valor do pão, determinado por essa combinação de utilidade e escassez subjetivas, é menor do que o do perfume. A comparação relevante não é, portanto, entre a utilidade de todos os pães e de todos os frascos de perfume, mas entre as utilidades de **um** pão e de **um** frasco.

Antes de estudarmos o processo de mercado, é conveniente lembrarmos que, ao contrário do sugerido pelas abordagens convencionais, no ponto de vista da Escola Austríaca a utilidade não influencia apenas a demanda; ela afeta, igualmente, a oferta, uma vez que não há possibilidades de medição objetiva dos custos de produção, pois as alternativas relevantes (que seriam a medida objetiva dos custos de oportunidade) não foram realizadas e, portanto, não podem ser avaliadas monetariamente.

A essência da Teoria Austríaca do Valor é sua subjetividade, que origina, a partir do axioma básico da praxeologia, que é a busca permanente por maior satisfação, a lei da utilidade marginal, que se constitui em elemento indispensável para a compreensão correta do processo de mercado.

O Mercado e os Preços de Mercado

Todos os economistas da Escola Austríaca concordam com a proposição que a tradição neoclássica, de Adam Smith a Milton Friedman, estabeleceu, segundo a qual a liberdade econômica - caracterizada pela economia de mercado - é um importante componente da liberdade individual. Entretanto, os austríacos adotam um ponto de vista diferente a respeito de quais são as características essenciais dos mercados, que a análise convencional - neoclássicos e keynesianos, de um lado, e marxistas, de outro - têm sistematicamente desprezado. São duas essas características, que funcionam de maneira interligada: (a) a importância do grau de conhecimento dos diversos participantes do mercado e (b) a importância maior do **processo** que conduz os mercados ao equilíbrio (ênfasis pela teoria convencional). No que se refere à importância do conhecimento, o leitor já teve ocasião, no capítulo 1, de verificar a posição austríaca, em especial a de Hayek. Nesta seção, nossa preocupação é estabelecer a visão do mercado como um processo.

Com este objetivo, repassaremos cronologicamente as principais idéias dos economistas da Escola Austríaca, começando com Menger, prosseguindo com Mises e Hayek e desembocando na controvérsia mais recente entre Kirzner, que sustenta a tese de que os mercados convergem permanentemente para o equilíbrio, sem, no entanto, alcançá-lo e Lachmann, que descarta a existência de uma tendência ao equilíbrio, endógena aos mercados.

A vertente austríaca tradicional, composta por Menger, Mises, Hayek e Kirzner, pode ser considerada, no que se refere a seu entendimento do fenômeno do mercado, como uma tentativa de reformulação e reconstrução das idéias neoclássicas fundamentais, conforme observou Sarjanovic⁽¹⁷⁾. Com efeito, enquanto os neoclássicos enfatizavam a chamada análise de equilíbrio geral e os problemas implicados por essa análise, colocando em uma posição secundária o estudo dos processos mediante os quais os mercados atingem o equilíbrio, a vertente principal dos austríacos prioriza como objeto de estudo o processo de mercado, relegando a análise das condições de equilíbrio a um plano não mais que instrumental.

Para a Escola Austríaca, o mercado é um processo de permanente descoberta, o qual, ao amortecer as incertezas, tende sistematicamente a coordenar os planos formulados pelos agentes econômicos. Como as diversas circunstâncias que cercam a ação humana estão ininterruptamente sofrendo mutações, segue-se que o estado de coordenação plena jamais é alcançado, embora os mercados tendam para ele.

Carl Menger tem, como quase todos os fundadores, uma história complexa, na medida em que suas obras, como observou Langlois⁽¹⁸⁾, contêm elementos que foram retomados de formas diversas por seus seguidores. Kirzner, por exemplo, sustenta que o fundador da Escola Austríaca não poder ser enquadrado como um teórico do desequilíbrio⁽¹⁹⁾, ao passo que Jaffé, Alter e O'Driscoll sugerem que sua obra contém elementos que permitem classificá-lo como um precursor da abordagem que vê os mercados como processos de desequilíbrio⁽²⁰⁾. A leitura atenta dos trabalhos de Menger permite-nos verificar sua crença de que a economia não está permanentemente em equilíbrio, embora tenda sempre para o equilíbrio; contudo, não ficam claras suas posições nem sobre o papel do empresário, nem sobre o dos preços de equilíbrio.

Mises, por sua vez, sustentava que a principal característica da Escola Austríaca era sua teoria da ação e não uma teoria de equilíbrio ou de inação. Assim, seu objetivo é explicar os preços que são efetivamente praticados no mercado e não os preços que prevaleceriam sob condições que jamais se verificam, como as que servem de apoio às teorias de equilíbrio de mercado. Por isso, ressaltava que "devemos reconhecer que sempre estudamos o movimento e nunca um estado de equilíbrio"⁽²¹⁾. De fato, o uso de "construções imaginárias", como o conceito de "economia uniformemente circular", que é uma das características da obra de Mises, não revela qualquer pretensão de representar a realidade; pelo contrário, seu objetivo é apresentar uma imagem tão essencialmente afastada da economia real que, a partir do forte contraste produzido em relação à complexa realidade econômica, seja possível compreendê-la tal como se apresenta.

A idéia hayekiana de **coordenação** representa um avanço sobre a construção misesiana de "economia uniformemente circular", uma vez que o conceito de Hayek envolve, sem dúvida, uma aplicação mais consistente do subjetivismo, já que abandona o requisito de que os dados externos (preferências, tecnologia e recursos) não se alteram, requerendo, em troca, que esses dados não variem com respeito às expectativas que guiam os planos dos agentes econômicos. A contribuição de Hayek para a teoria do processo de mercado deriva, essencialmente, de sua visão de que o conhecimento humano é imperfeito. Essa limitação do conhecimento, que se traduz em informações incompletas e na possibilidade de ocorrência de alterações nas preferências, na tecnologia e nos recursos, reflete-se também nos planos de ação dos participantes do mercado. Assim, os agentes econômicos não apenas são parcialmente ignorantes, mas as informações que

possuem em cada caso são diferentes e, não raro, contraditórias e, além disso, as expectativas que formam a respeito do futuro são, em boa parte, divergentes. Este problema, que Hayek denominou de "dispersão do conhecimento", é considerado por ele como a questão central a ser resolvida pela economia(22).

A pergunta relevante, para Hayek, deve ser: quanto conhecimento e que tipo de conhecimento por parte dos agentes econômicos tornam-se necessários, para que possamos falar em coordenação perfeita entre os planos de todos os agentes econômicos, isto é, em equilíbrio de mercado? O papel do mercado, então, é o de servir como um **processo**, mediante o qual, por tentativas e erros, tanto o conhecimento como as expectativas dos diferentes membros da sociedade vão se tornando paulatinamente mais compatíveis no decorrer do tempo. Surge, desta maneira, a importância fundamental, primeiro, do sistema de preços, com o papel de emitir sinais para que os diversos participantes do processo de mercado possam coordenar seus planos ao longo do tempo e, segundo, da competição, como o único meio de **descoberta** das informações que são realmente relevantes. Evidentemente, a ignorância gerada pela escassez de conhecimento e que envolve o processo de trocas, fará com que diversos planos fracassem e a tendência para um maior grau de coordenação dependerá, de um lado, da capacidade de cada agente aprender com seus próprios erros e, de outro, de sua capacidade de substituir por planos cada vez mais corretos os que fracassaram anteriormente.

Se desejarmos condensar para o leitor a posição de Hayek, podemos escrever que, em sua concepção, a importância do processo de mercado é a de servir como um mecanismo transmissor de informações, proporcionando economia de conhecimento. De fato, requer-se de cada participante do mercado um grau baixo de conhecimento, para que possa agir corretamente.

Dentre os "austríacos", contudo, é Israel Kirzner, londrino que viveu e estudou em Cape Town e que obteve seu Ph.D. na Universidade de Nova Iorque, onde é professor, quem mais tem se dedicado (juntamente com o alemão Ludwig Lachmann, que pertence à geração anterior) à análise do processo de mercado e das características da atividade empresarial(23). Segundo ele, uma das causas da atual crise da teoria econômica é a ênfase excessiva que ela tem dedicado ao estudo dos casos de equilíbrio. Com efeito, embora não seja correto repelirmos de antemão a idéia de mercados em equilíbrio, o bom senso e a simples observação do mundo real, de um lado, e o espírito de seriedade acadêmica, de outro,

obrigam-nos a reconhecer as limitações explicativas e normativas da ênfase no equilíbrio.

Ao adotarmos essa postura, deparamo-nos imediatamente com dois questionamentos aos modelos de equilíbrio geral derivados de Walras: se os agentes econômicos são tomadores de preços, como surgem, então, os preços? Além disso, como se coordenam as ações dos diferentes indivíduos? A corrente principal da teoria neoclássica recorreu ao conceito de "leiloeiro" walrasiano para dar resposta às questões, isto é, os preços seriam gerados por um ente fictício, não participante do mercado, cuja atuação também coordenaria a dos participantes. Kirzner, ao contrário, prefere explicar a formação de preços como o resultado da interação entre os agentes econômicos que atuam nos mercados. Emerge, assim, a importância da **função empresarial**, cuja essência é um estado de permanente alerta, no sentido de conseguir captar oportunidades de lucros não descobertos anteriormente. Tais oportunidades, que se revelam nos mercados através de diferenciais entre preços, são descobertas gradualmente pelos empresários que, ao explorá-las, tendem a corrigir desequilíbrios anteriores e, com isso, a promover a maior coordenação entre os planos individuais e, portanto, a gerar uma **tendência** de equilíbrio nos preços. Isto decorre do axioma fundamental da praxeologia, de que a ação humana, sendo motivada pela vontade de aumentar a utilidade, promove revisões nos erros anteriores que devem conduzir a erros sucessivamente menores. Na ausência de divergências de expectativas, o sistema tenderia automaticamente a um estado de completa coordenação que, no entanto, não é alcançado, na medida em que as divergências entre as expectativas que cada participante no mercado formula subjetivamente tendem a gerar transformações permanentes.

A posição de Ludwig Lachmann difere radicalmente das anteriores: sua visão do processo de mercado representa uma forte crítica, tanto ao conceito neoclássico de equilíbrio, quanto à explicação alternativa de Mises, Hayek e Kirzner. Como observa Sarjanovic⁽²⁴⁾, "Lachmann, influenciado pelo pensamento ultra-subjetivista de G.L. Shackle, descarta tanto o equilíbrio como a existência de uma tendência coordenadora no mercado". Para ele, as forças desequilibradoras merecem o mesmo tratamento que aquele que tem sido dispensado pelos economistas às forças equilibradoras, pelo motivo de que os processos de mercado são formados por ambas, o que implica que, de acordo com circunstâncias diferentes, umas prevaleçam sobre as outras, gerando, assim, processos com características diferentes.

A idéia central de Lachmann é que o conceito de mercado em equilíbrio deve ser inteiramente abandonado, uma vez que pressupõe que as forças equilibradoras ou coordenadoras prevaleçam sempre sobre as forças desequilibradoras ou descoordenadoras. Segundo sua visão, o mercado deve ser, portanto, interpretado como "um processo econômico, isto é, um processo em marcha, impulsionado pela diversidade de objetivos e recursos e pela divergência das expectativas, variando em um mundo de mudanças inesperadas"(25). Ou, como escreveu em outra ocasião, o mercado deve ser considerado como "um processo sem princípio nem fim"(26).

Observemos que os agentes econômicos, na concepção lachmaniana, agem em um mundo de características muito diferentes das que são normalmente consideradas: o subjetivismo radical está em um polo diametralmente oposto ao do equilíbrio geral, caracterizando-se por considerar que as variáveis são extremamente voláteis e as mudanças contínuas e incessantes. Shackle descreveu essa ordem econômica como um "processo caleidoscópico", marcado por avalanches sucessivas de reajustes em busca de novos, precários e efêmeros "pseudo-equilíbrios"(27).

Temos, assim, duas tendências na Escola Austríaca, que refletem duas abordagens diferentes do mercado: a da Lachmann e Shackle, que encara os mercados como processos simplesmente ordenados e que não vê necessidade em se postular uma tendência equilibradora para que os processos de mercado sejam inteligíveis e a de Mises, Hayek e Kirzner, que enxerga os mercados como processos de coordenação, que tendem ao equilíbrio, embora não o alcancem, rechaçando tanto o extremo do equilíbrio geral quanto o do subjetivismo extremado, com base no argumento - bastante plausível - de que os indivíduos, ao atuarem nos mercados, defrontam-se com circunstâncias que nem são fixas nem, tampouco, mudam incessantemente, o que lhes permite descobrir gradualmente quais as alternativas que tendem a aumentar sua utilidade, superando assim paulatinamente a limitação de seu conhecimento.

Lucro e Atividade Empresarial

A teoria austríaca da atividade empresarial pode ser exposta a partir de uma síntese dos trabalhos de Kirzner, que contém elementos, como não poderia deixar de ser, das contribuições anteriores de Menger, Mises, Hayek, Lachmann e Shackle.

Toda e qualquer ação no campo econômico envolve uma escolha, tanto no campo empresarial como fora dele. O que caracteriza a atividade dos "entrepreneurs", isto é, a atividade empresarial, é um constante estado de alerta, que significa algo mais que uma simples vantagem relativa em termos de conhecimento, tal como a que possui, por exemplo, um especialista em determinado assunto sobre os não especialistas. Sob a ótica de Kirzner, "o conhecimento empresarial é um tipo de conhecimento rarefeito, abstrato - o conhecimento de onde obter informação (ou outros recursos) e de como desenvolvê-los"(28). Mercados em desequilíbrio são consequência de ignorância, de insuficiência de conhecimento, o que gera a tentativa de descoberta de oportunidades lucrativas.

A Escola Austríaca, contudo, estabelece diferenças entre o "empresário" e o "homem de negócios", na medida em que distingue entre "empresário" e "função empresarial". Neste sentido, diversas categorias de pessoas podem ser consideradas empresários, desde que estejam sempre agindo mediante escolhas, sejam essas pessoas líderes sindicalistas ou diretores de "empresas" estatais, envolvidos em "atividades empresariais políticas". Sob o ponto de vista austríaco, o que caracteriza a escolha empresarial é o subjetivismo, isto é, o fato de que as escolhas são feitas, antes de mais nada, na imaginação. Se o empresário apenas reagisse a fatos objetivos, então ele não seria mais do que um agente "robinsiano", isto é, um mero otimizador de funções matemáticas de lucro. Na realidade, ele é mais do que um simples maximizador de lucros que reage a fatos objetivos; diferentes, quando colocados diante do mesmo fato objetivo. Cada indivíduo possui o que Shackle(29) denomina de "orientação" própria, isto é, "um esquema para explorar de um modo particular o cenário econômico, tal como este se lhe apresenta" em determinado momento. Evidentemente, esses esquemas podem ser em grande número.

Um dos aspectos mais importantes do conceito de atividade empresarial de Kirzner é que o empresário é visto não apenas como a mola propulsora de uma economia de mercado, mas principalmente como um produto exclusivo da economia de mercado. Em outras palavras, só podem existir empresários, no conceito utilizado pela Escola Austríaca, onde houver economia de mercado, uma vez que o processo de descoberta que caracteriza os mercados livres, em que os empresários são obrigados a manter-se em permanente estado de alerta para que possam saber que necessidades específicas os consumidores desejam ver atendidas, não pode ser substituído pelo

planejamento, por computadores, por "câmaras setoriais" ou por "soluções" políticas.

A atividade empresarial pode ser vista também como um caso geral de arbitragem, em que as oportunidades de lucros surgem quando os preços dos produtos finais não estão ajustados aos preços dos serviços dos fatores de produção: quando isto acontece, alguma coisa está necessariamente sendo vendida a preços diferentes em dois mercados, como resultado de imperfeições na comunicação entre eles. O papel do verdadeiro empresário, então, é o de explorar essa oportunidade e, como isso, realocar recursos, o que tende a eliminar a discrepância de preços. Ao fazer isso e ser bem sucedido, outros empresários terão aumentado seu nível de conhecimento e tenderão a seguir seu exemplo.

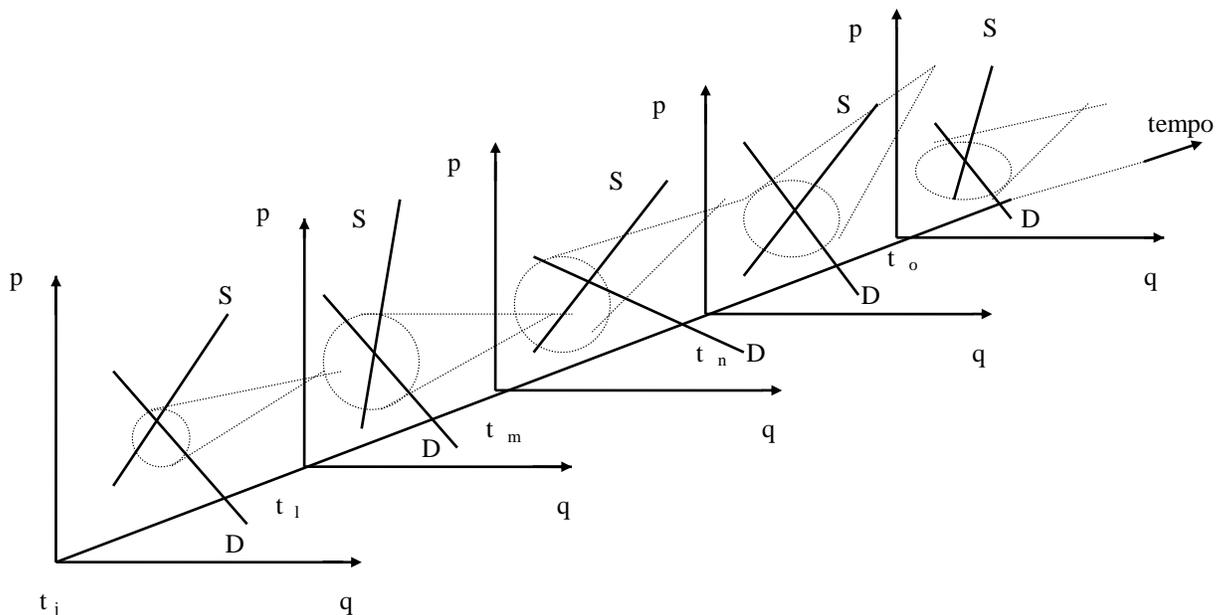
Segue-se, então, que a fonte principal do lucro é exatamente a incapacidade de todos os empresários, ao mesmo tempo, anteciparem corretamente o estado futuro do mercado. Como já observara Mises, caso isto fosse possível, não haveria nem lucros nem prejuízos. Kirzner considera outra fonte importante de lucros, que é a capacidade de descobrir onde estão as oportunidades. Portanto, a teoria austríaca descarta a visão convencional de que o lucro seria simplesmente a recompensa ganha pelo fator capital e um resíduo, já que não existe uma demanda por atividade empresarial, nos moldes de uma demanda por capital. Por isso, não existe um preço para ela, como há um preço para o capital. É com esses argumentos que os austríacos encaram os lucros sob o ponto de vista ético.

Podemos finalizar este importante capítulo convidando o leitor a refletir sobre o fato de que o processo de mercado, em uma economia caracterizada pela liberdade econômica, que funcione dentro de um ambiente institucional que o capítulo anterior designou como Nomos-Cosmos, desencadeia um processo de cooperação social que, por intermédio dos mecanismos de aquisição e de disseminação de novos conhecimentos, representa o melhor sistema de alocação dos escassos recursos econômicos que se conhece. Tal sistema pode ser equiparado a um universo, onde há ininterruptamente forças em expansão e forças em contração, sendo o conjunto de todas essas forças incontroláveis pelo homem. Em outras palavras, uma ordem espontânea de mercado, que, como vimos anteriormente, é fruto da ação humana, mas não do desejo deliberado dos planejadores, é a melhor forma de organização econômica.

No próximo capítulo, veremos, a partir da análise das chamadas "falhas de mercado", como essas imperfeições, ao invés de serem eliminadas ou suavizadas, são amplificadas pelas freqüentes interferências do governo na ordem espontânea do mercado.

Uma Ilustração do Processo de Mercado: Os "Cones Austríacos"

O gráfico abaixo, cuja idéia devo ao economista Rezso Divenyi, representa uma tentativa de ilustrar graficamente o mercado como um processo que converge para o equilíbrio, sem, contudo, atingi-lo, devido às características que analisamos nos capítulos anteriores. Embora reconhecendo a impropriedade apontada pela metodologia austríaca no que se refere ao uso de gráficos de demanda e oferta para representar os mercados e embora sabendo que o tempo, ao ser representado por uma reta, tal como no aparato newtoniano, assume as características de tempo estático (e não do tempo real, o relevante para a teoria econômica), podemos temporariamente deixar à parte essas críticas dos economistas austríacos e, contemporizando um pouco com a "mainstream economics", visualizar o processo de mercado ao longo do tempo como a série de diagramas de oferta e demanda, cada um se referindo a um momento específico do tempo, que está representado pela linha diagonal. Cada figura circular em um dado ponto do tempo representa o conjunto de possibilidades em que o mercado, naquele determinado momento, pode estar, incluindo o ponto de equilíbrio. Com o decorrer do tempo o mercado converge para o equilíbrio, ou seja, para o vértice de cada um dos cones. Só que, antes que esse ponto de equilíbrio seja atingido, mudam as condições de mercado que determinam as curvas de oferta e demanda e, com isso, passamos para um novo círculo. A partir daí, convergimos para o vértice de um novo cone, o qual, por sua vez, antes que seja atingido, já não representará mais uma situação de equilíbrio, e assim sucessivamente.



Capítulo 5

FALHAS DE MERCADO VERSUS FALHAS DE GOVERNO

"Os mercados imperfeitos são superiores ao planejamento imperfeito" (Deepak Lal) ()*

As Falhas de Mercado

Um dos argumentos mais utilizados como tentativa de justificar o intervencionismo do Estado no processo de mercado é a alegação de que se tornam necessárias as correções, por parte do poder público, das imperfeições e falhas apresentadas pela economia de livre mercado. O objetivo deste capítulo é mostrar que o referido argumento peca duplamente: primeiro, por sua falaciosidade e, segundo, por sua periculosidade. Com efeito, a posição da Escola Austríaca a respeito das tão propaladas "falhas de mercado" fundamenta-se em duas proposições básicas: a de que a maioria dessas falhas, quando estudadas criteriosamente, revelam-se resultantes de defeitos extra-mercados, de natureza institucional e a de que, quando ocorrem de fato falhas de mercado, elas tendem a ser amplificadas (e não eliminadas), como consequência da intervenção governamental.

A própria expressão "falhas de mercado", a rigor, parece deixar subentendido que os mercados são como que meios a serem usados para a obtenção de fins. Se estes últimos - que, segundo os preceitos do racionalismo construtivista que apontamos no capítulo 2, devem ser eleitos pelos planejadores de plantão - não são alcançados, fala-se na ocorrência de algum tipo de deficiência no "sistema" (isto é, em resultados "injustos" na ordem espontânea de mercado). Os fins costumam, por conveniência analítica, ser divididos em "técnicos" e "sociais".

Entre as "falhas técnicas" de mercado, costuma-se incluir uma categoria de fenômenos conhecidos como externalidades, que enfeixa os casos dos bens públicos (ou de consumo coletivo) e o efeito-vizinhança, casos em que ocorrem divergências entre os custos privados e os custos sociais. Além dessas situações, costuma-se listar também como falhas técnicas aquelas em que se suspeita que as preferências subjetivas dos agentes econômicos não possam ser

"corretamente" registradas, as que refletem concentração de informações e as que se costuma designar como "dilema do prisioneiro". As pretensas "falhas sociais", por sua vez, incluem as críticas aos interesses individuais (que seriam inferiores à construção holística denominada de "interesses sociais"), à "manipulação dos consumidores" (que fez a fama e a fortuna de John Kenneth Galbraith) e à "imoralidade dos lucros capitalistas" (que tem sido um cavalo de batalha de intelectuais e partidos de esquerda em todo o mundo). Examinemos ligeiramente cada uma dessas críticas ao livre mercado, à luz do liberalismo.

(a) "**Falhas Técnicas**"

(a1) *Bens públicos ou de consumo coletivo*

São definidos como aqueles bens que geram benefícios para todos, mas cujos custos não podem ser distribuídos, pela simples razão de que não se pode excluir do consumo os indivíduos que se recusam a pagar por eles. Tal costuma ser o caso de estradas, parques públicos, policiamento, defesa nacional, meio-ambiente, etc. A diferença mais importante entre os bens públicos e os demais é que os benefícios por eles gerados, não podendo ser alocados entre os beneficiários de acordo com algum princípio econômico, devem ser objeto de decisões políticas, o que significa que o Estado é quem deve produzi-los, buscando financiamento na tributação, na inflação e na dívida interna ou externa.

Há, obviamente, limites à definição de bens públicos. O Prof. James Buchanan, por exemplo, argumenta que o tratamento teórico convencional para o caso desses bens é falho, na medida em que não dá a devida importância ao papel que a estrutura legal pode desempenhar, no que se refere à proteção aos direitos individuais e ao cumprimento dos contratos. De fato, costuma-se, em geral, acreditar que os mercados funcionam ao amparo de um sistema governamental de proteção eficiente e que, portanto, qualquer "falha" deve ser atribuída aos mecanismos de mercado. Como observou Buchanan, muitas das alegadas falhas de mercado podem ser explicadas mais adequadamente em função da atuação do Estado, por causa de sua incapacidade de delinear e manter direitos de propriedade eficientemente. Em muitos casos, a necessidade de o Estado produzir e administrar a distribuição de bens coletivos desapareceria; em outras palavras, a lei é, ela própria, um bem coletivo, de acordo com esta argumentação⁽¹⁾.

Hayek, por sua vez, embora reconheça como exemplos óbvios de bens públicos a proteção contra a violência, epidemias, enchentes e avalanches, por exemplo, não considera como casos óbvios as estradas, padrões de medidas, mapas, registros de terras e certificados de qualidade, que podem ser produzidos pelo mercado privado⁽²⁾. A necessidade de

alguma forma de coerção, no caso de bens realmente coletivos, emerge porque muitos indivíduos não desejariam contribuir voluntariamente para a provisão dos bens, preferindo usufruir seus benefícios mediante "carona" ("free-riders"). No entanto, Hayek enfatiza que a adoção de uma alocação centralizada de recursos não deve ser conduzida de modo a prejudicar o funcionamento da ordem espontânea de mercado, o que o leva, por exemplo, a sugerir que a provisão de bens públicos, especialmente aqueles cuja demanda concentre-se em uma minoria (como teatros, museus e orquestras sinfônicas) seja conduzida pelo setor privado.

Já Rothbard questiona o próprio conceito de bem coletivo, qualificando-o como bastante duvidoso: "como um "coletivo" pode querer, pensar ou agir? Somente indivíduos fazem essas coisas"⁽³⁾. A conclusão de Rothbard é que apenas bens como o ar - em que, indubitavelmente, não existe qualquer rivalidade no consumo - podem ser classificados como públicos e que a questão de quem deve conduzir sua produção e alocação - se o governo ou o mercado - simplesmente é fora de propósito. Ademais, em "Man, Economy and State", ele deduz, com lógica irrepreensível, que não existem argumentos sustentáveis em favor da intervenção do governo para corrigir "externalidades" de qualquer tipo. Por exemplo, tomemos o caso conhecido do "carona", em que se tenta justificar a imposição de um pagamento sobre o indivíduo B, involuntariamente beneficiado por uma ação do indivíduo A: o argumento de Rothbard é que, em uma sociedade de homens livres, A deve ter agido para aumentar sua própria satisfação, caso contrário ele não o teria feito (axioma básico da praxeologia); assim, A melhorou e B, acidentalmente, também, o que não deve ser motivo de indignação para ninguém. Ademais, B não pediu nada a A. À crítica de que B não teria, por si, capacidade ou possibilidade de estar melhor do que antes, mesmo se o desejasse, Rothbard responde com uma pergunta: "alguém pode saber se B gostaria de comprar o benefício (involuntário) que ele recebeu? Por que processo esse conhecimento poderia ser obtido?"⁽⁴⁾.

(a2) "Efeito-vizinhança" ou "efeito-derramamento"

Fenômenos tais como poluição de lagos e rios, óleo nas praias, fumaça expelida por chaminés, barulho excessivo, congestionamento de tráfego, bem como o caso de um fazendeiro que tem parte de suas maçãs destruídas pelas abelhas criadas em uma fazenda vizinha, constituem casos de externalidades, geralmente denominados de "efeito-vizinhança" ou "efeito-derramamento" e que Mishan⁽⁵⁾ designou como "bads" (que pode ser traduzido como "incômodos").

Quando esses efeitos ocorrem, eles geram "custos sociais", o que tem levado muitos críticos do livre mercado a

argumentarem em favor da intervenção do Estado, no sentido de punir os responsáveis pela produção de "bads", seja proibindo sua produção, seja tributando-os, de modo a compensar as vítimas, ou criando legislação no sentido de que os custos gerados para terceiros sejam "internalizados".

No entanto, devemos ter cuidado com essas pretensas soluções. A simples proibição da produção de bens cuja produção cause incômodos para terceiros pode, além de exigir mais burocracia, impedir que bens necessários (isto é, para os quais existe demanda) deixem de ser produzidos, o que prejudicaria os consumidores. A imposição de um imposto sobre a produção esbarra na dificuldade de se calcular corretamente os custos, ou seja, os valores dos prejuízos gerados sobre terceiros, além de, evidentemente, não se aplicar aos casos - bastante freqüentes - em que as externalidades são provocadas pelo próprio governo ou por suas empresas, ou por empresas privadas por ele contratadas. Por fim, a tentativa de obrigar os produtores de "bads" a internalizarem as externalidades negativas por eles provocadas (colocando filtros em suas chaminés, exaustores em motores, etc.), quando não faz com que a produção desses bens - que podem, como vimos, ser úteis - desaparecer, tende a elevar os preços oferecidos por esses produtos, colocando-os fora do alcance dos consumidores mais pobres.

Torna-se, assim, preferível uma quarta solução, que é o estabelecimento de direitos de propriedade corretos. Na realidade, a Escola Austríaca não tem tradicionalmente devotado ao "efeito-vizinhança" a mesma atenção que tem dedicado aos "bens públicos", simplesmente porque os primeiros não devem ser, sob sua perspectiva, encarados como falhas de mercado, mas sim como problemas causados por falhas de governo, uma vez que, em última instância, consistem de invasões da propriedade privada, isto é, de algo que o Estado tem o dever de impedir, na medida em que ele existe exatamente para garantir os direitos individuais básicos, nos quais se incluem os direitos de propriedade. Conforme observou Rothbard⁽⁶⁾, "o remédio (em uma sociedade livre) é a ação judicial para punir e proscrever os danos à pessoa e à propriedade provocados pela poluição". (parêntesis nossos e grifos do autor). A poluição do ar, portanto, não se constitui em uma falha ou defeito do sistema absoluto de propriedade privada - livre mercado - mas em uma demonstração de incompetência por parte do Estado, ao não conseguir preservar os direitos de propriedade.

Os intervencionistas costumam acreditar que as propaladas falhas de mercado são corrigíveis mediante ações do poder público. No entanto, ao fazer com que a alocação de recursos passe a depender mais de forças políticas do que de fatores econômicos, o intervencionismo tende a produzir resultados que, além de serem de difícil previsão, em razão da imprevisibilidade dos custos associados às decisões

burocráticas peculiares aos processos de barganha política, tendem a ser irracionais, na medida em que elevam custos sem resolver a questão.

(a3) *Preferências dos consumidores e situações de "dilema do Prisioneiro"*

Alguns críticos da liberdade econômica contestam o postulado da teoria econômica segundo o qual os mercados espelham corretamente as preferências dos consumidores, sugerindo que estas são criadas e manipuladas pelas grandes empresas (referindo-se às empresas multinacionais). A resposta a este argumento pode ser dada com dois contra-argumentos: se uma grande empresa lançou um novo produto e ele foi aceito pelos consumidores, o que nos garante que, caso o produto não tivesse sido lançado, os consumidores estariam em melhor situação? Além disso, se os dados de mercado não são suficientes para refletir as preferências, os desejos dos burocratas o serão?

Outro argumento utilizado pelos inimigos do mercado, com o intuito de tentar mostrar que um mecanismo movido pelos interesses individuais pode ser auto-destrutivo é o do "dilema do prisioneiro", situação derivada da teoria dos jogos, em que, dadas certas condições iniciais, em que cada indivíduo busca seu próprio interesse, pode haver um aumento no bem-estar geral se cada um adotar uma estratégia não baseada no interesse próprio. A partir de uma situação teórica como a descrita, os intervencionistas concluem que os indivíduos podem ser de alguma forma manipulados ou dirigidos por um "policy-maker", que os direcionará para seus "melhores" interesses próprios. Trata-se, como vemos, de mais um exemplo do racionalismo construtivista que caracteriza os intervencionistas: supor que os tecnocratas, sendo obviamente mais racionais que todos os participantes do mercado, seriam capazes de, mediante impostos e subsídios apropriados, direcionar as escolhas dos agentes econômicos, de modo que o "melhor" resultado coletivo seja alcançado. A resposta da Escola Austríaca, baseada na subjetividade das preferências individuais, é que não existe qualquer possibilidade de alguém - um tecnocrata, especificamente - julgar que o comportamento de outrem seja "irracional". Em outras palavras, as escolhas subjetivas dos agentes econômicos não podem ser questionadas. Isto, no entanto, não impede, como sugeriu Buchanan⁽⁷⁾, que, mediante mudanças institucionais convenientes, a comunicação e a disseminação de conhecimento entre os participantes do mercado sejam melhoradas.

A Escola Austríaca contesta a chamada "Economia do Bem-Estar", derivada de Pareto, pelo fato de que suas recomendações são mais apropriadas para uma economia centralmente planejada ou para um despotismo benevolente do que para uma ordem Nomos-Cosmos, que caracteriza, como vimos,

o liberalismo. O conceito austríaco de "eficiência" difere do neoclássico, por ver a eficiência a partir de ações individuais, em que os próprios indivíduos interessados são os melhores juizes para julgar o que são falhas e o que não são.

(b) "**Falhas Sociais**"

(b1) "*Interesses individuais*"

Uma das críticas mais amiúde desfechadas contra o liberalismo é que seu sistema econômico baseado na empresa privada estimula o egoísmo, ao enfatizar os valores materiais e excluir, como escreveu o intelectual Bertrand Russell em 1917, "todos os impulsos generosos e criativos", o que o levou a propor, mediante uma completa reconstrução do sistema econômico, a montagem de "instituições que diminuam o domínio da avareza"⁽⁸⁾.

Este tipo de ataque ao capitalismo - que, infelizmente, ainda é comum no Brasil - tem sido um dos principais argumentos utilizados pelos autodenominados "teólogos" da libertação que, freqüentemente, buscam apoio na passagem evangélica do jovem rico (Lucas, 18; 18-25), que encerra uma admoestação aos que se apegam às riquezas. No entanto, conforme analisado extensamente por Chafuen⁽⁹⁾, a interpretação correta da doutrina católica daqueles famosos versículos do camelo e do buraco da agulha é de que todos os que valorizam qualquer coisa - seja um bem material, seja o próprio pai, mãe, filhos e irmão - mais do que ao Criador, terão rejeitada a sua entrada no reino eterno. Em outras palavras, o que o autêntico cristianismo condena não é a posse de riquezas, mas o apego à riqueza. O escolástico Leonardo Lessio (1554-1623), em "De Iustitia et Iure", por exemplo, após mencionar diversos trechos das escrituras que indicam que a propriedade privada não se constitui em um pecado, enfatiza que ela não apenas é lícita, como é salutar para o gênero humano ("post peccatum haec dominariorum divisio non solum fuit licita, sed etiam salutaris generi humano"). Passagens semelhantes podem ser encontradas, como demonstrou Chafuen, em Santo Agostinho, São Tomás, Miguel Salón, Juan de Medina, Pedro de Aragón, Henrique de Villalobos, São Francisco de Salles, São Bernardino de Sena, Domingo de Soto, Tomás de Mercado, Juan de Mariana, Santo Antonino de Florença, Bartolomeu de Albornoz, Luís de Molina, Francisco de Vitória, Domingo de Báñez e Antonio de Escobar y Mendoza, bem como em qualquer teólogo verdadeiro da atualidade, que vê a pobreza à luz dos evangelhos, isto é, como fruto da vontade livre e consciente e não sob a ótica marxista - que, aliás, é incompatível com o cristianismo, uma vez que busca implantar a virtude do altruísmo mediante o pecado da coerção...

A economia, no entanto, não tem nada a dizer sobre os fins, se eles são egoístas, altruístas, vulgares ou refinados, pois, como Menger, Mises, Hayek, Rothbard, como de resto todos os austríacos enfatizam, ela é uma ciência de meios e não de fins. O problema é que a natureza humana é invariante aos diversos sistemas econômicos e políticos: os homens, ou a maioria deles, comporta-se egoisticamente, seja nos regimes livres, seja nos autoritários. Nenhum autor liberal jamais exigiu, ao defender o livre mercado, que os homens fossem egoístas; apenas, que eles não precisam ser altruístas para que o mercado funcione com claras vantagens sobre o planejamento. Lucas, a esse respeito, observou que o mercado livre é o sistema no qual os homens maus podem provocar menos mal⁽¹⁰⁾. O próprio Keynes, um dos principais mentores do intervencionismo econômico, escreveu, no capítulo 24 de sua "Teoria Geral", que "é melhor que um homem possa exercer tirania sobre sua conta bancária do que sobre seus próximos".

(b2) *"Manipulação do consumo"*

Conforme vimos na seção das "falhas técnicas", alguns críticos, notadamente John Kenneth Galbraith - que se notabilizou escrevendo livros e proferindo "palestras-shows" criticando o capitalismo (embora enriquecesse com ele) - disseminaram a estranha idéia de que as preferências individuais não seriam suficientes para permitir que os agentes econômicos pudessem conhecer suas "reais" necessidades, o que os levaria a serem "manipulados" pelas "grandes empresas", ávidas de lucros.

Hayek contra-argumenta que, se rejeitássemos todas as necessidades que são "criadas" no mundo moderno, melhor seria vivermos à parte, como eremitas, sem televisões, aparelhos de ar condicionado, videocassetes, telefones e tudo aquilo que, há cerca de cem anos, não existindo, não representava de fato necessidades nossas. Benditos "manipuladores"! Além disso, quem pode, em sã consciência, dizer-nos quais são nossas "reais" necessidades? Galbraith? Algum planejador genial (que, aliás, está para nascer)? Ou cada um de nós, subjetivamente, de posse de nossa liberdade de escolha?

A crítica de Rothbard a Galbraith é no sentido de que não há qualquer vantagem nas intervenções governamentais com vistas a nos mostrar nossos verdadeiros interesses, uma vez que os resultados dessas tentativas não podem passar pelos testes de mercado. Assim, por exemplo, os "comerciais" divulgados na televisão pelo governo, embora não sejam considerados por Galbraith como criadores de necessidades "novas", não deixam aos consumidores a alternativa de testar via mercado os novos produtos, que serão produzidos, caso os consumidores desejem adquiri-los ou não. O ponto central da crítica de Rothbard é que Galbraith não conseguiu distinguir

entre satisfazer uma nova necessidade e induzir os consumidores a novas necessidades.

(b3) *"Imoralidade dos lucros capitalistas"*

Este tem sido outro argumento bastante usado para combater o capitalismo democrático. Suas origens estão em Aristóteles, passam por uma interpretação errada das doutrinas dos escolásticos sobre o "preço justo", ganham corpo com Hegel e Marx e atingem a mídia com diversos intelectuais do século XX, como Shaw, Wells, Orwell, Russell, Sartre e tantos outros.

No que se refere ao aspecto moral dos lucros, a constatação a este tipo de argumento, à luz da doutrina cristã, já foi apresentada algumas páginas atrás, quando tratamos da crítica aos "interesses individuais". Para estendê-la um pouco, basta recordarmos que o preço justo, para estudiosos do calibre de um São Bernardino de Sena, era "aquele que é determinado ou se depreende da estimação comum no mercado"⁽¹¹⁾ e que os lucros, por si mesmos, são moralmente indiferentes.

O que deve ser compreendido é que não há, em uma economia de mercado, onde não existam barreiras legais à competição, qualquer indício de imoralidade nos lucros, desde que os empresários ofereçam aos consumidores algo que eles desejam comprar; se isso não acontecer, eles incorrerão em prejuízo. De fato, em uma economia de mercado, os lucros são obtidos pelos "entrepreneurs" que, correndo riscos e através do processo de descoberta descrito no capítulo anterior, conseguem atender os consumidores, que são, em última instância, os que comandam o processo. Se, no entanto, os mercados, não sendo livres, são marcados pela existência de "cartórios", devemos atribuir a imoralidade dos lucros resultante não aos mecanismos de mercado, mas à ausência destes, isto é, à existência de legislação impeditiva da competição, o que significa que devemos imputar a imoralidade resultante não ao mercado, mas ao Estado, que é o responsável pela legislação. Isto nos remete à próxima seção.

Monopólios, Oligopólios e Cartéis: Criações do Estado

"O liberalismo não pode dar certo no Brasil, porque nossos mercados são imperfeitos"; "não adianta o Banco Central ficar apertando a política monetária, porque os oligopólios repassam para os preços os aumentos dos seus custos financeiros"; "o cartel da pizza foi o responsável pela inflação do mês passado"; "o governo não pode liberar os preços dos oligopólios"... Dezenas de frases como estas - que

o leitor certamente já ouviu ou leu em algum lugar - têm sido largamente utilizadas para combater o liberalismo. No entanto, o subtítulo de uma seção de "A Constituição da Liberdade", de Hayek, é, paradoxalmente, "Monopólio e Outros Problemas Menores"... O leitor, à primeira vista, poderá perguntar-se se os liberais são pessoas ingênuas, na medida em que constróem suas teorias sobre bases irrealistas.

Na verdade, existe um grave equívoco na afirmativa de que a Escola Austríaca "baseia" seus estudos de mercado no modelo de concorrência perfeita. Foram os austríacos os primeiros a afirmar que esse modelo não corresponde ao mundo real, em decorrência do irrealismo de suas hipóteses. De fato, nem a absoluta homogeneidade dos produtos, nem a informação perfeita por parte dos consumidores são hipóteses plausíveis, se desejamos explicar o mundo real. Tampouco o é a suposição de que, existindo um grande número de vendedores, cada um deles não tem capacidade de influir nos preços, pois isto equívale a afirmar que o preço é formado sem a sua participação, o que é falso.

O que a análise austríaca utiliza como suporte para suas teses é o corolário, deduzido da teoria do valor, de que os preços sobem e baixam de acordo com a utilidade marginal do produto que está sendo negociado no mercado. Com efeito, isto nos basta para deduzirmos que há uma tendência ao equilíbrio entre oferta e demanda, como vimos no capítulo anterior, sem que tenhamos que recorrer a qualquer modelo específico e fictício, como são os de concorrência perfeita, monopólio, oligopólio e concorrência monopolística, analisados nos textos convencionais de "microeconomia". A existência de monopólio em um mercado qualquer não acaba com o fator mais importante desse mercado, que é o processo de descoberta.

Uma das conseqüências da visão dos monopólios como uma aberração do livre mercado é acreditar que eles podem ser "corrigidos" ou "controlados" pelo governo. Ora, se isto fosse verdadeiro, não haveria mais imperfeições em nenhum mercado, especialmente em países como o Brasil, em que as tentativas de "corrigir" e "controlar" os mercados mediante "acordos", "pactos", "câmaras setoriais", "cips", "sunabs", "seacs", etc... têm sido uma constante em nossas políticas econômicas. O que o governo deve fazer é, apenas: (1º) encorajar a competição e (2º) colocar sua própria casa em ordem, abstendo-se de criar monopólios e favorecer oligopólios.

Rothbard⁽¹²⁾ mostrou que é possível reduzir as diversas definições de monopólio a apenas três. A primeira - etimológica - refere-se a um só vendedor de um dado produto e esbarra no problema de ser exageradamente abrangente, induzindo-nos, por isso, a considerar como monopolistas os produtores de todos os produtos que apresentarem alguma diferenciação, não sendo monopolistas apenas os que produzam

bens rigorosamente idênticos, o que, convenhamos, não é uma hipótese plausível. A segunda procura sugerir que existem monopólios nos mercados em que se praticam "preços de monopólio", estabelecidos quando o vendedor, percebendo que a curva de demanda é inelástica no ponto do preço competitivo, restringe as vendas e aumenta o preço, para maximizar a receita. Esta definição, com a qual simpatizava Mises⁽¹³⁾, apesar de ter a vantagem de não restringir o monopólio aos casos em que só há um vendedor, depende da hipótese, que a teoria subjetiva do valor rejeita por ser implausível, de que é possível estabelecer-se objetivamente qual é o preço "competitivo"*. A definição mais realista de monopólio é a terceira, que estabelece que só se pode dizer que existem monopólios em decorrência da concessão de privilégios, diretos ou indiretos: o criador dos monopólios é o Estado e, sendo assim, é absurdo que ele pratique "políticas anti-monopolistas"; na realidade, o que ele deve fazer é, simplesmente, abolir as leis - ou melhor, as legislações (Thesis) - que estabeleceram os monopólios.

O ponto crucial, então, é que não existem monopólios invulneráveis, a menos que eles sejam protegidos pelo Estado. As causas comumente apontadas como geradoras de monopólios têm a característica comum de serem temporárias; o que gera os monopólios não é o capitalismo, nem a competição, mas o Estado. Na verdade, há vários fatores anti-monopolísticos: (a) a elasticidade da demanda, que tende a aumentar à medida que o livre mercado se desenvolve e que surgem substitutos para os produtos; (b) a concorrência potencial, que se estabelece quando um negócio é bem sucedido; (c) o fator competitivo permanente, isto é, o fato de que todos os produtores (de todos os produtos) competem ininterruptamente pelo dinheiro dos consumidores; (d) os limites existentes à expansão do tamanho das empresas, impostos pela dificuldade de realização de todos os cálculos econômicos inerentes aos processos de mercado, que é tanto maior quanto mais extensos são os mercados; (e) a lei dos rendimentos decrescentes, que impõe uma dimensão ótima às estruturas de custos das empresas, além da qual os rendimentos passam a ser decrescentes à medida que as empresas se expandem, o que limita a formação dos tão temidos "cartéis", pelas perdas que lhes acarretariam e (f) a abertura econômica, que se constitui em fator bastante limitativo à formação de "preços de monopólio", dado que aumenta sensivelmente as possibilidades de escolha dos consumidores, aumentando assim a elasticidade da demanda.

(*) Alterar a definição, mediante a substituição de "preços de monopólio" por "lucros de monopólio" é incorrer no mesmo tipo de erro. Por outro lado, a diferenciação entre "preços de monopólio" e "preços competitivos", é falsa: o que existe nos mercados livres são "preços de mercado" e "lucros de mercado", que variam segundo as circunstâncias que o mercado apresenta.

Evidentemente, todos esses fatores limitativos à perpetuação de monopólios nas economias de mercado permanecem, com mais fortes razões, válidos quando falamos em oligopólios e "cartéis". A rigor, só há duas possibilidades que podem tornar invulneráveis os monopólios, oligopólios e "cartéis": a primeira são as leis que os criam, as tarifas que os protegem e os subsídios que os sustentam e a segunda é o socialismo que, conforme tem observado com bastante propriedade Rothbard, equivale a um cartel enorme, organizado e controlado coercitivamente pelo Estado. No Brasil, se alguém desejar, por exemplo, abrir uma empresa para extrair petróleo, as leis o tratarão como um delinqüente, como um inimigo do "patrimônio público", por haver cometido o grave "delito" de pretender instalar uma empresa com a finalidade de, mediante a competição, proporcionar serviços melhores e mais baratos do que os oferecidos pela estatal que cuida do setor...

Sob o ponto de vista da Escola Austríaca, portanto, não são os monopólios, oligopólios e "cartéis" que devem ser combatidos, mas sim a legislação que bloqueia a competição.

O Intervencionismo: Correção ou Amplificação das Falhas?

Rothbard, em "Power & Market", estabelece três categorias de intervenção do Estado na ordem espontânea de mercado⁽¹⁴⁾. A primeira, que ele denomina de autística, ocorre quando o interventor coage os indivíduos sem receber, pelo menos perceptivelmente, nada em troca; a segunda é a intervenção binária, em que o Estado obriga os indivíduos a realizarem uma operação com ele e a terceira, chamada de intervenção triangular, em que o Estado obriga (ou, então, proíbe) dois indivíduos ou dois grupos de indivíduos a realizarem entre si uma operação de trocas, criando, nos três casos, relações hegemônicas em que ele desempenha o papel de comandante e os agentes econômicos privados o de subordinados; tal hegemonia substitui as relações voluntárias que seriam estabelecidas em regime de liberdade de escolha, mediante contratos de benefícios mútuos.

Um exemplo de intervenção autística é a proibição de profissão de uma religião; intervenções binárias ocorrem na tributação e nos gastos públicos com transferências e subsídios e intervenções triangulares acontecem nos controles de preços, nas políticas de rendas, no estabelecimento de tarifas, na concessão de licenças, nos controles de taxas de juros, de salários e de câmbio, na concessão de seguros-desemprego, na criação de controles sobre a qualidade e a segurança, no caso de patentes industriais, etc...

O efeito de todo esse conjunto de restrições à liberdade de escolha, geralmente adotadas para corrigir as falhas de

mercado, é, invariavelmente, o de amplificar essas falhas. Tomemos como exemplo um tipo de intervenção triangular cujos efeitos são bastantes conhecidos no Brasil: os controles de preços.

A vigência de preços livres permite que a lei da oferta e da demanda opere sem obstáculos, o que faz os mercados tenderem ao equilíbrio, conforme vimos no capítulo anterior, segundo as concepções de Mises, Hayek e Kirzner (embora Lachmann pense de modo diferente). O fato que deve ser ressaltado é que a interferência do governo mediante os controles de preços é um fator exógeno, isto é, extra-mercado, que atua como fator gerador de desequilíbrios (ou, se a versão de Lachmann for a preferida pelo leitor, como mais um fator de desequilíbrio).

Consideremos, para exemplificar, que os economistas do governo fixem um preço máximo para um produto qualquer, isto é, um preço abaixo daquele que as forças de mercado tenderiam a estabelecer. Surgirá uma contração na oferta, seja pelo fato dela variar diretamente com o preço, seja porque, na maioria das vezes, os empresários não conseguirão sustentar seus custos a um preço de venda mais baixo; como resultado, muitas empresas enfrentarão dificuldades e outras simplesmente fecharão as suas portas. Por outro lado, a demanda tenderá a expandir-se, uma vez que novos consumidores passarão a comprar o produto.

A fixação de um preço máximo resultará, portanto, em escassez, isto é, em excesso de demanda sobre a oferta, tal como ocorreu, por exemplo, no "plano" Cruzado. Ora, isto significa que, se o governo desejava um preço mais baixo ao estabelecer o controle, ele apenas agravou a situação, ao invés de solucioná-la. De fato, supondo que seu desejo era o de reduzir o preço do bem A, o que aconteceu foi que esse bem escasseou no mercado, com a consequência de que seu preço tende agora a ser maior do que o nível de antes do controle, pois tal é o efeito de uma contração de oferta combinada com uma expansão da demanda.

Além desse efeito pernicioso, há outro, não menos grave, embora à primeira vista imperceptível: o desperdício de recursos que os controles de preços provocam. Com efeito, os recursos agora tenderão a ser redirecionados para os mercados onde os preços não são controlados, embora a demanda nesses mercados não tenha crescido (a não ser que o governo, como muitas vezes acontece, favoreça com contrapesos, tais como subsídios, tarifas ou outras concessões do gênero, as empresas que permaneceram no setor, de modo a contrabalançar as perdas geradas para os produtores pelo controle de preços). Isto é ainda mais grave porque, geralmente, os burocratas tendem a fixar os preços daqueles bens considerados (arbitrariamente, por sinal, já que as preferências são subjetivas) como "de primeira necessidade",

como os preços da "cesta básica", por exemplo. Com isso, esses artigos experimentam escassez e carestia, ao passo que os artigos de "luxo" passam a sobrar e, portanto, a ser negociados a preços menores.

Mas isto ainda não é tudo: as autoridades econômicas, exasperadas com esta situação - que elas próprias criaram - tendem a perseguir, mediante ameaças de mais controles e, em uma etapa posterior, de confiscos, os "agiotas" e "especuladores" do sistema econômico liberal. A pergunta relevante, no entanto, é: mas que sistema "liberal" ou "capitalista" é esse, em que os preços são controlados, vigiados, monitorados, congelados, decididos, enfim, nas mesas de reuniões dos tecnocratas, entre copos de água mineral gelada, cafezinhos e baforadas de cigarros, ao invés de serem determinados por quem de fato sabe onde lhe doem os calos, isto é, os compradores e vendedores? Todos os brasileiros lembram-se do triste episódio da polícia federal caçando os bois nos pastos, durante o triste ano de 1986...

No caso da fixação de um preço mínimo, acima daquele para o qual tende o mercado, tudo ocorreria de modo inverso: haveria aumento de oferta, contração de demanda e, portanto, excesso de oferta. O preço mais alto atrairia novos produtores para o setor, amplificando o desequilíbrio e estimularia o aumento da produção das empresas que já operavam no setor anteriormente. Isto geraria desperdício de recursos, pois haveria superprodução de artigos não considerados prioritários pelos consumidores e uma tendência baixista natural ainda maior sobre o preço do produto.

Em ambos os casos - fixação de preços máximos e mínimos - surge uma tendência - explicada pelo axioma fundamental da praxeologia - ao estabelecimento de mercados paralelos em que, no primeiro caso, os bens seriam voluntariamente negociados acima do preço "máximo" e, no segundo, abaixo do preço "mínimo", exatamente o oposto do pretendido pelas autoridades.

O caso dos controles de preços, bem como de todas as formas de intervenção - autística, binária ou triangular - podem ser analisados da maneira que Henry Hazlitt fez no livro "Economia Numa Única Lição"⁽¹⁵⁾ e que consiste em seguir o conselho de Frédéric Bastiat (1801-1850), quando classificou os economistas em bons e maus. Eis a grande lição de Bastiat:

"Entre um bom e um mau economista existe uma diferença: um se detém no efeito que se vê; o outro leva em conta tanto o efeito que se vê quanto aqueles que se devem prever" (grifos nossos)⁽¹⁶⁾.

O que se vê, geralmente, é que o Estado pode e deve corrigir as falhas de mercado e o que a boa teoria econômica

permite prever - mas que, infelizmente, só costuma ser visto muito tarde - é que o Estado não só é incapaz de corrigir as falhas, como tende a torná-las mais gritantes. De modo direto: as falhas de governo são piores do que as falhas de mercado.

Capítulo 6

CAPITAL, JUROS, POUPANÇA E INVESTIMENTO

*"Assim, a taxa de juros [na teoria keynesiana da preferência pela liquidez] é o que é porque espera-se que ela venha a ser diferente; se não se esperar que ela vai ser diferente do que é, não há nada que nos diga porque ela é o que é. O órgão que a segreda está amputado. E, contudo, ele ainda existe de alguma forma - um miado sem um gato". (D. Robertson) **

O Fator Tempo e as Taxas de Juros

Böhm-Bawerk, ao enfatizar a importância do tempo no processo econômico e ao definir capital como os fatores de produção fabricados, contribuiu sobremaneira para o desenvolvimento da teoria do capital e dos juros⁽¹⁾. Sua análise sustentava-se na idéia de que os meios de produção **indiretos** ("round-about") permitem o aumento da produtividade dos seres humanos, tanto em termos de quantidades maiores de bens produzidos sem equipamentos, como em termos dos bens produzidos apenas com a utilização de bens de capital em seus processos produtivos. O tempo de espera, associado ao uso de processos indiretos de produção, é o núcleo de sua teoria dos juros. Seu argumento era o de que os agentes econômicos valorizam mais os bens presentes do que os bens futuros com características semelhantes, desde que as demais circunstâncias não se alterem. Em outras palavras, isto significa que as pessoas têm uma tendência a consumir mais no presente do que no futuro. Tal afirmativa, que denominamos de **lei da preferência temporal**, deduz-se imediatamente dos postulados da ação humana e traduz o fato de que, sendo o tempo um fator escasso, o agente econômico procura obter a situação mais satisfatória para ele no mínimo de tempo possível.

A lei da preferência temporal embasa a explicação das margens existentes entre os preços de venda e os custos, da qual se apropriam os empresários capitalistas que ofertam os fundos necessários para a compra dos bens de capital. Tal apropriação, na realidade, significa o pagamento de juros pelo período de tempo durante o qual seus investimentos foram usados e não se constitui, segundo Böhm-Bawerk, em qualquer

exploração dos trabalhadores por parte de ninguém, como havia concluído Marx.

Mediante sua importante contribuição, a teoria mengeriana do valor foi expandida para incluir a preferência temporal e, embora a teoria austríaca do capital tenha passado por desenvolvimentos posteriores, a explicação böhm-bawerkiana dos juros e da produção indireta ainda é o núcleo dessa teoria, conforme, por exemplo, argumenta Taylor⁽²⁾.

O fato é que os agentes econômicos dispõem de duas possibilidades quanto ao consumo daquilo que é produzido: consumir no presente ou esperar para consumir no futuro, isto é, poupar. E, como os seres humanos possuem uma tendência para consumir no presente, torna-se necessário, para que eles abram mão dessa inclinação natural e adiem seu consumo para o futuro, que recebam uma recompensa ou prêmio pela espera. Tal prêmio, denominado de juros originário, é definido como a diferença entre os valores atribuídos a um mesmo bem no presente e no futuro.

Devemos observar que o montante de juros originário tende a ser diretamente proporcional à preferência temporal dos agentes econômicos, ou seja, quanto mais estes valorizem o consumo presente em relação ao futuro, maior deverá ser o montante de juros necessário para induzi-los a poupar, isto é, a postergar o consumo e, inversamente, quanto maior for a preferência pelo consumo futuro em relação ao presente, menor deverá ser o total de juros que ele requererá para poupar. Se, por exemplo, os agentes econômicos soubessem que o fim do mundo seria no dia seguinte, a taxa de juros tenderia ao infinito; se, por outro lado, viessem a saber que seriam doravante imortais, a taxa de juros cairia para níveis baixíssimos, próximos de zero.

Assim, de acordo com Böhm-Bawerk, quando um credor empresta, digamos, US\$ 1000 dólares (é uma pena não podermos dar este exemplo em cruzeiros, sob pena dele tornar-se rapidamente desatualizado) a um devedor, em troca do recebimento de US\$ 1030 dólares dentro de um semestre, os dois não estão trocando a mesma coisa: o credor entrega os US\$ 1000 dólares ao devedor na forma de um bem presente (dinheiro), enquanto o devedor dá ao credor um bem futuro (uma promissória), que representa uma perspectiva de recebimento de dinheiro no fim dos seis meses. Em virtude da discrepância entre as valorizações de um mesmo bem no presente e no futuro, é que o credor cobra um prêmio (no exemplo, 3% ao semestre) pelo bem atual, que o devedor aceita pagar.

Além de mostrar a importância do fator tempo na formação das taxas de juros e de mostrar como os lucros empresariais, sendo também determinados pela preferência temporal, representam, na verdade, em termos de lucros "normais", a

própria taxa de juros, Böhm-Bawerk foi mais além: em seu "Capital and Interest" (3), mostrou que os bens de capital não são apenas "trabalho incorporado", mas também tempo (e demais fatores) "incorporado". Ainda mais: percebeu que o capital - diferentemente do que supunham os ricardianos e do que implicitamente a maioria dos economistas do século XX aceita, ao considerá-lo com uma dada "quantidade" - é uma estrutura, uma rede bastante complexa e que possui uma dimensão temporal. Influenciou, entre outros, Rothbard, para quem o crescimento econômico e a maior produtividade "não resultam simplesmente de acréscimos à quantidade de capital, mas de acréscimos à sua estrutura temporal para a construção de processos de produção cada vez mais longos"(4), que proporcionarão, no futuro, padrões mais elevados de consumo.

Poupança e Investimento

Para que o leitor não habituado com os textos de economia teórica possa compreender porque a taxa de juros está relacionada intimamente com a poupança, o investimento e a formação de capital, podemos utilizar uma das "construções imaginárias" a que nos referimos, a "economia autística"(ou "robinsiana") e, em seguida, levar a análise para o mundo real.

Imaginemos que Robinson Crusoe, isolado em sua ilha, divida o seu dia em 12 horas de trabalho, ao cabo das quais pesca 24 peixes - ou seja, 2 peixes por hora de trabalho - e 12 horas de descanso e lazer. Se, no entanto, ele puder contar com um anzol melhor, que lhe permita pescar 3 peixes por hora, obterá a mesma quantidade de peixes que antes em apenas 8 horas, ao invés de nas 12 horas anteriores, o que lhe proporcionará mais 4 horas livres. Decide-se, então, a construir o novo anzol, gastando para esse fim 3 horas das que trabalhava e 3 horas das que descansava. Ao fazer isso, estará poupando, isto é, restringindo seu consumo e descanso presentes, em troca de mais consumo e descanso futuros.

Neste exemplo, a diferença entre a perspectiva de pescar 3 peixes por hora e a atual pesca de 2 peixes por hora, isto é, 1 peixe por hora, representa a taxa de juros originária, ou seja, o valor marginal que premiará a renúncia ou poupança.

Por outro lado, o novo anzol é um bem de capital, isto é, uma combinação de trabalho e recursos naturais (caniço, corda, etc.), que lhe proporcionará aumento de produtividade. Ao utilizar a poupança para fabricar o bem de capital, ele estará investindo. Vemos, então, que: (1º) a poupança é condição necessária para o investimento (somente pode haver investimento se existe poupança), embora ela não seja condição necessária e suficiente (a simples existência de

poupança não garante que haverá investimento); (2º) a essência do investimento é o aumento da produtividade (maior produção com menos esforço) e (3º) a poupança tende a ser igual, em valor, ao investimento.

Observemos que, por haver poupado e investido, a situação de Robinson Crusóé melhorou: a produtividade de seu trabalho, isto é, a relação entre o volume produzido e o tempo empregado na produção, aumentou, o que reduziu sua jornada de trabalho de 12 para 8 horas e, portanto, aumentou seu tempo livre de 12 para 16 horas, que ele poderá utilizar como melhor lhe aprouver, seja descansando mais, seja fabricando novos bens de capital que lhe permitirão melhorar ainda mais, seja para o que for. O capital, portanto, que é o meio indispensável para a elevação do nível de bem-estar dos indivíduos, é resultado do investimento que, por sua vez, é fruto da poupança prévia e não de cédulas pintadas, emitidas pelo Banco Central. O bem-estar aumenta a partir do esforço da poupança, na medida em que esta se converte em investimento; ele não aumenta - pelo contrário, diminui, conforme veremos no capítulo 10 - pela simples vontade, manifestada pelo governo, de que ele poderá aumentar mediante a emissão de moeda.

Podemos, agora, de posse desses conceitos, utilizá-los no mundo real, analisando o processo especial de mercado, denominado de mercado de capitais, composto por uma oferta, formada por todos os poupadores e por uma demanda, representada por todos os investidores. Os primeiros, em troca do recebimento de juros, estão dispostos a adiar o seu consumo para o futuro, ao passo que os segundos dispõem-se a pagar juros para os poupadores, com o objetivo de produzir novos bens de capital. A taxa de juros, portanto, é o elemento de ligação entre a oferta de poupança e a demanda de investimento, comportando-se como um preço, embora, a rigor, não possa ser definida como tal, uma vez que, ao invés de ser determinada - como o são todos os preços - pela lei da utilidade marginal do bem transacionado, a taxa de juros é, como vimos, determinada pela lei da preferência temporal. A taxa de juros que se forma no mercado de capitais - taxa bruta de juros - é afetada, além da preferência temporal, por fatores como as variações no poder de compra da moeda e as alterações na taxa originária de juros, provocados por mudanças nas circunstâncias comerciais.

Portanto, a taxa bruta de juros tende a aumentar quando, mantendo-se constantes as demais circunstâncias, a demanda de recursos para investir aumenta e/ou a oferta de fundos para emprestar diminui; e tende a baixar quando a demanda de investimentos diminui e/ou a oferta de poupanças aumenta.

É importante observarmos que, quando as taxas de juros são livres, elas cumprem satisfatoriamente o papel de sinalizar o volume ótimo de investimentos - e, portanto, de

formação de capital - em cada momento do tempo, o que impede o surgimento das flutuações cíclicas tão enfatizadas pelos economistas intervencionistas e mantém a economia operando permanentemente em uma tendência em direção ao equilíbrio, tal como nos processos de mercado analisados no terceiro capítulo.

Logo, as flutuações cíclicas são provocadas por fatores extra-mercados, como as manipulações das taxas de juros levadas a efeito pelos bancos centrais. Este é um dos postulados fundamentais da Escola Austríaca, que esmiuçaremos no capítulo 10. Por ora, basta-nos dizer ao leitor que a teoria keynesiana, ao sustentar que o problema do desemprego deve ser solucionado mediante a concessão de "crédito barato" - isto é, pela prática de reduzir-se artificialmente as taxas de juros através de decretos ou, como é mais comum, por meio de injeções de moeda na economia - esquece-se de que os investimentos assim fabricados não são lastreados em poupança, mas em pseudo-poupança - ou seja, em uma simulação - e não na renúncia, no sacrifício do consumo presente, no esforço da frugalidade.

Com efeito, a queda artificial da taxa de juros produz os mesmos efeitos perniciosos que estudamos ao analisar o estabelecimento de preços máximos: diminui a oferta de poupança e aumenta a demanda de investimentos, criando-se um excedente artificial de demanda sobre a oferta, que é "coberto" pela emissão de moeda, isto é, de pseudo-poupança. Cria-se, assim, uma euforia inicial, com todas as características de má alocação de recursos mencionadas no capítulo anterior, em que sobem os preços dos produtos, bem como a demanda de trabalho e os lucros naqueles setores mais beneficiados pela "queda" das taxas de juros, isto é, nos setores produtores de bens de capital mais afastados do consumo final.

O problema é que, sendo artificialmente induzido - isto é, não sendo fundamentado em um crescimento real da poupança - este processo, como resumiram brilhantemente O'Driscoll e Shenoy⁽⁵⁾, tem um componente endógeno que o torna auto-reversivo: após o "boom" inicial, os retornos nos estágios de produção mais próximos ao consumo aumentam e os retornos nos estágios inicialmente favorecidos diminuem, o que provoca o redimensionamento da estrutura de capital da economia, processada mediante uma realocação de recursos que, a partir de agora, buscará os setores menos intensivos em capital. Haverá, portanto, perdas e desemprego, que serão maiores exatamente naqueles setores que se haviam artificialmente expandido na fase inicial. Eis, na concepção austríaca, a origem dos ciclos econômicos: as expansões monetárias, ao reduzirem os juros e criarem pseudo-poupança, provocam desproporcionalidades na produção de bens de capital, que se manifestam nas depressões, na medida em que elas provocam

superprodução em alguns setores e subprodução em outros, em um processo cíclico.

Voltaremos a este tema oportunamente; por enquanto, é conveniente que examinemos um pouco mais de perto a maneira como a teoria econômica austríaca vê essa importante e tão pouco compreendida variável, que é o capital.

A Teoria Austríaca do Capital

Um dos temas mais áridos da teoria econômica é o que se refere ao capital; com efeito, a chamada Teoria do Capital tem sido objeto de extensas análises e tratados, desde que a economia passou a ser sistematicamente estudada como ciência. Nosso objetivo nesta seção não é o de esmiuçar todas as suas vertentes, mas apenas apresentar a perspectiva da Escola Austríaca, no que se refere a alguns conceitos fundamentais da moderna Teoria do Capital.

De acordo com Kirzner⁽⁶⁾, é importante levarmos em conta que a análise austríaca do capital encaixa-se necessariamente na visão do funcionamento dos mercados como processos de descoberta. O mesmo pode ser dito, por sinal, da Teoria Monetária e da Teoria dos Ciclos da Escola Austríaca, conforme veremos no capítulo 9.

Sir John Hicks - um dos grandes economistas do século XX, que foi um neoclássico na juventude, deixou-se arrebatado pela tentação construtivista do keynesianismo posteriormente e, em seus anos mais avançados, aproximou-se em muitos aspectos dos economistas austríacos - agrupou os diversos pontos de vista sobre o capital em duas amplas correntes⁽⁷⁾. De um lado, há os **materialistas**, que vêem o estoque de capital como um conjunto de bens físicos, como máquinas, equipamentos, construções, instalações, etc., o que significa que consideram possível agregar esses ativos e proceder, assim, à medição do "volume de capital" da economia. De acordo com esta visão, como observou Hicks, duas economias que tenham estoques de capital fisicamente idênticos, têm também o mesmo "volume de capital". Trata-se, como podemos perceber, de uma concepção de capital holística sob o ponto de vista filosófico que, ao ser aplicada à economia, resulta em uma abordagem essencialmente macroeconômica.

De outro lado, há os **fundistas**, que, ao invés de enxergarem o estoque de capital simplesmente como um volume de capital físico, vêem-no como um somatório de **valores**, isto é, como um **fundo**, formado pelos fluxos esperados de rendimentos futuros proporcionados pelo capital. Em outras palavras, os fundistas, como Irving Fisher, definem capital como todos os ativos que têm capacidade de gerar fluxos de rendimentos para os seus proprietários ao longo do tempo^(*) e

valor do capital como o valor atual, ou fundo, associado a esses fluxos.

A noção de capital como um fundo foi inicialmente desenvolvida por John Bates Clark⁽⁸⁾ e bastante utilizada pelo Professor Frank Knight⁽⁹⁾, sendo vigorosamente criticada tanto por Böhm-Bawerk como por Hayek que, em debate com Knight, criticou a noção de capital simplesmente como um fundo de valor, ou seja, como uma medida independente dos bens que compõem o estoque de capital⁽¹⁰⁾. No entanto, um dos elementos essenciais da teoria böhm-bawerkiana do capital é a noção de fundo de subsistência, que incorpora o ponto de vista de que os agentes econômicos, ao escolherem entre processos de produção de durações diferentes, avaliam os sacrifícios futuros implícitos em cada um desses processos, em termos de abstenção de consumo imediato. Um fator de grande importância nessas avaliações é o tamanho do estoque de capital disponível, por sua influência sobre as desutilidades associadas a cada um dos necessários períodos de espera. Como apontou Kirzner, o conceito de fundo de subsistência, além de constituir-se em um dos elementos básicos da teoria de Böhm-Bawerk, representa o que existe de "austríaco" em seu pensamento, a despeito de suas concessões às teorias que associam a taxa de juros à "produtividade" do capital.

A Teoria Austríaca do Capital, todavia, não pode ser enquadrada nem como materialista, nem como fundista: ela rejeita a visão física do capital que caracteriza os materialistas com base na tese de que, sendo heterogêneo o capital, não é possível somar suas unidades e, embora seja mais receptiva à abordagem fundista, pelo fato desta reconhecer que a natureza dos bens de capital está intimamente demarcada pela valoração - isto é, pelas expectativas quanto aos futuros planos de produção - a teoria austríaca nega a possibilidade de somar conjuntamente as correntes de produção futura, de modo a obter-se uma medida do estoque de capital de uma economia.

(*) Observemos que tal definição contém três formas de capital: o capital físico (máquinas, instalações, etc.), o capital humano (educação, saúde, nutrição e migração) e o capital tecnológico (pesquisa).

A questão da dificuldade de encontrar-se uma unidade de medida para o capital, que seja invariante às mudanças de preços relativos, tem sido discutida com freqüência na denominada "controvérsia do capital", inclusive por economistas não alinhados com a Escola Austríaca. Mas existe outra crítica - levantada pelos austríacos - bastante relevante e que tem sido negligenciada pelas análises convencionais: não se pode deixar de lado o fato de que os planos individuais que compõem o processo de mercado podem ser incompatíveis em um determinado momento. Um exemplo simples esclarece esta importante crítica: suponhamos que o indivíduo A construa uma casa (bem de capital), com a intenção de nela residir com sua família e que o indivíduo B construa uma bomba (bem de capital), com o intuito de destruir a casa de A. O primeiro espera receber um fluxo de serviços proporcionados pela casa, aos quais atribui um determinado valor, ao passo que o segundo conta com um fluxo de serviços destrutivos, aos quais também atribui um determinado valor (suponhamos que B seja, por exemplo, um terrorista). Este exemplo forte, utilizado por Dolan⁽¹¹⁾, mostra que há situações - e são muitas, no mundo real - em que não podemos somar ao mesmo tempo dois (ou mais) fluxos de serviços futuros, pelo simples fato de que eles são mutuamente exclusivos, o que nos levaria a superestimar o total. Observemos que, na medida em que os planos individuais não são perfeitamente coordenados, torna-se impossível medir consistentemente o capital.

A diferença entre as análises convencional e austríaca do capital é que, enquanto a primeira recorre a construções matemáticas da realidade econômica, o que a leva a apelar para "índices" que procuram refletir a "quantidade de capital", a segunda trabalha com um conceito de capital que identifica os bens de capital como objetos direcionados para atender a propósitos individuais específicos, formulados pelos agentes econômicos, sem nenhuma obrigação ou necessidade de medir o estoque de capital da nação.

O ponto central da visão austríaca, portanto, é que ela não vê o capital como um estoque homogêneo, mas como uma **estrutura interligada**, composta de um número muito grande de bens de capital. Hayek, por exemplo, enxerga a produção como uma série de **estágios**, começando pelos bens de consumo final ("**bens de primeira ordem**", na nomenclatura de Menger e Mises) e estendendo-se para os estágios sistemática e sucessivamente mais afastados do consumo final ("**bens de ordens superiores**")⁽¹²⁾. Em outras palavras, o capital é uma estrutura diversificada de elementos heterogêneos e complementares, utilizados nos diversos estágios da produção.

Os bens de capital, em geral, são **específicos** (assim como o trabalho e a terra) a determinados estágios da produção. Por exemplo, uma ferramenta utilizada em uma

fábrica de pianos não pode ser combinada aleatoriamente com um trator usado em uma fazenda, para produzir um terceiro produto. Para a produção dos bens de primeira ordem, torna-se necessária toda uma série de investimentos complementares em cadeia: o aço produzido em uma usina entra no estágio produtivo seguinte como um insumo, para gerar um outro bem; este novo produto, por sua vez, será utilizado como um insumo no estágio seguinte e assim sucessivamente, até que, no estágio final, é produzido um bem de primeira ordem.

Por isso, os investimentos que são feitos nos diversos estágios da produção são complementares entre si, pois são partes integrantes da estrutura de capital geral, necessária para que se efetue a produção de bens de consumo final. Assim, um conjunto de bens de capital não utilizáveis para consumo final não elevará necessariamente a produção final. Os investimentos devem ajustar-se à estrutura de capital, completa até o estágio do consumo, para que façam parte da produção final do consumo. Quando os investimentos não se integram nessa estrutura, tornam-se "maus investimentos", uma vez que gerarão perdas.

É interessante observarmos que a composição da estrutura de capital altera-se com as circunstâncias; estas tanto transformam bons investimentos anteriores em maus negócios, quanto proporcionam novas oportunidades de investimentos. Isto significa que o capital não se mantém intacto: a rigor, somente quando existem mercados livres, em que os preços relativos representem a escassez dos diversos bens de capital existentes é que a estrutura de capital pode teoricamente estar integrada como um todo.

Lachmann, contudo, sustenta que, devido à descoordenação de planos que caracterizam sua visão do processo de mercado, a estrutura de capital jamais estará completamente integrada⁽¹³⁾. De acordo com Lachmann, em um mundo marcado pelo desequilíbrio, os "entrepreneurs" estão continuamente reagrupando suas combinações de capital, em decorrência das diversas variações, correntes e esperadas, que estão sempre ocorrendo, tanto no lado dos custos, como no do mercado.

Eis, em síntese, um resumo da Teoria Austríaca do Capital, que foi integrada por Mises, em 1912, com sua Teoria da Moeda e do Crédito, formando a base para o entendimento correto dos fenômenos da inflação, do desemprego e dos ciclos econômicos, que serão analisados nos capítulos 10 e 11. O nosso próximo passo, contudo, é verificar o que a Escola Austríaca tem a dizer sobre a questão do trabalho e dos salários.

Capítulo 7

TRABALHO, SALÁRIOS E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

"Os diferenciais de salários são explicados, portanto, pela escassez, porque os trabalhadores qualificados são menos numerosos que os trabalhadores não qualificados e as posições mais altas requerem mesmo uma combinação bem pouco comum de qualificações e habilidades" (São Bernardino de Sena - 1380/1444) ()*

Trabalho e Salários

Este capítulo trata de um dos temas mais influenciados por fatores de natureza emocional, que tendem a dificultar seu correto entendimento. Por isso, devemos estabelecer com a máxima clareza possível o que estamos estudando, ao analisar a questão do mercado de trabalho e, por conseguinte, os salários e a distribuição de renda. Muitas pessoas bem intencionadas, mas sem o necessário conhecimento de teoria econômica, são levadas a acreditar que os salários dos trabalhadores e a distribuição da renda do país podem ser melhorados através de "leis"- que não são leis, mas meros comandos, na verdade - trabalhistas e previdenciárias. No entanto, apesar da vastíssima legislação existente nesses campos, o salário mínimo do trabalhador brasileiro, entre 1956 e meados de 1992, havia perdido cerca de 65% de seu poder de compra, o que é grave, pois o salário mínimo representa a remuneração mensal de 1/3 dos trabalhadores brasileiros com registro em carteira e, além disso, os empregos informais, que não garantem assistência de saúde e previdência, cobrem algo em torno de 45% do pessoal ocupado.

Como vemos, boas intenções apenas não significam êxito; em outras palavras, devemos ser ao mesmo tempo bem intencionados e competentes, se desejarmos de fato mudar esse quadro.

O trabalho é um dos fatores de produção que, por sua própria definição, é um bem que serve - assim como a terra e os bens de capital - para produzir outros bens: daí, alguns autores falarem em "capital humano". Ele é, em última instância, o instrumento mediante o qual a ação humana opera no processo produtivo, uma vez que tanto os trabalhadores

como os capitalistas "trabalham", isto é, dispõem seus esforços para produzir e ganhar algo.

Como qualquer outro bem, o trabalho é objeto de trocas em mercados, nos quais, mediante a ação de ofertantes e demandantes, são determinados os salários. Devemos ressaltar que, a exemplo do que ocorre com todos os mercados, também o mercado de trabalho deve ser visto como um processo, com todas as características dos processos de mercado descritas no capítulo 4. A oferta de trabalho é formada por pessoas que se dispõem a trabalhar, desde que recebam um salário em troca e a demanda de trabalho por pessoas que se dispõem a contratar trabalhadores, pagando-lhes salários.

Em uma economia de mercado, os salários somente podem subir se, mantendo-se constantes as demais circunstâncias, aumentar a demanda de trabalho e/ou diminuir a oferta desse fator de produção; e só podem diminuir se, dadas as demais condicionantes, cair a demanda e/ou aumentar a oferta de trabalho. Como podemos ver, a determinação do preço do fator trabalho é idêntica - em um mercado sem interferências do governo - à de todos os outros bens e serviços.

É importante que observemos que o fato de considerarmos o fator trabalho como uma categoria de mercadoria não significa, como pensam alguns, que a teoria econômica seja cruel: na verdade, não são os seres humanos que "se vendem", é apenas a sua força de trabalho que se aluga nos mercados, uma vez que a propriedade desse fator de produção permanece na posse de seus donos, isto é, dos trabalhadores. Como vemos, não existe nada de imoral nisso, pois o que ocorre, simplesmente, é que, sendo o trabalho também um fator escasso, ele tem um preço no mercado, que costuma variar diretamente com a escassez, a qualificação e a experiência dos ofertantes.

Conforme notou Zanotti⁽¹⁾, o salário é um preço que goza de um estranho privilégio: quando ele sobe - contrariamente ao que sucede com os demais preços - todos se alegram. Por isso, para alegria geral, convém analisarmos o que pode provocar um aumento no nível geral de salários, lembrando-nos, contudo, de que o dever impõe-nos também analisar os fatores que causam as quedas salariais, o que tem feito, no Brasil, a alegria transformar-se em desapontamento.

Efeitos do Fator Capital Sobre os Salários e Sobre a Distribuição de Renda

Na medida em que a realização de investimentos vai ampliando o estoque de capital ao longo do tempo, ocorre um aumento na demanda de trabalho e, portanto, uma tendência à elevação dos salários reais dos trabalhadores. Este fato essencial decorre da lei da utilidade marginal: de fato, ao crescer a quantidade de capital, este torna-se relativamente

mais abundante em relação ao trabalho, cuja utilidade marginal, inexoravelmente, torna-se maior, o que aumenta o valor de cada unidade de trabalho, isto é, o salário unitário.

A estabilidade da moeda é, portanto, essencial para que o nível de vida dos trabalhadores possa melhorar. Com efeito, quando a moeda de uma economia é forte, ocorre um estímulo à poupança no mercado de capitais que, como vimos no capítulo anterior, tenderá a provocar baixa nas taxas de juros, de modo natural (em contraste com as quedas artificiais de juros baseadas em emissão de moeda, sugeridas pelo keynesianismo). Isto, por sua vez, estimulará novos investimentos em bens de capital, que pressionarão os salários reais para cima.

Tal processo não ocorreria se a oferta de trabalho crescesse mais rapidamente que a demanda, o que, felizmente, não ocorre nos métodos modernos de produção, que, por sua maior produtividade, geram crescimentos na produção superiores à taxa de crescimento da população. Segundo a Escola Austríaca, portanto, o aumento do bem-estar geral depende do crescimento do estoque de capital, fenômeno que, por si só, caracteriza o crescimento econômico. Adicionalmente, a jornada de trabalho tende a ser menor, na medida em que a produtividade do trabalho cresce em decorrência da ampliação do estoque de bens de capital.

Observemos que se ampliarmos o conceito de capital, nele incluindo o capital humano (isto é, os investimentos acumulados em educação, saúde, nutrição e migração), poderemos entender que o crescimento econômico, entendido com um processo de acumulação generalizada de capital - físico, humano e tecnológico-, passa a ser necessariamente concomitante com a elevação dos salários reais e com uma distribuição melhor de renda.

De fato, os investimentos em capital humano acarretam um duplo efeito positivo: de um lado, por sua própria característica, tendem a elevar a produtividade da mão-de-obra e, portanto, os salários reais e, de outro, ao gerarem, por definição, ampliação no estoque de capital (de acordo com a concepção fundista analisada no capítulo anterior), contribuem também para elevar a produtividade econômica e política⁽²⁾ do trabalho e, portanto, para aumentar os salários reais.

O crescimento generalizado do capital produz uma tendência à elevação dos salários em todos os diferentes níveis de qualificação, mesmo nos mais humildes, em decorrência de um simples fenômeno competitivo, decorrente do fato de que os investimentos em bens de capital (e no homem) tornam o trabalho mais escasso. Suponhamos, por exemplo, que o leitor tenha uma empregada doméstica, à qual paga um salário de x cruzeiros por mês e que um supermercado

necessita de mais funcionários, em virtude de haver inaugurado - graças a investimentos que realizou - novas instalações e que ofereça a esses novos funcionários y por mês (y sendo maior do que x). Claramente, é bastante provável que a empregada doméstica seja tentada a trocar de profissão, se o leitor não se dispuser a aumentar o seu salário atual.

Vemos, assim, que a única forma segura de se enfrentar o grave problema da má distribuição de renda, que assola as sociedades não desenvolvidas, é o estímulo à formação de capital (físico e humano), o que pressupõe, de um lado, estabilidade monetária, liberdade econômica e instituições políticas eficientes (Nomos-Cosmos) e, de outro, ênfase nos investimentos em capital humano.

Sindicatos, Desemprego e Direito de Greve

Um dos argumentos mais utilizados pelos que não compreendem como operam os mercados de mão-de-obra é que a ação dos sindicatos, juntamente com as leis de "proteção" aos salários, tendem a favorecer os trabalhadores.

O que ocorre, contudo, é que, sendo os salários reais uma modalidade de preços, são naturalmente regidos pelas leis de mercado - oferta e demanda - referentes às diferentes categorias de trabalho. Assim, para que essas leis pudessem ser anuladas, seria preciso que os mercados de trabalho fossem extintos e o Estado passasse a determinar o emprego de cada trabalhador e o número de empregados (com diferentes qualificações e experiências) que cada empresa deveria manter sob contrato. Os sistemas socialistas tentaram fazer isso. E fracassaram.

Portanto, em qualquer economia de mercado - mesmo na brasileira, em que os mercados são obstruídos por diversas razões - qualquer intervenção estatal que tenha em vista elevar os salários reais mediante atuação política sobre os salários nominais tende a ser uma luta inglória⁽³⁾ contra as leis de demanda e de oferta, que são irrevogáveis. É evidente que os salários nominais legislados podem ser desfeitos, primeiro, pelos aumentos de preços; segundo, por cortes em benefícios extra-salariais espontaneamente concedidos pelas empresas; terceiro, pela burla pura e simples da legislação e, quarto, pela demissão dos trabalhadores. Além disso, se as autoridades criarem obstáculos legais para o processo de mercado, como congelamentos e controles de preços, proibições de demissões, etc., as empresas reduzirão seus investimentos, em decorrência do maior risco associado à contratação de mão-de-obra, o que tenderá a gerar falta de empregos para a população crescente.

O leitor já pode perceber a esta altura que os que defendem a fixação de salários nominais mediante políticas salariais padecem de uma lamentável falta de conhecimento de teoria econômica, o que os leva a crer na pretensa factibilidade das "soluções" políticas⁽⁴⁾. A intenção do legislador é aumentar os salários. No entanto, ele desconhece que isto só poderá ocorrer em decorrência de um aumento nos investimentos em capital e que a fixação artificial dos salários nominais apenas tende a agravar a situação, deixando sem trabalho uma parcela da oferta de mão-de-obra e fazendo com que os salários sejam ainda mais baixos no mercado informal, pelo efeito combinado de maior oferta com menor demanda. Além de tudo isso, a fixação de salários, especialmente dos salários do setor público, pode ser uma lenha a mais na fogueira da inflação, na medida em que os reajustes nominais de salários são financiados pela emissão de moeda, e pode ser uma causa coadjuvante do desemprego, quando o Estado financia os reajustes pelo crescimento de seu endividamento, o que, normalmente, eleva as taxas de juros.

De acordo com a Escola Austríaca, há três tipos de desemprego: (a) **cataláctico**, que ocorre quando as pessoas não oferecem seus serviços no mercado de trabalho simplesmente porque não desejam fazê-lo; (b) **friccional**, que acontece quando uma empresa fecha e todos os seus recursos - inclusive o trabalho - são transferidos para outras empresas ou atividades, gerando desemprego temporário e (c) **institucional**, que é a forma relevante de desemprego e que corresponde à existência de um excesso de oferta sobre a demanda de mão-de-obra, o qual só pode manter-se mediante a fixação de salários mínimos, que expandem a oferta e contraem a demanda.

A fixação de salários, pela força da coação, por parte de sindicatos e do Estado, traz, portanto, como resultado, o desemprego. Como podemos observar, então, o desemprego crônico não é nenhum defeito intrínseco ao capitalismo, mas precisamente o oposto: **sua causa são as práticas anti-liberais**. Por isso, a única solução para o problema é o estabelecimento da liberdade salarial. De fato, as políticas keynesianas, além de não o solucionarem, agravam-no, uma vez que provocam - pela via da fartura creditícia - as crises cíclicas⁽⁵⁾. Obras públicas também não o resolvem, posto que, se são financiadas por emissão de moeda, geram inflação; se são alimentadas pela colocação de títulos públicos, causam elevação de taxas de juros e, se são cobertas por impostos, deslocam por definição recursos do setor privado para o estatal e, conseqüentemente, haverá coisas que deixarão de ser feitas pelo primeiro e coisas que passarão a ser feitas pelo segundo, o que significa que haverá redução da demanda de trabalho no primeiro e expansão da demanda de trabalho no segundo, não se alterando, portanto, a demanda total de trabalho, o que faz com que o problema subsista.

Um argumento que tem sido bastante utilizado no Brasil pelos que se opõem às políticas liberais e que pode ser enquadrado na definição de desemprego friccional é o baseado na suposição de que, quando uma empresa quebra - uma empresa antes protegida por restrições à concorrência e agora exposta ao mercado - isto representa um prejuízo para seus empregados, o que justificaria que o Estado socorresse a referida empresa. Uma variante desse argumento é a defesa das empresas estatais, que deveriam permanecer nas mãos do Estado, para proteger seus trabalhadores.

No entanto, quando uma empresa privada quebra ou quando uma empresa estatal é ineficiente (o que, aliás, é regra geral), isto ocorre porque seus preços de venda não permitem cobrir seus custos, seja porque a demanda por seu produto caiu, seja porque seus preços (ou tarifas) foram objeto de controle por parte do governo, seja porque seus custos foram elevados em decorrência de políticas erradas. Por isso, o mercado reage com a quebra da empresa ou, no caso das estatais, os cidadãos desejam que o Estado as privatize, impedindo, em ambos os casos, que se gastem recursos (escassos) em produtos sem demanda, ou que se controlem preços e tarifas, ou, ainda, que se adotem políticas equivocadas.

Os recursos, em qualquer caso, não ficarão ociosos: de fato, tanto o capital como o trabalho antes utilizados na empresa em questão serão agora desviados para outros setores produtivos, para os quais haja demanda e que, portanto, necessitam desses recursos. É evidente que haverá prejuízos temporários para os trabalhadores que, além de perderem seus empregos, deverão adaptar-se a novas tarefas. Mas ocorre que o mercado livre, no longo prazo, é o sistema que atende ao bem comum, o qual seria - como tem sido em nosso país - fortemente prejudicado pelo mau emprego dos recursos da sociedade. Conforme contra-argumenta Zanotti em seu magnífico livro introdutório⁽⁶⁾, será que deveríamos ter renunciado às modernas locomotivas, para evitar os problemas que esse progresso acarretou para os que operavam as caldeiras das máquinas antigas e para os empresários dos trens "maria-fumaça"? Ou deveríamos abolir os automóveis, para restabelecer os empregos dos cocheiros e charreteiros do passado? Parece que a simples idéia do que é bem comum rejeita tais proposições.

Outro argumento muito comum é o do "desemprego tecnológico", isto é, o de que as máquinas provocam desemprego. Trata-se de uma análise superficial dos processos econômicos, uma vez que as máquinas representam capital, que é, como vimos, o principal fator de elevação de salários e do nível de emprego. Tal como no caso anterior, o trabalho é deslocado para outros setores de produção de bens de capital. Além disso, as máquinas e as novas técnicas, permitindo a

produção com menores custos, aumentam a diferença entre custos e preços, o que permite a expansão das atividades já existentes e o início de novas atividades. Este processo de expansão, conduzido por novos investimentos, gera um crescimento na demanda de trabalho e, portanto novos empregos, que de outra forma não existiriam. As máquinas, assim, longe de provocar desemprego, geram mais empregos!

Ao contrário do que se costuma propagar, o liberalismo não é incompatível com a formação de sindicatos, nem com o direito de greve. De acordo com os economistas do Instituto Liberal do Rio de Janeiro, por exemplo, a greve é "uma manifestação grupal de empregados de uma empresa ou conjunto de empresas, caracterizada pela paralisação total ou parcial de suas atividades, com o objetivo de obter, através de pressão sobre os respectivos empregadores, alterações nas condições de trabalho, após esgotadas todas as possibilidades pela via negocial"⁽⁷⁾. Na concepção liberal, o direito de greve nada mais é do que um exercício de um dos direitos básicos - o de propriedade - na medida em que significa a prerrogativa que os proprietários do fator trabalho devem possuir de oferecer ou não os seus serviços no mercado.

Entretanto, o mesmo motivo - o exercício do direito de propriedade - que nos leva a acolher o direito de greve, leva-nos também a defender o direito dos trabalhadores que, por sua livre vontade, não desejarem aderir a uma determinada greve. Em outras palavras, os sindicatos podem exigir salários nominais mais elevados para determinada empresa^(*), mas não podem impedir que essa empresa contrate outros trabalhadores por salários menores, ou que os empregados sejam impedidos de exercerem o seu direito de trabalhar pela ação de piquetes e pela violência.

(*) O conceito de "categoria", contudo, choca-se com o fato de que nem todos os membros de uma categoria profissional trabalham na mesma empresa ou setor. Um metalúrgico do ABC, por exemplo, não pode estar sujeito aos mesmos reajustes concedidos a um metalúrgico de, digamos, uma pequena oficina mecânica com 4 ou 5 empregados. Além disso, desde Adão, jamais existiram duas pessoas absolutamente iguais. Como, então, é possível defender a uniformidade de salários?

Assim, também o direito de filiação sindical deve ser assegurado, mas a filiação obrigatória a um determinado sindicato é uma agressão ao direito de escolha individual. As associações devem ser livres e democráticas e a lei - Nomos - não deve tolerar agressões à liberdade de trabalho nem ao direito de escolha.

Ao que parece, o motivo que leva algumas pessoas bem intencionadas a crerem que os liberais se opõem ao direito de greve é que, embora eles sejam favoráveis à existência de sindicatos, o liberalismo é radicalmente oposto às idéias que nortearam a formação de quase todo o movimento sindical, baseadas na "teoria da exploração", "no conflito de classes" e na "teoria do valor trabalho", de inspiração marxista e que, como mostramos especialmente no capítulo 3, não resistem a uma argumentação lógica.

Em suma, a greve é instrumento de pressão legítimo, desde que não prejudique outros direitos básicos da pessoa humana, para o que deve submeter-se a alguns requisitos essenciais. O primeiro é que não paralise setores essenciais da economia e da sociedade; o segundo é que seu uso seja restrito à condição de última instância, após esgotadas as negociações; o terceiro é que não tenha conotação política nem usurpe - incluindo-se o serviço público - funções e prerrogativas de outras instituições democráticas representativas da cidadania, atendo-se apenas a reivindicações relacionadas às condições de trabalho e o quarto é que os responsáveis pelas greves - legítimas ou não - sejam claramente definidos, de modo que os ônus por eventuais abusos possam lhes ser imputados.

Existem sindicatos em todos os países livres. Nos países ricos e nos pobres. No entanto, nos segundos, apesar das "leis" salariais, os salários reais são mais baixos do que nos primeiros. Em alguns casos, são aviltantes. Mais um indício de que nem as políticas de rendas, nem o sindicalismo raivoso podem fazer algo de eficaz na luta contra a miséria, nem podem criar riqueza. Os baixos salários e a miséria não decorrem de uma pretensa "selvageria" do sistema de mercado; antes, são frutos da falta de desenvolvimento.

Em economias de mercado, em que o capital físico, humano e tecnológico é escasso, os salários legislados não passam de meras abstrações. Por isso, a insistência em "comandar" salários reais, ou em "repor" as perdas geradas pela inflação sobre os mesmos, no contexto macroeconômico, são atitudes absolutamente inadequadas. Primeiro, por revelar ignorância de que qualquer ganho nominal de salários "comandado" pelo sistema político pode ser facilmente desmontado pelo sistema econômico e segundo, por mostrar absoluto desconhecimento do que é a inflação, de seus efeitos sobre os preços absolutos e, principalmente, de seus impactos sobre os preços relativos, que alteram traiçoeiramente a alocação de recursos

em todo o espectro das atividades econômicas, provocando alterações permanentes na estrutura de capital e afetando desigualmente os diversos mercados.

O único fator realmente gerador de maior bem-estar para a massa trabalhadora é o investimento criador de novos empregos, o que pressupõe, antes de mais nada, instituições Nomos-Cosmos, que são aquelas capazes de estimular e recompensar a criatividade individual, ao invés de cerceá-la e de puni-la.

Capítulo 8

MENOS IMPOSTOS, MAIS PROGRESSO

"Nem todo imposto é justo e nem toda evasão é injusta"
(Alejandro Chafuen) (*)

Tributação

O Estado é o aparato social de coerção, constituído para garantir o império de uma determinada ordem de coisas, que podem ser condensadas na lei. Sob o ponto de vista de nossos critérios morais, a ordem social estabelecida pode ser justa ou injusta. A finalidade do Estado, em poucas palavras, deve ser a de zelar pelo cumprimento dos deveres e assegurar o respeito aos direitos inerentes aos seres humanos - à vida, à liberdade e à propriedade. Tais deveres e direitos acham-se implícitos no sistema econômico: os deveres de não roubar, não matar, não emitir cheques "fantasmas", etc., devem servir como garantias aos direitos de ser proprietário de algo, de poder estar vivo para trabalhar, de comerciar, etc. Tal simultaneidade de obrigações e de prerrogativas é que movimenta o sistema econômico liberal, baseado na economia de mercado.

Logicamente, para manter o sistema econômico funcionando, o Estado, que não pode criar recursos, precisa obter recursos, o que, em uma economia monetária, significa dizer que ele precisa gastar dinheiro. Há quatro fontes básicas mediante as quais o Estado busca financiamento para seus gastos: a emissão de moeda, a tributação, o endividamento interno e o endividamento externo. Este capítulo cuida da segunda dessas fontes, sob a ótica liberal.

A tributação constitui-se no desvio compulsório de recursos do setor privado - empresas e cidadãos - para o setor público. É, então, óbvio que, se a ordem social gerada pela receita tributária é injusta, então os tributos são injustos, como notou com bastante propriedade o filósofo argentino Gabriel Zanotti⁽¹⁾. Tais considerações, no entanto, pertencem ao campo da filosofia moral.

No que se refere à economia política, como expressou com brilhantismo Calhoun⁽²⁾, há dois grupos de indivíduos na sociedade: os pagadores de impostos e os consumidores de

impostos, os que são taxados e os que se beneficiam da taxaço, que são, primeiro, os que se dedicam em tempo integral ao Estado (políticos, burocratas, etc.) e, segundo, os membros da sociedade que são subsidiados pelo Estado ou, como Rothbard os denomina, os "consumidores de impostos em tempo parcial"⁽³⁾.

O ponto crucial a ser observado é que a tributação sempre distorce a alocação de recursos da sociedade, tornando-a menos eficiente e interferindo na liberdade de escolha. Isto significa que não existe aquilo que muitos economistas perderam tanto tempo procurando, isto é, um imposto neutro, que deixasse o mercado exatamente como era antes de sua imposição⁽⁴⁾. Como nenhum imposto pode ser neutro, e como devemos reconhecer que os impostos são necessários para que o Estado possa funcionar, podemos redefinir o imposto neutro como o que afeta o menos possível o processo de alocação de recursos dos mercados.

A literatura econômica costuma classificar os tributos em duas grandes categorias: os diretos, que incidem sobre a manifestação direta da capacidade produtiva (capital, renda) e os indiretos, que incidem sobre a manifestação indireta da capacidade produtiva (gastos de consumo). Vejamos que categoria de impostos afeta o menos possível a alocação de recursos.

A tributação direta, que em geral incide progressivamente sobre os rendimentos, desestimula a atividade econômica, porque reduz a proporção dos rendimentos que seria destinada ao consumo e, principalmente, ao mercado de capitais. Seu efeito é o de reduzir a oferta de poupança naquele mercado e, portanto, o de restringir a formação de capital e, em última instância, o crescimento. Quantas pessoas já pararam para refletir alguns minutos sobre a afirmativa (correta) de Nozick⁽⁵⁾, de que o imposto sobre a renda equivale a um trabalho forçado? De fato, quando o Estado nos tira 25% de nossa renda, tudo se passa como se trabalhássemos, todos os meses, sete dias e meio, de graça, para o fisco, que está longe de ser, como se sabe em todo o mundo, alguma instituição de caridade...

Os impostos sobre os lucros padecem do mesmo defeito: ao desestimularem o trabalho e a inventividade, prejudicam o processo de geração de riqueza e de formação de capital, o que significa que implicam níveis de vida mais baixos. Assim, os pobres são os mais afetados quando o governo veste a fantasia de Hobin Hood e se arvora a tributar os "ricos". Por outro lado, os pequenos detentores de capital também são freados, isto é, desestimulados de tentar investir em projetos de maior envergadura. Encolhem todos e ninguém cresce.

Outro tributo de forte apelo populista é o imposto sobre as grandes fortunas e heranças, mas cujo efeito prático é o de desestimular a poupança, já que bem poucos poupariam durante e para após as suas vidas, sabendo que uma parcela de seus bens seria confiscada pelo Estado antes e depois da sua morte.

Impostos sobre ativos de empresas, impostos sobre aplicações em bolsas de valores, impostos sobre operações de crédito e todos os impostos diretos têm efeitos semelhantes aos mencionados acima: provocam descapitalização, pioram o nível de vida e, portanto, não atendem ao requisito de "neutralidade".

Já a tributação indireta não interfere no processo de formação de capital em termos potenciais, uma vez que não incide sobre os recursos que se destinariam à poupança. Por isto, na visão liberal de uma economia de mercado, só há lugar, a rigor, para impostos indiretos, porque são os que menos afetam a alocação de recursos que o mercado naturalmente proporciona.

Financiando o Essencial ou Brincando de Robin Hood?

Vimos no capítulo 5 que a tributação enquadra-se na modalidade de intervenção que Rothbard denomina de binária, por processar-se entre um par de agentes: o interventor (o Estado) e o sujeito (o contribuinte). O que devemos ter em mente é que todas as formas de intervenção - autística, binária e triangular - são componentes de uma relação hegemônica, uma relação de comando e obediência, de natureza contrastante com a que caracteriza as relações contratuais voluntárias. Também precisamos observar que os atos de intervenção binária produzem impactos triangulares: a empresa A, que desejaria realizar uma operação com o indivíduo B, deixa de realizá-la quando o agente hegemônico G estabelece um tributo sobre, digamos, a renda de B.

A boa tradição da Escola Austríaca sugere-nos que todas as conseqüências das intervenções (e, por conseguinte, as da tributação), devem ser levadas em consideração. A análise tributária convencional, baseada em modelos de "equilíbrio parcial", deixa de considerar que os impostos interferem nos processos de mercado e, portanto, na essência dos mecanismos de descoberta analisados no capítulo 3. Além disso, a análise tributária só terá validade se for conduzida a partir do princípio de que existe uma forte correlação temporal entre receitas e gastos públicos: a receita de hoje, fatalmente, é o gasto público de amanhã.

Vimos que a existência de tributos é essencial para a própria existência do Estado, para que ele possa desempenhar suas funções básicas de zelar pelo cumprimento dos deveres e garantir o respeito aos direitos naturais à vida, à liberdade

e à propriedade, estabelecendo, assim, o delineamento geral de uma ordem social "justa" (com a observação de que o conceito de "justiça social" é, de tão vago, incapturável). Os liberais não são contra os impostos: o que o liberalismo vê com um olhar bastante crítico são as tentativas de se exigir dos impostos - e de sua contrapartida inescapável, os gastos governamentais - mais do que se pode e do que se deve esperar deles.

Henry Hazlitt, em seu magnífico livro desmistificador de falácias, lapidou uma frase que vai além dos efeitos "que se vêem", para atingir os efeitos "que se devem prever": "...portanto, para cada emprego público, criado pelo projeto da ponte, fica destruído, em algum lugar, um emprego particular"⁽⁶⁾. De fato, se o governo, com o objetivo de gerar empregos, resolver construir uma ponte orçada em US\$ 10 milhões, financiando-a com impostos, os contribuintes perderão US\$ 10 milhões, que seriam gastos em coisas de que necessitavam mais. Podemos ver a ponte e os empregos gerados por sua construção, mas não podemos ver - embora possamos prever - casas que não foram construídas, automóveis, televisores, telefones, roupas e comida que deixaram de ser comprados, porque o governo retirou os recursos que seriam destinados para essas finalidades, através da tributação.

Um dos argumentos mais engenhosamente utilizados pelos adeptos do intervencionismo, geralmente sob o nebuloso - porém forte - apelo da "justiça social", é o de que o Estado teria o dever de utilizar a tributação como mecanismo de redistribuição de renda. As falhas dessa argumentação pró-Robin Hood são gritantes. Primeiro, o próprio conceito de "justiça social" é vago, indefinível e, na realidade, não significa nada de concreto. Segundo, mesmo que admitamos que a "justiça social" possa ser identificada, não com a redistribuição de renda, mas com o objetivo, mais compatível com a própria natureza humana, de melhor distribuição de renda, o único instrumento adequado para que seja alcançada, no longo prazo, longe de ser a progressividade dos impostos, são investimentos em capital humano, como apontamos no capítulo anterior. Terceiro, conforme mostrado na seção precedente, os impostos diretos desestimulam a formação de poupança, comprometem o processo de capitalização, bloqueiam a geração de riqueza e geram estagnação, em uma perversa causalidade, cujo efeito final é o de empobrecer os pretensos beneficiários da tributação, tudo se passando como se os pobres, no final das contas, devolvessem ao príncipe João os recursos que Robin Hood lhes havia colocado nas mãos. Como escreveu Sofocleto, "só pagam impostos os que não têm com que pagá-los..."

Desde que as falácias keynesianas, de um lado, e o festival de bobagens que caracterizam o ideário socialista-marxista, de outro, incutiram na cabeça das pessoas - que, embora bem intencionadas, não possuem conhecimentos adequados

de como funcionam as economias - a idéia de que os gastos públicos seriam benéficos, a voracidade tributária dos governos aumentou sensivelmente. O próprio espírito de cidadania ficou comprometido. Apenas nos anos oitenta, com a constatação da falência do Estado keynesiano e o colapso do socialismo em todo o mundo, é que os valores morais, econômicos e políticos da cidadania começaram a ser resgatados. Hoje, até mesmo em países de forte tradição paternalista, como o Brasil, já se pode ouvir muitas vozes de bom senso clamando que o "leão" deve ter seus mantimentos racionados. Este é o primeiro - e demorado - passo. Resta-nos seguir adiante. Para o progresso.

Os Limites do Suportável

Em um sistema econômico livre não existe lugar para o enxame de impostos que estamos acostumados a ver (e a pagar, infelizmente) nas sociedades de inspiração dirigista como a nossa.

Até que limites os cidadãos honestos e as empresas produtivas devem suportar uma carga tributária extensa (no Brasil, no ano de 1992, havia 58 tributos) e elevada (mais de 3/5 do que a economia produz) sendo que o retorno, em termos de serviços públicos oferecidos aos contribuintes, de toda essa monstruosa e complexa estrutura, é praticamente inexistente?

Devemos abordar esta importante e delicada questão sob três aspectos: o ético-moral, o econômico e o político, dado que a estrutura tributária de qualquer sociedade - que reflete, em última instância, a estrutura de seu setor público vis-a-vis a de seu setor privado - é consequência das interrelações dos três grandes sistemas que a compõem. No que se refere ao aspecto ético-moral, não é preciso escrevermos muito para verificarmos a imoralidade de uma carga tributária complexa e extremamente elevada. Basta mencionarmos que, de acordo com renomados especialistas em leis fiscais (Ives Gandra da Silva Martins e Antoninho Trevisan), em meados de 1992, se todos os brasileiros pagassem corretamente - como a ética, sob condições normais, recomendaria - todos os tributos que lhes são cobrados pelas três esferas de governo, a arrecadação total alcançaria 65% do PIB, isto é, mais de 3/5 da produção nacional. Ora, considerações elementares de filosofia moral, combinadas com o próprio instinto de sobrevivência com que o Criador dotou os homens, permitem-nos afirmar que, se a ordem social gerada por uma estrutura tributária deixa a desejar, os tributos que a compõem são injustos. E, conforme escolásticos do calibre de um São Bernardino de Sena e de um Santo Antonino de Florença ressaltaram, a sonegação, nesses casos, torna-se moralmente justificável.

Sob o ponto de vista econômico, a aplicação da análise praxeológica da ação humana, como vimos, sugere que uma estrutura tributária complexa e com alíquotas elevadas, sobre ser recessiva, como vimos anteriormente, é também forte estimuladora da sonegação: em 1992, estimava-se que, no Brasil, mais de 50% da receita tributária devida era sonegada, o que confirma a idéia contida na conhecida "curva de Laffer", que estabelece que a arrecadação cresce à medida que a alíquota de um tributo aumenta, até atingir um máximo, passando a partir daí a decrescer, caso o governo insista em aumentar a alíquota. Definitivamente, a extorsão fiscal tem sido rejeitada, teórica e empiricamente, pelo sistema econômico. Os camelôs e as firmas de fundo de quintal, seja em Lima, seja no Rio de Janeiro ou em qualquer outro lugar onde o apetite fiscal do Estado é desmesurado, estão aí para atestar. No Peru, Hernando de Soto indicou que os excessos de regulamentos e de tributos estrangularam quase que inteiramente as liberdades econômicas das classes menos favorecidas: dois milhões e quinhentos mil camelôs, artesãos e pequenos fabricantes refugiados na economia informal, bem como 43% de toda a construção de residências, 60% da distribuição de alimentos e 95% dos transportes públicos de Lima. Como explica De Soto, "a Europa Ocidental saiu do mercantilismo séculos atrás, mas não as colônias espanholas...(*) o que estamos presenciando agora na América Latina é um desafio espontâneo a este poder [econômico e político]"⁽⁷⁾.

Finalmente, parece claro que uma estrutura tributária pesada é sempre montada como anteparo à maior força relativa do sistema político em relação ao econômico, fenômeno que, como já apontamos, caracterizou o século XX, até os anos oitenta.

(*) Tampouco o Brasil

O professor e político alemão Ralf Dahrendorf retratou, em um ensaio famoso recentemente publicado no Brasil⁽⁸⁾, essa intromissão do sistema político sobre o econômico sob a forma do que ele chamou de "conflito social moderno". Quando o poder político torna-se desproporcionalmente mais forte, multiplica-se o atendimento das demandas sociais, financiadas por tributos: é a fase das "prerrogativas". Quando, de outra parte, o peso relativo do sistema político em relação ao econômico declina, multiplica-se a geração de produtos pelo sistema econômico: é a fase dos "provimentos", na nomenclatura de Dahrendorf.

Ao longo da história moderna, houve períodos de "prerrogativas", como as revoluções francesa (1789) e russa (1917), como a revolução de 30 no Brasil, os governos de Perón na Argentina e, sem exceção, as revoluções socialistas. Ocorreram também fases de "provimentos", como a Revolução Industrial, a Declaração de Independência dos Estados Unidos, as revoluções da informática e da microeletrônica e o recente renascimento liberal. Uma estrutura tributária pesada, portanto, estando associada a um excesso de "prerrogativas", compromete a geração de investimentos e de riquezas de modo inexorável no longo prazo, o que nos leva a reprová-la também pelo critério político.

Por essas razões, fundamentadas na teoria da ação humana, e pela própria observação da história, é que os economistas liberais - especialmente os da corrente austríaca - costumam advogar drásticas reduções de impostos, de tal modo que seu número possa ser contado nos dedos de uma das mãos. Menos impostos, para mais progresso! O difícil é fazer com que políticos clientelistas ponham em prática este princípio salutar, mesmo que consigam compreender sua veracidade. De nossa parte, contudo, vamos continuar insistindo, tentando esclarecê-lo para o maior número possível de pessoas. Se o leitor certificou-se da validade do princípio, pedimo-lhe que tente passá-lo adiante...

Capítulo 9

A ABERTURA ECONÔMICA

*"É máxima de todo chefe de família prudente jamais tentar fabricar em casa o que lhe custará mais fabricar do que comprar" (Adam Smith)**

O Comércio Internacional

Os princípios gerais que regem as trocas de que se compõe a atividade econômica não se alteram pelo fato de os homens haverem decidido organizar-se em países. Em outras palavras, os mecanismos que formam os processos de mercado são invariantes às fronteiras geográficas, porque são baseados nos axiomas da ação humana, que são absolutamente os mesmos onde quer que haja seres humanos e que determinam o funcionamento da vida e, portanto, da economia.

Comércio interno e comércio externo são, portanto, fundamentados nos mesmos princípios. Assim como o comércio entre indivíduos residentes em um país origina-se da desigualdade natural entre as habilidades e aptidões humanas, também as trocas entre indivíduos residentes em países diferentes têm a mesma origem. Suponhamos que A e B sejam dois indivíduos (ou grupos de indivíduos), ou duas empresas (ou grupos de empresas) e que A tenha mais capacidade de produzir o bem X, enquanto B revele maior aptidão para produzir o bem Y. Nessas condições, se A e B trocam entre si os bens X e Y (A especializando-se na produção de X e B na de Y), ambos poderão possuir os dois bens a custos menores do que se cada um houvesse fabricado os dois bens.

Ora, se considerarmos agora que A e B, ao invés de indivíduos ou empresas, sejam dois "países" - ou, mais precisamente, dois indivíduos ou empresas ou, ainda, dois grupos de indivíduos ou empresas residentes em países diferentes - verificamos imediatamente que o resultado não se altera. A razão disso é que ele está baseado no **princípio da divisão do trabalho**, que David Ricardo denominou de "lei dos custos comparativos" e Ludwig von Mises de "lei da associação", cuja validade é universal e que pode ser assim enunciado: "o trabalho realizado entre vários sujeitos atuantes segundo suas diferentes capacidades tem produtividade maior do que o mesmo trabalho realizado por apenas um sujeito atuante"⁽¹⁾.

No plano internacional, os países, de acordo com esse princípio, devem especializar-se na produção daqueles bens e serviços nos quais possuem uma produtividade por unidade de investimento maior - ou, no mínimo, igual que a dos demais. Evidentemente, um país pode, mediante o estabelecimento de medidas protecionistas, tentar produzir praticamente de tudo; no entanto, ao fazê-lo (geralmente movido pelo falso nacionalismo), incorrerá em custos comparativos obviamente mais elevados do que os incorridos pelos países que apresentarem vantagens absolutas e relativas na produção dos diversos produtos.

Tal desvantagem de custos traduzir-se-á em menor eficiência e, portanto, em baixa competitividade nos mercados internacionais. Em decorrência, o protecionismo nacionalista conduzirá a economia do país ao estado de uma autarquia, caracterizada por insuficiências na produção e deficiências na qualidade dos bens e serviços disponíveis para o mercado interno. "Privilegiar o mercado interno" é o mesmo que desprivilegiar o consumidor interno, porque este terá à sua disposição produtos piores e mais caros do que os produzidos externamente. O nacionalismo baixa, portanto, o nível de vida dos países; é anti-nacional, "impatriótico".

Se os nacionalistas dão-se conta de que aquilo que comumente chamamos de compras e vendas, no comércio internacional denominamos de importações e exportações, eles não parecem entender que não existe sentido em perguntar se exportação é "melhor" do que importação, uma vez que isto equivale ao absurdo de perguntar se vender é "melhor" do que comprar. Ora, assim como não podemos comprar, a não ser que vendamos algo^(*), também não podemos importar, a não ser que exportemos e vice-versa.

Cara sem coroa, vender sem comprar e exportar sem importar são moedas de uma só face e, portanto, sem valor de mercado, além de viciadas. Cada país deve exportar os bens que produz mais facilmente e que, portanto, apresentam abundância e importar aqueles que, embora possam ser produzidos internamente, apenas o seriam a custos comparativamente mais elevados do que os existentes no exterior. Isto significa que o processo de mercado - que, como sabemos, tende para a melhor alocação possível de recursos (que só não é perfeita em função da insuficiência do conhecimento) - conduz cada economia a concentrar-se nos bens e serviços em que seu sistema econômico é eficiente na produção. Quando o Estado atropela as leis de mercado e incentiva a produção de bens e serviços em que o sistema

(*) No caso do trabalhador, ele vende, em troca de um salário, os serviços do seu trabalho, conforme vimos no capítulo 7.

econômico interno não é eficiente, ele subtrai recursos dos setores eficientes - que perdem, assim, parte de sua eficiência - sem conseguir tornar os setores incentivados menos ineficientes do que antes da proteção.

Balanço de Pagamentos e Taxa de Câmbio

O balanço de pagamentos é o registro contábil de todas as entradas e saídas de recursos de um determinado país, em relação aos demais.

Divide-se em duas grandes contas: (a) conta corrente, que compreende o balanço comercial (exportações e importações de mercadorias) e o balanço de serviços (recebimentos e pagamentos de serviços) e (b) conta de capital, que enfeixa os capitais autônomos (basicamente, os investimentos realizados no exterior por residentes no país e os realizados no país por residentes no exterior) e os capitais compensatórios (cujo item mais importante são os empréstimos recebidos e os empréstimos realizados no exterior) ⁽²⁾.

As questões referentes ao balanço de pagamentos têm sido contaminadas por uma mitologia de forte apelo populista, cuja principal fonte alimentadora é a teoria da "exploração" marxista e sua variante internacional, a teoria da "dependência". Tais excrescências intelectuais originam-se, como vimos, de uma falsa concepção - a teoria do "valor-trabalho" - a respeito dos fatores que determinam o valor dos bens e serviços.

Um desses mitos - talvez o mais difundido - revela-se quando ouvimos alguém falar em balanço de pagamentos "favorável" ou "desfavorável", como se todo intercâmbio livre, seja ele interno ou externo, não refletisse a vontade dos participantes e, portanto, como se cada um não atribuísse um valor maior ao produto que recebe do que ao produto que entrega. Quando, por exemplo, um exportador vende uma saca de café por x dólares, ele acha melhor ficar com os x dólares do que com a saca de café; o importador, por sua vez, prefere ficar com a saca de café do que com os x dólares.

Assim, o mito de que exportar é "bom" e importar é "mau" baseia-se no erro de acreditar que em um intercâmbio uma das partes ganha e a outra perde, quando, na realidade, ambas ganham, o que nos é revelado por uma análise elementar das categorias praxeológicas: de fato, a nova situação, do ponto de vista de quem exportou, são os x dólares (e, de quem importou, a saca de café); a situação abandonada é a saca de café (ou os x dólares do comprador); o valor atribuído à situação abandonada é o custo para cada uma das partes e a

diferença (subjetiva) entre a saca de café e os x dólares é o que cada uma delas ganha mediante a ação.

A falácia de que exportar é bom e importar não é bom conduz, quase que naturalmente, à falsa crença de que o comércio internacional é uma guerra. Como observou Zanotti⁽³⁾, todos os países desejariam apenas exportar; mas uma exportação do país A requer uma importação por parte de um outro país, digamos, B, o qual também não desejaria importar. Isto levaria B a "contra-atacar", exportando para A, fato que seria indesejável para A. O resultado seria a autarquia, com o aniquilamento do comércio e o isolamento, com todas as suas conseqüências desastrosas conhecidas. Como notou Hazlitt, "somente o medo patológico de importar, que afeta todas as nações, excede o desejo ardente e patológico de exportar"⁽⁴⁾.

É importante observarmos que a liberdade de comércio entre as nações, isto é, a abertura econômica, faz com que o balanço de pagamentos de cada país tenda para o equilíbrio. Com efeito, sendo livres as trocas e sob a vigência plena das leis de mercado, como as exportações implicam saída de produtos e ingresso de divisas, isto provocará aumentos em alguns preços internos em relação aos preços externos, o que estimulará importações, as quais, por sua vez, implicarão entrada de produtos e saída de divisas, o que alterará os preços relativos (os preços internos cairão em relação aos externos), fato que estimulará as exportações, reiniciando-se o processo. Assim, e sujeitando-se aos mecanismos que determinam os processos de mercado, exportações e importações tenderão para o equilíbrio dinâmico⁽⁵⁾.

As taxas de câmbio são definidas como os preços relativos entre as moedas dos diversos países, isto é, como as paridades resultantes do intercâmbio entre as diversas moedas. A taxa de câmbio, portanto, é um preço e, como tal, pode ser estabelecida em termos reais (que são os relevantes) e em termos nominais.

Suponhamos, por exemplo, que as moedas dos países A e B sejam, respectivamente, a e b e que $a = 5b$. Admitamos, agora, que as autoridades econômicas (heterodoxas) do país B estabeleçam que a não pode custar mais do que $3b$ no mercado cambial. Ao fazer isso, o governo de B sobrevalorizou b em relação à moeda a , ou seja, nada mais fez do que estabelecer um preço mínimo para b e um preço máximo para a . Os efeitos dessa prática são, a esta altura, de conhecimento do leitor: haverá sobra de b e escassez de a e o governo de B ver-se-á às voltas com o problema da "escassez de divisas" e, portanto, ocorrerá o desenvolvimento de um mercado paralelo de divisas, com preços livres, como conseqüência lógica da política de controle cambial.

As sobrevalorizar a moeda nacional, o governo de B provocou um crescimento artificial nas importações e uma queda, também artificial, nas exportações. Analogamente, a subvalorização da moeda nacional (desvalorização de b em relação à moeda a) provocaria retração nas importações e crescimento artificial nas exportações de B. Ora, qualquer aumento artificial de importações equivale à importação de produtos que naturalmente não teriam sido importados, porque possuíam uma boa produtividade por unidade de investimento em relação aos similares produzidos no exterior. Da mesma forma, crescimentos artificiais de exportações equivalem a exportar produtos que antes não possuíam competitividade no mercado internacional. Além disso, no primeiro caso, haveria desestímulo a exportações que antes eram aconselháveis e, no segundo, freios a importações que eram proveitosas para o país. Em suma, os controles de câmbio, indubitavelmente, porque significam interferência do Estado nas leis de mercado, interferem no processo de alocação de recursos, piorando-o, isto é, roubando-lhe a eficiência e, portanto, diminuindo o nível de vida dos habitantes dos países que os adotam.

Tentativas de controlar a taxa de câmbio, seja para estimular (ou desestimular) exportações (ou importações), seja para "controlar a inflação", estão fadadas ao fracasso. Infelizmente, aos efeitos que se vêm sucedem-se os que se devem prever, que, cedo ou tarde, confirmarão o fato de que os custos de se tornar visível a "não invisível" dos mercados são invariavelmente altos demais e punem os agentes econômicos, ao invés de premiá-los.

O Mito do Protecionismo

É bastante pertinente a observação feita por Henry Hazlitt, de que basta um simples relato das políticas econômicas externas dos governos, em todo o mundo, para que qualquer pessoa que estude economia com seriedade seja levada ao desespero, uma vez que os aprimoramentos e progressos da teoria econômica, quando cotejados com aquelas políticas e com o nacionalismo, remetem-nos para uma fase anterior a Adam Smith⁽⁶⁾. Mais precisamente, ao mercantilismo.

De fato, são inúmeras as barreiras que se estabelecem contra o livre comércio, que se apresentam sob os argumentos protecionistas usuais - como o da geração de empregos dentro do país, o fortalecimento do mercado interno e a implantação de indústrias "estratégicas" para eliminar as desvantagens tecnológicas, por exemplo - mas que denotam, no fundo, uma crença, explícita ou não, nos mitos das teorias da "dependência" e da "deterioração das relações de trocas", que nada mais são do que a extrapolação da teoria da "exploração" de Marx para o plano internacional.

A referida crença pode ser assim resumida: os países desenvolvidos industrializaram suas economias graças aos recursos obtidos a preços baixos dos países do Terceiro Mundo, exportadores de matérias-primas. Estes últimos, caso não protejam suas economias, estarão condenados a um suposto "círculo vicioso da pobreza", uma vez que são obrigados a comprar produtos industrializados e tecnologia a preços elevados, o que resulta na "deterioração secular dos termos de troca"⁽⁷⁾.

Trata-se, como o leitor arguto já deve ter percebido, de uma forma sofisticada de defender a tolice rudimentar de que a pobreza dos países do Terceiro Mundo (que os crentes do estruturalismo denominam de "periferia") é a causa da riqueza do primeiro mundo (que eles chamam de "centro"). Assim, o "centro" (capital) subjugaria a "periferia" (trabalho), tal como na construção marxista, tornando-a "dependente"⁽⁸⁾.

É evidente que se alguém acredita nesse tipo de argumentação, acabará propondo, como solução para os países "dependentes", uma forte política de tarifas protecionistas, com o objetivo de "substituir importações". Há, contudo, uma série de graves equívocos nessas teorias, que as tornam falaciosas.

O principal é a suposição de que a causa da pobreza dos países latino-americanos é a exportação de produtos primários, o que revela um absoluto desconhecimento a respeito do processo de formação de capital. Na verdade, o capital e a industrialização que ele gera podem ser formados em qualquer lugar, mediante certos requisitos, que são a estabilidade da moeda (para que a inflação não devore as poupanças), a leveza do sistema tributário (para que a formação de capital não seja desincentivada), a liberdade de preços (para que a produção não seja bloqueada e desarticulada), o abandono das políticas de estabelecimento de taxas artificiais de juros (para que não ocorram maus investimentos e desperdício de recursos), o respeito à propriedade privada (para que não ocorram fugas de capitais para o exterior), a estabilidade política e das regras do jogo econômico, leis justas, etc. Em suma, é o binômio Nomos-Cosmos que, como sabemos, não caracterizava, pelo menos até o início dos anos 90, os países "periféricos", o que, por si só, já é suficiente para explicar porque eles são "periféricos".

Até os anos 40, Argentina, Austrália e Canadá, por exemplo, apresentavam estruturas econômicas bem parecidas, exportando matérias-primas. Atualmente, a distância entre o primeiro daqueles países - cujas políticas protecionistas, estatizantes, inflacionistas e não respeitadoras dos direitos de propriedade, adotadas até recentemente, fizeram sua economia e sua sociedade regredirem - e os outros dois (que

adotaram caminhos próximos ao liberalismo e transformaram-se em países industrializados e com alta taxa de formação de capital), é gritante. O mesmo pode ser dito em relação aos chamados "tigres asiáticos", onde, há cerca de 30 anos, o povo mal tinha o que comer e vestir, ao passo que atualmente são autênticas potências econômicas.

No que se refere à imposição de tarifas protecionistas, cujos defensores parecem esquecer-se de que o que é prudente na conduta de uma família dificilmente pode ser imprudência no comportamento de um país, o problema principal pode ser colocado em termos da separação entre os efeitos de curto prazo - que se vêem - e os de longo prazo - que não são inicialmente visíveis, mas que podem ser previstos pelos métodos praxeológicos em que se baseia a correta teoria econômica. O "que se vê", quando uma tarifa é colocada, são empregos sendo gerados, salários sendo pagos e uma indústria sendo protegida. Mas o que se deve prever é que as tarifas têm um efeito líquido e certo: alteram preços relativos artificialmente e, portanto, modificam a estrutura de capital e os padrões de produção da economia, de forma semelhante à que será analisada no próximo capítulo, em que abordaremos os impactos da política monetária sobre preços e produção.

As alterações na estrutura de produção das empresas, provocadas pelas tarifas, traduzem-se em modificações no número e nas modalidades de emprego de fatores, em crescimento das indústrias comparativamente ineficientes em relação às eficientes, em transformar investimentos, antes corretos sob o ponto de vista alocativo, em investimentos inviáveis e em transformar projetos maus em negócios artificialmente rentáveis; em provocar, em suma, como efeito líquido, a redução da eficiência, tanto na economia do país, como nas dos países com os quais, na ausência da política tarifária, se poderia ter efetuado comércio.

Tomemos o exemplo da reserva de mercado para a indústria de informática: o que se vê é uma indústria nascendo dentro do país, trabalhadores sendo empregados e salários sendo pagos, mas o que se poderia ter previsto é que essa indústria produziria equipamentos antiquados, a preços elevados para os consumidores, que outros empregos deixariam de ser criados em outras indústrias (mais eficientes), que, portanto, salários deixariam de ser pagos (que, por sinal, seriam maiores do que os pagos pela indústria ineficiente) e que, enfim, os consumidores seriam prejudicados, tanto os do "mercado interno", que pagariam caro pelos produtos protegidos e pelos não protegidos (cuja oferta será menor do que se não existisse a tarifa), como os consumidores externos, que deixariam de ter acesso aos produtos não mais comercializados no exterior em decorrência da tarifa.

Devemos observar que tanto a criação/elevação, quanto a extinção/redução de tarifas, portanto, provocam desemprego,

por seus efeitos na alocação de recursos e, por conseguinte, na estrutura de produção. Mas existe uma grande diferença entre os dois casos: quando se cria ou aumenta uma tarifa, provoca-se uma redução permanente na eficiência líquida da economia, na produção e na riqueza, ao passo que a abolição ou a redução de uma tarifa desencadeia os sintomas recessivos característicos de uma realocação corretiva ou, como dizia o saudoso Professor Octavio Gouvêa de Bulhões, uma "recessão purificadora". No primeiro caso, trata-se de uma punição desnecessária imposta pelo governo; no segundo, de um castigo necessário desencadeado naturalmente pelos processos de mercado, cujos resultados finais, uma vez completado o ajuste, serão aumentar a eficiência do sistema econômico, a produção, os salários reais e a riqueza, dentro e fora do país.

Tais são os efeitos comparados das "políticas industriais" com o processo espontâneo de alocação de recursos via mercados. No primeiro caso, os planejadores selecionam "ganhadores" potenciais, de acordo com o que eles julgam melhor, o que proporciona ganhos - muitas vezes extraordinários - para os felizardos (ou politicamente, digamos, "bem representados") eleitos, às expensas de todos os demais, a quem são impostas perdas. No segundo caso, ganham os mais eficientes e os autênticos "entrepreneurs" e perdem os menos eficientes e despreparados, o que parece ser de boa justiça. Como escreveu Deepak Lal, "... é irracional o argumento dirigista de que há motivos para preferir um ramo ou tipo de indústria em detrimento de outros, e que o governo pode prontamente discernir por intuição"⁽⁹⁾. A intuição dos planejadores é como as pernas das serpentes...

Finalmente, devemos mencionar que não existe o tão propalado dilema entre "fortalecer o mercado interno" e "produzir para o mercado externo"⁽¹⁰⁾, dúvida que costuma ser acompanhada pela defesa do calote da dívida externa. Exportar, como vimos neste capítulo, não significa "transferir recursos reais para o exterior", uma vez que isto significaria que, sempre que importássemos algo, digamos, do Japão, estaríamos "sangrando" os pobres trabalhadores japoneses e reduzindo o seu mercado interno. Se é que existem mesmo as hilariantes "perdas internacionais" a que tanto se refere um famoso populista caudilhesco brasileiro, devemos identificá-las com aquilo que nossa economia e nossa sociedade deixam de ganhar pelas restrições ao comércio internacional que lhe têm sido impostas por uma mentalidade mercantilista que, felizmente, parece estar com seus dias contados no país.

Quanto à cultura do calote, que já nos submeteu a diversas moratórias - a primeira, "zangada", do ministro Funaro, a segunda, "sorridente", do ministro Bresser, a terceira, "feijão com arroz", do período Mailson e a última, "apaixonada", de 1990 - não resiste aos argumentos econômicos

e políticos da integração e, tampouco, aos mais elementares princípios éticos e morais. Por isso, não percamos tempo com essa incrível bobagem derivada da "teoria da dependência" e passemos ao capítulo seguinte, em que discutiremos os argumentos da Escola Austríaca sobre os importantes temas da moeda, da inflação e dos ciclos econômicos.

Capítulo 10

MOEDA, INFLAÇÃO E CICLOS ECONÔMICOS

*"Em resumo, expansão monetária e recessão são inseparáveis!"
(Gerald O'Driscoll, Jr., e Sudah Shenoy)**

A moeda

Todas as escolas de pensamento econômico concordam com a idéia intuitiva de que as variações observadas nos níveis absolutos de preços têm algo a ver com as variações verificadas nos volumes de moeda existentes nas economias, embora haja consideráveis discordâncias no que se refere ao papel específico desempenhado pela moeda - e, portanto, pela política monetária - na relação causal que conduz aos processos inflacionários, assim como no que diz respeito à própria definição de inflação. O objetivo deste importante capítulo é analisar os fenômenos da inflação e dos ciclos econômicos, à luz da Escola Austríaca de economia.

Como observou Rothbard⁽¹⁾, "a teoria monetária austríaca virtualmente começa e termina com a monumental **Theorie des Geldes und der Umlaufsmittel**" (Teoria da Moeda e do Crédito), de Ludwig von Mises, publicada em 1912"⁽²⁾. Vejamos por que.

No ano de 1903, conforme registra o mesmo Rothbard em outro trabalho⁽³⁾, um economista especializado em assuntos monetários e influente nos meios acadêmicos, Karl Helfferich, lançou um desafio à Escola Austríaca, no sentido de que, embora Menger, Wieser e Böhm-Bawerk houvessem obtido extraordinários progressos no que se referia à análise do valor e dos mercados - isto é, naquilo que hoje conhecemos como "microeconomia"- não tinham conseguido o mesmo sucesso no campo dos problemas monetários. De fato, o conceito de utilidade marginal não fora ainda utilizado para explicar a determinação do valor da moeda, que continuava sendo analisada dentro da metodologia desenvolvida pelos economistas clássicos ingleses, que tratava as questões monetárias em um compartimento isolado, sob um ponto de vista "macroeconômico", que as separava das teorias da utilidade, do valor e dos preços relativos, desenvolvendo-as mediante conceitos de agregados econômicos, tais como "nível geral de preços", "velocidades" e "produto nacional".

Em outras palavras, a tradição da Teoria Quantitativa da Moeda, bem como, já nos anos 30, a Teoria da Preferência pela Liquidez, de Keynes e, a partir da década de 50, a reconstrução monetarista do quantitativismo e as que se lhe seguiram (como a análise de Phillip Cagan sobre a demanda de moeda sob condições de hiperinflação), fixando-se na metodologia da macroeconomia, não conseguiram estabelecer uma base microeconômica para o estudo dos problemas monetários, o que tornava essas teorias - mesmo a importante contribuição de Milton Friedman - um tanto desligadas da ação humana observada no nível dos indivíduos, que, como sabemos, é fundamental para o correto entendimento da ciência econômica. A única exceção, embora parcial, a esse desligamento fica por conta dos trabalhos desenvolvidos, a partir do final dos anos 60, por Robert Lucas, Thomas Sargent e Neil Wallace e que vieram a constituir o que hoje denominamos de Nova Macroeconomia, ou Escola das Expectativas Racionais, bem como as contribuições de Robert Clower e Axel Leijonhufvud, nos anos 60 e 70.

Pois bem, Mises, em seu citado livro de 1912 (que ele amadurecera desde 1906), solucionou satisfatoriamente o desafio de Helfferich, aplicando a análise mengeriana da utilidade marginal - que fora anteriormente utilizada tão somente para explicar a determinação da demanda do consumidor e dos preços de mercado - aos fenômenos da demanda de moeda e do seu valor, ou preço. A partir da "Theorie des Geldes und der Umlaufsmittel", cuja segunda edição, de 1924, integrou as teorias da moeda, do capital e da utilidade marginal para explicar os problemas da inflação, da recessão e dos ciclos econômicos, os fenômenos monetários passaram a ser analisados em conjunto com os demais fenômenos econômicos, como os da oferta, demanda e preços, sem necessidade de serem isolados nos conceitos de "velocidades de circulação", "níveis gerais de preços" ou "equações de troca".

A contribuição de Mises à teoria monetária começa a partir de sua solução para o "problema da circularidade" (ou "círculo austríaco") e de sua demonstração de que a moeda, ao invés de ter sido inventada de modo pré-concebido pelo homem, sob a forma de um contrato social, é uma instituição resultante de ações individuais não intencionais, nas quais os agentes econômicos foram percebendo a superioridade (em termos de geração de estados mais satisfatórios) das trocas indiretas, isto é, as efetuadas mediante a utilização de um meio de trocas, em relação às trocas diretas. Tal meio de trocas - a moeda - é o mais negociável, o mais aceito entre todos os demais bens.

Todos os livros-texto listam, como sendo as funções básicas da moeda, a de meio de trocas, a de unidade de contas e a de reserva de valor. A dificuldade, contudo, consiste em saber quais, dentre os diversos ativos financeiros, desempenhando tais funções, possam ser caracterizados como

moeda, fato que gerou conhecidas controvérsias entre os economistas. Sob o ponto de vista da teoria monetária moderna, entretanto, o que se requer, mais do que uma simples e universal definição de moeda, é a solidez de uma teoria que consiga explicar os fenômenos monetários.

De acordo com a Escola Austríaca, uma boa teoria monetária deve partir do pressuposto de que a demanda de moeda por parte de um indivíduo depende de suas estimativas a respeito do poder de compra da moeda em termos dos preços de "ontem". De fato, cada indivíduo, ao decidir a porção de sua riqueza a ser mantida sob a forma de moeda (liquidez "não usada"), deve subjetivamente estimar a utilidade marginal de cada unidade monetária, ou seja, seu poder de compra, ou, ainda, seu preço. Ocorre, porém, que o poder de compra da moeda, por sua vez, depende fortemente dos saldos monetários que os indivíduos decidem manter, isto é, de suas demandas individuais de moeda.

Eis, então o "problema da circularidade" a que nos referimos: como a demanda de moeda e, portanto, sua utilidade, depende de seu preço pré-existente (ou poder de compra), como pode então este ser explicado pela demanda? O leitor deve observar que esta aparente armadilha circular surge somente ao tentarmos aplicar a teoria da utilidade marginal para explicar a determinação do preço da moeda. Ele não existe para os outros bens e serviços: ao estabelecermos nossas escalas de valores para tênis, sorvetes ou canetas, por exemplo, o que importa na determinação da utilidade marginal de cada um desses produtos, é a sua natureza física, ou seu poder de satisfazer necessidades específicas. Isto é, essas valorações não dependem de preços pré-existentes: na realidade, elas é que determinam os preços. Com relação à moeda, no entanto, nós a demandamos não para uso direto em consumo, mas para retê-la sob a forma de saldos monetários, com o objetivo de trocá-los por bens que possamos consumir diretamente.

Em outras palavras, não utilizamos a moeda pelo fato dela ser consumida, mas sim porque ela tem um valor prévio de troca, já que ela será permutada com outros bens. A moeda é demandada, portanto, por possuir um poder de compra pré-existente; sua utilidade não apenas é independente de seu preço de mercado, como surge do fato de que ela tem um preço, ou poder de compra, em termos dos demais bens e serviços.

Em linguagem técnica, as utilidades de cada unidade monetária relativamente aos outros bens determinam as demandas individuais de saldos monetários, isto é, que parcela da riqueza será mantida sob a forma de moeda, relativamente à que será gasta. Mises, aplicando a lei da utilidade (ordinal) marginal decrescente e considerando que o "uso" da moeda é para fazer face a futuras trocas, chegou implicitamente a uma "curva" de demanda de moeda que é

decrecente em relação ao poder de compra de cada unidade monetária, que ele denominou de "valor objetivo de troca" da moeda e que é determinado, nos moldes da análise convencional de oferta e demanda, pela interseção da demanda de moeda com o estoque existente de moeda. Este último - ou oferta de moeda - é, em qualquer instante de tempo, nada mais, nada menos que a soma dos saldos monetários individuais: nenhuma unidade monetária existente deixa de ser possuída por alguém, não podendo, por isso, deixar de estar contida em alguma demanda monetária individual.

É importante observarmos, contudo, que o poder de compra da moeda não é, como se costuma considerar, simplesmente o inverso do "nível geral de preços" - que é, por sinal, algo que não existe concretamente: o que existe são preços. O poder de compra ou preço de uma unidade monetária é, na realidade, um conjunto das quantidades de bens e serviços alternativos que essa unidade monetária pode comprar. E, como tal conjunto é específico e heterogêneo, ele não pode ser simplesmente somado para obtermos uma unidade de preços agregados, ou "nível geral de preços".

Mises resolveu o "problema da circularidade", cuja aparente insolubilidade fez com que os economistas da "mainstream" deixassem de aplicar a análise marginal para determinar o valor da moeda, o que os fez adotar uma postura walrasiana de equilíbrio geral, da qual, por sinal, ainda não se libertaram. Sua solução é conhecida como o "Teorema da Regressão" e foi apresentada na primeira edição de seu tratado "Theorie des Geldes und der Umlaufsmittel". Este teorema, apesar de ser uma das importantes contribuições que Mises legou à ciência econômica, é também, infelizmente, um dos menos conhecidos, fato que gerou muitos erros. Verifiquemos a brilhante solução misesiana para o problema do "círculo austríaco".

Em qualquer período de tempo, digamos, no dia $D(t)$, o valor ou poder de compra da moeda é determinado pela interação da oferta de moeda com a demanda de moeda observadas naquele dia. Esta última, como sabemos, é determinada pela utilidade marginal da moeda para os indivíduos, a qual possui um componente histórico, pois depende do poder de compra, V , existente no dia anterior, isto é, de $V(t-1)$. Este, por sua vez, fora determinado pela oferta e demanda monetárias no dia precedente, $D(t-2)$, o qual dependia de $V(t-3)$ e assim sucessivamente.

A solução de Mises para este problema consiste em ir empurrando essa regressão temporal para trás, até o dia, digamos, $D(0)$, em que a moeda não era usada como meio de trocas, sendo apenas utilizada para consumo direto. O dia $D(1)$, então, foi o primeiro em que a moeda passou a ser usada como tal, enquanto $D(0)$ foi o último dia em que a moeda foi utilizada como uma mercadoria comum, digamos, ouro.

Portanto, podemos fazer regredir em uma cadeia temporal o valor da moeda em qualquer instante $D(t)$, até $D(1)$ e, daí, a $D(0)$. Vemos, então, que a demanda da moeda-mercadoria (ouro) no dia $D(1)$ dependia do poder de compra do ouro no dia anterior, isto é, de $V(0)$. A regressão temporal deve necessariamente ter um fim, uma vez que a demanda de ouro no dia $D(0)$ consistia, necessariamente, de seu valor direto para consumo, sem qualquer componente histórico, ou seja, sem influência do preço do ouro no dia $D(-1)$.

Com isto, Mises solucionou o "problema da circularidade", mostrando, adicionalmente, que, diferentemente dos valores dos demais bens e serviços, o valor da moeda tem um importante componente histórico. Além disso, o "Teorema da Regressão" mostra-nos que a moeda, em qualquer sociedade, não pode ter sido criada a não ser pelo processo de mercado que caracteriza as trocas. Não faz qualquer sentido, portanto, acreditar que se possa "criar" moeda mediante contratos sociais, ou por imposição dos governos, ou por quaisquer esquemas artificiais propostos por economistas: a moeda surge, como observa Rothbard, "organicamente, de dentro do mercado"⁽⁴⁾.

Agora que já mostramos, em linhas gerais, o que é a moeda (e o que não é), estamos preparados para examinar a teoria monetária da Escola Austríaca.

A Teoria Monetária Austríaca

Não existem divergências entre os economistas da Escola Austríaca, os adeptos de Milton Friedman ("monetaristas") e os "novos clássicos" da Escola de Expectativas Racionais, no que se refere ao fato de que a política monetária - e nada mais - seja a causa da inflação. Mises, por exemplo, via como uma ameaça à própria democracia a capacidade que os governos têm de emitir moeda. Também no que se refere aos efeitos das políticas keynesianas de "pleno emprego" e de "sintonia fina", Hayek, Friedman e Sargent concordam quanto ao fato de que são desastrosas: geram a aceleração da inflação e, no limite, a hiperinflação.

A diferença entre as escolas austríaca e monetarista está no contraste entre a fundamentação microeconômica da primeira (que influenciou a Escola das Expectativas Racionais, embora esta não seja subjetivista) e a ênfase macroeconômica da segunda.

A visão austríaca é de que os efeitos das variações do estoque de moeda, provocadas por alterações nos fluxos monetários, não são uniformes, afetando desigualmente os preços relativos, a estrutura de capital e os padrões de produção da economia, bem como alterando os níveis de emprego dos fatores produtivos, em um processo que vai se tornando

progressivamente mais forte, à medida que o governo, para corrigi-lo, altera a política monetária.

Mises já havia mostrado a falaciosidade do conceito de "nível geral de preços", ao examinar porque os preços sobem - isto é, porque o poder de compra da moeda cai - em resposta a um aumento na oferta de moeda (mantidas constantes as escalas valorativas individuais que determinam as respectivas demandas de moeda): ao invés de seguir o procedimento neoclássico de separar a economia em um setor real e um setor monetário, ele mostrou que as expansões monetárias afetam desigualmente os diferentes mercados e, portanto, provocam inescapavelmente alterações nos preços relativos. Esta implicação, que refuta a tese neoclássica da "neutralidade da moeda", foi posteriormente desenvolvida por Hayek, em diversos trabalhos⁽⁵⁾.

Rothbard⁽⁶⁾, para explicar que a moeda afeta diferentemente os preços absolutos, recorre ao que denomina de "Modelo do Anjo Gabriel". A moeda não entra uniformemente na economia, mas, mesmo se fosse assim, como no caso em que o anjo descesse do céu e, de noite, aumentasse os encaixes monetários de todos os habitantes do país em, digamos, 100%, os preços não dobrariam todos: alguns mais do que dobrariam, outros subiriam menos do que 100%, outros ficariam constantes, outros poderiam cair, etc. Isto ocorre porque cada indivíduo tem uma escala de valores própria, uma ordenação característica de preferências, que contém as utilidades marginais das unidades monetárias relativamente às utilidades marginais dos demais bens. À medida que os saldos monetários dos diferentes indivíduos aumentam, suas compras de bens e serviços mudarão de acordo com as novas posições desses bens e serviços relativamente à moeda, em suas diferentes escalas de valores. A estrutura da demanda, bem como os preços relativos e as rendas relativas sofrerão alterações; a composição do conjunto que constitui o poder de compra da moeda, por conseguinte, também será alterada.

Ora, se isto ocorreria em uma situação tão simples quanto improvável, como a descrita pelo "Modelo do Anjo Gabriel", é evidente que ocorre com muito maior intensidade por ocasião das expansões monetárias que se verificam no mundo real. Quando o Banco Central ou os bancos comerciais expandem a moeda e o crédito, o dinheiro novo assim criado é gasto, inicialmente, em bens e serviços específicos. As demandas por esses produtos sobem em relação às demandas dos demais, o que aumenta seus preços relativamente aos demais preços. À medida que o dinheiro novo espalha-se pela economia, outras demandas aumentam e, portanto, outros preços também aumentam.

A riqueza e a renda se redistribuem, em favor daqueles que receberam a moeda nova no início do processo e em detrimento dos que só passaram a recebê-la nos estágios

posteriores. Ocorrem, portanto, duas modalidades de alterações de preços relativos: a primeira é esta redistribuição de rendas dos últimos para os primeiros receptores do dinheiro novo, que ocorre durante o processo inflacionário e a segunda são as mudanças permanentes na riqueza e na renda que continuam a se verificar mesmo depois que a moeda nova já se tenha espalhado por toda a economia.

Conforme notou Shand⁽⁷⁾, há indícios de que desenvolvimentos mais recentes da macroeconomia - em especial, a Escola das Expectativas Racionais - revelam influência de alguns aspectos da Teoria Austríaca. Por exemplo, uma das implicações da teoria das expectativas racionais é que se não levarmos em conta os efeitos diferentes da política monetária sobre os preços relativos, estaremos admitindo que os agentes econômicos não sejam capazes de distinguir entre as mudanças de demanda circunscritas a certas indústrias e mudanças da "demanda agregada". Outra conclusão de Lucas, Sargent e Wallace é que os governos não têm qualquer poder de gerar benefícios mediante suas políticas fiscal e monetária. Tudo isso, obviamente, é endossado pelos economistas da Escola Austríaca.

Desde 1912, Mises chamara a atenção para o fato - que fora observado por David Ricardo anteriormente - de que aumentos na oferta de moeda não geram benefícios para a sociedade, basicamente porque eles não alteram os serviços de troca que a moeda proporciona; apenas diluem o poder de compra de cada unidade monetária. Portanto, não existe nenhuma "necessidade social" que justifique o crescimento da oferta monetária, nem mesmo se a produção ou a população aumentarem: simplesmente, as pessoas poderão manter uma proporção maior de saldos monetários reais para uma dada oferta de moeda, gastando menos, o que fará subir o poder de compra de seus saldos monetários. Conforme Mises escreveu no capítulo XVII de "Ação Humana", em 1948, "... a quantidade de moeda disponível em toda a economia é sempre suficiente para assegurar a todos tudo o que a moeda faz e pode fazer".

Como ficará esclarecido mais adiante, a inflação - que não deve ser entendida simplesmente como um aumento contínuo e generalizado de preços (este é o seu efeito, não a sua causa), mas como uma "queda progressiva do poder de compra da unidade monetária e a correspondente elevação dos preços"⁽⁸⁾ - é um método pelo qual o governo, o sistema bancário que ele controla e os grupos que ele favorece politicamente adquirem a capacidade de expropriar parte da riqueza dos demais grupos da sociedade.

Portanto, é mais do que aconselhável - é crucial - que a sociedade, mediante o estabelecimento de instituições adequadas, impeça que a política monetária fique sujeita às

pressões de natureza política. Existem três mecanismos institucionais voltados para esse fim.

O primeiro, defendido por Mises, é ancorar a moeda ao estoque de ouro dos bancos centrais, isto é, o regime do padrão ouro; o segundo, sugerido por Hayek⁽⁹⁾, consiste na "desnacionalização" da moeda, em que se estimularia a competição entre as diversas moedas sobre as quais os bancos passariam a ter poder de emissão, de modo que as moedas das instituições bancárias administradas mais eficientemente teriam utilidades marginais maiores do que as emitidas pelos bancos mal administrados e, portanto, seus valores seriam mais elevados do que os das segundas, o que faria o sistema tender para a estabilidade. Por fim, o terceiro mecanismo, que, embora não tenha sido proposto por economistas "austriacos", tende a isolar a política monetária das pressões políticas, é a "independência do Banco Central", que equivale a separar a política monetária da política fiscal.

O grande desafio - e que precisa ser prontamente enfrentado, como frisou Hayek⁽¹⁰⁾ - é proteger nossa moeda contra os falsos remédios receitados por muitos economistas, que podem surtir efeitos paliativos no curto prazo, o que sustenta sua popularidade e os leva a crer que possuem a chave da salvação. No Brasil, há centenas desses economistas, cujas teses, obviamente, quase sempre soam em harmonia com os interesses políticos de diversos grupos, mas que têm o efeito de, no longo prazo, abalar aquela que deve ser a instituição mais bem guardada dentre todas as outras: a moeda, cuja estabilidade deve ser o começo de qualquer conversa a respeito do crescimento sustentado.

Inflação, Recessão, Estagflação e Ciclos Econômicos

Para compreendermos melhor a visão da Escola Austríaca com relação ao problema da inflação, da recessão, da estagflação e dos ciclos de negócios, devemos inicialmente contrastá-la com as posições dos keynesianos e dos monetaristas. Inicialmente, tanto uns como outros admitem implicitamente que o setor real da economia está permanentemente em algum tipo de equilíbrio de longo prazo, em que a política monetária afeta apenas o "nível geral de preços" e o produto nominal (ou o produto real), sem qualquer efeito sobre a estrutura de produção e a composição do produto real.

Os keynesianos, que, de um modo geral, crêem que os preços são determinados pelos custos de produção, acreditam que as tentativas de controle da oferta de moeda, ao provocarem aumentos nos custos, aumentarão o desemprego sem reduzir a inflação. Por isso, costumam sugerir controles diretos de custos, via "políticas de rendas", como forma de

obter estabilidade de preços e pleno emprego. É uma visão míope.

Para os monetaristas, a inflação é resultado das discrepâncias entre a oferta de moeda (historicamente instável) e a demanda de moeda (considerada estável, isto é, previsível), o que os leva a recomendar como a única terapia anti-inflacionária correta o controle sobre a oferta de moeda, que deve crescer a uma taxa fixa⁽¹¹⁾. Para Friedman, o desemprego associado aos programas anti-inflacionários não deve ser visto como o remédio para a cura da inflação, mas como um inevitável efeito colateral, resultante de um "processo de ajustamento" de curto prazo e que perdurará enquanto houver discrepâncias entre a inflação observada e as expectativas de inflação. É uma visão correta no que tange à identificação da causa e da solução do problema da inflação, embora, sob a ótica da Escola Austríaca, seja incompleta, primeiro, por não mostrar como os fluxos monetários alteram os preços relativos; segundo, por não verificar como esses fluxos alteram a estrutura de capital e terceiro, por não considerar o mercado como um processo e, portanto, por não conseguir explicar (por seu enfoque macroeconômico e por sua hipótese de uniformidade à la "Modelo do Anjo Gabriel") a natureza das alterações geradas pela moeda nos preços absolutos e nos preços relativos.

A Teoria Austríaca, resumida a seguir, mediante a integração das teorias da moeda, do capital e dos ciclos econômicos e baseada no individualismo metodológico (praxeologia) que a caracteriza, consegue sanar estas deficiências do enfoque mais convencional.

A política monetária não é "neutra": ela não afeta todos os preços de maneira uniforme e, portanto, altera os preços relativos e, assim, a estrutura temporal de produção.

A idéia central é que o dinheiro novo entra em um ponto específico do sistema econômico e, sendo assim, ele é gasto em certos bens e serviços específicos, até que, gradualmente, vai-se espalhando por todo o sistema, assim como um objeto qualquer, ao ser atirado na superfície de um lago, forma círculos concêntricos com diâmetros progressivamente maiores (Mises⁽¹²⁾), ou como quando se derrama mel no centro de um pires e ele vai-se espalhando a partir do montículo que se forma no ponto em que está sendo derramado (Hayek⁽¹³⁾). Por isso, alguns gastos e preços mudam antes e outros mudam depois e, enquanto a mudança monetária - digamos, uma expansão do crédito - for mantida, essa sincronia de gastos e preços persiste em movimento.

Assim, as alterações provocadas nos preços relativos produzem mudanças na alocação de recursos. Quando ocorre uma expansão do crédito bancário, supondo que as expectativas

quanto à inflação futura não existam, as taxas de juros, inicialmente, caem, mantendo-se abaixo dos níveis que alcançariam se o crédito não tivesse aumentado. O efeito disso é que, necessariamente, os padrões de gastos sofrerão alterações: os gastos de investimentos subirão relativamente aos gastos de consumo corrente e às poupanças. Portanto, a expansão monetária, necessariamente, provoca uma **descoordenação** entre os planos de poupança e de investimento do setor privado. Esse impacto descoordenador da política monetária é essencial na visão hayekiana.

Até aqui, como observam O'Driscoll e Shenoy⁽¹⁴⁾, nem os keynesianos nem os monetaristas teriam muitos pontos de desacordo. De fato, para os primeiros, ocorreria um excesso do investimento sobre a poupança, o que faria crescer a renda e o produto real (e, possivelmente, os preços, assim que o "pleno emprego" fosse atingido); já para os monetaristas, a expansão monetária provocaria aumento na renda nominal e no "nível geral de preços" (e, possivelmente, no produto real, embora apenas no curto prazo, enquanto o "processo de ajustamento" friedmaniano não se completasse).

Hayek, porém, vai mais longe: ele estabelece em pormenores as alterações que a expansão creditícia provoca nos padrões de gastos e de produção. Na abordagem hayekiana, a produção é vista como uma série de "estágios", que começam na produção de bens exclusivamente de consumo final (ou de "primeira ordem") e vão até estágios de "ordens" mais elevadas, isto é, sistemática e sucessivamente afastados da produção de bens de consumo. Isto significa que a produção consiste em uma série de processos interligados, em que bens de capital caracterizados pela heterogeneidade são combinados em diversas proporções, juntamente com a terra e o trabalho.

Tanto os bens de capital como o trabalho (e, de certa forma, a terra), são **específicos** a determinados estágios de produção e possuem as características de heterogeneidade e complementaridade. Adicionalmente, os investimentos devem realizar-se em uma estrutura de produção integrada, isto é, em uma série dependente e interligada de investimentos complementares.

A política monetária, ao alterar os preços relativos, modifica os sinais emitidos pelos preços. No caso de uma expansão monetária, estes sinais apontam para a redução dos lucros das empresas que produzem para consumo corrente e para o aumento dos lucros da produção de bens para consumo futuro. Alteram-se, portanto, as taxas de retorno sobre as várias combinações de capital. Os retornos nos estágios de produção mais próximos do consumo caem, enquanto crescem os retornos nos estágios de produção mais afastados do consumo; recursos não-específicos deslocam-se dos primeiros para os segundos; vai diminuindo a produção de bens de consumo, ao mesmo tempo em que os padrões de produção de bens de capital vão sofrendo

alterações, passando-se a produzir bens que se adaptem a estruturas de produção que abarquem mais estágios do que anteriormente.

Observemos que, para que esses investimentos se completem até o estágio dos bens de consumo final, mais recursos deverão ser subtraídos do consumo, o que significa que a produção de bens de ordens mais baixas deverá manter-se em queda, até que a nova estrutura de produção se complete.

O processo descrito é auto-reversível: na medida em que as rendas dos titulares dos fatores de produção aumentam (em decorrência da expansão monetária), cresce a demanda por bens de consumo, o que faz com que os preços desses bens, relativamente aos preços dos bens mais afastados do consumo, aumentem. Reverte-se, desta forma, o processo: caem os retornos nos estágios mais afastados do consumo final, enquanto sobem os retornos nos estágios mais próximos do consumo final; recursos não específicos fazem o caminho de volta; os bens de capital, que haviam sido dimensionados para a estrutura de produção anterior, têm agora que ser redimensionados para uma estrutura menos intensiva em capital; surgirão perdas e desemprego, que serão mais fortes nos setores que anteriormente haviam se expandido mais e que, agora, defrontam-se com superproduções.

As perdas e o desemprego gerados nada mais são do que a contrapartida das alocações perversas de recursos geradas pela expansão monetária. Em linguagem direta, **expansão monetária e recessão são inseparáveis.**

O leitor deverá perceber que as tentativas de fazer a estrutura de produção voltar à situação anterior, mediante novas expansões monetárias nos mesmos pontos em que elas inicialmente ocorreram apenas terão o efeito de perpetuar a descoordenação que se inoculou na estrutura de capital, o que fará com que cada vez mais inflação e mais desemprego sejam gerados para manter-se o artificialismo desejado. Eis aí a origem dos **ciclos econômicos**, segundo Hayek.

Observe o leitor, também, que, mesmo sob a vigência da famosa "x-rule" friedmaniana - isto é, com a oferta monetária crescendo a uma taxa constante - permanecerão os sintomas recessivos impostos pela realocação corretiva de recursos. Isto se explica pelo fato de que a ação conjunta das expectativas de inflação (que surgem com a manutenção da expansão monetária) e a escassez real (provocada pelas más informações que o sistema de preços passa a transmitir) fará com que as margens de lucros que haviam aumentado pelo estímulo da inflação passem a cair.

As tentativas de manutenção da inflação costumam ser incentivadas pelas pressões políticas, geradas pelo fato de que, via de regra, as rendas dos fatores não específicos são

fortemente afetadas pelas variações nas demandas por seus serviços. A reflação, isto é, a aceleração da expansão monetária, provocará, então, desajustamentos adicionais: dados os contínuos e crescentes aumentos de preços e as quedas de salários reais, surgem normalmente pressões para que os preços sejam controlados. Os controles, em geral, sobre os preços dos bens de consumo, exacerbam a situação desconfortável que o próprio governo criou, uma vez que seu efeito será o de intensificar a escassez de bens de consumo e, portanto, o de perpetuar as pressões realocativas.

A estagflação provocada pelas más alocações geradas pelas políticas monetárias "anti-cíclicas" mostra que essas políticas, na realidade, são "pró-cíclicas"! Enquanto a expansão monetária persistir, maus investimentos continuarão a ser feitos e a estrutura de capital ficará "grimpada".

Se o governo estancar a expansão monetária, ocorrerá rapidamente uma recessão que, embora possa ser forte, cessará, tão logo o reajustamento da estrutura de produção se complete e as trajetórias de produção e emprego se restabeleçam em moldes sustentáveis. Terminarão, então, as perturbações alocativas e a inflação.

Se o governo der, contudo, ouvidos a recomendações heterodoxas e permanecer emitindo, a recessão e a inflação crescerão progressivamente, como ocorre no Brasil desde o "plano" Cruzado.

Por fim, se o governo, para combater a recessão, resolver acelerar a expansão monetária - o que ocorrerá se ele ceder às pressões no sentido de reduzir as taxas de juros - o resultado, líquido e certo, no final do processo, será uma hiperinflação.

Observemos que a indexação de preços, além de não ser neutra em relação aos efeitos alocativos da inflação, ao representar mais uma pressão artificial sobre os preços relativos, agrava o problema. Na realidade, ela não pode fazer mais do que cobrir variações de preços que já ocorreram no passado, em decorrência da expansão monetária.

Na verdade, conforme afirmou Hayek em uma conferência pronunciada em Caracas, no ano de 1969, a inflação leva-nos a tentar segurar um tigre pelo rabo: se soltarmos o tigre, ele nos devorará e, se tentarmos nos agarrar a ele enquanto corre cada vez mais rápido, também estaremos liquidados. E no Brasil, como todos sabemos, o tigre tem saído fortalecido de cada tentativa heterodoxa de capturá-lo.

Nunca é tarde, contudo, para aprender. Os economistas passaram quase todo o século XX encantados com a pseudo-panacéia keynesiana e com a venenosa serpente marxista. Mises, desde 1912, apontou-nos o caminho correto para a

estabilidade de preços; Hayek, dos anos 20 até sua morte, em março de 1992, aplainou aquele caminho. Ambos foram, por isso, perseguidos e negligenciados. Resta-nos resgatar suas idéias e contribuir para que sejam adotadas no Brasil. Rapidamente, de preferência.

Capítulo 11

OS TRIÂNGULOS DE HAYEK E A ESTRUTURA AGREGADA DE PRODUÇÃO

"It should be noted, however, that the inflation-induced boom-bust cycle does not end in a zero sum game"

Mark Skousen *

No início dos anos trinta, o Prof. Hayek foi convidado a proferir uma série de três conferências na London School of Economics. O material daquelas palestras, então publicado sob o título de "Prices and Production"⁽¹⁾, representa sua primeira tentativa de elaborar uma teoria dos ciclos econômicos, combinando a análise de Knut Wicksell das relações entre moeda e taxa de juros com a teoria do capital de Eugene von Böhm-Bawerk, na tradição iniciada em 1912 por Mises, no capítulo 19 de sua "Theorie des Geldes und der Umlaufsmittel". As palestras de Hayek foram pontuadas por triângulos, de uma espécie que sua platéia - que incluía, entre outros, John Hicks, Nicolas Kaldor e Joan Robinson - jamais tinha visto anteriormente.

Este capítulo tem os objetivos de, primeiro, explicar o que Hayek pretendia representar com seus triângulos e, segundo, apresentar de maneira mais conceitualizada a alternativa dos economistas que adotam a metodologia austríaca às teorias da inflação dos modelos macroeconômicos convencionais, o que será feito seguindo a linha desenvolvida por Mark Skousen em seu instigante livro "The Structure of Production", publicado em 1990 pela editora da Universidade de New York. Adicionalmente, procuraremos especular sobre a relevância da teoria hayekiana para os dias de hoje⁽²⁾.

Como vimos no capítulo anterior, a teoria austríaca dos ciclos procura explicar de que maneira os distúrbios monetários provocam descoordenações intertemporais nas atividades econômicas (os "booms" artificiais), como essas descoordenações, ao serem descobertas, provocam recessão (os "busts") e que ajustamentos elas desencadeiam no sentido da reestruturação da economia.

A teoria, como observamos, concilia elementos wicksellianos e böhm-bawerkianos, tal como já o fizera Mises.

Além disso, Hayek enriqueceu-a com as influências de David Ricardo e John Stuart Mill, bem como, é claro, com seus próprios "insights". O resultado é uma integração magistral das teorias dos preços, da moeda e do capital. Os diversos elementos da teoria hayekiana - que são isolados a seguir para facilitar a compreensão e a análise do leitor - estão conectados por uma forte complementariedade, a tal ponto de não podermos rejeitar qualquer um deles sem que a teoria como um todo fique comprometida.

Os Elementos Isolados da Teoria

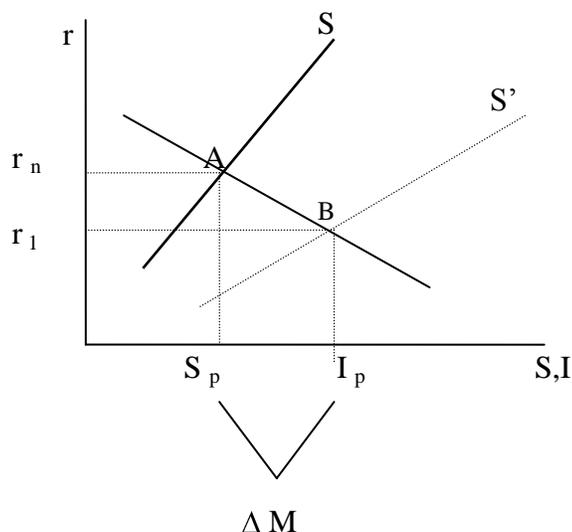
(1º.) *O processo de mercado*

Embora, para efeitos de exposição, Hayek tenha partido de uma situação que se abstrai da existência de recursos ociosos, sua teoria dos ciclos é essencialmente "austriaca", na medida em que trata os mercados como processos dinâmicos de descoberta e de coordenação. Como observou Fritz Machlup, **a tese fundamental da teoria é que os ciclos são causados por fatores monetários, mas são constituídos por fatores reais** ⁽³⁾. Esses últimos nada mais são do que o desenrolar do próprio processo de mercado em resposta a um choque descoordenador ⁽⁴⁾. Neste processo, os sinais emitidos pelos preços funcionam como elementos coordenadores: quando a manipulação monetária cria uma sinalização falsificada de preços, está plantada a semente da descoordenação econômica.

(2º.) *A expansão monetária cria uma "poupança forçada"*

Quando ocorre uma expansão na oferta de moeda, verifica-se uma inchação na oferta de fundos para empréstimos, que introduz uma cunha entre poupança e investimento. A concepção de "poupança forçada" de Hayek refere-se a uma situação "ex-post": os consumidores descobrem que devem consumir menos do que haviam planejado para cada nível de renda e a "poupança forçada" é igual à diferença entre a poupança observada e a poupança planejada. Em outras palavras, a moeda nova *fantasia-se* de poupança, ao reduzir artificialmente a taxa de juros abaixo de seu nível "natural", fazendo com que a trajetória de investimentos torne-se inconsistente com o montante de poupança real e com as preferências intertemporais de consumo e detonando um processo de descoordenação intertemporal. A "poupança forçada" pode ser visualizada no gráfico abaixo como a distância ΔM no gráfico abaixo, em que r representa a taxa de juros, S a poupança, I o investimento, S_p a poupança planejada, I_p o investimento

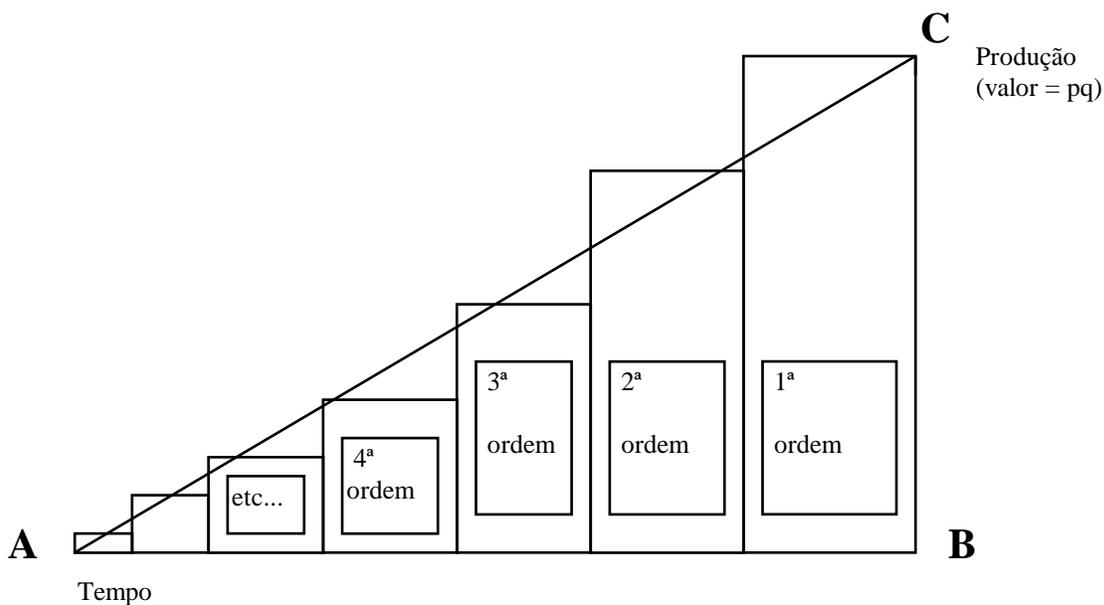
planejado, r_n a taxa de juros natural e r_1 a taxa de juros de mercado.



(3º.) *A estrutura agregada de produção*

Os bens de capital são heterogêneos e relacionam-se uns com os outros mediante diversos graus de complementariedade e substitutibilidade, ao longo dos diversos estágios que caracterizam a estrutura de produção, que vão desde os bens de primeira ordem (de consumo final) até os bens de ordens mais elevadas. Tanto estes como os primeiros são intertemporalmente complementares: taxas de juros artificialmente baixas provocam uma descoordenação intertemporal, que se manifesta inicialmente na forma de sobreinvestimentos em bens de capital (isto é, em bens de ordens mais elevadas). Na linguagem dos economistas austríacos, a estrutura de produção torna-se mais indireta ("roundabout"), isto é, aumenta o número de estágios que a compõem. Mas, com o decorrer do tempo e a conseqüente escassez dos bens de capital (complementares) de ordens mais inferiores, a descoordenação intertemporal acabará sendo revelada, o que levará a uma tentativa de retorno à estrutura de produção inicial (menos "roundabout").

A estrutura de produção pode ser representada por uma série de retângulos em que, da direita para a esquerda, caminhamos dos bens de ordens menos elevadas (de consumo) para os de ordens mais elevadas (de capital). O eixo horizontal mede o tempo envolvido na estrutura de produção e a altura de cada retângulo reflete o valor de produção (preço vezes quantidade) em cada diferente estágio de produção.



A figura que liga os pontos A, B e C corresponde a um triângulo retângulo e é conhecida como **Triângulo de Hayek**, que é uma forma simplificada de representação da estrutura de produção.

(4º.) *A taxa de juros promove a coordenação intertemporal*

A função principal da taxa de juros na concepção de Böhm-Bawerk, conforme vimos no capítulo 6, é a de servir como elemento de coordenação entre as trajetórias de consumo e investimento (e, obviamente, de poupança).

(5º.) *O "efeito-Ricardo"*

Em sua formulação original, o "efeito-Ricardo" dizia respeito à substituição de mão-de-obra (fator de produção de curto prazo) por capital (fator de produção de longo prazo), como decorrência de uma redução na taxa de juros. No contexto da teoria hayekiana dos ciclos, entretanto, a substituição não se dá entre "homem" e "máquina", mas sim entre bens de capital de ordens menos elevadas e de ordens mais elevadas: na fase inicial do ciclo, a taxa de juros artificialmente baixa estimula os investimentos em bens de capital de ordens

mais elevadas; com a conseqüente disputa por bens de capital de ordens mais baixas (complementares), os preços destes últimos se elevam, o que provoca um aumento na demanda por crédito ("desperation borrowing") e o subseqüente aumento da taxa de juros, o que, por sua vez, encoraja a liquidação dos projetos de produção iniciados na primeira fase, mas ainda não terminados.

(6°) *A quarta proposição fundamental de John Stuart Mill*

Com seu conhecido aforismo "demanda de mercadorias não é demanda de trabalho", Mill procurava ressaltar o perigo da incorporação de demandas derivadas em economia política. As teorias macroeconômicas modernas, em que as demandas pelo produto final e pelos fatores de produção movem-se sempre no mesmo sentido, parecem não dar importância à advertência de Mill. Mas a formulação austríaca reconhece que as duas demandas podem mover-se em sentidos opostos e essa atenção para com a quarta proposição daquele economista inglês do século XIX (de quem Hayek era um admirador) é uma das diferenças mais significativas entre a teoria dos ciclos austríaca e as suas rivais.

Se o consumo presente está caindo, isto não significa necessariamente que a demanda de trabalho e de outros fatores também esteja caindo: pode significar que a propensão a poupar esteja aumentando e, portanto, que o consumo futuro vai crescer, o que poderá fazer crescer a produção de bens de consumo futuros e, assim, aumentar a demanda de trabalho no período atual. Para Hayek, em um dado período, os gastos de consumo e de investimento podem e, son condições de pleno emprego (ou de nível natural de emprego), **devem** mover-se em sentidos contrários.

Na verdade, este deslocamento de recursos entre bens de ordens inferiores ("consumo") e bens de ordens superiores ("investimento") e entre os diversos estágios da estrutura de produção é que leva à coordenação ou descoordenação intertemporal: coordenação, quando o deslocamento é provocado por alterações nas preferências temporais e descoordenação, quando é causado por manipulações monetárias.

(7°) *A teoria hayekiana do conhecimento*

A manipulação monetária ilude os participantes dos mercados, fazendo com que eles se comportem de modo diferente do que imaginavam; isto é possível porque o conhecimento sempre é insuficiente. Para Hayek, há dois tipos de conhecimento: o científico e o dos participantes dos mercados. Pode-se esperar que os participantes dos mercados -

dado o seu conhecimento das circunstâncias particulares de tempo e lugar - sejam induzidos pelos preços de mercado a comportar-se "como se" eles possuíssem o conhecimento científico, isto é, como se compreendessem a estrutura do sistema econômico; mas não se pode esperar que eles interpretem instantaneamente como tais as distorções de preços provocadas pela manipulação monetária, com base em um conhecimento científico da estrutura da economia.

Com estes sete elementos básicos - que, como vimos, são indissociáveis - Hayek construiu sua teoria das flutuações cíclicas, que foi explicada verbalmente no capítulo anterior. Uma forma de sintetizá-la e, ao mesmo tempo, de visualizá-la, é representá-la diagramaticamente, na forma dos triângulos de Hayek (que os adaptou dos "gráficos de investimento" de Stanley Jevons) e dos vetores de oferta e de demanda "agregadas", como o fez Skousen no seu livro citado.

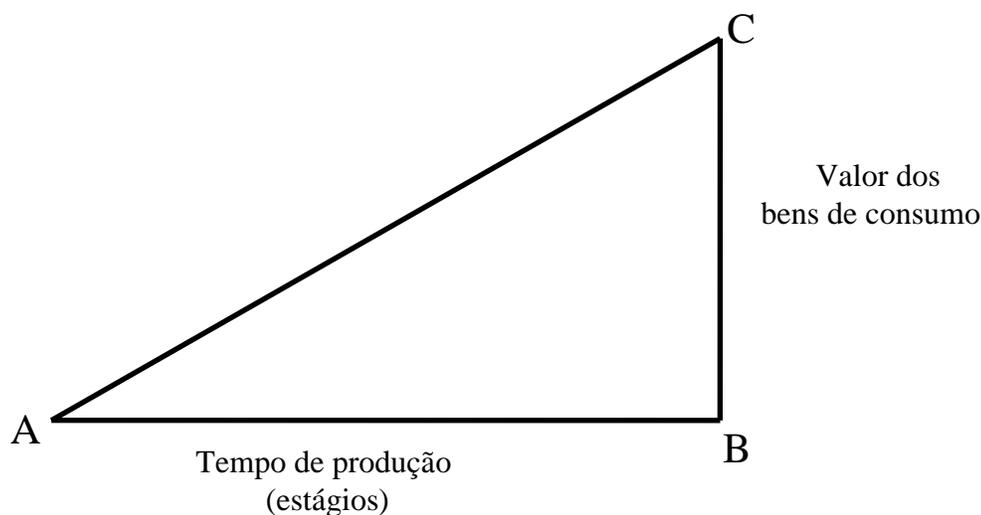
Os Triângulos de Hayek e os Vetores de Oferta e Demanda "Agregadas"

Este instrumental parte do princípio de que a estrutura de produção da economia tem duas dimensões - valor e tempo - e de que se pode usar triângulos retângulos para representá-las. Cada triângulo, como vimos anteriormente, é uma representação aproximada da estrutura de produção da economia com seus diferentes estágios e dos bens de consumo que são gerados em cada um dos estágios. Nesta metáfora de Hayek, cada bem de consumo gera todos os seus serviços em um único período, o que é um expediente metodológico para escapar ao problema dos bens de consumo duráveis, uma vez que seu objetivo é analisar a distribuição temporal dos bens de capital. Os bens intermediários fluem nos sucessivos estágios de produção e seu valor em cada ponto da cadeia é uma função do tempo, $f(t)$. Seu valor total é, portanto, igual à integral dessa função mensurada em um período genérico s , igual ao tamanho da estrutura de produção adotada. Em outras palavras, se a injeção de capital e , portanto, a produção é iniciada no período de tempo h , então o valor dos produtos intermediários será:

$$\int_h^{h+s} f(t) dt$$

A taxa à qual surgem os bens de consumo final, isto é, a produção de bens de consumo final, é uma função do intervalo de tempo, $f(h + s)$. Portanto, o modelo é expresso inteiramente em termos de fluxos (pois seu objetivo não é ressaltar o atributo de durabilidade dos bens, mas sim sua distribuição temporal).

No gráfico seguinte, o cateto AB representa a dimensão temporal, mensurada pelo número de estágios, admitindo-se que o número de estágios varia diretamente com o tempo da estrutura de produção. O cateto BC representa a produção de bens de consumo, isto é, $f(h + s)$. A hipotenusa AC, a função de produção, $f(t)$ e a área, a integral mencionada. Os diversos estágios de produção em que se subdivide o cateto AB consistem de bens de capital circulante, medidos em termos de valor.



Para Hayek, a questão crucial para a teoria dos ciclos é a correspondência mútua entre os planos dos poupadores e investidores e os planos dos consumidores e produtores. O triângulo ilustra um "trade-off" reconhecido por Menger e enfatizado por Böhm-Bawerk: em um dado instante e na ausência de ociosidade de recursos, os investimentos crescem às expensas do consumo. Os investimentos, que exigem uma alocação de recursos mais gastadora de tempo, aumentam a dimensão temporal do triângulo, isto é, tornam o processo de produção, na linguagem de Hayek, mais "capitalista" ou "indireto" ("roundabout"). Para que os investimentos aumentem, o consumo deve cair, inicialmente tanto em termos nominais como reais. Uma vez que a reestruturação do capital

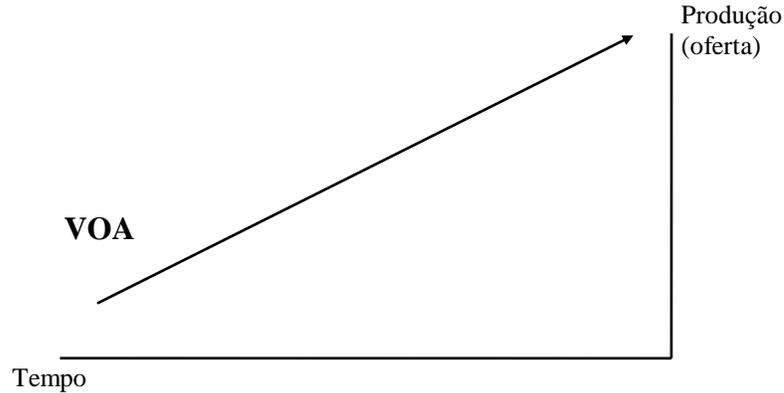
esteja completada, aumentará o nível correspondente de consumo real, mas o nível de consumo nominal ficará abaixo de seu valor inicial, porque a nova estrutura de produção, para ser mantida, exigirá gastos maiores em bens de ordens superiores que anteriormente.

Sempre que ocorrer uma recomposição do produto provocada por uma mudança nas preferências intertemporais, mudará a forma do triângulo. O ponto central é que se essas preferências mudarem em decorrência de uma variação na propensão a poupar, não haverá qualquer expansão cíclica, mas se elas se alterarem em resposta aos falsos sinais provocados pela política monetária, o ciclo será desencadeado.

O processo mediante o qual uma variação na oferta de moeda pode desencadear um ciclo econômico pode ser melhor compreendido a partir dos conceitos de vetores de oferta e de demanda agregada. Imaginemos uma estrutura de produção bastante simples, com apenas quatro setores, a saber, o de matérias primas (bens de 4^a. ordem), manufaturados (bens de 3^a. ordem), atacado (bens de 2^a. ordem) e varejo (bens de 1^a. ordem).

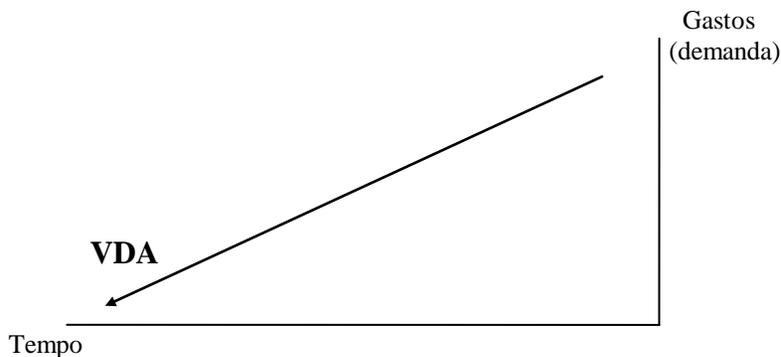


O vetor de oferta agregada (é um vetor porque possui os atributos de direção e distância) reflete o fato de que a produção move-se desde o estágio de matérias primas até o de consumo final, isto é, da esquerda para a direita, ao longo da cadeia produtiva. Todas as empresas transformam "inputs" em "outputs", de baixo para cima, em direção ao consumo final. Conforme a produção se move de um estágio para o subsequente, a receita agregada aumenta de acordo com a lucratividade de cada estágio. Assim, o vetor de oferta agregada (VOA) tem a seguinte forma:



A direção e o tamanho de VOA são determinados pela lucratividade de cada estágio, pela tecnologia e, de um modo geral, por todos os fatores que costumam influenciar a oferta.

Já o vetor de demanda agregada (VDA) move-se da direita para a esquerda e de cima para baixo, porque neste caso estamos percorrendo a cadeia produtiva desde o estágio produtor de bens de primeira ordem até o estágio de ordem mais elevada (no nosso exemplo, o de matérias primas). Uma das grandes contribuições dos economistas austríacos, desde Menger, foi demonstrar que os preços dos produtos finais é que determinam o valor dos bens utilizados para produzi-los, isto é, de que são os preços que determinam os custos. O vetor de demanda agregada, a seguir representado, é influenciado, basicamente, pelas preferências intertemporais.

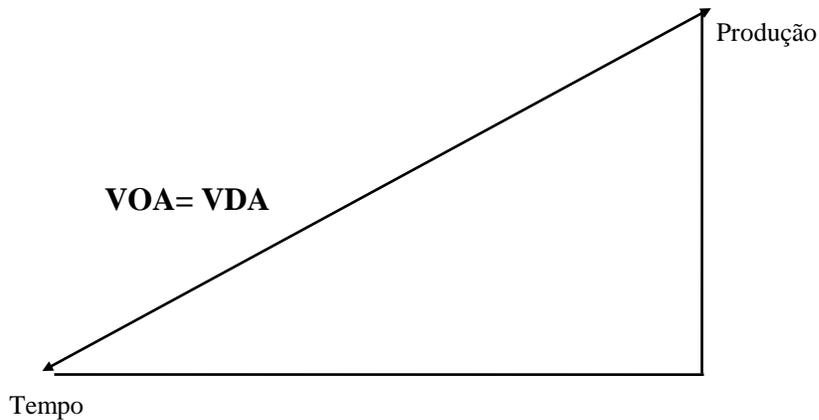


O equivalente na metodologia austríaca ao equilíbrio macroeconômico convencional entre a oferta e a demanda agregada é a **coincidência** entre os vetores VOA e VDA. De fato, supondo, para facilitar o raciocínio, uma economia uniformemente circular, podemos verificar que a condição para

a ocorrência de equilíbrio no modelo de Hayek é que os dois vetores não apenas sejam paralelos, mas coincidam. Se, em um ponto qualquer da cadeia produtiva, isto é, em um determinado estágio de produção, houver um excesso de demanda sobre a oferta, os produtores nesse estágio terão lucros excedentes em relação aos produtores de outros estágios, o que, se existir mobilidade de recursos, fará com que estes sejam atraídos para o referido estágio, que se revela mais lucrativo. Assim, com o tempo, sua lucratividade cairá até que se iguale à dos demais estágios. *Mutatis mutandi*, se ocorrer um excesso de oferta em um determinado segmento da estrutura de produção, os recursos sairão desse estágio em busca de outros mais lucrativos, o que fará aumentar a lucratividade no primeiro estágio.

Devemos observar que a variável que mantém os dois vetores em equilíbrio é a taxa de juros que, na concepção austríaca, é o principal "regulador" da economia, uma vez que é esta variável que possibilita aos produtores determinar que quantidades de recursos serão destinadas aos diversos mercados intertemporais, ao mesmo tempo em que possibilita aos consumidores saber que frações de seus fundos disponíveis serão encaminhadas para poupança e para investimento. Sem taxas de juros livremente determinadas pelo mercado de "loanable funds", o mercado não pode encontrar estabilidade.

O conceito de "equilíbrio macroeconômico" +austríaco pode ser, dessa forma, representado graficamente pela coincidência entre os vetores VOA e VDA, como abaixo:



As Cinco Fases dos Ciclos Econômicos

Podemos agora, de posse deste aparato, verificar um pouco mais didaticamente como uma variação na oferta de moeda - digamos, uma expansão monetária - afeta a estrutura de produção. A dinâmica dos ciclos obedece a cinco fases distintas, em que se sucedem os sete elementos centrais da teoria hayekiana que definimos anteriormente.

Suponhamos uma economia uniformemente circular, em que VOA e VDA sejam coincidentes e admitamos que nessa economia ocorra uma expansão na oferta de moeda. Sabemos que nestas condições e na ausência de inflação e de expectativas de inflação, o primeiro efeito do crescimento na oferta monetária será reduzir a taxa de juros de mercado, fazendo com que ela fique menor do que a taxa "natural" e criando, assim, uma diferença no mercado de "loanable funds" entre a poupança planejada e o investimento planejado, diferença que corresponde, como vimos, à "poupança forçada". Ocorre que, no primeiro momento, os agentes econômicos não percebem que o crescimento no investimento planejado não é lastreado em poupança genuína, mas apenas em um excesso de oferta de moeda.

Assim, a queda na taxa de juros dos empréstimos vai afetar o valor presente dos diferentes projetos de investimentos de maneiras desiguais. Sendo, para exemplificar, y a renda futura de um ativo de capital, V o valor presente, r a taxa de juros e n o número de anos, temos:

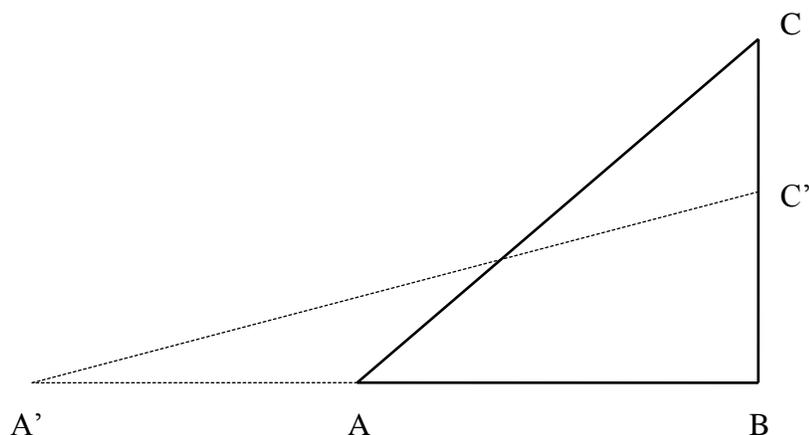
$$V = [y/1+r] + [y/(1+r)^2] + [y/(1+r)^3] + \dots + [y/(1+r)^n]$$

Vemos, então, claramente, que variações na taxa de juros afetam bem mais fortemente as rendas futuras do que as rendas

mais próximas do presente, uma vez que, quanto maior n , maior o aumento em V provocado por uma queda em r . Isto deflagra a primeira fase do ciclo.

1ª. fase: "boom" nas indústrias de bens de capital sob inflação

A queda na taxa de juros faz com que o triângulo de Hayek se altere de ABC para $A'BC'$, tornando, pelo aumento do valor presente dos projetos de longo prazo, a estrutura de produção mais indireta ("roundabout").



Observe-se que a passagem de A para A' corresponde a um alargamento da estrutura de produção, que ocorre devido à incorporação de mais estágios e que o movimento de C para C' refere-se à queda no valor dos bens de consumo (ou, pelo menos, a um crescimento neste último menor do que o verificado no valor dos bens de capital localizados nos estágios iniciais da cadeia produtiva)

As alturas menores do triângulo $A'BC'$ em relação ao triângulo original ABC mostram, primeiro, que a demanda pelo produto cai nos estágios finais de produção, seja em termos absolutos como no gráfico, seja em termos relativos; segundo, que a intensidade da queda diminui, na medida em que os estágios mais afastados do consumo passam a ser considerados (isto é, quando nos movemos de B para A'); terceiro, que os bens de ordens mais elevadas experimentam um crescimento de demanda e quarto, que novos estágios mais afastados do consumo são criados (aqueles situados entre A e A'). A nova inclinação da hipotenusa - agora menor do que a inicial - reflete a queda da taxa de juros, gerada pela agora menor preferência intertemporal. Como vimos no capítulo anterior, a taxa mais baixa de juros altera as margens de lucro nos diversos estágios de produção de forma diferenciada: em cada estágio, os preços dos fatores alteram-se em relação aos

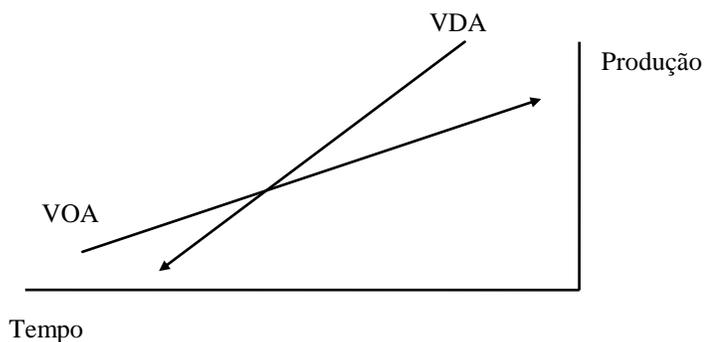
preços dos produtos e o efeito cumulativo desses ajustamentos de preços relativos torna-se maior nos estágios iniciais da produção. Isto é que faz com que os recursos se desloquem dos estágios finais para os iniciais.

Seria fundamental, para que a passagem do triângulo ABC para A'BC' fosse consistente com a complementação do processo de reestruturação de capital, que a queda da taxa de juros tivesse sido provocada não por uma pura expansão monetária, mas por um crescimento na propensão a poupar, pois somente assim os novos investimentos estariam sendo lastreados em poupança real. Como, entretanto, isto não ocorreu, podemos afirmar que o novo triângulo A'B C' é inconsistente com o processo de reestruturação do capital, porque haverá uma descoordenação nos planos dos agentes econômicos, provocada pela "poupança forçada". Ao invés de crescimento econômico, surgirá então um ciclo econômico.

2ª. fase: efeitos-renda

A partir de um certo momento, em decorrência da maior utilização de recursos nos estágios que haviam se tornado mais lucrativos na fase anterior, as rendas dos fatores de produção utilizados naqueles estágios vão aumentar, o que dará origem a uma expansão do consumo. Em outras palavras, conforme o tempo passa, a renda gerada pelo "boom" de investimentos vai sendo gasta na forma de mais consumo, já que, como não ocorreu nenhum incremento na propensão a poupar, a relação consumo/poupança crescerá.

Ocorrerá, então, um desequilíbrio entre os vetores de oferta e demanda agregadas, tal como no gráfico abaixo:



De fato, com o crescimento da relação consumo/poupança, os dois vetores necessariamente passarão a mover-se em direções diferentes, o que rompe a condição necessária para a ocorrência de equilíbrio macroeconômico. Se o crescimento da

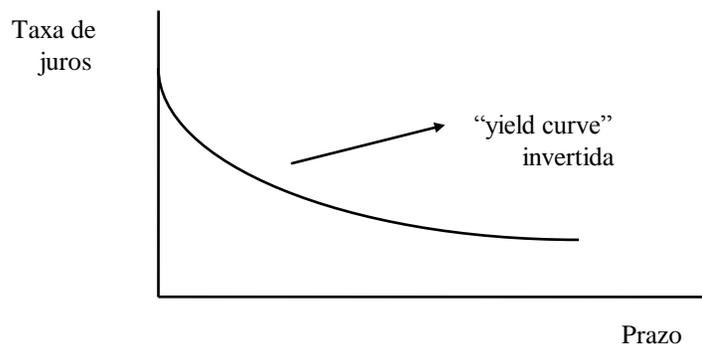
renda fosse suficiente para comprar o agora maior volume de bens e serviços que estão sendo produzidos, ocorreria inflação, porém sem desequilíbrios entre produção e consumo, tal como sustentavam os monetaristas. A propósito desses, vale lembrar sua ênfase no fato de que a velocidade de circulação da moeda deveria crescer durante os "booms" e cair durante as recessões. Mas isso não reflete a realidade das atividades econômicas; para uma compreensão mais adequada dos fenômenos do mundo real é mais interessante desagregarmos a velocidade de acordo com os diferentes estágios de produção. Durante um "boom", a velocidade de circulação da moeda inicialmente cresce nos estágios mais afastados do consumo final ; mais tarde, ela passa a crescer em todos os estágios até que, finalmente, no ponto de pico do "boom", ela torna-se mais elevada nos estágios próximos ao consumo final do que nos mais afastados. A ênfase, portanto, não deve ser macroeconômica, mas sim microeconômica.

No modelo austríaco, ocorrerão simultaneamente inflação com desequilíbrios entre produção e consumo (VOA e VDA), porque a manipulação monetária sem o correspondente crescimento da propensão a poupar introduziu necessariamente divergências entre as preferências intertemporais individuais (expressas pelas proporções em que as rendas nominais são poupadas, investidas ou consumidas) e a estrutura temporal de produção.

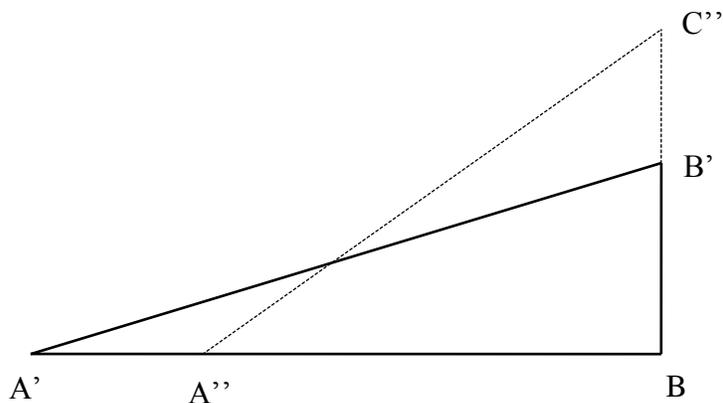
3ª. fase: o aperto de crédito

O crescimento dos gastos em bens de consumo que agora se verifica de maneira cada vez mais forte termina criando um "cabo-de-guerra" entre os setores produtores desses bens e as indústrias, ainda em expansão, de bens de capital. Esta disputa tem o efeito de aumentar tanto os preços dos bens de capital quanto a taxa de juros e, como as rendas são maiores nos estágios de bens de capital do que nos de bens de consumo (pois a expansão dos primeiros iniciou-se antes que a dos segundos), ocorrerá uma escassez de capital nas indústrias cuja expansão somente agora se inicia.

Trata-se de uma competição por "loanable funds" que está sendo travada em todos os estágios da estrutura de produção. É bastante provável que tanto as taxas de juros de curto prazo como as de longo prazo aumentem, mas é de se esperar que, em termos relativos, o crescimento das taxas de juros de curto prazo seja maior, criando uma "curva de rendimentos" ("yield curve") temporariamente invertida, isto é, decrescente, como no gráfico abaixo:



O aperto de crédito, portanto, aumenta as taxas de juros para níveis superiores aos seus níveis de equilíbrio de longo prazo e é provocado pelo “efeito Ricardo” à la Hayek. O “boom” inicial termina porque uma de suas consequências é o aumento dos preços dos bens de capital relativamente aos salários, o que faz com que as empresas procurem substituir os métodos de produção poupadores de trabalho pelos métodos mais intensivos neste fator de produção. Observemos que esses últimos são mais característicos dos estágios produtores de bens de consumo, enquanto os métodos de produção intensivos em capital são mais característicos dos estágios mais afastados do consumo final. O efeito da disputa pelo crédito é o de deslocar o triângulo de Hayek de $A'BC'$ para, digamos, $A''B'C''$. Isto ocorre porque a “volta” de $A'BC'$ para o triângulo original ABC , que seria, em um contexto estático, a posição de equilíbrio final, é um fenômeno impossível diante das hipóteses de incerteza genuína e de tempo dinâmico que caracterizam a metodologia austríaca.



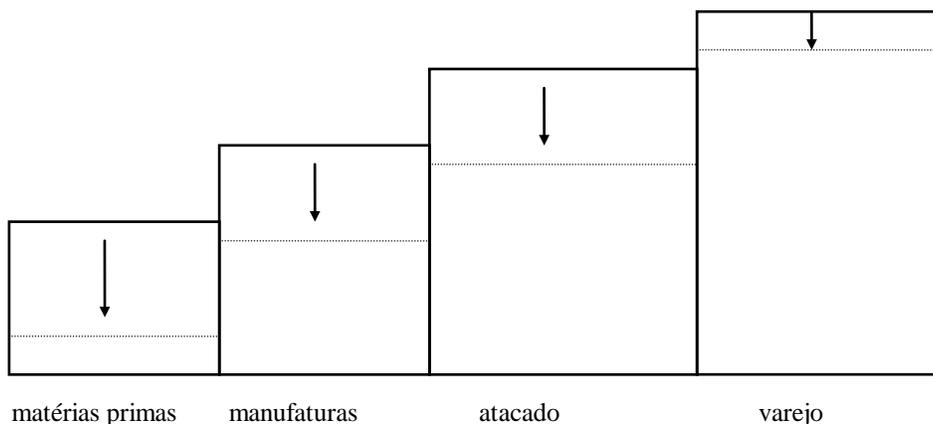
4ª. fase: recessão

Nesta etapa, o "boom" inicial transforma-se em "bust" , ou seja, a expansão transforma-se em contração. Projetos são abandonados, ordens de compra são canceladas, trabalhadores são demitidos, a estrutura de capital torna-se mais "wide" (utilização maior de máquinas e equipamentos velhos) e, portanto, menos "deep" (cancelamento de compras de máquinas e equipamentos novos), aumentam os estoques, caem as rendas e os preços nas indústrias de ordens mais elevadas.

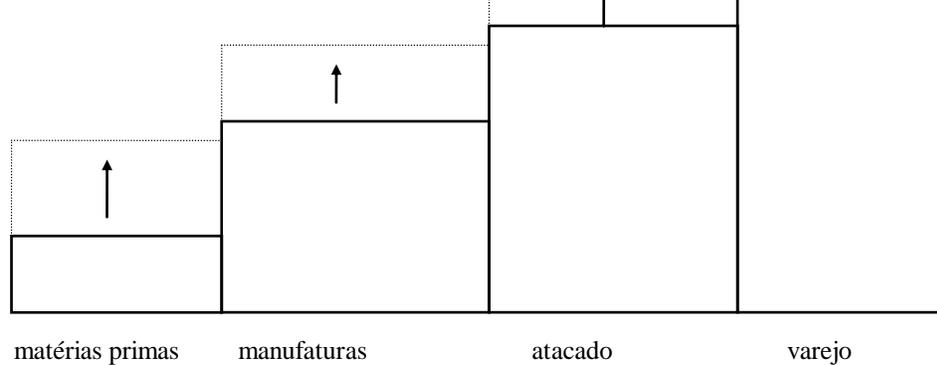
Estes desagradáveis fatos ocorrem porque, simplesmente, nenhuma expansão artificial (isto é, não lastreada em poupança genuína) do crédito pode decretar o crescimento da oferta real de bens; o que ela pode fazer é provocar um rearranjo da estrutura de produção, pelas inumeráveis alterações de preços relativos que desencadeia. São essas alterações que desviam os investimentos e a produção de suas trajetórias anteriores à expansão artificial do crédito. Como resposta, ocorre um "boom" inicial, mas que, por carecer de bases sólidas, não pode representar uma situação de real prosperidade, mas apenas a de uma prosperidade ilusória e efêmera. Tudo se passa como se alguém começasse a construir um enorme edifício e, já com a obra em pleno andamento, viesse a descobrir, tarde demais, que os fundos de que dispunha não eram suficientes para levar o projeto até o fim. Moeda não é poupança! O máximo que uma expansão monetária pode conseguir é fantasiar-se de poupança durante algum tempo, durante o qual conseguirá iludir os agentes econômicos.

É muito importante atentarmos para o fato de que, contrariamente do sugerido pelos diversos modelos macroeconômicos existentes, **a recessão ou depressão não é apenas um caso de desemprego generalizado crescente, mas de desemprego que ocorre principalmente nos estágios de bens de ordens mais elevadas e nos mercados que se relacionam com esses estágios.** Para visualizar melhor este aspecto fundamental da, digamos, "teoria macroeconômica" austríaca, voltemos à nossa estrutura de produção simplificada, composta apenas pelos estágios de matérias primas, manufaturados, atacado e varejo. Podemos resumir os efeitos que ocorrem ao longo desta cadeia produtiva, durante a quarta fase do ciclo, da seguinte forma: (1º.) as quedas maiores de preços, produção e emprego normalmente têm lugar no estágio produtor

de bens de 4^a. ordem (matérias primas); (2^o.) no estágio de manufaturados, também ocorrem quedas de preços e produção, mas em intensidade menor; (3^o.) as quedas observadas no setor de bens de 2^a. ordem (atacado) são ainda menos intensas e (4^o.) no estágio de bens de consumo final, o efeito é o menos intenso, podendo até, no caso de expansões monetárias substanciais, continuar a ocorrer aumento de preços e de produção. A figura abaixo ilustra essas alterações relativas de preços, produção e emprego, provocadas pelas mudanças que se verificam nos diversos determinantes da oferta e da demanda ao longo da estrutura de produção.



Os efeitos que se processam ao longo da estrutura de produção durante os períodos de expansão são simétricos, isto é, preços, produção e emprego de fatores de produção experimentam aumentos crescentes à medida que nos movemos da esquerda para a direita, desde o estágio de matérias primas até o de varejo, tal como na figura seguinte:



5^a. fase: retomada e estabilidade

A etapa final é atingida quando os preços das indústrias de bens de capital param de cair e essas indústrias entram em colapso, ao mesmo tempo em que o consumo diminui em resposta às quedas nas rendas setoriais. Isto vai ocorrer até que os dois vetores VOA e VDA novamente voltem a coincidir, embora em uma posição certamente diferente de sua posição de equilíbrio anterior ao início do ciclo. Não há nenhuma razão que faça com que o ciclo se repita, a menos que o governo volte a expandir a oferta monetária. Vemos, assim, que o "boom" induzido pela inflação não resulta em um jogo de soma zero, uma vez que tanto os níveis como a própria estrutura da atividade econômica serão diferentes dos prevalecentes antes do início da inflação.

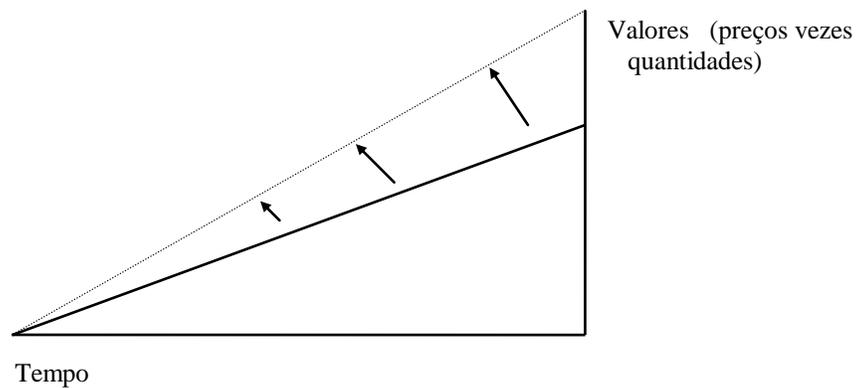
Em conclusão, o ciclo é provocado pela expansão artificial do crédito, que gera um "boom" inicial nos negócios que não pode ser mantido, devido à não uniformidade que ele provoca entre os vetores de oferta e de demanda agregadas. O que a inflação, entendida como a expansão da moeda sem lastro em poupança real, consegue é tão somente provocar distúrbios na atividade econômica.

A abordagem essencialmente microeconômica da Escola Austríaca permite analisar a economia de uma forma bem mais realista do que a análise agregada utilizada pelos modelos macroeconômicos. Com efeito, não se trata simplesmente de pensar em termos de expansões ou recessões generalizadas, nem de aumentos ou quedas generalizadas no nível geral de preços ou no nível de emprego, mas de observar que a inflação provoca distúrbios alocativos que se refletem em toda a estrutura de produção da economia, porque ela altera os preços e as rendas relativas entre os diferentes estágios de produção.

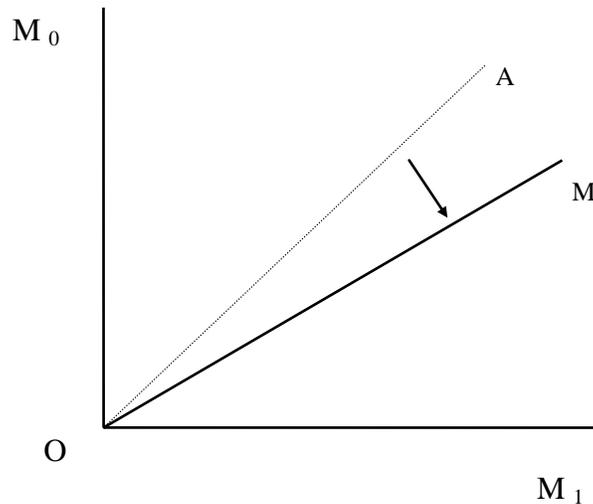
A Não-Neutralidade da Moeda

Vimos como a metodologia austríaca, ao analisar a atividade econômica levando em consideração a dimensão temporal embutida na estrutura de produção, demonstra que os efeitos de uma inflação monetária não podem ser uniformes. Este resultado contrasta com os da Teoria Quantitativa da

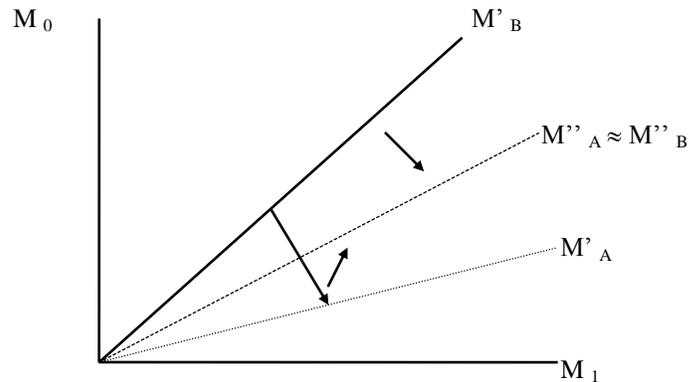
Moeda, sintetizada pela conhecida equação $M V = P Y$, em que M representa o estoque de moeda, V sua velocidade de circulação, P o nível geral de preços e Y o produto real (PIB). A tese monetarista é a de que, admitindo-se uma razoável estabilidade na velocidade (que é, na versão de Milton Friedman, determinada pelos parâmetros dos mercados financeiros) e também que o produto real esteja perto de seu nível "natural" (situação em que os níveis de preços observado e esperado coincidem), então, no longo prazo, a moeda é neutra, significando que uma variação em sua oferta provocará uma variação no mesmo sentido e na mesma proporção no nível geral de preços, de modo que, em termos reais, tanto a produção como o nível de emprego permanecerão os mesmos. De acordo com o princípio da neutralidade da moeda, então, a estrutura de produção sofreria alterações uniformes ao longo de toda a cadeia produtiva: por exemplo, um crescimento de, digamos, x% na oferta de moeda faria com que, no longo prazo, todos os preços subissem também em x%, o que deslocaria a estrutura de produção para cima em x% em todos os seus diferentes estágios, tal como no gráfico abaixo:



Em termos diagramáticos, podemos visualizar a neutralidade da moeda como a reta OM no gráfico abaixo, em que estão representados, no eixo vertical, o estoque monetário original, isto é, M_0 , anterior à expansão monetária, e, no eixo horizontal, a nova magnitude do estoque de moeda, M_1 . A bissetriz OA, evidentemente, representa a igualdade entre os dois estoques e é utilizada como um referencial. Se a expansão na oferta monetária for neutra, então ela vai corresponder simplesmente a uma rotação no sentido dos ponteiros do relógio da linha OA:



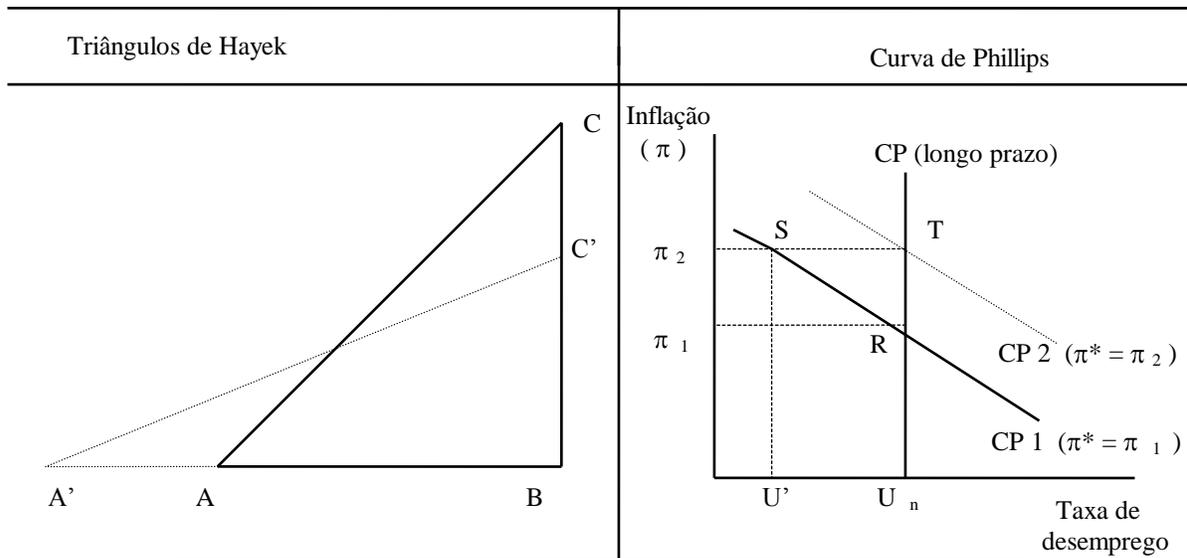
Mas ocorre que a expansão do crédito não ocorre uniformemente, como se um helicóptero despejasse moeda sobre todos os setores da economia por igual; como vimos no capítulo anterior, ela se dá inicialmente em um (ou em alguns) pontos da cadeia produtiva e, por isso, ela não pode ser neutra. Imaginemos, para simplificar, uma economia com apenas dois estágios, A e B, e sejam M_A e M_B , respectivamente, as quantidades de moeda de posse de A e B. Imaginemos uma expansão monetária que aumente o estoque de moeda, tal como no exemplo anterior, de M_0 para M_1 e que toda a moeda nova, sob a forma de crédito, caia desproporcionalmente em mãos do setor A. Isto pode ser representado em um diagrama que mostre separadamente os aumentos das quantidades de moeda em mãos de cada um dos dois setores. Inicialmente, o estágio B não é afetado pela expansão monetária, o que é representado graficamente por M'_B , que coincide com a bissetriz utilizada como linha de referência. O setor A, por sua vez, experimenta uma expansão monetária indicada por M'_A . Mas, na medida em que este estágio começa a gastar a nova moeda, ela vai se transferindo para o setor B, até que, finalmente, as expansões monetárias verificadas nos dois estágios sejam iguais, o que é indicado pela linha $M''_A \approx M''_B$, revelando, assim, a não-neutralidade da expansão monetária, que se manifesta como uma distorção temporária no mercado intertemporal.



Em suma, de acordo com a metodologia austríaca, o postulado da neutralidade da moeda é falho, porque não reconhece que os fatores monetários afetam não apenas o volume da produção, mas também a sua direção. Assim, uma teoria que pretenda explicar os ciclos econômicos sem levar em conta que a produção de bens de capital flutua bem mais do que a de bens de consumo, não pode ser inteiramente satisfatória. A macroeconomia, por enfatizar agregados, como nível de preços, PIB, etc., ignora os mecanismos precisos de transmissão que a inflação provoca na economia, prendendo-se apenas aos seus efeitos finais.

Os Triângulos de Hayek e a Curva de Phillips

É interessante observarmos uma certa semelhança entre os triângulos hayekianos e a curva de Phillips, que Friedman ajudou a popularizar nos anos 60 e 70. No entanto, devemos frisar que a análise de Friedman concentra-se apenas no mercado de trabalho, isto é, nas divergências entre salários esperados e salários observados, até que, no "longo prazo" - definido como o período em que essas divergências desaparecem, ou seja, em que não mais existirem erros de expectativas - o "trade-off" proposto pela curva de Phillips entre inflação e desemprego deixa de existir. Comparemos graficamente os dois modelos.



Observando a curva de Phillips, vemos que, partindo do ponto R, em que a economia está operando na taxa de desemprego "natural" (U_n), quando o governo, para reduzir o desemprego, expande a oferta monetária, ele consegue temporariamente o seu objetivo, reduzindo o desemprego do nível natural para U' . Caminhamos do ponto R para o ponto S, o que significa que a taxa de inflação, medida no eixo das ordenadas, aumentou de

π_1 para π_2 . Este aumento da inflação, no entanto, não é percebido imediatamente pelos trabalhadores, o que faz com que, no curto prazo, a curva de Phillips permaneça em CP1, definida como o lugar geométrico das combinações de taxa de inflação e taxa de desemprego em que as expectativas de inflação sejam $\pi^* = \pi_1$. Isto continuará a ocorrer, de acordo com Friedman, enquanto os trabalhadores não perceberem que o salário real que eles acham que estão ganhando é menor do que o salário real que estão efetivamente ganhando. Mas, a partir do momento em que eles perceberem que suas expectativas estão incorretas, começarão a ajustar suas horas de trabalho oferecidas à nova situação, o que deslocará a curva de oferta de trabalho e a curva de oferta agregada para a esquerda, levando também a curva de Phillips para a esquerda, até CP2, em que, finalmente, a expectativa de inflação, já ajustada para cima, atinge π^*_2 , que é igual à inflação observada, isto é, π_2 . Caminhamos, agora, então, do ponto S para o ponto T.

Assim, no curto prazo, em que as expectativas de preços estão incorretas, caminhamos de R para S (menor desemprego, isto é, um "boom"); no longo prazo, com a correção das expectativas, iríamos de S para T (o desemprego voltaria ao seu nível natural), com o deslocamento da curva de Phillips

de curto prazo de CP1 para CP2. Para os monetaristas, portanto, no longo prazo, definido como a ausência de erros de expectativas, não existiria nenhum "trade off" entre inflação e desemprego, de vez que a curva de Phillips relevante no longo prazo é a reta que passa por todos os pontos tais como R e T, em que as expectativas não apresentam erros e a economia opera no seu nível natural ou normal de produção.

Estes movimentos friedmanianos de R para S e daí para T podem ser comparados com os movimentos hayekianos de A para A' e, daí, com a descoberta da descoordenação que a expansão monetária provoca, de volta para A (admitindo, para simplificar, que a reversão do triângulo de A'BC' para ABC possa ser completada). A análise de Hayek é mais rica: ela transcende o mercado de trabalho para concentrar-se em toda a estrutura de produção. O ponto S, para Friedman, representa uma taxa de desemprego temporariamente abaixo da natural, o que é insustentável; o ponto A' do segundo triângulo, para Hayek, representa uma "profundidade" de capital temporariamente elevada - o que também é insustentável -, mantida por uma taxa de juros de empréstimos artificialmente menor do que a taxa de juros natural, no sentido wickselliano.

Comparando a teoria austríaca com as diversas escolas macroeconômicas que, digamos, rivalizam com ela, a saber, a keynesiana, a monetarista e a de expectativas racionais, podemos observar algumas afinidades, especialmente em relação à última e, um pouco menos, em relação ao monetarismo; no que se refere ao keynesianismo, obviamente, não há semelhanças, a não ser, se podemos chamar isso de semelhança, as críticas que os keynesianos sempre fizeram ao postulado da neutralidade da moeda. O que destaca, contudo, a Escola Austríaca das demais e que dificulta sobremaneira as comparações - apesar dos importantes esforços do Prof. Garrison e de Mark Skousen nesse sentido - é sua teoria do capital, que lhe permite analisar, com vantagens evidentes sobre os modelos macroeconômicos conhecidos, os movimentos auto-reversivos intertemporais inerentes ao processo de mercado. A macroeconomia, a rigor, negligencia inteiramente a teoria do capital, o que, obviamente, tende a enfraquecer sua capacidade de análise.

Uma Agenda de Pesquisas

Nos anos recentes, tem ocorrido um redespertar do interesse em torno do tema das flutuações cíclicas, o que não ocorria desde os anos 30. É nossa convicção que todos os

economistas, qualquer que seja a escola em que se enquadrem, têm muito o que aprender com isso. Em particular, os "insights" austríacos parecem ser muito importantes para que os fenômenos do mundo real - como o "boom" dos anos 80 e o "bust" do início dos anos 90 nos países industrializados - sejam devidamente compreendidos.

Seria uma grande ingenuidade pretender que toda a verdade a respeito dos ciclos econômicos tenha sido revelada por Hayek, ao analisar com seus triângulos o "boom" dos anos 20 e a depressão do início dos anos 30. Aliás, uma atitude dessas negaria até o falsificacionismo metodológico, uma das características mais importantes, como vimos neste livro, dos economistas austríacos. Mas, por outro lado, seria também um enorme erro argumentar que a teoria hayekiana dos ciclos não tem aplicabilidade ao mundo atual.

Apenas a título instigativo, podemos tentar captar a mensagem de Hayek, generalizá-la e aplicá-la a contextos diferentes daqueles que o inspiraram nas conferências da London School of Economics: o tempo de produção inerente aos estágios da estrutura agregada de produção, ao ser alterado artificialmente pela intervenção governamental sobre a taxa de juros, é o elemento crucial. A taxa de juros tem três componentes: um fator de desconto, um prêmio inflacionário e um prêmio de risco. Os triângulos de Hayek dos anos 30 baseavam-se no primeiro componente. É evidente que os demais também podem ser afetados pelas políticas governamentais, desencadeando processos de descoordenação semelhantes aos analisados pelo modelo austríaco.

No Brasil, em particular, o impressionante grau de intervencionismo da economia afetou profundamente o prêmio inflacionário e o prêmio de risco. O primeiro deles tem sido objeto de extensas pesquisas por parte da comunidade acadêmica, especialmente a partir dos anos 60, quando os economistas passaram a preocupar-se com a formação de expectativas. Os monetaristas dos anos 50 e 60 e os novos clássicos dos anos 70 e 80 são exemplos dessa preocupação.

Mas o prêmio de risco, até o momento, tem carecido de atenção e parece ser um campo bastante promissor de estudos. A economia política do déficit público apresenta diversos custos sociais adicionais, gerados pelo financiamento do déficit via dívida pública. Tais custos, analisados recentemente por Garrison ⁽⁵⁾, são, entre outros, a descoordenação econômica, a desestabilização, a externalização dos riscos e a tendência ao crescimento dos déficits.

Isto, sem dúvida, abre caminho para tentativas de extensão da análise de Hayek, uma vez que ao externalizar os riscos e descoordenar e desestabilizar a economia, o déficit público afeta claramente a estrutura de produção. De fato, o processo de mercado aloca o risco entre os participantes de

acordo com o desejo de cada um de manter uma posição com maior ou menor risco. As políticas de financiar os déficits com dívida podem criar uma discrepância entre risco desejado e risco efetivamente tomado: os riscos dos tomadores de títulos públicos é transferido para os detentores de títulos privados. Em razão de o fator tempo ser crítico nas posições de risco, essas políticas, como sugere Garrison, podem produzir relações de causa e efeito que se manifestem sob a forma de ciclos econômicos.

De fato, a externalização do risco pode gerar uma expansão cíclica, ao sinalizar no sentido de um alargamento da estrutura de produção ("boom"). Posteriormente, este falso sinal será visto como tal e surgirá uma descoordenação, que se manifestará de modo semelhante ao caso dos triângulos que analisamos ("bust"). A manutenção do déficit - e de seu financiamento via títulos - perpetua a situação.

Estas últimas linhas, por enquanto apenas especulativas, são uma evidência de que a abordagem de Hayek sobre os ciclos pode ser adaptada e aplicada à economia atual, inclusive - e com fortes razões - para o caso brasileiro.

TERCEIRA PARTE

CINCO ENSAIOS SOBRE A CRISE BRASILEIRA

Capítulo 12

CRESCIMENTO, UMA QUESTÃO DE CRIATIVIDADE

*"... a riqueza econômica brota do espírito humano - pela invenção, pela descoberta e, também, pelos hábitos da pontualidade, trabalho perfeito, "know-how" prático e adaptabilidade". (Michael Novak)**

Uma das maiores aspirações - senão a principal, sob o aspecto material - dos seres humanos, desde a mais remota antiguidade, é a de viver com dignidade e com a perspectiva de poder, mediante o próprio esforço, melhorar progressivamente as condições de vida ao longo do tempo. Este desejo e esta vocação são inerentes à condição e ao espírito humanos. Por esta razão, não vemos como alguém, de plena posse de suas faculdades mentais, possa ser "contra" o crescimento econômico, uma vez que isso equivale a ser contra o aumento da capacidade de geração de riqueza por parte da sociedade.

Qualquer pessoa medianamente bem informada sabe que os padrões de vida nas sociedades desenvolvidas, isto é, no chamado "primeiro mundo", superam os daquelas que continuam mergulhadas na pobreza decorrente do subdesenvolvimento. Qualquer trabalhador de um país do denominado "terceiro mundo" deseja ter acesso ao conforto, aos bens, aos serviços, aos espetáculos artísticos, à cultura, etc. de que já gozam os que vivem nas sociedades que evoluíram e que possuem economias dinâmicas.

Por isso, devemos enfatizar que **a opção pelo "terceiro mundismo" é, antes de mais nada, uma opção pouco inteligente.** Ela é, sem dúvida, cruel e desumana, porque agride os indivíduos naquilo que eles possuem de mais representativo, que é a vontade de crescer, de evoluir, de vencer na vida.

O crescimento econômico é, na realidade, o único meio possível para alcançar-se a libertação da pobreza e para eliminar-se os sofrimentos físicos da fome, da falta de teto e do frio, bem como os condicionamentos espirituais representados pelos bloqueios à auto-expressão e à liberdade de escolha. Conforme Michael Novak registra com bastante clarividência, os seres humanos - entre os quais contam-se poucos santos - são envolvidos pela busca de propósitos

materiais, para o que devem ser livres para buscarem seus ideais, sem a opressão da pobreza, de acordo com o que seus espíritos lhes ditam: uns fazem-no admiravelmente; outros, lamentavelmente. "Tanto quanto uma maior riqueza econômica aumenta o âmbito da livre escolha, maiores são as responsabilidades humanas. É tão difícil os ricos entrarem no reino dos céus como um camelo passar pelo buraco de uma agulha"⁽¹⁾.

Embora o próprio Cristo tenha declarado explicitamente que sempre haverá pobres no mundo, a obrigação de todos os seres humanos - e, com mais forte razão, a dos economistas, que são os que mais têm a dizer sobre o assunto - é fazer o que estiver ao seu alcance para eliminar a miséria e reduzir os diversos graus de pobreza.

Entretanto, para que se possa ser "favorável" ao crescimento, é preciso, antes de mais nada, saber o que é crescimento: como pode ser possível defender algo que não se sabe o que significa? Infelizmente, esta é a situação de muitas pessoas com boas intenções que, julgando o crescimento como "bom" por seus claros efeitos - aqueles "que se vêem" - e desconhecendo as fontes do crescimento sustentado, são levados a propor "políticas voltadas para o crescimento" cujos efeitos, que se podem prever (mas que elas não conseguem antecipar), são desastrosos para o crescimento. Agem como no caso daqueles viajantes sedentos que, vendo uma poça no calor do deserto, bebem de sua água, para descobrirem depois que estava contaminada.

Quando alguém, seja um político, um empresário, um sindicalista ou um economista, defende, por exemplo (como costuma ser bastante comum), a redução das taxas de juros mediante a abertura das torneiras do crédito oficial, para fazer "o país retomar o crescimento", ele pode nem saber (infelizmente, muitas vezes, sabe), mas o que está, na realidade, defendendo é a recessão e a inflação, como vimos no capítulo anterior. Atitudes desse tipo podem levar a efeitos mais extensos do que os sentidos apenas pelos viajantes que beberam a água contaminada, pois, nesse caso, além de bebê-la, os "desenvolvimentistas", os "progressistas" e os demagogos disfarçados desejam também fazer com que os integrantes da sociedade a bebam. O populismo, como disse Einstein, é uma doença infantil, o sarampo da humanidade.

Os brasileiros estão, por justíssimas razões, sedentos de crescimento. Mas, afinal o que é o crescimento? Os objetivos do ensaio que constitui este capítulo são ajudar o leitor a responder a esta pergunta básica, à luz da teoria da "Escola Austríaca" exposta na segunda parte e responder a outra questão que tem sido crucial para nós, brasileiros: por que nossa economia deixou de crescer?

Sob o ângulo estritamente econômico, o crescimento pode ser caracterizado como um processo de acumulação generalizada de capital, isto é, de elevação dos estoques de capital físico, humano e tecnológico ao longo do tempo. Trata-se de um fenômeno com duas características fundamentais, cujo desconhecimento tem levado a desastrosos erros de política econômica, especialmente nos países da América Latina.

A primeira marca registrada do crescimento é que ele é um processo de longo prazo, que se desencadeia mediante a realização contínua de investimentos em capital físico, humano e tecnológico; a segunda é que ele se manifesta - já que consiste em cadeias de investimentos que se sucedem uns aos outros - por uma ampliação contínua na capacidade de geração de bens e serviços. Repitamos estes dois pontos, para que sua importância crucial fique devidamente registrada. **As duas características centrais do crescimento econômico são: (a) ele é um fenômeno de longo prazo e (b) ele é uma questão de oferta.** Em outras palavras, quando a economia apresenta uma ampliação ao longo do tempo em sua capacidade de gerar oferta, dizemos que ela está em um processo de **crescimento autosustentado.**

Nunca é demais frisarmos essas características, para que possamos contrastá-las com a visão - absolutamente imprópria, mas que, infelizmente, é bastante difundida - que costuma associar o crescimento aos períodos de expansão da demanda, que pode ser "estimulada" pelo Estado, mediante suas políticas (fiscal, monetária e cambial) de inchaço da demanda agregada. Tal visão, originariamente de inspiração keynesiana e posteriormente influenciada pela visão equivocada e estreita do estruturalismo cepalino dos anos 50 e 60, bem como por fragmentos da teoria da "exploração" marxista, leva a conclusões falsas, cuja aplicação a diversas economias do "terceiro mundo" nada mais fez do que tornar crônica a inflação, provocar surtos efêmeros de "crescimento" (logo abortados por recessões e reacelerações inflacionárias) e estimular indústrias ineficientes, o que significa, resumindo em uma palavra, o empobrecimento, fruto líquido e certo das visões "terceiro mundistas".

O crescimento autosustentado não é um fenômeno de curto prazo, que possa ser gerado por políticas de estímulo à demanda. Ele não pressupõe a criação de pseudo-poupanças, sob a forma de créditos oficiais subsidiados ou de papéis pintados com carimbo da Casa de Moeda e a assinatura de um ministro e do presidente do Banco Central, mas requer a formação de autêntica poupança que, como vimos no capítulo 5, exige o esforço da renúncia ao consumo presente. Sob o aspecto moral, ele se baseia nas virtudes da dedicação ao trabalho, do esforço e da frugalidade, o que é bastante diferente das práticas que são adotadas pelos que se candidatam à recepção da pseudo-poupança das verbas oficiais; estas caracterizam-se, em linhas gerais, pela substituição da

frugalidade pela prodigalidade - dos que destinam os recursos públicos - para com os seus eleitos, o que, geralmente, decorre do trabalho eficiente de "lobistas" pagos a peso de ouro por esses últimos...

Observemos que a poupança é uma condição apenas necessária para o crescimento, isto é, que a simples formação de poupança não garante o crescimento. Os modelos econômicos que não atentaram para este fato, como os de Harrod, Domar e as teorias de "círculo vicioso da pobreza", que combinavam a cegueira da Cepal com as teses intervencionistas do economista socialista sueco Gunnar Myrdal, podem, por esta única razão (embora apresentem muitas outras) ser classificados não como modelos de crescimento, mas como modelos de estagnação⁽²⁾.

O crescimento requer que a poupança - a verdadeira poupança - seja transformada em investimentos nas diversas modalidades de capital, uma vez que ele nada mais é do que um complexo processo de realização de **investimentos**, em que os fluxos de gastos realizados determinam os aumentos nos estoques de capital, ao longo da cadeia de bens de produção que compõem a estrutura produtiva. A característica essencial dos investimentos que movimentam o motor do crescimento é que eles devem refletir-se em aumentos de produtividade e de lucratividade. De fato, sob um regime de liberdade econômica, o processo de mercado descrito no capítulo 3, marcado pela necessidade permanente de estar alerta às boas oportunidades de investimentos, premia naturalmente os "entrepreneurs" mais eficientes e castiga os ineficientes, o que faz com que os resultados líquidos sejam reflexo de lucratividade e produtividade. Os maus empresários, se não se transformarem em bons empresários, irão à falência, o que beneficiará os consumidores.

Sob esta ótica - que, afinal, é a única razoável - não faz o menor sentido falar-se em "investimentos" públicos, cujos critérios não são regidos pelas exigências de eficiência impostas pelo processo de mercado; podemos simplesmente falar em "gastos públicos extra-custeio", como aproximação rudimentar para o conceito de investimento econômico. Por isso, os planejadores macroeconômicos, ao proporem programas de "retomada do crescimento" baseados em "investimentos" públicos, planejam, na realidade e sem que sua formação deturpada pelo keynesianismo lhes permita reconhecer, a estagflação e o agravamento da pobreza.

De acordo com a perspectiva relevante - que é a de longo prazo, uma vez que o aforismo de Keynes de que no longo prazo todos estaremos mortos não passa de uma simples apologia à vida das cigarras ou, como disse Mises, um elogio a Madame Pompadour ou a sua sucessora, Madame du Barry⁽³⁾ - "promover o crescimento" com base em políticas de gastos públicos leva os proponentes dessas políticas ao crime de lesa-pátria de

ofenderem o "social", palavra da qual julgam haver-se apropriado. Um caso típico de apropriação indébita, do qual o tribunal da evidência histórica tem proporcionado um permanente veredicto.

Sabemos, então, o que é o crescimento e aprendemos - infelizmente, às custas de muitas frustrações provocadas por políticas equivocadas - que nenhuma economia pode crescer o que ela "quer" ou o que seus políticos ou economistas oficiais desejam que ela cresça, mas apenas o que ela "pode" crescer, o que é determinado por uma complexa conjugação de fatores, cuja compreensão correta exige o exame das chamadas **fontes do crescimento**.

Estas devem ser divididas, a grosso modo, em dois grandes grupos: as fontes puramente econômicas e as fontes de natureza institucional, que gostamos de denominar de "ambientais". A vantagem desta divisão é que, embora possa parecer meramente um recurso didático, uma vez que, no mundo real, isto é, nas ações econômicas que os indivíduos realizam dia a dia, ela não seja tão aparente, trata-se de um expediente que nos permite, de um lado, escapar das abordagens excessivamente técnicas enfatizadas pelos modelos de crescimento usuais (tanto os keynesianos como os neoclássicos) e, de outro, enfatizar os importantes efeitos do ambiente político, institucional e moral sobre o crescimento.

As fontes puramente econômicas do crescimento consistem na contribuição dos fatores de produção para o aumento das quantidades de bens e serviços que a economia produz ao longo do tempo. Assim, a taxa de crescimento do produto real costuma ser expressa matematicamente como uma função crescente das taxas de crescimento do estoque de capital e da mão-de-obra. As contribuições de cada um desses fatores podem ser desagregadas, conforme feito por Denison⁽⁴⁾, seguindo Jorgenson⁽⁵⁾, de acordo com seus componentes quantitativos, alocativos e qualitativos, metodologia utilizada no Brasil, por exemplo, por Langoni, no início dos anos 70⁽⁶⁾, para ressaltar a ênfase que os investimentos em capital humano deveriam ganhar em nosso país.

Embora não cheguemos a afirmar que essas formas de abordagem não tenham utilidade, o fato é que, segundo a perspectiva da Escola Austríaca, elas estão sujeitas a várias críticas, que podemos agrupar em quatro. A primeira, que decorre de sua ênfase macroeconômica, é que costumam trabalhar com magnitudes holísticas, isto é, com "agregados" (tais como "PIB" "estoque de capital", "renda nacional", etc.) que, na realidade, são meras abstrações teóricas, uma vez que não são encontrados no mundo real. Mises mostrava-se absolutamente cético em relação aos métodos macroeconômicos, chegando a afirmar que, enquanto na física a mudança de ênfase do estudo das moléculas para o estudo do átomo foi

considerado um progresso, em economia sucedeu o oposto: "a mudança da microeconomia para a macroeconomia tem sido (erradamente) vista como um avanço"⁽⁷⁾.

A segunda crítica é que a idéia de um produto e de uma renda "nacionais", cujo crescimento possa ser estimulado pelo planejamento governamental, leva à crença de que eles possam ser "distribuídos" pelos planejadores.

A terceira é que tais abordagens tratam algo essencialmente subjetivo, como é a teoria econômica, como se fosse objetivo, o que as leva, por exemplo, a acreditar que suas mensurações sobre "bem-estar social" sejam confiáveis a ponto de se transformarem em funções matemáticas a serem maximizadas. Por quem? Pelos planejadores, obviamente...

Por fim, os modelos usuais de crescimento esquecem-se de que a ação humana se processa em um mundo que extravasa tantas variáveis quantas se queira incluir em suas equações. Os indivíduos, que pautam sua conduta pelo axioma básico da praxeologia, que os leva a agir sempre em busca de maior satisfação (que, certamente, é determinada de modo subjetivo) fazem-no em resposta à confiança (ou desconfiança), a estímulos (ou desestímulos), a crenças (ou descrenças), a anseios, a desejos, enfim, a todo um "ambiente" que é fortemente influenciado por fatores de natureza institucional. Desconhecê-los, portanto, é limitar-se a uma visão que, na melhor hipótese, somente consegue lidar parcialmente com a complexa questão do crescimento.

Não faz sentido, então, empregarmos esta palavra sem que expliquemos o que realmente significa: um processo dinâmico de evolução das forças econômicas, no sentido de que sua capacidade de produção torna-se maior ao longo do tempo; das forças políticas, em busca de seu dimensionamento adequado e do cumprimento de seus atributos básicos de garantir os direitos fundamentais dos cidadãos, estabelecer e assegurar a ordem e resolver satisfatoriamente a importante questão da contenção do poder; e, finalmente, das forças éticas e morais, que devem irrigar todas as atividades econômicas e políticas, sem o que ocorre um paulatino envenenamento de todo o sistema. **A libertação dos povos da tirania política e da pobreza econômica é uma tarefa essencialmente moral**⁽⁸⁾, o que mostra o extraordinário valor do sistema moral e ético, o qual, infelizmente, tem sido relegado a plano secundário por parte de políticos, economistas e filósofos em todo o mundo.

O crescimento econômico só pode ocorrer onde haja respeito à lei (Nomos) e onde seus atores sejam regidos pelos princípios universais da moralidade comum. Como fez notar Novak⁽⁹⁾, as atividades econômicas brotam do espírito humano, o que as torna naturalmente subordinadas às leis (morais) do espírito humano, sob pena de que desapareçam. Tanto a democracia como a economia dependem da adesão à lei, isto é,

do respeito a normas gerais de justa conduta e não da simples obediência a comandos construtivistas (Thesis), que definimos na primeira parte deste livro. As atividades econômicas só podem prosperar sob um sistema jurídico-institucional confiável e respeitado, onde a lei moral constitua-se em um hábito. De fato, em uma sociedade livre, as ações dos indivíduos no extenso campo da economia são voluntárias e mútuas, baseadas na cooperação, na confiança recíproca e no crédito. Isto nos leva a entender que a vida econômica costuma fluir com maior facilidade quanto mais os agentes econômicos - ou seja, o povo - sejam respeitadores da lei e da moral: "todo o vício ou fraqueza humana injuria a atividade econômica sadia"⁽¹⁰⁾.

Tais considerações gerais parecem-nos suficientes para que possamos gravar as importantes implicações que configuram: tanto a liberdade política, no âmago de uma democracia representativa, em que prevaleça o respeito pelos direitos básicos e em que o poder do Estado não seja maior do que o necessário e suficiente para fazer valer aqueles direitos, quanto a liberdade econômica característica das economias de mercado, que é o elemento capaz de deflagrar as forças econômicas que geram o crescimento, são metas morais, cuja concretização impõe uma reta moralidade, o que tende a realizar plenamente o homem, no terreno material e em sua dimensão espiritual.

O crescimento, entendido não apenas por sua ótica econômica, mas como um conceito mais abrangente, que inclua o aprimoramento dos seres humanos, não pode ser dissociado da idéia de liberdade, não apenas individual, mas como virtude social, comunitária. Liberdade não é egoísmo; é cooperação, espírito de equipe e, ao mesmo tempo, criatividade individual.

O crescimento sustentado representa, sob esta ótica, a contrapartida do espírito criativo. Assim, parece óbvio que todas as sociedades que estimulam e premiam a criatividade de seus cidadãos, notadamente a dos mais pobres, tendem a colher safras generosas, o que as transformará em sociedades inventivas e, com o decorrer do tempo, cada vez mais enérgicas, fortalecidas e pujantes. O âmago do crescimento, resumindo, está na capacidade de se moldar instituições que premiem - e não que obstruam - a imaginação criativa.

Para que os três sistemas que compõem a estrutura sócio-econômica - o político, o econômico e o ético-moral - possam dar sua contribuição máxima ao processo de crescimento, eles devem estar institucionalmente separados, assim como os poderes executivo, legislativo e judiciário devem estar separados, no âmbito do sistema político. Isto significa que o sistema político deve manter-se à parte das questões de consciência, tais como as igrejas, das questões de informação, como a imprensa, das questões no campo das

idéias, como as universidades, as associações de escritores e de artistas e as editoras e, também, das questões que fazem parte do sistema econômico, como por exemplo, as taxas de juros, os salários e os preços em geral.

Tais considerações permitem que entendamos porque a economia brasileira - como, de resto, as economias dos países pobres - não conseguiu ainda responder satisfatoriamente, de forma autosustentada, ao desafio do crescimento, com a conseqüente deterioração dos padrões de vida de seus cidadãos.

Ainda não existe, em toda a América Latina, uma única economia que se possa dizer que seja capitalista, assim como não existe uma consolidação democrática sólida. Com efeito, apesar dos esforços do Chile, do México e, mais recentemente, da Argentina, todos os países da América Central e da América do Sul apresentam estruturas que se caracterizam, invariavelmente, pelo exercício de funções fortes, poderosas e desproporcionais por parte do Estado. Periodicamente, os bancos são nacionalizados; o capital estrangeiro, vilipendiado; os mercados, regulados; os preços, controlados e, não poucas vezes, prefixados e, mesmo, congelados; os salários, idem; os lucros, tributados. Isto tudo significa que a criatividade, isto é, a força motriz do crescimento, ao invés de ser estimulada e premiada, é desincentivada e punida.

Não raramente, uma parcela considerável da população recebe a sua renda do Estado (em suas três esferas), seja na administração direta, seja nas empresas estatais, que se multiplicam às centenas e que se transformaram em verdadeiros símbolos religiosos, sem qualquer fundamentação na racionalidade econômica, graças aos esforços dos grupos corporativistas que vivem à sua sombra, de políticos nacionalistas, de intelectuais saudosos do muro de Berlim e de sindicalistas raivosos que ainda crêem - ou fingem crer - nas profecias de Marx.

Não poucas vezes, as duas classes mais poderosas são os latifundiários e os militares, bem como castas de grandes "empresários" que obtêm permanente proteção, diretamente fornecida pelo Estado, contra o incômodo da concorrência externa e interna. A classe média, na maioria desses países, é relativamente pequena; as economias são organizadas de cima para baixo. O setor dos pequenos negócios, cujo dinamismo seria essencial para a geração de riqueza, via de regra, é o mais fraco, sufocado por uma tributação pesada, voltada para a alimentação do elefante estatal e do tigre inflacionário.

"Quando Deus criou a América Latina deve ter ficado muito satisfeito. Olhou-a e viu que 'estava perfeita'"⁽¹¹⁾. Esta observação do teólogo e diplomata Michael Novak, ao mesmo tempo que realça a riqueza potencial de nosso

continente - da qual o Brasil detém o quinhão mais expressivo - revela a imensidão das tarefas que ainda temos que realizar.

Mediante um penoso processo de tentativas e erros, aprendemos - ao que parece - as vantagens da democracia política. Resta-nos, contudo, assimilar a importância da democracia econômica, sem a qual a democracia política não consegue resistir por muito tempo, bem como resgatar os valores éticos e morais básicos, levados ao descrédito pela onda de relativismo moral e de ateísmo que se abateu sobre a humanidade (não apenas sobre a América Latina) e que se agigantou na razão direta do estatismo. Como diz Roberto Campos, a burocracia gosta de criar dificuldades para vender facilidades...

A democracia econômica é o caminho correto - e único - capaz de quebrar o círculo vicioso que marcou nossas sociedades ao longo de muitas décadas, iniciado por medidas populistas, das quais resultava, depois de algum tempo, fome, mais pobreza e mais inflação, o que resultava em tensão social, à qual se seguiam a ruptura da democracia política, o acerto temporário da economia, as pressões pela volta da democracia, a vitória dessas pressões e, novamente, a volta do populismo, com o conseqüente reinício do ciclo.

Só há uma forma de quebrá-lo: a democracia econômica - ou seja, o liberalismo sem adjetivos - coadjuvada pela democracia política e pelo respeito à lei e a normas morais sólidas. Na linguagem hayekiana, isto significa duas palavras gregas, Nomos e Cosmos, com tudo o que elas encerram.

Enquanto dermos ouvidos ao populismo, ao nacionalismo e ao estatismo, mascarados sob o rótulo do "progressismo"; enquanto nossas instituições permitirem que os interesses que inevitavelmente movimentam o sistema político continuem a interferir no sistema econômico, controlando preços, fixando salários, manipulando as taxas de juros e impedindo a concorrência; enquanto nossa diplomacia insistir em alinhar-se com o bloco do "terceiro mundo"; enquanto, ainda, continuarmos bloqueando tolamente o espírito de criatividade, fechando nossas economias, desrespeitando patentes, punindo lucros, tributando as atividades econômicas, enaltecendo o papel das empresas estatais, alimentando o déficit do setor público, maculando direitos básicos; enquanto, enfim, não nos colocarmos no lugar de verdadeiros cidadãos, livres e responsáveis, limitando os poderes do Estado, racionando os mantimentos do "leão", erigindo instituições que garantam a fortaleza de nossa moeda e impedindo que o Estado faça da educação mera plataforma política, estaremos condenados a continuar a ser o que sempre fomos: países pobres, embora, paradoxalmente, ricos em potencial.

A história brasileira recente - bem como a de nossos vizinhos - pode ou não ser resumida no parágrafo anterior? Deixamos a resposta para o leitor. Eis as razões de nossa estagflação. Ela é imoral, porque não é correto que existam miseráveis onde não deveriam existir, como não é correto uma moeda não ser forte quando deveria ser.

O que é mais lamentável e vergonhoso, falando especificamente do Brasil, é o imenso abismo existente entre nossa capacidade de gerar riquezas e nossa produção efetiva de riquezas. Como disse um importante economista liberal brasileiro, nossa economia assemelha-se a um potente avião pronto para decolar magnificamente, mas que, por incompetência da torre de comando, permanece paralisado na cabeceira da pista, queimando combustível. Para que ele decole, basta que a criatividade e a inventividade, que caracterizam os brasileiros, seja liberada.

Porque o crescimento - é só verificarmos caso a caso os países que cresceram - é uma questão de criatividade, isto é, de liberdade de escolha para estimular a criatividade! Devemos entender definitivamente que tanto o conservadorismo da direita quanto o festejado e auto-proclamado "progressismo" da esquerda - ambos calcados, cada um de acordo com seus interesses, no estatismo - são retrógrados. A liberdade e seu corolário, o progresso, não estão nem à direita nem à esquerda: estão à nossa frente.

Capítulo 13

CRESCER, DISTRIBUINDO

"... cheguei à conclusão de que o maior serviço que ainda posso prestar ao meu semelhante é fazer com que os oradores e escritores se sintam profundamente envergonhados cada vez que empreguem o termo "justiça social". (F.A. Hayek)

As questões da igualdade e da "justiça distributiva" (ou "justiça social"), por sua faculdade de mexer com emoções intuitivas, exercem um forte apelo sobre o espírito das pessoas, o que tem levado muitos a utilizarem-nas como argumentos para a defesa da intervenção estatal na ordem espontânea do mercado.

Não existe, em princípio, nada de imoral com relação à desigualdade, uma vez que os indivíduos são desiguais em suas disposições para o trabalho, habilidades, inteligências, posses familiares, sorte, etc. Mas estes fatores, que tendem, naturalmente, a provocar níveis desiguais de renda, costumam, contudo, ser reforçados, especialmente nas sociedades pobres, pelos efeitos de políticas econômicas equivocadas, tais como a inflação, a falta de acesso a oportunidades, os bloqueios à criatividade, os desestímulos à formação de capital (que reduzem os salários reais), a politização de questões econômicas (como a educação), etc. Estes últimos, sim, é que são imorais.

Aquela desigualdade natural, resultante da heterogeneidade existente entre os indivíduos, somada a essa desigualdade "artificial", característica das sociedades pobres, provocam a crença generalizada de que a "sociedade" - isto é, um ente holístico - deve ser responsabilizada pelas desigualdades existentes e que, como não poderia deixar de ser, o Estado (dotado, segundo se pensa, de onipotência, que pode fazer tudo o que desejar) deve corrigir a situação, favorecendo os menos afortunados, impondo a igualdade e promovendo a "justiça social", mediante políticas de redistribuição de renda.

Argumentações nessa linha, de tão intensamente utilizadas, transformaram a utopia da igualdade e a falácia a ela associada, a da "justiça social", em autênticas vacas sagradas, adoradas durante quase todo o século XX. Mais recentemente, com o desmantelamento da utopia ideológica e com o malogro do "Estado do Bem-Estar", incapaz de promover o próprio bem-estar, os advogados das teses igualitárias, à evidência da inexistência de qualquer onipotência

filantrópica por parte do Estado, abrandaram o seu discurso, passando a sustentar que a "sociedade" não deve tolerar as desigualdades.

Daí, parte-se para dois tipos de argumentos. O primeiro é que, em uma sociedade em que muitos não podem ter suas necessidades básicas atendidas, não seria moralmente correto que se produzisse (e se consumisse) "bens de luxo". O segundo, que deriva do anterior, é que o melhor meio de ajudar os pobres seria pela via das políticas redistributivistas.

É evidente que a pobreza e, mais fortemente, a miséria mexem com nossos sentimentos caritativos; só que há dois argumentos contra essas teses redistributivistas que são absolutamente irrefutáveis. O primeiro, de fundo ético, é que a caridade, para ser uma virtude - e de acordo com os ensinamentos de Cristo - deve ser voluntária, porque, quando ela nos é imposta, deixa de ser caridade: transforma-se em simples ajuda compulsória, sem qualquer valor espiritual. Como observou Rothbard, "o que os confiscos compulsórios logram é apenas matar inteiramente os desejos de caridade"⁽¹⁾. O segundo, de natureza econômica, é que as políticas redistributivistas, além de não serem o melhor meio de ajudar os pobres, sequer auxiliam os pobres; na verdade, elas prejudicam os pobres e os ricos, porque desestimulam a formação de riqueza.

A aceitação das idéias redistributivistas faz-se acompanhar de duas hipóteses que, conforme mostraremos em seguida, não são corretas: uma, é a existência de um "bolo nacional", que os burocratas teriam como missão distribuir e a outra é que as fatias desse bolo podem e devem ser determinadas previamente, também pelos burocratas.

A respeito dessa imensa guloseima, costuma-se associar duas teorias, apresentadas como mutuamente exclusivas. De um lado, há os que acreditam que se deve primeiro deixar o bolo crescer até atingir o seu tamanho máximo, para então distribuí-lo em fatias. De outro lado, há os que defendem que o bolo deve ser distribuído em pedaços uniformes, seja qual for o seu tamanho. O que fazer? Crescer para depois distribuir (como se acreditou nos anos 60 e 70 no Brasil) ou distribuir simplesmente, sem crescer (como se fez em Cuba, por exemplo)?

De acordo com a boa teoria econômica, a resposta correta é: nenhuma das duas opções acima! De fato, as fontes do crescimento que analisamos no capítulo anterior - tanto as econômicas, como o capital e o trabalho, quanto as que denominamos de "ambientais", que se traduzem pelos incentivos à criatividade - contêm elementos que operam tanto no sentido de contribuir para uma capacidade maior de geração de oferta, como no de redistribuir natural e espontaneamente os frutos

do crescimento. Sob uma ordem geral Nomos-Cosmos, crescimento e distribuição, antes de serem objetivos conflitantes, são subprodutos complementares. Daí, a opção correta ser a de crescer, distribuindo.

Quando a formação de capital humano, especialmente mediante os investimentos em educação - formal e específica - ocorre com a devida importância, a identificação entre as forças desencadeadoras do crescimento e as geradoras da distribuição torna-se imediatamente visível⁽²⁾. Com efeito, conforme mostramos no capítulo 7, a formação de capital, provocando aumentos na demanda de trabalho, tende a elevar os salários reais nos setores em que ocorrem os investimentos, como simples consequência da lei da utilidade marginal. As políticas redistributivistas, ao desestimularem a acumulação de capital, contraem a demanda de trabalho e, portanto, reduzem os salários reais. Ao fixarem-se nos efeitos "que se vêem" e mantendo-se cegas em relação aos efeitos "que se devem prever" apontados por Bastiat, concentram a renda, ao invés de redistribuí-la.

Evidentemente, os investimentos em capital humano (educação, saúde, nutrição e migração), ao contribuírem para a elevação da produtividade do trabalho e sendo, por definição, gastos voltados para a formação de capital, ao mesmo tempo que deflagram o crescimento econômico, elevam os salários dos diferentes níveis de qualificação, já que tornam o trabalho em geral mais escasso. Portanto, constituem-se na maneira de se assegurar a simultaneidade entre o crescimento sustentado e a distribuição de renda.

Uma sociedade que investe em capital humano transforma o mero crescimento econômico, isto é, os aumentos contínuos na oferta, em algo com uma dimensão mais humana, que alguns preferem chamar de desenvolvimento "sócio"-econômico e outros, simplesmente, de desenvolvimento. O capital humano, na verdade, transforma em sinônimos os conceitos de crescimento e de desenvolvimento.

A exigência de um Estado fortemente atuante na área do capital humano - na educação, por exemplo - além de não ser incompatível com o liberalismo, é defendida por este, especialmente nas sociedades atrasadas, em que as desigualdades "artificiais" a que aludimos no início deste capítulo são extensas. Investir em capital humano é a solução liberal para os problemas da erradicação da miséria, da redução da pobreza e da distribuição menos desigual da riqueza e da renda; mais do que isso, é o caminho indicado, juntamente com a institucionalização de uma ordem liberal (Nomos-Cosmos), para a eliminação das vergonhosas desigualdades "artificiais", bem como para o crescimento sustentado.

A diferença entre os liberais e os intervencionistas é que, embora ambos sejam favoráveis aos investimentos em capital humano, os segundos costumam atribuir quase que exclusivamente ao Estado o dever de realizá-los, ao passo que os liberais preferem passar para o setor privado o seu encargo direto, deixando ao Estado uma participação indireta, embora de enorme importância.

(*) Se o leitor achar estranha esta afirmativa, pedimo-lhe que atente para o fato, pouco divulgado, de que não existe educação gratuita, uma vez que se trata de um bem econômico. Assim, alguém está pagando (o contribuinte) para que os matriculados nas escolas de 1º e 2º grau, nas universidades e nos cursos técnicos pertencentes às três esferas do Estado possam freqüentar as aulas.

que a centralização da educação no Estado, com suas secretarias municipais e estaduais e com seus conselhos e seu ministério

Há, evidentemente, várias razões para isso. Tomemos, por exemplo, o caso da educação. A primeira, mais perceptível, é de natureza financeira: as escolas públicas são, em todo o mundo, mais "caras" do que as escolas privadas, em todos os níveis de ensino^(*), porque seus custos (funcionalismo, burocracia e administração) são, invariavelmente, mais elevados. A segunda é encarregado do assunto, gera um poder de ingerência sobre os currículos que cerceia a liberdade de escolha dos estudantes (e, se for o caso, de seus responsáveis). No Brasil, país de dimensões gigantescas, esse problema é bastante aparente: em certas regiões do sul do país, por exemplo, aulas de italiano ou de alemão teriam grande demanda, ao passo que em outras regiões, como em São Paulo e na Bahia, as demandas por aulas de japonês ou de cultura africana seriam, respectivamente, mais fortes, o que mostra o erro de se adotar um só currículo. E a terceira, para não nos alongarmos muito, é que o controle da educação pelo Estado politiza uma questão que é, em sua essência, econômica. Conforme temos procurado enfatizar ao longo deste livro, isto é prejudicial para a sociedade, na medida em que a invasão do sistema político sobre o econômico, bem como sobre o moral-cultural, quebra a eficiência operacional dos três sistemas.

Por essas razões é que Friedman, em 1979, escrevia que "o papel crescente do governo no financiamento e administração da escolarização levou não só a enorme desperdício do dinheiro dos contribuintes, mas também a um sistema educacional muito mais medíocre do que o que teria havido, se a cooperação voluntária tivesse continuado a nele desempenhar papel de maior vulto"⁽³⁾

Em um interessante e elucidativo trabalho, publicado em 1990, o Professor Oriovisto Guimarães corrobora, calcado em dados irrefutáveis, essas afirmações de Friedman, mostrando que elas são, por mais fortes razões, aplicáveis ao sistema educacional brasileiro⁽⁴⁾.

A solução para o problema da educação, que é cada vez mais grave em nosso país, passa necessariamente por alguns pontos, cujos sucessivos adiamentos, gerados pela visão paternalista que caracteriza nosso país e pela falta de disposição política para contrariar interesses que se alimentam da estrutura atual, só têm feito com que o quadro se agrave, com visíveis prejuízos para o crescimento e para a distribuição.

Primeiro, o Estado deve concentrar-se preferencialmente nos ensinos de primeiro e segundo graus, porém de forma indireta: a adoção de um sistema de cupões educacionais, gerenciados pelas escolas, pelas associações de pais, pelo sistema bancário e por representantes do Estado e pagos por este último, daria aos pais de todos os níveis de renda a liberdade para escolher as escolas onde seus filhos estudariam.

Segundo, é essencial que se retire do Estado o poder de comandar a educação, o que equivale a dizer que é preciso que esta questão seja despolitizada, passando a ser tratada como uma questão econômica, porque ela é, de fato, de natureza econômica. Isto envolve a extinção - ou, na pior das hipóteses, um forte enxugamento - dos "conselhos" federal, estaduais e municipais, bem como do ministério e das secretarias de educação, cuja concepção é pautada nos princípios do construtivismo racionalista que vimos na primeira parte deste livro e cujo efeito principal é o de abolir a liberdade de escolha que caracteriza as sociedades livres e verdadeiramente progressistas.

O que fazer com as escolas públicas? Parte delas pode ser privatizada e a outra parte mantida sob a propriedade do Estado, mas sendo sua administração entregue aos próprios professores, sob acompanhamento de comissões de pais. Sua manutenção seria feita com base na receita das mensalidades, provenientes dos cupões educacionais. E o seu controle seria feito não pela burocracia, mas pelo melhor mecanismo de controle existente, que é o mercado. Assim, as escolas bem administradas, com currículos adequados para as necessidades que a própria vida e a sua evolução necessariamente determinam, veriam aumentar a demanda por suas matrículas, passando, portanto, a remunerar melhor seus professores e funcionários. As escolas mal administradas, com currículos alheios ao que a comunidade em que se situa exige, ou com gastos excessivos em relação às suas receitas, seriam punidas pelo mercado: cairia a demanda de matrículas e elas teriam, sob pena de cerrarem as portas, que melhorar a

qualidade de sua administração e de seus currículos, bem como que cortar seus gastos desnecessários.

Os salários dos professores, ao invés de serem determinados politicamente e de forma centralizada, como ocorre hoje, seriam resultantes do bom (ou do mau) desempenho de cada escola e de cada professor, sendo, portanto, determinados econômica e não politicamente e, obviamente, de maneira descentralizada. O "salário justo", como tivemos ocasião de mostrar no capítulo 7, é sempre aquele que reflete o resultado das forças de mercado e não o que os sindicatos, ou os patrões, ou algum governador ou prefeito determinam extra-mercado.

Finalmente, no que se refere à educação superior, dois tipos de providências devem ser tomadas, com vistas à democratização de oportunidades e, conseqüentemente, à eliminação da situação atual, em que os impostos - pagos na maioria dos casos pelos mais pobres - destinam-se ao financiamento da educação superior dos ricos (para certificar-se disso, basta que o leitor observe a grande quantidade de automóveis novos estacionados em qualquer universidade federal ou estadual brasileira). As soluções são (a) um sistema de financiamento de empréstimos contingenciados, isto é, a serem reembolsados após a conclusão dos cursos e (b) um plano de cupões, tal como no caso do primeiro e do segundo graus.

Medidas como as assinaladas, encampadas pelos liberais, costumam ser acusadas de "utópicas" pelos que se esquecem de que a verdadeira utopia está em acreditar que o Estado, mediante a simples fixação de um percentual a ser destinado para a educação, em suas constituições (federal, estadual e municipal), poderá resolver satisfatoriamente a questão da educação, em um país em que o estoque de capital humano é **vergonhosamente** escasso. Definitivamente, a educação (assim como a saúde) não é uma simples questão de gastar-se mais: é de gastar-se mais e melhor, isto é, com eficiência. A proposta liberal, ao sugerir que o Estado gaste de forma indireta, assegura mais eficiência por cada cruzeiro dispendido. Educar não é construir escolas (principalmente quando elas são construídas com o objetivo de ganhar eleições): é garantir estímulos para o desenvolvimento de boas escolas e para a institucionalização da liberdade de escolha.

A eliminação das desigualdades "artificiais", que requer, juntamente com a priorização do capital humano, a existência de uma ordem geral que temos descrito como Nomos-Cosmos, é fundamental para o estabelecimento de uma sociedade efetivamente democrática no que diz respeito ao acesso às oportunidades. Isto é suficiente para resumirmos o que o liberalismo vê como moralmente defensável.

No entanto, para que se entenda que a solução liberal é a que melhor atende às necessidades humanas, precisamos jogar no lugar devido - isto é, na lata de lixo mais próxima - uma série de preconceitos contra o liberalismo, que têm sido incessantemente martelados nos ouvidos das pessoas pelos inimigos da liberdade. Três desses mitos são a "justiça social", os "direitos sociais" e o "progressismo".

Hayek, em seu derradeiro livro⁽⁵⁾, em um capítulo a que deu o sugestivo título de "Our Poisoned Language" (Nossa Linguagem Envenenada), com o objetivo de mostrar o quanto o adjetivo "social" tem de poder mágico, deu-se ao trabalho de enumerar 167 substantivos que costumam ser utilizados com essa mitológica palavra. Para certificarmos de que não houve qualquer exagero de sua parte, basta tomarmos algumas poucas palavras, por exemplo, "preocupação", "consciência", "política", "justiça" e "reforma" e verificarmos o quanto elas ganham em apelo ao lhes acrescentarmos o charmoso adjetivo... Da mesma forma, há as expressões "social democracia" e "liberalismo social" que, na melhor das hipóteses, não passam de pleonasmos, uma vez que, simplesmente, não existem nem uma "democracia não-social" nem um "liberalismo não-social". A democracia e, principalmente, o liberalismo dispensam adjetivos. São o que são e ponto final. Mesmo porque a verdadeira caridade requer ação e não mero discurso.

Assim como não faz sentido um técnico de futebol ordenar aos seus jogadores que entrem em campo e vençam seus adversários por um determinado resultado (qualquer que seja esse resultado), porque a partida ainda vai ser disputada, também não tem qualquer cabimento a pretensão de determinar-se previamente os resultados do jogo econômico, que está sendo permanentemente disputado.

Daí a afirmativa de Hayek, de que "em um sistema em que cada indivíduo é livre para usar seus próprios conhecimentos em busca de seus próprios propósitos, o desejo de ninguém é capaz de determinar as rendas relativas: as "diferenças nas recompensas" não podem ser utilizadas de forma compreensível como "justas ou injustas"⁽⁶⁾. E, conforme complementa Shand⁽⁷⁾, mesmo nas economias mistas, isto é, nas chamadas "terceiras vias", não tem fundamento a crença de que as desigualdades existentes sejam fruto de decisões deliberadas por parte de alguém. De fato, o processo impessoal de mercado conduz a resultados que dependem de uma multiplicidade de circunstâncias que não podem ser criadas em sua totalidade por nenhuma pessoa ou grupo de maneira consciente.

Não é correto considerar a sociedade como se fosse um indivíduo cuja personalidade seja o somatório das pessoas que a formam. Este erro de tratar a sociedade como algo que possa pensar conduz a outra crença que Hayek desmistificou em diversas ocasiões, a de que possa existir uma base de acordo

- isto é, um "pacto social" - quanto aos resultados gerais desejados pela "sociedade". Assim, "...a palavra "social" pressupõe a existência de objetivos comuns e conhecidos a guiar as atividades de uma comunidade, porém, não os define. Supõe-se apenas que a "sociedade" tem determinadas tarefas concretas que são conhecidas de todos e por todos reconhecidas; que à "sociedade" cabe conduzir os esforços de seus membros individuais para a realização dessas tarefas" (8).

A "sociedade" - e isto, a esta altura, já deverá parecer óbvio para o leitor - não é um único indivíduo, o objetivo não é único e não existe acordo quanto a fins comuns a serem adotados. A aceitação de fins comuns exigiria uma nova moralidade, com a eleição da "justiça social" como valor moral supremo, o que iria requerer que o comportamento humano, ao invés de ser apenas restringido por regras gerais, como nossa moralidade determina, passasse a ser conduzido para determinado objetivo, eleito, obviamente, pelos planejadores, escondidos sob o disfarce de "representantes da vontade popular", ou ainda, "gestores do pacto".

E, assim como as regras do futebol não determinam o resultado de uma partida, também não podemos combinar as regras gerais do comportamento econômico com uma distribuição pré-estabelecida da riqueza ou da renda. Isto significa que não existe um "terceiro caminho" para a organização da economia: ou temos uma economia de mercado, em que os resultados não podem ser conhecidos a priori, ou uma economia totalmente planejada, em que um grupo específico detém o monopólio da emissão de comandos e ordens. Como vimos no capítulo 2, ou Nomos-Cosmos ou Thesis-Taxis. "Tertium non datur"!

A demanda contemporânea por "justiça social" pode ser perfeitamente comparada com a busca medieval do "preço justo". A igualdade plena, se atingida, significaria o fim das sociedades livres; além disso, paradoxalmente, exigiria a adoção de tratamentos desiguais para os diferentes indivíduos, porque eles são, por definição, desiguais. Como, então, pode-se defender fins cujos meios lhes sejam antiéticos?

A vitória do liberalismo sobre as ideologias estatistas, de acordo com José Guilherme Merquior, é o resultado de longo prazo de um processo histórico bastante complexo, em que a sociedade humana caminhou em uma "dialética contínua, embora cambiante, entre o crescimento da liberdade e o ímpeto em direção a uma maior igualdade" (9).

Isto nos lembra as teses de Ralf Dahrendorf, que esboçamos no capítulo 8, sobre o conflito social moderno, definido por Roberto Campos como "a disputa entre os que advogam maior "liberdade de escolha" e os que querem um maior

"elenco de direitos" (10), ou seja, como o conflito entre provimentos ou provisões ("provisions") e prerrogativas ou intitulentos ("entitlements"), ou entre crescimento e distribuição. Segundo o processo histórico descrito por Dahrendorf e resenhado brilhantemente por Merquior, a Revolução Industrial foi uma revolução de "provimentos", enquanto a Revolução Francesa foi uma revolução de "prerrogativas"; os partidos liberais e alguns partidos "conservadores" são partidos de "provimentos", ao passo que os partidos ditos de esquerda (e que se auto-proclamam como "progressistas") são partidos de "prerrogativas"; entre nós, o período da "Nova República" e seu subproduto, a Constituição de 1988, esquecendo-se dos "provimentos", exageraram nas "prerrogativas".

O perigo, no Brasil, é que, pela extensão de nossa crise - que denominamos na introdução de "superestaghiperinflação" - a demanda de provimentos aumenta a um ritmo alucinante, em decorrência da deterioração sócio-econômica. Assim, as autoridades são freqüentemente pressionadas a intervir no processo de mercado, para, de acordo com a visão anti-liberal, que ainda é forte entre nós, "corrigir distorções". Tais pressões costumam manifestar-se sob a forma do assistencialismo, do nacionalismo, do populismo, do protecionismo e do corporativismo, este um tanto mais complexo, uma vez que reúne "empresários" (ou, melhor dizendo, simples "homens de negócios", na nomenclatura de Kirzner que vimos no capítulo 3), sindicalistas e burocratas, alimentados pelos habituais economistas heterodoxos, "teólogos" da libertação e "intelectuais" que, ao que parece, não pensam, a não ser nos erros dos outros... O mal dos que se dizem "progressistas" é que eles não sabem que as chaves do progresso são a liberdade econômica, que incentiva a criatividade, o Estado de direito, que garante a moralidade do respeito aos direitos individuais e o capital humano, que promove a distribuição na largada e não na chegada.

Nossos "progressistas", ao defenderem a interferência do Estado para redistribuir a renda, somente para ficarmos em um exemplo, conseguiram produzir, apenas nos dez anos que decorreram entre 1982 e 1992, dezesseis "políticas salariais", cujo efeito foi o de agravar progressivamente a situação do trabalhador. Não são progressistas; são retrógrados ou, na melhor hipótese, "conservadores"...

Precisamos entender, no Brasil, que a liberdade econômica é uma das bases da moralidade, uma condição indispensável para as demais liberdades. A liberdade de trabalhar requer padrões morais definidos, que são a crença na responsabilidade individual e a aceitação de um sistema que recompensa materialmente os serviços do trabalho realizado por um indivíduo na razão direta do que eles oferecem para os demais. A ausência desses padrões morais e sua substituição por outros padrões (de necessidade "social")

terminam destruindo a liberdade e, portanto, corroendo as bases de todos os valores morais ⁽¹¹⁾.

Precisamos, enfim, perceber - e como já é tempo! - que a chamada "social-democracia", sendo uma inconsistência lógica (pois, como vimos na primeira parte deste livro, ela tenta "ser e não ser" ao mesmo tempo, uma vez que é a favor da liberdade política e contra a liberdade econômica, o que é inconsistente, pois ambas as liberdades nada mais são do que expressões complementares da própria definição de liberdade), não conseguirá, mediante a interferência política nos problemas econômicos, dar solução satisfatória e duradoura para os últimos. Por isso, enquanto o Brasil insistir na "social-democracia" e em suas variantes, não conseguiremos crescer de forma sustentada nem, muito menos, "distribuir" melhor o crescimento.

Lembrando Hayek: "quando a política se transforma num cabo-de-guerra para fazer a partilha do bolo da renda, um governo decente é impossível"⁽¹²⁾.

Capítulo 14

A ECONOMIA POLÍTICA DO DÉFICIT PÚBLICO

*" O que aconteceu neste século foi que o financiamento de dívidas [por parte dos governos] deixou de ser imoral". (James M. Buchanan) **

Aparentemente, as conseqüências do hábito que os governos adquiriram, por influência das idéias de Keynes e de seus seguidores, de manterem déficits permanentes e de serem, conseqüentemente, obrigados a financiá-los, são melhor compreendidas pelo público em geral do que pelos economistas profissionais. Essa anomalia, percebida pelo Professor Buchanan⁽¹⁾, pode ser explicada pela ênfase que os currículos das faculdades de economia passaram a dar ao keynesianismo, em todos os países, a partir dos anos 40 e que ainda prevalece, mesmo após o fracasso das políticas de "sintonia fina" e do "Estado do Bem-Estar".

Essa formação intervencionista dos economistas profissionais é que explica porque o homem simples - aquele que é obrigado a viver de acordo com as suas posses - consegue enxergar com mais clareza do que os economistas os malefícios provocados pelos déficits crônicos. Com efeito, enquanto, para a grande maioria dos economistas, os déficits são necessários, para o público eles são o reflexo de hábitos perdulários.

Quando um chefe de família gasta permanentemente acima de sua renda, as conseqüências de sua imprudência não tardarão a surgir: falta de crédito, dificuldades, etc. Da mesma forma, quando uma empresa opera no "vermelho" durante vários exercícios seguidos, é quase certo que ela fechará as suas portas. Em ambos os casos, deverão ser tomadas providências severas, no sentido de cortar despesas e, se possível, elevar receitas, se se desejar consertar a situação.

A rigor, tanto sob o ponto de vista moral como sob as óticas econômica e financeira, gastar seguidamente mais do que se ganha é uma atitude errada, que, se não corrigida, terminará sendo punida, não por algum carrasco implacável,

mas pelas próprias normas que regem a ação humana. E o ponto essencial, mas que muitos não conseguem perceber, é que o Estado também está subordinado às restrições de natureza moral, econômica e financeira a que as famílias e as empresas necessariamente estão sujeitas. Como diria Adam Smith, o que é imprudente para os chefes de família e para os empresários não pode ser prudente para os homens do governo...

No entanto, parece que a maioria dos economistas não acolhe esta norma rudimentar de filosofia moral, o que os tem levado, ao longo das últimas seis décadas, a procurar argumentos que possam justificar o seu não cumprimento. Por isso, a teoria econômica que prevaleceu durante esse período caracterizou-se pela negligência para com os importantes elementos éticos que devem reger o comportamento de todos os agentes econômicos, inclusive o do Estado, o que explica os regimes fiscais contínua e crescentemente deficitários e, conseqüentemente, os regimes monetários expansionistas, bem como as políticas de endividamento interno e externo que caracterizaram o mundo até o final dos anos 70 e que ainda persistem no Brasil e em outras nações subdesenvolvidas.

Tal negligência é indesculpável, uma vez que os princípios morais afetam as escolhas dos indivíduos e, portanto, determinam a ação humana. E o Prof. Buchanan tem toda a razão, quando afirma que uma das características do século XX é que, por influência do relativismo moral - de que o keynesianismo foi a manifestação no campo da teoria econômica - a geração de déficits por parte do setor público, assim como seus efeitos sobre a política monetária e a dívida, deixaram de ser consideradas atitudes indefensáveis sob o ponto de vista moral. A visão de Buchanan encontra respaldo nos trabalhos de Chafuen e Novak, que consideram os aspectos éticos da economia sob o ponto de vista católico⁽²⁾, assim como nos livros de Paul Johnson, que relatam historicamente os descaminhos do século XX⁽³⁾.

Sob o aspecto moral, Lorde Keynes pode ser visto como um revolucionário "bem sucedido", no sentido de que conseguiu destruir os preceitos vitorianos no campo econômico. Os argumentos que utilizou foram os do racionalismo construtivista, que tivemos oportunidade de criticar na primeira parte deste livro e cujo efeito foi o de substituir a lógica das regras de longo prazo por aquilo que se convencionou chamar - e, infelizmente, endeusar - de "lógica da política econômica". O que o revolucionário moral e seus incontáveis seguidores não perceberam é que as regras de prudência fiscal e monetária são necessárias para manter sob controle os instintos (tribais) gastadores dos seres humanos; e, uma vez esquecidas essas regras, esses instintos foram liberados, sob os disfarces enganadores das políticas de "sintonia fina" e de "pleno emprego" e do atendimento às "demandas sociais".

Embora a concessão de "prerrogativas" dahrendorfianas não possa, em princípio, ser caracterizada como imoral, as políticas perdulárias do keynesianismo não têm amparo na moralidade natural, pois são baseadas em valores que não enaltecem a necessidade da parcimônia e do trabalho duro; antes, exaltam a importância de uma pseudo-poupança e de pseudo-investimentos, como soem ser a "poupança" e o "investimento" do governo. Ou pode ser moralmente correta uma teoria econômica que, ao invés de priorizar o esforço de poupança, privilegia com alarde a prodigalidade na gastança ?

O efeitos do keynesianismo, que se confundem com os do socialismo brando e, no Brasil, com os do estruturalismo, do providencialismo, do paternalismo, do nacionalismo e do corporativismo oligárquicos, sempre foram previsíveis pela praxeologia que norteia a Escola Austríaca e começam, aos poucos, a ser percebidos em nosso país.

Primeiro, o intervencionismo econômico que caracteriza a economia política do déficit público tem o efeito de destruir o estoque de capital dos países. Na realidade, o financiamento dos gastos públicos nada mais é do que o consumo do capital "nacional", em decorrência dos saques permanentes que o Estado - sempre em nome da "sociedade" - realiza contra os fluxos futuros da renda "nacional", isto é, das rendas a serem futuramente geradas pelos agentes privados, as quais, obviamente, serão menores do que seriam na ausência dos padrões morais relativistas que governam o construtivismo racionalista. Exatamente como se tentássemos comer hoje fatias de um bolo que só seria levado ao forno amanhã...

Segundo, essa erosão dos princípios de moralidade fiscal e monetária influenciou negativamente o comportamento das famílias, das empresas e dos cidadãos em geral, com a diferença de que a vulnerabilidade desses grupos é bem maior do que a do setor público, que tem à sua mão a faculdade de emitir papéis pintados (como se fossem moeda boa) e a compulsoriedade da tributação. Trata-se, sem mais delongas, da velha máxima de que os exemplos, neste caso, em termos de padrões de conduta, tanto os bons como os maus, vêm de cima.

O respaldo "científico" para o fenômeno da inversão das normas de ordem moral, que, conforme Hayek fez notar, emergiram mediante um longo processo de evolução cultural⁽⁴⁾, foi proporcionado pelo conhecido "paradoxo da poupança" de Keynes, segundo o qual as normas de prudência pessoal, empresarial e pública seriam indesejáveis, uma vez que cada cruzeiro gasto - e, portanto, não poupado - beneficiaria a sociedade, mediante a magia de um pretenso "efeito multiplicador". Tais construções keynesianas, aplicadas no campo das finanças públicas, minaram os esforços de defender os regimes fiscais equilibrados, que passaram a ser tratados como coisas do passado e, assim, a serem menosprezados. Como

observou Buchanan, com Keynes "nascia a era moderna de libertinagem fiscal, pública e privada"⁽⁵⁾. Em seu excelente "Tempos Modernos", Paul Johnson observa irônica e maliciosamente que não se poderia esperar algo com alguma solidez moral da sociedade secreta de Cambridge, "The Apostles", e de sua cria direta, o "Bloomsbury Group", em que se reuniam intelectuais de diversos matizes, interessados em destruir a moralidade vigente (no que começaram pelo culto ao homossexualismo), como Keynes, Lytton Strachey, David Garnett, Clive Bell, Adrian Stephen, Gerald Shove, Harry Norton e Duncan Grant⁽⁶⁾. No que se refere à teoria econômica, infelizmente, não há dúvidas de que foram bem sucedidos.

O argumento de que os déficits são necessários, especialmente para os países que precisam se desenvolver, além de não encontrar, como deve ter ficado aparente para o leitor na segunda parte deste livro, qualquer sustentação na boa teoria econômica, é bastante perigoso, pelo respaldo que proporciona a certas práticas políticas condenáveis. Isto ocorre porque a imensa maioria dos políticos - no mundo inteiro, mas, especialmente, na América Latina e em outras regiões atrasadas -, desconhecendo ou fingindo desconhecer que o setor público é incapaz de criar recursos reais (pois o que ele pode conseguir é apenas transferir e/ou destruir esses recursos), termina invariavelmente deixando de lado os argumentos, ditos "ortodoxos" ou "conservadores", em defesa da moralidade fiscal, preferindo aceitar os conselhos dos assessores econômicos heterodoxos, que assumem ares de "progressistas" para defenderem "tecnicamente" a necessidade dos regimes fiscais deficitários.

Assim, a pretensa necessidade econômica de déficits públicos termina sendo processada pela maioria dos políticos como conveniência política. O que vem ocorrendo ultimamente no Brasil é que, não como fruto de um raciocínio lógico, mas em consequência dos efeitos devastadores que os regimes fiscais perdulários vêm causando à economia nacional, já não se defende mais os déficits como há alguns anos atrás. Contudo, persiste-se em um erro gravíssimo quanto à maneira de reverter o regime fiscal: tanto por influência de economistas intervencionistas que os assessoram, quanto por conveniência própria, a maioria dos políticos, ao invés de lutar por cortes de gastos públicos, prefere propor "reformas fiscais", que não passam de repetidas tentativas de elevação da carga tributária.

Imaginemos, por exemplo, um político importante, que pode ser, por exemplo, o futuro presidente de uma república sul-americana. Ao escolher seus auxiliares para a área econômica, ele deve resolver um dilema bastante conhecido, o de optar entre uma equipe liberal e uma equipe intervencionista. A primeira, certamente, irá dizer-lhe que é fundamental reverter-se os regimes fiscal e monetário, bem como privatizar e desregulamentar a economia, liberar todos

os preços e abolir todas as barreiras à competição. A outra equipe, com certeza, dir-lhe-á que, embora o déficit seja alto (às vezes, nem isso eles serão capazes de dizer-lhe), ele pode ser reduzido pelas vias do combate à sonegação fiscal e da criação de novos impostos, especialmente sobre as aplicações financeiras. Além disso, irão sussurrar-lhe que as medidas propostas pela equipe liberal são recessivas, que a desregulamentação, a liberação de preços e a abolição das barreiras à competição são perigosas e que muitas empresas estatais, sendo "estratégicas", não devem passar às mãos do setor privado.

Mais ainda, tentarão fazer o futuro presidente crer que a grande causa da crise que atravessa o país é aquilo que chamam de "fragilidade financeira do setor público" (um eufemismo para o fato de que o Estado quebrou por sua conduta perdulária), provocada por seus credores internos e externos⁽⁷⁾. O passo seguinte será dizer ao futuro chefe, entre um e outro argumento no sentido de que o Estado deve "conduzir" a economia (especialmente os investimentos), que os famigerados credores devem ser punidos, mediante confiscos implícitos, como as "desindexações", ou mesmo explícitos, como o que foi levado a cabo, por exemplo, em março de 1990, no Brasil. Tais medidas deverão ser complementadas, dir-se-á ainda, pelas "políticas de renda" de praxe, pela "redução" das taxas de juros e pela intensificação dos controles sobre os grandes vilões do país, isto é, sobre os oligopólios e o setor financeiro...

Se o futuro presidente for um verdadeiro estadista, que se disponha a renunciar à popularidade no curto prazo, para pensar no bem do país - e sabendo que a popularidade crescerá consideravelmente depois de alguns meses, com o sucesso das medidas - ele chamará a primeira equipe. Para tal, contudo, precisará de maioria no Congresso. E, no final do mandato, terá alta probabilidade de fazer seu sucessor.

Se, ao contrário, ele for um homem preocupado com a popularidade a qualquer custo, preferirá a segunda equipe, na crença de que conseguirá "administrar" a situação até o final de seu mandato. Não terá grandes problemas com o Congresso, não ferirá interesses oligárquicos constituídos e, quando a situação econômica - isto é, a estagflação - agravar-se, simplesmente trocará de ministros, substituindo heterodoxos desgastados por novos heterodoxos, ou por heterodoxos disfarçados de liberais modernos ... Ao final de seu mandato, sua popularidade estará baixa e as chances de fazer seu sucessor serão mínimas.

Esta é, em linguagem simples, a economia política do déficit público, que tem como pano de fundo a alternância entre os ciclos econômicos e os ciclos políticos. Chefes de Estado que adotam políticas econômicas liberais iniciam seus mandatos com quedas de popularidade, provocadas pelos ajustes

que promovem na economia; na medida em que esses ajustes, em meados do mandato, surtem os efeitos positivos que não podem deixar de surtir, a popularidade aumenta. Já os que seguem pela porta larga das políticas econômicas heterodoxas, de apelo popular certo, iniciam os mandatos com aumentos de popularidade, estimulada pelos surtos efêmeros de "crescimento" que provocam (via estímulos à demanda), enquanto os finais de seus mandatos costumam ser marcados por baixas fortes na popularidade e altas fortes na inflação.

Regimes fiscais deficitários precisam, necessariamente, ser financiados. As necessidades de financiamento do setor público, em um determinado instante do tempo, abrangem aquilo que denominamos de déficit nominal, isto é, o déficit corrente, representado pelos excessos de gastos em relação às receitas no período em questão, acrescido das parcelas, sobre as quais incidem juros e correções monetária e cambial, referentes às dívidas interna e externa, contraídas em períodos anteriores, para financiar o desequilíbrio orçamentário do Estado.

Abstraindo-nos, para simplificar, do recurso ao financiamento externo do déficit, há, conforme explica, por exemplo, Sargent⁽⁸⁾, três regimes de financiamento. No primeiro, denominado regime ricardiano, os déficits são sempre cobertos pela emissão de dívida pública interna, isto é, pela colocação de títulos do governo junto ao público; no segundo, chamado de regime friedmaniano, os déficits são inteiramente financiados pelo crescimento da base monetária, ou seja, pela emissão de moeda; o terceiro regime é uma combinação dos dois anteriores, em que os déficits são financiados parte por títulos que pagam juros e parte pela emissão de moeda, como costuma ocorrer no mundo real.

De acordo com Sargent e Wallace⁽⁹⁾, a estratégia de financiamento é que determina se os déficits são ou não inflacionários. Sob um regime ricardiano, eles não teriam efeito sobre a trajetória de preços, já que não afetariam a trajetória da oferta monetária. Neste caso, em termos de valor presente, déficits atuais corresponderiam a superávits futuros, uma vez que, como qualquer tomador de recursos, o governo deve pagar juros, cujo montante máximo é determinado pelo valor presente dos superávits futuros esperados, que a economia pode suportar sem que o governo tenha que recorrer ao "default".

Se no regime ricardiano os déficits são necessariamente temporários, no regime friedmaniano eles podem ser mantidos permanentemente, uma vez que sempre será possível monetizá-los. O limite desse procedimento, obviamente, é a hiperinflação.

É interessante acompanharmos a evolução do pensamento monetarista a partir da maneira como sua maior figura, o

Professor Milton Friedman, foi modificando suas recomendações sobre o regime monetário ao longo dos anos⁽¹⁰⁾. Em 1948, seu argumento, ao defender o regime de financiamento que ficou conhecido pelo seu próprio nome, era o de que "os déficits ou superávits no orçamento do governo se refletiriam, dólar por dólar, em mudanças na quantidade de moeda; e, inversamente, a quantidade de moeda somente mudaria como consequência de déficits ou superávits. Um déficit significa um aumento na quantidade de moeda e um superávit uma diminuição"⁽¹¹⁾. Observemos que, mediante esta proposta, os déficits ou superávits fiscais passariam a ser consequências automáticas do nível da atividade econômica.

Em 1959⁽¹²⁾, Friedman passou a defender um crescimento constante na oferta monetária, de forma automática e inteiramente independente dos ciclos econômicos, da ordem de 4% ao ano, com base em sua hipótese de que os mecanismos de transmissão da política monetária apresentam defasagens ("lags") que, além de poderem ser extensas, costumam variar em intensidade e duração, o que poderia fazer com que as políticas monetárias anti-cíclicas recomendadas pelos keynesianos, ao invés de amortecerem as flutuações cíclicas, as acentuassem⁽¹³⁾.

A partir dos anos 80, Friedman passou a advogar regimes monetários semelhantes aos preconizados pela Escola Austríaca, que vimos no capítulo 9, no sentido de que passou a sugerir uma intervenção cada vez menor dos bancos centrais na oferta monetária. Em artigo publicado em 1984, ele sugere que a base monetária seja congelada, para "terminar o poder arbitrário que a Reserva Federal tem de determinar a quantidade de moeda"⁽¹⁴⁾. Tal proposta é apresentada como prelúdio a reformas mais amplas, que incluem a sugestão de Hayek no sentido de que os bancos passassem a emitir moeda, isto é, a desestatização da moeda, ou, como tem sido denominado na literatura mais recente, a instituição da **moeda livre**⁽¹⁵⁾.

Há outros pontos em comum entre Friedman e os novos clássicos da Escola de Expectativas Racionais, de um lado, e os economistas da linha austríaca, de outro. Um deles - e que nos interessa ressaltar aqui - é que a política monetária, ao ser utilizada discricionariamente para fazer "sintonia fina", tende a ser perversa, porque aumenta a profundidade e a variabilidade dos ciclos econômicos. O que precisa ser destacado é que essa importante conclusão, que refuta as teses intervencionistas, já fora estabelecida por Mises desde 1912, a partir do enfoque microeconômico que caracteriza a Escola Austríaca, em seu "Theorie des Geldes und der Umlaufsmittel". Isto é, os economistas liberais da "mainstream", preocupados - com toda a razão - em refutar as idéias keynesianas a respeito da política monetária, chegaram às mesmas conclusões gerais de Mises, só que 80 anos depois. O que a moderna macroeconomia descobriu nos últimos anos a

praxeologia austríaca já nos ensinava desde o início do século, com a vantagem de nos permitir visualizar os efeitos alocativos que a política monetária acarreta sobre a estrutura de capital e a produção, tal como vimos nos capítulos 10 e 11.

Friedman, Lucas, Sargent e outros economistas liberais da "mainstream", ao aproximarem-se no que diz respeito à defesa da extinção do monopólio de emissão de moeda por parte do Banco Central - de Hayek e dos austríacos, passaram a aceitar que a escolha relevante, em termos de regime monetário, deixou de ser entre "regras vs. autoridade", para ser entre "mercado vs. autoridade", como sempre sustentou a Escola Austríaca.

As importantes contribuições da Escola das Expectativas Racionais, bem como as de Friedman, Meltzer e de outros monetaristas, não devem em absoluto ser desprezadas: utilizando a mesma metodologia macroeconômica que caracteriza o keynesianismo, elas foram capazes de mostrar, tanto sob o ponto de vista teórico como sob o da evidência empírica, que as políticas anti-cíclicas de cunho intervencionista, na verdade, não são anti-cíclicas: são pró-cíclicas e inflacionárias, isto é, são a causa da estagflação.

No que se refere à economia política do déficit público, a Escola de Expectativas Racionais, com base em um importante estudo de Sargent e Wallace⁽¹⁶⁾, sustenta que, na ausência de coordenação entre as autoridades fiscais e monetárias, a lista de Friedman sobre o que a política monetária não pode fazer - isto é, controlar permanentemente a taxa de juros e levar a economia ao pleno emprego⁽¹⁷⁾ - deve ser expandida, para incluir o controle da própria inflação. Convém examinarmos seus argumentos, com a finalidade de ressaltarmos que o déficit público é, de fato, um mal desnecessário e que o regime monetário deve ser absolutamente independente do regime fiscal.

Em um regime misto de financiamento dos déficits, em que uma parte destes é coberta pela emissão de moeda e outra pela colocação de títulos públicos, o controle do Banco Central sobre a inflação depende da forma como as políticas fiscal e monetária estão coordenadas e da demanda do público pelos títulos do governo utilizados para financiar o setor público, a qual impõe dois tipos de limitações às autoridades monetárias: a primeira é que o estoque real de títulos públicos não pode crescer além de um certo teto, que é determinado pelo tamanho (PIB) da economia e a segunda é que as taxas de juros reais oferecidas pelo governo devem crescer continuamente, para que o mercado continue a absorver os títulos públicos.

Dizemos que a política monetária "domina" a política fiscal quando as autoridades monetárias estabelecem

independentemente a primeira, anunciando, por exemplo, o comportamento da base monetária no presente e no futuro. Com isto, o Banco Central determina o quanto suprirá às autoridades fiscais, que deverão necessariamente financiar o que faltar para cobrir seus déficits mediante a colocação de títulos. Sob este mecanismo de coordenação, o Banco Central tem meios para controlar permanentemente a inflação, porque pode escolher a trajetória desejada para a base monetária.

Por outro lado, dizemos que a política fiscal "domina" a política monetária quando as autoridades fiscais estabelecem seus orçamentos independentemente, determinando, assim, os totais que serão financiados com títulos e com moeda. Neste caso, caberá ao Banco Central financiar, via emissão de moeda, os resíduos entre as necessidades totais de financiamento e a dívida interna emitida em cada período.

Sob essas condições, uma política monetária apertada no presente pode significar maior inflação no futuro, ou, mesmo, maior inflação imediatamente!

De fato, nessas condições, a austeridade monetária significa que a dívida interna (colocação de títulos junto ao público) deverá aumentar, o que significa que as taxas de juros reais deverão crescer, até o ponto em que se tornarão superiores à taxa de crescimento da economia; atingido, então, o limite imposto pelo esgotamento da demanda de títulos, não restará outra alternativa ao Banco Central, a não ser expandir a base monetária, o que resultará em inflação. Assim, uma política monetária apertada hoje acarretará inflação posteriormente.

A situação é ainda mais difícil quando a economia vem operando com taxas de inflação muito elevadas há bastante tempo, o que faz com que a demanda de moeda por parte dos indivíduos passe a variar inversamente com as expectativas de inflação, como ocorre no Brasil. Nesses casos, analisados por Cagan desde os anos 50⁽¹⁸⁾, o receio de uma hiperinflação costuma desencadear forças que fazem com que qualquer expansão monetária que os agentes econômicos antecipem para o futuro seja incorporada aos preços no presente. Em outras palavras, os preços correntes passam a depender não apenas do quanto a política monetária está apertada no presente, mas também - e tanto mais fortemente quanto mais perto da hiperinflação a economia estiver - do quanto ela será apertada (ou frouxa) no futuro. Assim, se a política fiscal "domina" a política monetária e o Banco Central decide apertar esta última no momento - sem ter condições de assegurar que ela continuará apertada no futuro - os agentes econômicos anteciparão que as autoridades monetárias serão forçadas a abrir mão da austeridade monetária no futuro, o que fará com que a inflação suba imediatamente.

Essas razões, que se harmonizam com a teoria austríaca da inflação, apontam para o fato de que se torna essencial, para o êxito de qualquer programa de estabilização monetária, que se alterem drasticamente - e tanto mais drasticamente quanto maior for a taxa de desvalorização da moeda - ambos os regimes: o fiscal e o monetário.

Mudar o regime monetário é algo que pode ser obtido, conforme vimos no capítulo 10, por três caminhos alternativos: (1°) um Banco Central independente; (2°) o estabelecimento de uma âncora monetária, à qual ficaria amarrada a oferta de moeda (como o padrão-ouro sugerido por Mises e o padrão-reservas internacionais adotado na Argentina por Domingo Cavallo) e (3°) a moeda livre de Hayek.

Mudar o regime fiscal equivale a uma tarefa digna das façanhas de Hércules, pois equivale a vencer resistências acadêmicas, políticas e ideológicas, além de contrariar fortes interesses de diversos grupos que se escondem nas sombras do Estado paternalista, benfeitor, patrimonialista, providencialista, nacionalista e planejador. Mudar o regime fiscal equivale a reconhecer que as questões econômicas não podem ser solucionadas pela "soluções" políticas, que os regimes fiscais permanentemente deficitários são imorais, inflacionários e recessivos, que o Estado é incapaz de criar riquezas, que o crescimento econômico autosustentado só poderá ocorrer quando nos libertarmos dos grilhões que o Estado nos colocou e que nos tolhem a criatividade, a inventividade e, nos mais fracos moralmente, até a própria vontade de trabalhar. Mudar o regime fiscal significa romper definitivamente com as pragas do século XX, o keynesianismo e todas as idéias que foram incutidas, durante muitas décadas, nas pessoas, no sentido de que o Estado seria o "condutor" do crescimento e o "promotor" da igualdade. Mudar o regime fiscal requer o abandono corajoso das famigeradas "políticas" (fiscal, monetária, cambial, de preços, salariais, distributivas, tributária, de juros, industriais, tecnológicas, educacionais, etc.), que só serviram para agravar todas as questões que se propuseram resolver. Mudar o regime fiscal exige o abandono daquilo que Hayek chamou de "linguagem envenenada", que tenta transformar em poesia heróica uma prosa corriqueira, dominada por palavras utilizadas como chavões, mas de pouca substância concreta, como, por exemplo, "social", "política", "progressista", "coletivo", "operariado", "elite", "justiça distributiva", "mercado interno", "planejamento", "estratégia", etc.

Tudo isto significa apenas que o Estado deve cumprir tudo aquilo que podemos esperar dele e não mais do que isso. O Estado deve ser mínimo, para que possa nos proporcionar o máximo. O Estado mínimo não é nenhuma tentativa dos liberais de reduzi-lo a cinco ou seis ministérios, nem a algumas dezenas de funcionários; como observou, com toda a pertinência, Robert Nozick, "o Estado mínimo é o mais extenso

que se pode justificar. Qualquer outro mais amplo viola direitos da pessoa"⁽¹⁹⁾.

É isso. A economia política do déficit público, tal como funciona em muitos países e, especialmente, no Brasil, pouco mais tem logrado fazer do que violar os direitos básicos dos cidadãos.

Por esse bom motivo é que o Professor James Buchanan tem sugerido, em diversos de seus trabalhos no campo da análise institucional, que é necessário introduzir-se dispositivos em todas as constituições, proibindo a existência de déficits governamentais, a não ser em situações claramente excepcionais, ou de desespero. Hayek, ainda em 1939, sustentava que os governos poderiam incorrer em déficits, financiando-os com empréstimos, mas somente em casos desesperados, como guerras, catástrofes e epidemias. Mas não deixou de concluir que o keynesianismo, com sua economia política do déficit público, é "essencialmente a política do desesperado, que não tem nada a perder e tudo a ganhar em um curto espaço de tempo"⁽²⁰⁾.

Em suma, ou terminamos institucionalmente com a possibilidade de geração de déficits - o que requer o desmonte do imenso aparato estatal e o confinamento do Estado em suas dimensões mínimas, segundo o conceito de Nozick - ou o déficit público acaba conosco...

Capítulo 15

MOEDA FORTE, UMA EXIGÊNCIA SOBRETUDO MORAL

*" Não há a escolha entre inflação e desemprego, da mesma forma que não é possível escolher entre comer demais e indigestão: a glotoneria pode ser muito agradável enquanto está em processo, mas o dia do ajuste de contas - o dia da indigestão - seguramente virá". (F.A. Hayek)**

Um dos equívocos mais freqüentes e mais perigosos que os seres humanos estão sujeitos a cometer é o de confundir causas e efeitos. Essa tendência, quando inteligentemente explorada pela mídia - como, por exemplo, no comercial daquele biscoito, em que se pergunta se ele vende mais porque é "fresquinho" ou se é "fresquinho" porque vende mais - pode, indubitavelmente, ser fonte de um humor sadio, ao mesmo tempo que fator de crescimento das vendas. Mas, quando o assunto é inflação, a confusão entre causas e efeitos só pode levar a conseqüências desastrosas.

Com efeito, o referido engano, que tem sido lugar comum nas discussões sobre a inflação brasileira, tem provocado uma repetição de programas "anti-inflacionários" que se têm caracterizado pela adoção de terapias incorretas e absolutamente ineficazes. Trata-se, sem dúvida, de mais uma manifestação do problema a que temos nos referido ao longo deste livro, qual seja, o de se cuidar apenas do "que se vê", esquecendo-se nesciamente de considerar os efeitos "que se devem prever", mas que não são imediatamente aparentes.

De fato, na inflação, o que se vê - e bastante claramente - são os preços subindo, ano a ano, mês a mês e, nos processos mais crônicos, semana a semana e, mesmo, diariamente. Contudo, o que deve ficar patente para os leigos é que os aumentos de preços são apenas a manifestação da inflação ou, em outras palavras, que inflação e aumentos de preços não significam a mesma coisa.

"Se a oferta de caviar fosse tão abundante quanto a de batatas, o preço do caviar - isto é, a relação de troca entre caviar e dinheiro, ou entre caviar e outras mercadorias - se

alteraria consideravelmente. Nesse caso, seria possível adquiri-lo a um preço muito menor que o exigido hoje. Da mesma maneira, se a quantidade de moeda aumenta, o poder de compra da unidade monetária diminui, e a quantidade de bens que pode ser adquirida com uma unidade desse dinheiro também se reduz. Quando, no século XVI, as reservas de ouro e prata da América foram descobertas e exploradas, enormes quantidades desses metais preciosos foram transportadas para a Europa. A consequência desse aumento da quantidade de moeda (o sistema monetário, naquele tempo, era de lastro) foi uma tendência geral à elevação dos preços. Do mesmo modo, quando, em nossos dias, um governo aumenta a quantidade de papel-moeda, a consequência é a queda progressiva do poder de compra da unidade monetária e a correspondente elevação dos preços. A isso se chama de inflação"⁽¹⁾.

Infelizmente, a simplicidade e lucidez com que o gênio de Mises, em uma conferência pronunciada no enorme auditório da Universidade de Buenos Aires, em fins de 1958, definiu assim a inflação, parecem irritar muitos economistas, para os quais as grandes verdades devem ser necessariamente complexas e obscuras (talvez como tentativa de se fazer crer que somente eles as conhecem), o que os tem levado, no fundo, a uma ilusão de ótica, na medida em que preferem ver a causa da inflação não no aumento da quantidade de moeda, mas nas elevações dos preços.

Este tipo de postura - maliciosamente premeditada em alguns e ingênua em outros - tem levado muitos economistas de renome a escreverem com empáfia bobagens do tipo "... não há uma única teoria que seja capaz de explicar todos os tipos de inflação que ocorrem nos vários países ao longo da história. As fontes da inflação diferiram em decorrência dos mais variados fatores: grau de desenvolvimento, organização e poder dos sindicatos dos trabalhadores, estruturas predominantes do mercado e graus de abertura da economia quanto às suas relações com outras nações... Com o passar do tempo, surgem novas estruturas e instituições, influenciando nos tipos (grifo nosso) de inflação que possam ocorrer. Daí porque a literatura teórica sobre a inflação é bastante volumosa"⁽²⁾.

Trata-se, indubitavelmente, de um caso a lamentar de desperdício de tempo, de talentos, de papel e de outros recursos. De fato, ao atribuírem ao efeito - que é a elevação de preços - o papel de causa, muitos economistas passam a sofrer de uma predisposição mórbida a olhar fixa e sofregamente para os índices de preços, procurando descobrir quais os itens que, em determinado período, "puxaram" os índices para cima. Esta diátese explica inteiramente afirmações incorretas como a que transcrevemos linhas acima. Assim, se determinados preços subiram em um mês em decorrência de pressões de sindicatos ou de indexação de ativos, ou de oligopólios, ou de fatores externos como o

petróleo, ou de uma desvalorização cambial, por exemplo, atribui-se a esses fatores o papel de "causas" da inflação, o que, evidentemente, é incorreto, pois trata-se - insistimos - em olhar apenas para o "que se vê", isto é, para os índices de preços do período. Esta verdadeira cegueira parece haver contaminado nossa sociedade, haja vista o sensacionalismo febril que a imprensa costuma imprimir nas manchetes, ao anunciar a "inflação" de cada mês.

A causa da inflação está na moeda! Conforme assinala oportunamente Harberger, "... assim como sem injeção de ar não se inflará o balão, sem injeção monetária não se terá inflação"⁽³⁾.

Com isso em mente, devemos responder a duas perguntas básicas: (1º) por que existe inflação, ou seja, porque os governos emitem moeda a taxas superiores à de crescimento do produto? e (2º) por que os preços não caem imediatamente, quando os governos, para conter a inflação, cortam os fluxos de emissão de moeda? Antes de respondermos a essas perguntas, faz-se mister apresentar argumentos no sentido de que não apenas não devemos, como **não podemos** conviver com a inflação.

Por que todo esse medo da inflação? Por que não tentamos conviver com ela, principalmente se ela é - conforme muitos auto-denominados "progressistas" ainda apregoam - necessária para manter o pleno emprego?

Há, pelo menos, dois motivos pelos quais não podemos conviver indefinidamente com a inflação, que emergem da análise teórica que efetivamos nos capítulos 10 e 11.

O primeiro é que a inflação exigida para atingir-se e manter-se as metas desejadas do pleno emprego e do crescimento econômico, teria que acelerar-se permanentemente. Ora, uma inflação em aceleração contínua, mais cedo ou mais tarde, acabaria atingindo um grau que tornaria impossível qualquer ordem efetiva de uma economia de mercado, isto é, geraria o caos econômico, social, político e moral.

O segundo - não menos importante - é a certeza de que, a longo prazo, a inflação cria inevitavelmente um volume de desemprego muito maior do que aquele que o governo pretendeu evitar quando a iniciou.

As medidas tomadas em alguns países, particularmente no Brasil, de tentar-se, através de mecanismos de indexação, conviver com a inflação e minorar os problemas causados por ela, conseguem, na mais otimista das hipóteses, amenizar algumas de suas conseqüências, mas certamente não chegam a alterar suas causas ou seus efeitos mais nocivos. A indexação é absolutamente inoperante no que diz respeito a prevenir o maior dos danos que a inflação produz: a alocação inadequada da mão-de-obra e dos demais recursos econômicos.

A inflação torna certos empregos atraentes. Estes empregos, contudo, certamente desaparecerão quando a inflação cessar ou, mesmo, quando deixar de acelerar-se tão rapidamente. Este fato deriva de duas propriedades dos processos inflacionários, que descrevemos nos capítulos 10 e 11: a primeira é que a inflação altera sensivelmente os fluxos monetários entre os vários setores e estágios do processo produtivo e a segunda é que a inflação, quando é passivamente aceita pelos bancos centrais, cria expectativas de aumentos cada vez maiores de preços.

Como sabemos, a defesa das políticas governamentais de pleno emprego leva em conta apenas os efeitos "que se vêem", deixando de lado aqueles que não se vêem, mas que se manifestam tanto sobre a distribuição da mão-de-obra entre os diferentes setores, como sobre as reivindicações dos sindicatos.

No momento em que o governo assume a responsabilidade pelo pleno emprego, qualquer aumento de salários que exceda o aumento da produtividade torna necessária, para que não deságüe em desemprego, uma elevação na demanda "agregada". Assim, o aumento da oferta monetária, a que se procedeu em decorrência da alta dos salários, torna-se um processo contínuo, que provoca permanentes injeções de quantidades adicionais de moeda. Tais excedentes monetários certamente acarretarão modificações na intensidade da demanda por diversos tipos de bens e serviços. Essas alterações na demanda relativa, por seu turno, deverão redundar em variações adicionais nos preços relativos, com as conseqüentes mudanças na estrutura de produção e na alocação dos fatores, inclusive da mão-de-obra.

Assim, por uma perniciosa reação em cadeia - que não pode ser prevista pelos econométricos, mas que pode ser antecipada pela boa teoria econômica - quanto mais tempo durar a inflação, maior será o número de trabalhadores com empregos que dependerão de sua continuação ou, até muitas vezes, de haver uma aceleração permanente da taxa inflacionária. E isto não acontece porque estes trabalhadores não teriam encontrado emprego sem inflação, mas porque a inflação os leva a empregos temporariamente atraentes, que tendem a desaparecer assim que haja a desaceleração ou o término do processo inflacionário.

É essencial que o leitor entenda que não estamos, aqui, recomendando o desemprego como meio de combate à inflação. Estamos, na realidade, sugerindo que só há duas alternativas: ou algum desemprego em um futuro próximo (caso o governo decida-se a sustar a inflação), ou muito mais desemprego em um futuro mais distante (caso o governo, estimulado por atitudes políticas do tipo "après moi, le déluge" e amparado nas muletas pseudo-científicas dos economistas heterodoxos,

tome a atitude de "empurrar a inflação com a barriga"). Nada mais apropriado do que a "superestaghiperinflação" brasileira dos anos 80 e início dos anos 90, para servir como prova testemunhal dessa afirmativa.

A inflação tem, obviamente, muitos outros efeitos nocivos, mas o mais devastador, sem dúvida - e também o menos compreendido, por ser menos visível a olho nu - é que a inflação, a longo prazo, leva inevitavelmente ao desemprego em grande escala. Este raciocínio, seguido, como vimos, pelos economistas expoentes da chamada escola "austríaca", como Mises e Hayek, há mais de sessenta anos, tem sido recentemente endossado, com divergências que podem ser consideradas desprezíveis, pelos modernos teóricos da Escola das Expectativas Racionais, como Robert Lucas e Thomas Sargent e, desde os anos 50, pelos economistas monetaristas, como Milton Friedam^{an}(4).

Segundo essas três vertentes do pensamento liberal, simplesmente não é verdade, ao contrário do que os economistas heterodoxos sustentam, que, enquanto durar o desemprego, o aumento da demanda "agregada" provocado pelas políticas monetária e fiscal expansionistas vai fazer apenas o bem, e não o mal. Isto pode até ser verdade no curto prazo, mas não no longo prazo. Como disse Hayek, "não há a escolha entre inflação e desemprego, da mesma forma que não é possível escolher entre comer demais e indigestão: a glutoneria pode ser muito agradável enquanto está em processo, mas o dia do ajuste de contas - o dia da indigestão - seguramente virá".

Por que, então, os governos provocam inflação?

Como vimos, o significado adequado da palavra inflação é este: um aumento excessivo (além do aumento da produção) da oferta de moeda que, por sua vez, determina um aumento de preços. Portanto, o leitor, se assim m o desejar, pode substituir a pergunta acima por sua equivalente: por que os governos emitem moeda em excesso? Evidentemente, fazem-no na suposição de que as emissões resolvam o problema de cobrir seus déficits fiscais. Trata-se da faceta monetária da economia política do déficit público, que analisamos no ensaio que constituiu o capítulo anterior.

Não existe nenhuma fórmula secreta ou mágica para a solução dos problemas financeiros do governo: se este precisa de moeda para financiar seus déficits, deve obtê-la impondo tributos aos seus cidadãos ou tomando-a emprestada de alguém. Mas muitos governos - podemos dizer, quase todos - julgam haver um outro método para obter o dinheiro necessário, qual seja, o de simplesmente imprimi-lo.

Se o governo deseja construir um hospital, por exemplo, e o faz mediante a cobrança de impostos, não haverá inflação, simplesmente porque o governo substitui o cidadão, que passa

a comprar menos, porque o governo está comprando mais. É claro que ele não compra exatamente os mesmos bens e serviços que os cidadãos comprariam, o que faz com que muitos preços relativos sofram alterações. Em média, porém, não se verifica nenhuma elevação geral de preços em razão da construção do hospital pelo governo.

Na verdade, o exemplo do hospital é interessante porque é comum ouvirmos afirmações como "faz diferença se o governo usa seu dinheiro para bons ou maus propósitos". O problema é que, para efeitos de gerar inflação, não faz diferença. Suponhamos que o governo sempre usa o dinheiro que emitiu para os melhores propósitos, com os quais todos concordamos. Acontece, infelizmente, que não é o modo como o dinheiro é gasto pelo governo, é, antes, o modo como ele obtém os recursos para gastar que dá lugar à inflação, como apontava Mises⁽⁵⁾.

Quando o governo cobra impostos dos cidadãos e aplica essa soma no aumento dos salários do funcionalismo público, os contribuintes em geral passam a ter menos para gastar, mas os beneficiados pelo governo passam a ter mais: os preços, em geral, não subirão.

Mas, se o governo, para o mesmo fim, ao invés de buscar receita de impostos, emitir moeda, conseqüentemente algumas pessoas passam a ter mais dinheiro, enquanto que todas as demais passam a ter o mesmo que antes. As que receberam o novo dinheiro vão competir com aquelas que eram compradoras anteriormente e, uma vez que não há maior número de mercadorias que antes, mas há mais moeda no mercado - e uma vez que há pessoas que podem agora comprar mais do que antes - haverá uma demanda adicional para uma quantidade inalterada de bens, o que levará os preços a subir. Isto não pode ser evitado, seja qual for o uso que se faça da moeda recém-emitada.

A título de revisão, repassemos o mecanismo descrito nos capítulos 10 e 11: como o "nível geral de preços" é uma construção apenas teórica, o que acontece é que os diversos preços não se alteram na mesma medida e ao mesmo tempo, havendo sempre preços que sobem mais rapidamente que outros, porque a moeda suplementar que o governo emite - e que vai inicialmente parar em mãos de um primeiro grupo de pessoas - não é usada na compra de todos os bens, senão na de alguns, cujos preços subirão. Portanto, quando a inflação começa, diferentes grupos da população são por ela afetados de diferentes maneiras. Os grupos que recebem o dinheiro em primeiro lugar ganham uma vantagem temporal sobre os que se beneficiarão de suas novas compras, que irão se constituir em um segundo grupo. Estes, por sua vez, comprarão, com os recursos provenientes das vendas que efetuaram para o primeiro grupo, de um terceiro, sobre o qual levarão agora uma vantagem temporal, e assim sucessivamente.

Desse modo, aqueles para os quais a moeda recém-emitida chega em primeiro lugar, sejam eles construtores de hospitais, fabricantes de armas ou funcionários públicos, têm sua renda aumentada e podem agora comprar muitos produtos a preços que correspondem ao estado anterior dos mercados, vigentes às vésperas da inflação. Encontram-se, portanto, em posição privilegiada. E assim, passo a passo, a inflação se expande, de um grupo para outro da população.

Há, porém, grupos para os quais a nova moeda só vai chegar muito mais tarde, pelo que se vêem em situação desfavorável, por terem que pagar preços mais altos do que os anteriores, enquanto sua renda nominal ou permaneceu a mesma ou não aumentou na mesma proporção que os preços. A cada momento, portanto, são diferentes os grupos da população que estão sendo afetados pela inflação. Para alguns deles, ela não é tão má assim e eles chegam até a defendê-la, visto serem os primeiros a se beneficiarem.

Podemos agora responder à pergunta inicial: por que os governos provocam inflação? Há vários motivos que os levam a isso, todos tendo como pano de fundo a economia política do déficit público.

Primeiro, os governos costumam considerar que, como método de arrecadar fundos para financiar seus gastos, a inflação é sempre melhor que a tributação, que costuma ser impopular e de difícil execução política.

Segundo, conforme já apontamos, ao deter-se apenas nos efeitos "que se vêem" - que costumam ser os efeitos benéficos iniciais sobre os primeiros grupos favorecidos pela inflação - os governos dificilmente enxergam aqueles efeitos que, por não ocorrerem no curto prazo, não podem ser vistos imediatamente. Estes últimos, porém, são os impactos perniciosos da inflação, que analisamos anteriormente.

Terceiro, os governos, estimulados pelos legisladores, costumam esquecer-se de que a inflação, mais cedo ou mais tarde, chegará inevitavelmente ao fim (muitas vezes, sob a forma de uma hiperinflação), preferindo acreditar que ela pode perdurar indefinidamente.

Quarto, os governos costumam aceitar a inflação por acreditar que é somente através dela que se pode evitar o desemprego. Trata-se de crença equivocada, pois, como procuramos ressaltar anteriormente, a inflação sempre termina provocando desemprego, no longo prazo.

Por fim, devemos mencionar, mais uma vez, que essa influência inflacionista do pensamento keynesiano, que se abateu sobre praticamente todos os países, desde os anos 30 até recentemente, foi sempre reforçada, na América Latina,

pelos economistas heterodoxos de diversos matizes: os cepalinos, os estruturalistas, os nacionalistas, os "inercialistas" e os socialistas. A razão é que a utilização das idéias de Keynes significou sempre um endosso às teses intervencionistas do nacional-populismo. Ora, para os governos serem ativos em sua atuação sobre a economia, precisam também ser ativos em termos de gastos, o que os faz serem ativos na emissão de moeda e, portanto, criadores de inflação.

Como escreveu o Professor Mises, "devemos lembrar que, no final das contas, poderemos estar todos mortos. Aliás, não restam dúvidas de que estaremos mesmo mortos. Mas deveríamos cuidar de nossos assuntos terrenos - neste breve intervalo em que nos é dado viver - da melhor maneira possível. E uma das medidas necessárias para esse propósito é abandonar as políticas inflacionárias"⁽⁶⁾.

Suponhamos, como argumenta Friedman⁽⁷⁾, que o Presidente de um país vai a um médico e este diagnostica apendicite aguda, recomendando-lhe uma apendicectomia e avisando-lhe que, depois da operação, terá que guardar o leito por algum tempo. Ele recusa a operação e procura um segundo médico, que não o opera, mas o manda para a cama por um certo período, a pretexto de curá-lo de forma menos dolorosa. Como vemos, o segundo médico enganou o Presidente (e o povo) fazendo-os crer que o efeito colateral (o repouso forçado por uns tempos) era a cura da doença.

São freqüentes as afirmações do tipo "o desemprego e a renúncia ao crescimento são curas para a inflação". Na verdade, não são curas, são efeitos colaterais. Existe possibilidade de curar a inflação sem efeitos colaterais desagradáveis, como o desemprego e as taxas baixas, ou nulas, ou até negativas de crescimento?

De um modo geral, esses efeitos colaterais existem, são inevitáveis e devem ser considerados. O que se pode fazer é procurar aliviá-los, ao invés de se promover tratamentos do tipo indicado pelo segundo médico do exemplo acima, que se traduzem em congelamentos de preços, confisco de ativos financeiros, controles de salários, aumento do intervencionismo do governo, mais expansão monetária, desindexações forçadas, prisões de gerentes de supermercados e demais armas do aparentemente inexaurível arsenal heterodoxo.

Só existe uma receita, infelizmente, para a cura da inflação: da mesma forma que o aumento excessivo da quantidade de moeda é a causa primeira e única da inflação, a redução das taxas de crescimento (e não do estoque) monetário é a primeira e solitária cura da inflação. Então, a questão não é saber o que fazer. Isso é bastante simples: o Banco Central tem que estancar os fluxos de emissão de moeda. A

questão é mobilizar vontade política para tomar as medidas necessárias, sempre antipáticas, porque assim que a doença inflacionária entra em estado adiantado, a cura demora muito e tem efeitos colaterais mais dolorosos, a não ser que se tomem medidas drásticas, que consigam reverter rapidamente as expectativas inflacionárias, o que, contudo, não consegue impedir as correções realocativas que devem necessariamente ter lugar.

É evidente que, admitindo que o governo consiga convencer-se de que só há esta possibilidade de cura e que possa mobilizar as forças políticas para implementá-la, é preciso nos lembrarmos que, assim como leva anos para que a inflação se desenvolva, é necessário algum tempo para curá-la e que são inevitáveis os efeitos colaterais dos programas sérios de estabilização.

Isto exige que os governos que se acham nessa situação não esmoreçam, nem em função dos problemas de origem econômica e social que surgem (desemprego), nem em função das pressões políticas que ele certamente vai sofrer, para que mude seu programa de estabilização para algo "menos doloroso". Os governos devem perseverar, mostrar determinação e resistir a todos os tipos de pressões, que costumam ser enormes.

De fato, essas pressões costumam ter duas origens: (a) pressões "contra o desemprego" e contra outras perdas generalizadas que ocorrem entre a adoção da política anti-inflacionária e a cura da inflação e (b) pressões motivadas pelo hábito, que quase todos têm, de confundir inflação com aumentos de preços, o que os leva a supor que as eventuais resistências dos índices de preços à queda (fenômeno que pode ocorrer nos meses imediatamente seguintes à implementação dos programas de estabilização), são evidências de que os mesmos fracassaram.

Uma das características mais prejudiciais dos processos inflacionários é a introdução de "estática" na transmissão de informações pelo sistema de preços. Se o preço de um artigo sobe, seus produtores ficam sem saber se isso ocorre porque todos os outros preços também subiram, ou porque a demanda por seu artigo subiu, ou porque sua oferta baixou, em comparação com a de outros produtos, do que antes da elevação dos preços. A informação relevante para a organização da produção é principalmente aquela sobre os preços relativos, isto é, o preço de um bem comparado com o de outro. A inflação, quando é alta e, especialmente, quando é variável, sufoca essa informação essencial numa barulhenta estática, cujo efeito, como vimos, é o de desorganizar a estrutura de produção.

Se o preço de um bem é superior à média esperada dos demais, seu produtor tende a aumentar a produção desse bem.

Isto permanece válido no caso de ser o trabalho o bem referido. No caso oposto, o produtor reduz a produção de seu artigo, seja ele móveis de madeira, serviços de mão-de-obra ou máquinas agrícolas.

Assim, as expectativas quanto ao comportamento dos demais preços e, em um contexto dinâmico, as expectativas quanto à inflação futura, são de alta relevância para explicar o próprio comportamento presente dos preços. Ao introduzir estática no processo de informação característico do sistema de preços, a inflação faz com que os milhões de agentes econômicos reajam de maneira imprópria. Desse modo, mesmo um programa correto de estabilização costuma requerer algum tempo para que seja bem sucedido, até que essas reações impróprias dos agentes econômicos desapareçam naturalmente. Tal fato é a origem dos efeitos colaterais perversos, como o aumento do desemprego e o arrefecimento da produção, que constituem, na linguagem de Hayek, os sintomas recessivos de uma realocação corretiva.

Por isso é que o êxito desses programas depende da rapidez com que as expectativas inflacionárias sejam quebradas, transformando-se em expectativas de estabilidade de preços. Por esse motivo é que todos os programas de estabilização bem sucedidos, em diversos países e épocas, passaram necessariamente por dois pontos essenciais: (a) mudaram o regime fiscal, criando expectativas de que as contas do setor público passariam de deficitárias a equilibradas não apenas por um ano, mas em todo o futuro e (b) mudaram o regime monetário, com a garantia de um Banco Central efetivamente independente, de fato e de direito, em condições de executar, sem sofrer pressões, a política anti-inflacionária correta de sustar os fluxos de emissão monetária (Mises defendia a adoção de uma âncora-ouro e Hayek a desestatização da moeda, como meios para se alcançar a estabilidade monetária definitiva).

O suporte teórico para o sucesso dos programas que atenderam a esses dois pontos essenciais, conforme observamos no capítulo anterior, é que, nas economias já solapadas por uma inflação crônica, o comportamento dos agentes econômicos passa a ser tal que os preços prevalecentes, digamos, em um certo mês, passam a ser função crescente da trajetória da oferta monetária - isto é, da política monetária - esperada para os meses seguintes. A mudança no regime fiscal passa, então, a ser condição necessária para gerar expectativas de que a mudança no regime monetário possa de fato ser implementada e mantida, sendo esta última condição necessária e suficiente para que a inflação desapareça.

Em outras palavras, é preciso um forte aperto fiscal, que passe pela redução do Estado até os seus limites estritamente necessários, para criar nos agentes econômicos a expectativa de que a estabilidade monetária possa ser

viabilizada e mantida. Se ocorrer apenas um aperto monetário temporário, sem o correspondente corte do déficit do governo, a queda da inflação, lenta inicialmente, transforma-se pouco a pouco em um misto sinistro de mais inflação com mais desemprego, porque o arrefecimento fiscal cria, nos agentes econômicos, expectativas de que a política monetária apertada não possa ser mantida, o que faz com que os preços subam desde já⁽⁸⁾.

Inflações crônicas não podem ser debeladas em apenas cem dias, como o "plano" de estabilização adotado em março de 1990 no Brasil pretendeu fazer, nem, muito menos, em um dia, como o "plano" Cruzado quis fazer em 28 de fevereiro de 1986. Para vencer a inflação, é preciso dobrar as expectativas, o que requer tempo, o qual será sempre tão menor quanto, primeiro, maior for a certeza, por parte do próprio governo, de que as mudanças nos regimes fiscal e monetário constituem a única terapia de efeitos comprovados e, segundo, maiores forem a determinação do governo em acabar com a inflação e sua capacidade de resistir às pressões políticas que inevitavelmente surgem em razão dos efeitos colaterais.

Esta é a gênese das moedas fortes. Sua materialização requer, como temos procurado seguidamente ressaltar, o abandono das teses keynesianas, de que os governos deve usar permanentemente as políticas monetária e fiscal para manter as economias operando próximas ao pleno emprego e que fracassaram rotundamente, após décadas de contínua implementação, por diversos motivos.

Primeiro, porque a pressão fiscal do Estado, longe de estimular a produção e o pleno emprego, cria sérios obstáculos à produção e acarreta elevado desemprego. Esta é a essência do argumento do "freio fiscal" ou "efeito Laffer", devido a Arthur Laffer e Martin Feldstein. O ponto central do argumento consiste em lembrar que as políticas de intervenção econômica se alicerçam sobre uma teoria de demanda global que negligencia o papel das motivações individuais na determinação dos níveis de produção e de emprego.

Segundo, como vimos no capítulo 10, o crescimento da produção ao longo do tempo é uma questão essencialmente de oferta, e não de demanda. Requer, como pré-condição, razoável estabilidade de preços, o que não é garantido pelas políticas keynesianas ativistas que, muito pelo contrário, revelaram-se, no mundo inteiro, desestabilizadoras. E só pode materializar-se mediante ganhos alocativos, em que os maus investimentos são substituídos por bons investimentos. Esta é a dinâmica do crescimento.

Terceiro, conforme sugerem os argumentos irrefutáveis dos economistas da Escola Austríaca, não se pode esperar dos governos aquilo que eles não podem fazer. Para haver progresso, é necessário que as motivações dos indivíduos

sejam otimistas, para que, com fé, confiança e trabalho, possam agir em ambiente de liberdade, de justiça e de efetiva ocorrência, dando asas à sua criatividade.

E quarto, como sustentam os economistas da chamada Escola das Expectativas Racionais, políticas econômicas (fiscal e monetária), artificialmente impostas pelos governos para manter o pleno emprego, não conseguem enganar os agentes econômicos por muito tempo. Chega um momento em que eles, agindo racionalmente, aprendem a antecipar as medidas governamentais, o que, além de anular o efeito das políticas anti-cíclicas de cunho keynesiano, faz com que os efeitos das mesmas se configurem em aumentos contínuos de preços, em más alocações permanentes de recursos e em crises ininterruptas de desemprego. Tal como vem ocorrendo no Brasil.

Alguns trabalhos teóricos recentes no campo das políticas de estabilização têm procurado chamar a atenção para alguns pontos que parecem apontar para a existência de efeitos colaterais distintos da estabilização de hiperinflações, em relação à estabilização de inflações crônicas, bem como para a velocidade com que os preços se estabilizam nos dois casos.

Végh, por exemplo, sustenta que nos casos de estabilização de hiperinflações, em que se alteraram os regimes fiscal e monetário, com a adoção da taxa de câmbio com âncora nominal, ocorreram dois fatos comuns: (a) a inflação cessou imediatamente e (b) os efeitos colaterais foram relativamente pequenos⁽⁹⁾. Nos casos dos programas de estabilização de inflações crônicas de concepção heterodoxa, em que, ao lado das tentativas de utilização de uma taxa de câmbio fixa como âncora nominal principal, adotaram-se políticas de rendas em diversos graus (controles e congelamentos de preços e salários), quatro resultados semelhantes ocorreram, em dez casos estudados: (a) a inflação convergiu muito vagarosamente para a taxa de desvalorização cambial; (b) a taxa de câmbio real (definida como o preço relativo dos bens transacionados com o exterior em termos dos não transacionados) experimentou valorização sustentada; (c) como resultado, o balanço de pagamentos se deteriorou e (d) a atividade econômica cresceu no início dos programas e declinou em seguida.

Três aspectos merecem ser mencionados com relação a essa superioridade dos programas ortodoxos de estabilização de hiperinflações em relação aos programas heterodoxos de estabilização de inflações crônicas.

O primeiro é que, talvez pelo fato de as hiperinflações serem casos de "vida ou morte", sua extinção exige medidas drásticas clássicas, isto é, a reversão dos regimes fiscal e monetário, com a restauração da conversibilidade da moeda doméstica em relação ao dólar (âncora-taxa de câmbio) ou ao

estoque de ouro do Banco Central (âncora-ouro). Tais providências, que já haviam sido defendidas por Costantino Bresciani-Turroni em seu livro seminal, de 1937, sobre a primeira hiperinflação alemã⁽¹⁰⁾, e enfatizadas por Sargent⁽¹¹⁾, constituem a essência de todo e qualquer programa anti-inflacionário destinado a acabar de fato com a inflação e, como o leitor deve ter percebido, harmonizam-se com a teoria austríaca da moeda e da inflação que foi exposta no capítulo 9. Quando a situação é de "vida e morte", definitivamente, não há tempo nem lugar para brincadeiras heterodoxas.

O segundo aspecto é que uma das características das hiperinflações é que elas virtualmente eliminam todos os contratos nominais previamente existentes, fazendo com que, em algum momento do tempo, que é quando ocorre o seu pico, todos os preços (e salários, evidentemente) sejam indexados à taxa de câmbio nominal. Este fato, obviamente, torna os efeitos colaterais da estabilização de uma hiperinflação desprezíveis, quando comparados à recessão associada à estabilização de inflações crônicas. Não há como se falar em "inércia", nesses casos...

Em terceiro lugar, conforme argumentam Kiguel e Liviatan⁽¹²⁾, há duas características dos processos hiperinflacionários que contribuem para dar maior credibilidade aos programas de estabilização e que não se apresentam com a mesma intensidade nos casos de inflações crônicas.

A primeira é que a causa da inflação é mais facilmente percebida pelas pessoas nos processos hiperinflacionários, uma vez que sua natureza fiscal e a necessidade de "seigniorage" (isto é, de receitas do governo obtidas via emissão de moeda) tornam-se óbvias, o que faz com que o simples anúncio de um programa de estabilização que inclua mudanças nos regimes fiscal e monetário seja suficiente - pela reversão fulminante de expectativas que acarreta - para garantir um alto grau de credibilidade, que, como sabemos, é fator essencial para o sucesso de qualquer programa de estabilização.

A segunda característica já foi por nós mencionada e refere-se ao fato de que o caos econômico e social provocado por uma hiperinflação convence - não por bem, mas por mal, infelizmente - as pessoas de que a situação é insustentável e que há necessidade de medidas bastante fortes, o que não ocorre nas inflações crônicas, em que sempre há um número grande de indivíduos dispostos a sustentar (cegamente, diga-se de passagem) que é preferível "conviver" com a inflação, mediante a adoção de políticas de rendas e o recurso à indexação. Nos casos de hiperinflação, o efeito "Olivera-Tanzi"⁽¹³⁾ - que estabelece que a defasagem entre o fato gerador e a coleta dos impostos reduz a arrecadação fiscal em termos reais quando a taxa de inflação aumenta - torna o

déficit público drasticamente crescente com a inflação, o que não é tão evidente nas inflações crônicas.

Adicionalmente, como apontou Sargent⁽¹⁴⁾, não podemos deixar de mencionar outro fator que tende a aumentar a credibilidade dos programas de estabilização de hiperinflações, que é o fato de que, após a estabilização, costuma ocorrer uma dramática remonetização da economia. De acordo com a teoria austríaca do valor, tal fato decorre do aumento da utilidade marginal da moeda que se segue à estabilização dos preços, em consequência da interrupção da orgia monetária.

A evolução da inflação brasileira nos últimos anos e sua resposta aos diversos "programas de estabilização" heterodoxos praticados ilustra convenientemente a distinção que Végh faz entre credibilidade "ex-ante", que é como o público percebe o programa assim que este é implementado, e credibilidade "ex-post", que é aquela (que pode ser maior ou menor que a inicial) conseguida pelo plano à medida em que ele evolui. De fato, basta compararmos a credibilidade "ex-ante" e "ex-post" dos nossos "planos de estabilização": a credibilidade "ex-antes" do primeiro deles (Cruzado) foi bastante elevada e só foi frustrada (baixa credibilidade "ex-post") depois de alguns meses, quando o público percebeu que se tratava de uma grande farsa eleitoral; a credibilidade "ex-ante" da segunda pajelança (o "plano Bresser") foi inferior à do Cruzado e superior à do terceiro experimento heterodoxo (o "plano Verão") e assim sucessivamente.

Para mostrarmos a forte relação existente entre as taxas de crescimento da oferta de moeda (medida pelo conceito M_1 , isto é, papel-moeda em poder do público e depósitos à vista) e as taxas de crescimento dos índices gerais de preços), podemos verificar os dados seguintes, extraídos de diversas publicações do FMI. São apresentadas quatro colunas: a primeira mostra as taxas de crescimento dos preços, a segunda classifica os países de acordo com essa taxa, a terceira apresenta as taxas de crescimento monetário e a quarta classifica os países segundo o crescimento monetário, no período 1961/1990. Dos oito países escolhidos, seis apresentaram as características principais dos processos inflacionários crônicos (Argentina, Brasil, Chile, Israel, México e Uruguai), o sétimo viveu uma hiperinflação explosiva (a Bolívia, em 1985) e o oitavo, tomado apenas para efeito de comparação, apresentou razoável estabilidade de preços (Estados Unidos).

Taxas de Crescimento dos Preços e da Oferta de Moeda-1961/1990

(médias geométricas anuais, em percentagens)

PAÍSES	PREÇOS		MOEDA	
	%	CLASSIFICAÇÃO	%	CLASSIFICAÇÃO
Argentina	142,7	1	134,2	1
Brasil	104,0	2	110,6	2
Bolívia	59,3	3	63,2	3
Uruguai	55,5	4	52,6	5
Chile	52,9	5	61,3	4
Israel	42,0	6	45,5	6
México	25,5	7	30,2	7
USA	5,1	8	6,1	8

De fato, esta é mais uma das inúmeras evidências de que a inflação, alta ou baixa, crônica ou esporádica, hiper ou não, é, como escreveu Friedman, "sempre e em qualquer lugar um fenômeno monetário". Os governos que mais emitem são os que, no longo prazo, geram mais inflação! Observemos que a ordem de classificação segundo os dois critérios (preços e moeda) é quase que rigorosamente a mesma; na realidade, ela só foi diferente nos casos do Chile, que foi o quarto em emissão de moeda e o quinto em crescimento de preços e do Uruguai, que foi o quinto em emissão de moeda e o quarto em crescimento de preços (as diferenças dos percentuais de crescimento dos preços entre os dois países são praticamente desprezíveis).

E isto é sempre verdadeiro! **Assim como a água molha e o fogo queima, a emissão de moeda provoca inflação**, tal como na definição de Mises que apresentamos no início deste capítulo. O que precisa ficar claro para o leitor é que a inflação é provocada **exclusivamente** pelo governo, quando seus bancos centrais permitem que a oferta de moeda cresça mais do que a demanda de moeda. Alguns bancos centrais fazem isso porque não possuem autonomia para não fazê-lo; outros, contudo, fazem-no criminosamente. A inflação - repetamos - é de responsabilidade exclusiva dos governos. Ela não depende nem do grau de desenvolvimento econômico, nem é causada pelos oligopólios (que existem, afinal, em **todos** os países), nem tampouco pelos "especuladores", pelos "agiotas", pelas hilariantes "perdas internacionais", pelo "capital", por

pretensas "contradições do capitalismo", pela "dívida externa", pela "ganância dos empresários", pelas "multinacionais", pela suposta "inércia" dos preços, pelo famoso (e inexistente) "conflito distributivo", por desvalorizações cambiais, nem por qualquer outro fator semelhante a esses, cuja indicação como "causa" da inflação brasileira - bem como da inflação de qualquer outro país - revela uma absoluta falta de conhecimento de teoria monetária por parte de quem os aponta, o que é, no mínimo, lamentável...

O período dos "pacotes" heterodoxos brasileiros (1986/1991) caracterizou-se por verdadeiros atentados contra a liberdade dos cidadãos e a ordem econômica constitucional. De fato, conforme resumiram os economistas do Instituto Liberal do Rio de Janeiro⁽¹⁶⁾, "muitos contratos foram arbitrariamente modificados, generalizando-se a prática de alteração de atos jurídicos perfeitos através da aplicação de "tablitas", desindexadores, mudanças de índice e de moeda. Desta forma, a imprevisibilidade econômica aumentou, tornando mais incerto o horizonte empresarial. O sistema de preços, já distorcido pela inflação, foi adicionalmente afetado pelos congelamentos e controles de toda ordem, não dando mais o sinal e o incentivo adequados para que os agentes econômicos pudessem dedicar-se à produção dos bens de maior escassez relativa. A atividade empresarial deixou de ser uma atividade produtiva e se transformou num exercício de adivinhação e de busca de informação privilegiada sobre as próximas medidas econômicas do governo, bem como na tentativa de influenciar, em Brasília, a miríade de decretos, resoluções, portarias, etc.

Assim que assumiu, o Presidente Collor, apesar de seu declarado compromisso com as mudanças, deu continuidade à prática anterior de política econômica, adotando um "pacote" que congelou os haveres financeiros privados e prejudicou o processo de poupança e investimento - base da expansão econômica de qualquer país. E tudo isto objetivando enxugar a liquidez e viabilizar financeiramente o governo".

Felizmente, parece que o triste ciclo dos "planos" heterodoxos foi encerrado, deixando efeitos contrários aos que se pretendiam: instabilidade econômica, política e social, além de, obviamente, terem posto seus diversos autores na moda, às custas do sacrifício da população, o que parece confirmar a modificação que Frederick Frey introduziu no "Princípio de Peter": "há pessoas que sobem três níveis acima de seu nível de incompetência, até a ocasião em que sua incompetência é notada"...

Desejamos encerrar este ensaio chamando a atenção para o fato de que os obstáculos legais e constitucionais à reforma do setor público - imprescindível para que o Brasil venha a ter uma moeda forte - devem ser removidos pelo legislador. O

fim de nossa inflação é uma exigência sobretudo moral, porque enquanto ela persistir não haverá crescimento sustentado e, portanto, aumentarão a pobreza e a miséria. A inflação destrói lentamente a dignidade humana!

Por isso, não há tempo a perder no que se refere às reformas institucionais necessárias para a moralização de nossa moeda. O jesuíta Juan Mariana (1535-1624), um dos expoentes dos escolásticos espanhóis, comparava o ato dos governos de adulterar a moeda para aumentar a sua quantidade - ou seja, a inflação - ao ato de um ladrão que invade as fazendas privadas para roubar cereais. Tal prática, conforme o Pe. Mariana assinalou em seu tratado sobre a moeda, contraria a razão e o direito natural⁽¹⁷⁾. Ele foi mais além, antecipando uma imagem que Milton Friedman utilizaria quase quatro séculos depois, pois foi o primeiro a comparar a degradação monetária com os efeitos dos estupefacientes: "é como a bebida dada ao indolente na hora errada, que o refresca no momento, mas logo causa acidentes piores e aumenta a indolência"⁽¹⁸⁾.

Definitivamente, se desejamos de fato ter uma moeda forte, precisamos limitar institucionalmente, ou, preferencialmente, diluir o poder governamental de emitir moeda, isto é - já que escrevemos estas linhas no dia da festa dos reis magos -, precisamos tirar o rei Herodes da porta do berçário... Ou, como dizia Hayek, não deixar o gato tomando conta do pires de leite...

Capítulo 16

LIBERALISMO, POBREZA E MISÉRIA

"Porque, pobres, sempre os tereis convosco e, quando quiserdes, podeis fazer-lhes bem; a mim, porém, não Me tereis sempre". (Mc 14,7)

Em uma nota bastante lúcida, o Prof. Og Leme⁽¹⁾ chamou oportunamente a atenção para o fato, que pode ser atribuído a um misto de estratégia política com ignorância, de que a esquerda procura caracterizar sempre o liberalismo como se fosse uma posição conservadora de direita. A verdade é exatamente o contrário dessa afirmativa. O escritor liberal peruano Mario Vargas Llosa tem dito em diversas conferências que, onde quer que impere, como na América Latina, uma ordem nacional caracterizada por excessos de poderes estatais, a posição dos liberais está infinitamente longe do conservadorismo: ela é, na verdade, **progressista** e **revolucionária**.

Quem são os verdadeiros progressistas - sem aspas - e quem são os "progressistas", com as necessárias aspas para indicar os limites de sua visão distorcida das questões econômicas, políticas e éticas? O Prof. Leme responde a esta indagação de maneira concisa e esclarecedora.

Provavelmente, escreveu ele, "os ignorantes e os mal-intencionados vão continuar dizendo que os liberais são conservadores, amantes e defensores da ordem constituída, avessos a mudanças, indiferentes aos problemas das classes menos favorecidas, e assim por diante..., como se fossem os liberais que estivessem **contra** a privatização, a desregulamentação, os cortes nos excessos da máquina estatal, enfim, a quebra dos grilhões estatais que aprisionam os cidadãos, inibem a sua liberdade, agridem os seus direitos de propriedade e conspurcam a sua dignidade pessoal. Os liberais querem mudar o "status quo", mas os conservadores autênticos (que são os da direita) e os esquerdistas obscurantistas não concordam. Para estes, a Petrobrás é intocável e o protecionismo é "imexível". Os liberais querem acabar, por exemplo, com os Ministérios da Indústria e Comércio, da Educação e da Cultura, porque (sabem que) o Governo nada tem a ver com os problemas de indústria, comércio, educação ou

cultura. Os dinossauros da esquerda querem mantê-los, ou melhor, conservá-los. Os liberais querem acabar com a retrógrada legislação trabalhista, que sob a equivocada pretensão de "proteger" os trabalhadores, acaba condenando-os à servidão e à pobreza. A esquerda continua defendendo o trabalhismo sindicalista de Vargas e confinando os trabalhadores à sua triste condição atual. Os liberais querem mudanças, mas a esquerda prefere defender as pseudoconquistas dos trabalhadores. Em suma, a esquerda (e a direita) é (são) conservadora(s), o liberalismo é revolucionário (e progressista)"⁽²⁾.

Outra alusão - cuja impropriedade resulta, também, de uma pernicioso combinação de má-fé com falta de informação - a que costuma frequentemente recorrer a esquerda brasileira (tanto a ala dos sindicalistas raivosos quanto a dos social-democratas um pouco mais intelectualizados) - é a de que já tentamos no Brasil, e sem bons resultados, o capitalismo, a ortodoxia fiscal, a ortodoxia monetária, o liberalismo e, mais recentemente, o "neoliberalismo" da fase Collor. A verdade, também neste caso, está a anos-luz de distância: a experiência brasileira, lamentavelmente, tem sido uma ininterrupta simbiose de mercantilismo, corporativismo e patrimonialismo, que, como sabemos, são manifestações endêmicas do hemisfério sul e que estão para o liberalismo assim como a "cantora" Madonna está para a Madonna del Garofano, de Da Vinci...

Tais esclarecimentos vêm a propósito do grave problema da pobreza e do flagelo da miséria, cujo visível crescimento em nosso país, como procuramos antecipar na Introdução deste livro, está conduzindo nossa sociedade à sua "Hora da Verdade", pelo esfacelamento da atividade econômica produtiva, pelos perigos que representa para a ordem política e, sobretudo, pela degradação da dignidade humana que impõe a muitos milhões de brasileiros. Reduzir a pobreza e eliminar a miséria no Brasil são, antes de mais nada, imposições de caráter moral, a que nenhum de nós pode fugir.

Há, contudo, dois modos de escapar a esse dever de solidariedade humana. O primeiro é por omissão e revela más intenções, egoísmo, preguiça, ódio e outras deformações do espírito. O segundo, embora muitas vezes lastreado em boas intenções, caridade, solidariedade, amor e outras virtudes morais, consiste no erro de julgar-se que se pode combater a pobreza e erradicar a miséria sem que se tenha conhecimento adequado do processo gerador da riqueza, da prosperidade e do progresso, o que tem levado ao agravamento do problema e, portanto, provocado um maior distanciamento (involuntário, é verdade) de sua solução. As causas da pobreza e da miséria são as recíprocas das origens da riqueza e da prosperidade; quando não se está bem fundamentado quanto às segundas, agrava-se, mesmo a contragosto, as primeiras. Eis aí uma fonte de muitas frustrações no Brasil, do passado até hoje.

A estratégia dos "progressistas" de procurar vincular o liberalismo com o conservadorismo, juntamente com os falsos diagnósticos para a questão da pobreza, têm provocado efeitos devastadores. A primeira, por sua faculdade de mexer com a sensibilidade das pessoas bem intencionadas, tem o efeito de adiar a aceitação das soluções liberais por parte dos eleitores, que se mostram receosos de dar seu apoio a idéias que - segundo foi subliminarmente incutido em suas cabeças - são "contrárias aos interesses dos pobres". Os segundos, porque apresentam uma tendência natural para gerar falsas soluções de natureza distributivista, como soem ser as práticas do Estado beneficente ("welfare state"). Gera-se, assim, o círculo vicioso latino-americano, em que, paradoxalmente, quanto mais o afastamento do liberalismo agrava os problemas econômicos e sociais, mais se acredita que esses problemas são atribuíveis ao liberalismo.

A esperança dos liberais, contudo, está na força da evidência dos fatos: não há como continuar a não enxergar, por muito tempo, a relação inequívoca que existe entre liberdade individual e prosperidade. Todos os países que têm conseguido institucionalizar a liberdade têm obtido como resultado a prosperidade. Basta que se olhe com imparcialidade para os países hoje ditos desenvolvidos, bem como para o que vem ocorrendo na Ásia, assim como no Chile e, agora, no México e, ao que parece, na Argentina.

Sempre haverá pobres no mundo, o que significa que a luta contra a pobreza é e será uma batalha permanente de **todas** as sociedades. De fato, também existe pobreza nos países desenvolvidos, só que em graus inferiores à pobreza existente nos países atrasados, o que nos leva a concluir que a vitória contra esse mal, do ponto de vista de uma sociedade como a brasileira, está em reduzir a **pobreza relativa** existente: muitos pobres americanos, por exemplo, seriam facilmente incluídos na classe média brasileira. Reduzir a pobreza relativa consiste em fazer com que nossa pobreza absoluta caia mais rapidamente do que a das sociedades desenvolvidas.

Não é uma tarefa fácil, mas é possível, desde que abandonemos as práticas comprovadamente equivocadas que sempre adotamos e tenhamos a coragem e a capacidade para institucionalizar as reformas que nos coloquem, depois de tantos anos, no caminho certo.

A necessidade de atacar os males da pobreza e da miséria é tão grande e premente no Brasil que, conforme recomendam os liberais, "a priori, se deve admitir a conveniência da divisão da terapia em dois tempos: a de curto e a de longo prazo"⁽³⁾. No curto prazo, trata-se da adoção de medidas de urgência que, contudo, não podem ser tomadas

apenas com o coração, mas também com o cérebro, porque devem ser compatíveis com as medidas estruturais de longo prazo, preparando o caminho para estas últimas.

Além disso, conforme sugerem com propriedade os mesmos especialistas, a ação oficial deve, para ser eficaz, fundamentar-se em dois blocos de informações. As primeiras, de natureza teórica, "requerem um balanço no conhecimento existente sobre as causas da pobreza e da sua recíproca, as origens da riqueza ou prosperidade. As segundas remetem-nos não apenas à convencional montagem de um programa de ação, com a indispensável adequação dos meios aos fins, mas também à cuidadosa análise de experiências realizadas em outros países, tanto das bens sucedidas como das fracassadas"⁽⁴⁾. Se isto não for considerado e o Estado, mesmo movido pelas melhores intenções, lançar-se em programas meramente assistencialistas e sem compromissos com metas corretamente definidas para o longo prazo, os custos monetários desses programas só serão ultrapassados pelos custos dos fracassos e das frustrações de esperanças, bem como pelos custos imprevisíveis que a desorganização social costuma acarretar.

Analizamos, no capítulo 12, as forças que são capazes de deflagrar aquilo que os economistas costumam chamar de crescimento autosustentado e sabemos que elas podem ser resumidas em dois conjuntos de condições, aos quais Hayek deu os nomes gregos de Nomos e Thesis e que correspondem ao que o extraordinário filósofo moral Adam Smith estabeleceu, há mais de dois séculos, como sendo as causas da riqueza das nações.

Para Adam Smith, bem como para economistas do calibre de Hayek, Buchanan, Friedman, Shultz, Coase, Stigler e Gary Becker - Todos laureados com o Nobel da Economia - a riqueza das nações depende, essencialmente, de um cenário institucional garantidor das liberdades e direitos individuais, que proporcione aos agentes econômicos o exercício autônomo e responsável de seu esforço, criatividade, inventiva, trabalho e outras virtudes do espírito humano, diante do problema da escassez.

Na realidade, como observou Novak⁽⁵⁾, o crescimento econômico, enquanto ramo da teoria econômica, surgiu com Adam Smith, que, conforme o escritor católico argentino Alejandro Chafuen mostrou em um interessante e exaustivo trabalho de pesquisa e de análise, foi bastante influenciado, embora indiretamente, pelos tratadistas morais da Universidade de Salamanca, na Espanha⁽⁶⁾. Podemos afirmar seguramente que somente depois que "A Riqueza das Nações" foi publicada, em 1776, é que se começou a perceber que o crescimento econômico estava ao alcance das diferentes nações.

A questão levantada por Smith, que - convém lembrarmos - era um filósofo moral que se interessou pela Economia, é, a

rigor, de natureza empírica e pode ser sintetizada em uma importante pergunta: se o objetivo é promover o bem comum e a prosperidade geral, o melhor meio é encorajar os indivíduos a fazer os seus próprios juízos racionais e práticos, dentro do campo de ação de cada um, ou encorajá-los a pensar nos interesses de toda a sociedade? A resposta de Adam Smith, com a qual concordam os liberais (de ontem, de hoje e de sempre) é a de que, no conjunto, os indivíduos são capazes de promover o bem e a prosperidade geral com maior solidez, continuidade e efetividade pelo primeiro método do que pelo segundo.

Como nota Novak⁽⁷⁾, a resposta de Smith decorre do princípio católico da subsidiaridade, em que se baseou Abraham Lincoln para decretar seu "Homestead Act" em 1862, com vistas a povoar o oeste americano e que foi consagrado por Pio XI, em 1931, em sua encíclica "Quadragesimo Anno" e reafirmado por João Paulo II, em 1991, na encíclica "Centesimus Annus". Tal princípio refere-se ao fato de que aqueles diretamente envolvidos nas atividades que executam estão em posição melhor para realizar julgamentos mais prudentes. Além disso, esses atos de inteligência individual, somados, constituem uma gigantesca massa de sabedoria social. Os romanos condensavam este princípio na máxima do pintor Apeles (Séc. IV a.C) - "ne sutor supra crepidam" (não suba o sapateiro acima das sandálias) - pronunciada a um sapateiro que, depois de olhar um de seus quadros e criticar a pintura das sandálias, pôs-se a criticar outros pormenores. Uma atitude sem dúvida imprudente, semelhante à do Estado, ao pretender criar riqueza e distribuí-la, algo que ele tem dado provas cabais de que não entende...

Decorridos mais de dois séculos desde que Adam Smith identificou as causas do crescimento econômico, a teoria econômica, embora tenha crescido enormemente em sofisticação, avançou pouco neste campo do conhecimento. Os progressos obtidos, contudo, foram importantes e podem ser condensados em duas grandes contribuições. A primeira, formada a partir do trabalho pioneiro de Bastiat, ainda no século XIX⁽⁸⁾ e complementada com invulgar brilhantismo por Hayek, Coase, Leoni e Buchanan, refere-se à compreensão do papel de determinadas instituições, das relações da economia com o direito, mostrando as vantagens do direito consuetudinário (Nomos, "Common Law") sobre o direito positivo (Thesis, "civil law") e ressaltando as diferenças entre lei e legislação.

A segunda contribuição refere-se à teoria do capital humano, atribuída a Theodore Schultz e Gary Becker, cuja importância mostramos no capítulo 11, em que ressaltamos que os investimentos em educação, saúde e nutrição, ao melhorarem a qualidade dos seres humanos, contribuem simultaneamente para a geração e a distribuição da riqueza.

Eis, portanto, os ingredientes básicos do processo gerador de riqueza: "um cenário individual compatível com a liberdade individual e bons atores, isto é, saudáveis e educados. Que falta para um bom espetáculo? Falta apenas uma boa história, um "script" competente"⁽⁹⁾. A diferença entre os liberais e os falsos "progressistas" é que os últimos, embriagados pelo construtivismo racionalista, desejam que o Estado, direta ou indiretamente, se aposses do espetáculo, impondo a todos o cenário, o "script", a rigorosa distribuição dos papéis e os preços dos ingressos referentes a uma peça cujo teor e resultados são pré-concebidos e impostos a todos. Já os liberais não crêem em histórias pré-concebidas: o "script" é uma consequência imprevisível, baseado em "performances" individuais autônomas. Tal como em um concerto de "jazz", em que os músicos improvisam sobre um tema, respeitando sua harmonia e criando melodias e figuras rítmicas, os agentes econômicos agem livremente, respeitando os acordes institucionais e dando vazão à sua criatividade.

A evidência empírica, em todas as partes, vem dando suporte às teses liberais que, desde Adam Smith, vêm sustentando que a ação livre, autônoma e espontânea dos agentes econômicos, em um pano de fundo institucional que lhes garanta liberdade e segurança, é muito mais adequada à formação e distribuição natural da riqueza do que aquilo que Hayek chamou de "pretensão fatal" de algumas pessoas, as quais se consideram em condições de determinar "o quanto se vai crescer", "como se vai crescer", "quem vai ganhar ou perder", "quanto se vai ganhar ou perder", etc.

Com base nessas considerações e examinando-se as experiências de diversos países, algumas bem sucedidas, outras fracassadas, o que pode ser feito para colocar o Brasil na estrada da riqueza, reduzindo sua pobreza, eliminando sua miséria e, portanto, devolvendo a dignidade a milhões de brasileiros?

A resposta liberal é bastante clara: "- Reduzindo os poderes do governo, recolocando-o no seu devido lugar, nas suas autênticas tarefas, entre as quais se inclui a indução de investimentos em saúde pública e educação básica. Isso feito, serão os cidadãos brasileiros - e não as autoridades - que poderão dizer não "o que devemos crescer", e sim "o que poderemos crescer" com base na iniciativa individual, exercida em clima de liberdade, responsabilidade e incerteza"⁽¹⁰⁾.

O planejamento central não se mostrou capaz de enriquecer os países que o adotaram, como a ex-União Soviética, que passou mais de setenta anos vivendo essa grande ilusão, a ex-Alemanha Oriental, a Hungria, a Polônia, a ex-Tcheco-Eslováquia, a Iugoslávia, a Romênia, a Albânia, a China continental e a ilha de Fidel. A razão dessas frustrações já fora apontada por Mises nos anos vinte:

simplesmente, é impossível o cálculo econômico sob o socialismo. Isto decorre do fato de não existirem preços nessas condições, apenas pseudo-preços. De fato, existe cálculo econômico se e somente se existirem preços; há preços se e somente se houver mercados e existem mercados se e somente se existir propriedade privada. Logo, se não há propriedade privada, não existe mercado e, portanto, não há preços, o que inviabiliza qualquer cálculo econômico. Obviamente, um sistema que não tem como efetuar cálculos econômicos tende a ser ineficiente, o que o desqualifica como gerador de riqueza. Daí o socialismo haver-se especializado em distribuir a pobreza. Em Cuba, por exemplo, não há desigualdades de renda: todos são pobres, com exceção dos membros da "nomenklatura"... Todos são compulsoriamente pobres.

As tentativas de se produzir soluções mistas entre o liberalismo e o socialismo - isto é, a denominada "terceira via" da social-democracia - que geraram a prática do Estado do Bem-Estar ("welfare state") ou Estado beneficente, também apresentaram resultados negativos nos Estados Unidos, Grã-Bretanha, Suécia, Israel, Austrália, Nova Zelândia e onde quer que tenham sido executadas.

Vamos comentar apenas uma dessas experiências, a dos Estados Unidos, a fim de não nos alongarmos em demasia. O relato da experiência daquele país, resumido dos recentes estudos de Robert Rector⁽¹¹⁾ e Charles E. Greenawalt⁽¹²⁾, é mais do que suficiente, quando somado à teoria que a segunda parte deste livro esmiuçou, para que o leitor verifique que a experiência da nação mais rica do mundo com o "welfare state" tem sido um caríssimo e formidável fracasso.

Segundo o governo norte-americano, há cerca de 30 milhões de "pobres" naquele país, embora apenas uma pequena parcela desse número possa ser enquadrada no conceito convencional de pobreza, que se refere a alimentação, vestuário e moradia. Desses 30 milhões de "pobres", em termos de famílias, 40% têm casa própria, 62% possuem automóvel, praticamente todas não têm carências nutricionais, cerca de um terço possuem forno de microondas e a metade tem o dobro do espaço residencial médio japonês e o quádruplo da média russa.

Como observa o Prof. Og Leme, "a estrutura familiar e o comportamento pessoal (nos Estados Unidos) são os dois mais importantes fatores na determinação do bem-estar econômico familiar: apenas 3% dos casais formalmente casados, com filhos e um membro da família trabalhando em tempo integral, são pobres, ao passo que 67% das mães solteiras que não trabalham são pobres"⁽¹³⁾. Em resumo, enquanto no Brasil milhões passam fome e vivem em meio ao lixo, nos Estados Unidos as famílias "pobres" são as que possuem apenas um

carro, o que nos leva a concluir que nossa responsabilidade de solucionar a questão é bem maior.

As conclusões de Rector, mostrando o fracasso do "welfare state", foram resumidas pelo Professor Leme em cinco pontos. Primeiro, o nível de gastos em assistência social nos Estados Unidos é enorme e crescente no tempo, tendo atingido US\$ 226 bilhões em 1990, o que corresponde a 4,1% do PIB. Segundo, esse grande volume de recursos, que deveria ser mais do que suficiente para melhorar a vida dos supostos beneficiários, não o foi. Terceiro, o crescimento das chamadas despesas "sociais", ao invés de aliviar a pobreza, contribuiu para aumentar o número de mães solteiras sem condições de sustentar seus filhos, posto que, para que possam continuar recebendo a ajuda oficial, elas não podem estar empregadas e nem casar-se com homens empregados.

Isto nos remete ao quarto ponto, que é o da existência, nas comunidades de baixa renda, da pobreza comportamental, constituída pela relativização moral, a ruptura de valores sólidos e a degradação da conduta, o que gera obstáculos à constituição de famílias sadias, cria dependência em relação à ajuda oficial, destrói a ética do trabalho, bloqueia as aspirações educacionais e os estímulos para a busca do sucesso pessoal, prejudica a criação dos filhos, aumenta o número de mães solteiras e de uniões conjugais ilegítimas e incentiva o crime, o abuso do álcool e o uso das drogas.

Em quinto lugar, Rector mostra que, embora a pobreza material possa ser pequena nos Estados Unidos, a pobreza comportamental é grande e mantém-se crescendo. Este último fenômeno, claramente, também vem ocorrendo no Brasil. Tudo indica que, algum dia, o mundo inteiro venha a fazer um balanço de quão negativa foi a adoção do relativismo moral, reforçado pelo "welfare state".

O Estado assistencialista vê-se, então, às voltas com um dilema: os programas de combate à pobreza, além de não reduzirem a pobreza material, agravam a pobreza comportamental, o que significa que eles aumentam a pobreza, que são lesivos e desagregadores, o que, aliás, já fora temido pelo próprio Roosevelt, o implantador do "New Deal", que se referia aos "efeitos narcóticos" da beneficência.

As conclusões do estudo de Greenawalt apontam para o mesmo ceticismo em relação ao assistencialismo de Estado. Por exemplo, entre 1969 e 1989, os governos estaduais e municipais gastaram algo em torno de US\$ 950 bilhões em diversos programas assistencialistas; no entanto, a parcela da população abaixo da linha de pobreza cresceu de 12,1% para 12,9%, entre 1969 e 1989.

O "New Deal", estabelecido em 1935 por Roosevelt, foi concebido para ser uma série de programas temporários, para amenizar a crise econômica dos anos 30. Os governos de diversos países, ao invés de enxugá-los e extingui-los, ampliaram-nos e os tornaram perenes, o que tem acarretado, além de efeitos inflacionários e recessivos naqueles países que financiam esses programas com emissão de moeda e endividamento, os efeitos de agravar a pobreza comportamental, com a erosão das bases morais das sociedades.

O que deve ser feito, então, já que - ao que parece - chegamos a um dilema: não atacar a pobreza é, como vimos, imoral, mas atacá-la mediante políticas "sociais" beneficentes, aparentemente, corrói os valores morais das sociedades? Não existe dilema nenhum, felizmente; basta aprendermos com o exemplo das experiências bem sucedidas. Para tal, é interessante olharmos o caso chileno, analisado por José Piñera⁽¹⁴⁾ e Tarcisio Castañeda⁽¹⁵⁾.

O que se procurou fazer no Chile foi, em linhas gerais, institucionalizar uma ordem geral compatível com a liberdade econômica e, ao mesmo tempo, melhorar a qualidade do capital humano.

As reformas institucionais chilenas, de acordo com Piñera, foram em número de cinco: (a) reforma radical do Estado, caracterizada pela privatização (95% das "empresas" estatais foram privatizadas), desregulamentação e descentralização; (b) reforma do comércio exterior, com a eliminação de proibições e regulamentações, a redução drástica das tarifas alfandegárias, a extinção de quotas e autorizações e a abertura da economia para o comércio internacional; (c) reforma do sindicalismo, com a adoção da liberdade sindical e das negociações coletivas; (d) reforma da previdência social, que foi privatizada e (e) abertura da economia ao capital externo, em condições idênticas às concedidas ao capital nacional, sem penalizações e sem privilégios.

No que se refere à melhoria da qualidade do capital humano e ao combate à pobreza, embora a iniciativa tenha sido, como não poderia deixar de ser, do governo, as ações eram, sempre que possível, deixadas a cargo dos agentes particulares e das forças de mercado. Além disso, como nos relata Castañeda, a ação do Estado procurou obedecer ao critério da subsidiaridade, com as características da descentralização administrativa e da priorização do papel dos municípios. Os chamados "gastos sociais" foram redirecionados para a parcela efetivamente carente da população, com a minimização dos gastos que beneficiavam os menos carentes (como a educação universitária, por exemplo) e a preocupação de exigir-se, como contrapartida, algum esforço da parte dos beneficiários diretos, para resguardar e fortalecer a ética do trabalho e os valores morais mais sólidos.

O programa educacional seguiu as linhas daquele que esboçamos no capítulo 14. Estimulou-se o setor privado, aumentou-se as oportunidades e a eficiência do sistema público melhorou. Instituiu-se o sistema de vales-educação ou "vouchers" (cupons), em que as contribuições por aluno são iguais para as escolas particulares e públicas. Para a educação superior, instituiu-se um sistema de créditos financeiros para os universitários carentes.

No campo da saúde e educação, priorizou-se os grupos mais necessitados e vulneráveis da zona rural, onde as deficiências eram maiores. Os serviços sanitários foram descentralizados, dando-se maior autonomia às iniciativas municipais. Os contribuintes do sistema securitário de saúde passaram a poder optar entre os serviços públicos e os privados.

Na área habitacional, enfatizou-se, também: (a) os beneficiários mais pobres, com a substituição dos subsídios indiretos (taxas de juros inferiores aos níveis de mercado) por subsídios diretos, endossáveis e pagáveis em moeda; (b) a substituição do Estado, que se ateu à fixação de normas, ao financiamento das construções e à seleção dos beneficiários, pelo setor privado, que ficou incumbido da construção de casas, da intermediação financeira, da provisão dos serviços urbanos e da habilitação dos terrenos.

A privatização da previdência foi um sucesso total: hoje, cada trabalhador chileno tem uma "caderneta de poupança", na qual é depositada sua contribuição de 10% do salário, mensalmente. O saque só pode ser realizado por ocasião da aposentadoria, que, mediante o sistema de capitalização adotado, atinge entre 70% e 90% do último salário. Todo o sistema está nas mãos de empresas privadas, que competem entre si para atraírem os depósitos dos trabalhadores, que deixam de humilhar-se para obter os serviços precários do Estado e passam a ser "perseguidos" pelas empresas, cada uma oferecendo-lhes mais vantagens que as suas concorrentes. Se, contudo, o trabalhador chegar aos 65 anos com um capital reduzido, seja porque seus rendimentos eram baixos ou porque enfrentou períodos de desemprego, o Estado supre a diferença, pois cabe a ele assegurar a todos um mínimo, a partir do qual cada cidadão vai tentar construir, dentro de um sistema de liberdade pessoal, sua aposentadoria.

Com esse conjunto de medidas, a situação econômica e social do Chile vem experimentando sensíveis avanços. Evidentemente, não pretendemos dizer que a pobreza foi erradicada, mas sim que ela foi reduzida, ao passo que no Brasil ela vem crescendo assustadoramente.

O homem tem o privilégio de aprender com as experiências, suas e alheias. Olhar o que deu certo e copiar, adaptando; espiar o que fracassou, verificar os motivos do fracasso e afastar tais experiências.

São longos e difíceis os caminhos do crescimento, do progresso e da prosperidade. Além disso, jamais deixará de haver - o próprio Cristo o declarou - pobreza relativa, pelo simples fato de que os homens diferem entre si. Reduzir a pobreza absoluta e eliminar a miséria são, como vimos, exigências morais; logo, tentar aprender o que deve ser feito para tal é, também, uma tarefa moral.

Este último capítulo tentou, resumidamente, apontar para fatos importantes, se pretendemos ter sucesso, no Brasil, na cruzada contra a pobreza. Um desses fatos é que se deve harmonizar uma estratégia de longo prazo com medidas emergenciais para aliviar a situação dos mais carentes. Outro, é que essas medidas de emergência, válidas em situações de desespero, não podem ser mantidas indefinidamente, como defendem os adeptos do Estado do Bem-Estar. Uma terceira lição é que devemos adaptar aquilo que deu certo, em outros países, ao nosso e, obviamente, rejeitar as experiências, como o socialismo e a social-democracia, que malograram. E o que sempre deu bons resultados, no sentido de reduzir o problema da pobreza a dimensões toleráveis, foi o binômio instituições liberais-capital humano, caracterizado pelo Estado mínimo (que não é necessariamente um Estado pequeno em termos absolutos, mas pequeno relativamente ao tamanho atual), pelo Estado de direito, pela economia de mercado, pela descentralização dos poderes e por investimentos em educação, saúde pública, saneamento, nutrição e habitação.

Conforme observa Michael Novak⁽¹⁶⁾, ao questionar a chamada Teologia da Libertação, é a experiência que nos deve indicar quais são as instituições que melhor atendem à libertação na prática. "Nenhuma o faz sem mácula. Nunca conseguiremos construir o paraíso na Terra. O que os cristãos podem, todavia, é pretender a construção de instituições que alcancem as três libertações fundamentais: liberdade de ordem política; libertação da pobreza; e liberdade de consciência, de informação e de idéias".

E a experiência nos ensina que as instituições liberais devem ser tais que se reformem a partir de si próprias, com base no diálogo, em ambiente que caracterize uma ordem nacional compatível com os direitos e liberdades individuais. Porque onde não houver respeito aos direitos individuais e à liberdade, não pode haver verdadeira libertação⁽¹⁷⁾, pois aí não estará o "espírito do Senhor"⁽¹⁸⁾.

Thomas Jefferson dizia que "o Deus que nos deu a vida, nos deu a liberdade". Somente quando conseguirmos

institucionalizar a liberdade no Brasil teremos cumprido nossa tarefa moral de enfrentar corretamente a questão da pobreza e da miséria.

Até lá, estamos condenados a continuar ouvindo a inútil cantilena da "preocupação social", desafinadamente entoada por nossa esquerda definitivamente conservadora.

EPÍLOGO

REFORMANDO A CASA

"Nada, efetivamente, é menos liberal que esperar de um governo que ele instaure o liberalismo".

(Guy Sorman)*

Quando aquele Boeing deixou o Aeroporto Internacional do Galeão, em fins de 1992, as esperanças que moviam o grupo de jovens brasileiros que haviam resolvido, decepcionados com nosso país, tentar fazer o seu futuro em terras distantes, eram rigorosamente as mesmas que, há um século, trouxeram meus avós calabreses e milhares de outros imigrantes para o Brasil. É desnecessário descrevê-las. Talvez seja suficiente acrescentar que, para um país tão grande e potencialmente rico como o nosso, que fora escolhido pelos que aqui vinham morar e trabalhar como o país do futuro, era uma grande frustração essa inversão nos fluxos migratórios que vinha ocorrendo até recentemente. É como se aquele Boeing estivesse levando em seu interior um pedaço do futuro de cada um de nós, do "Brasile" em que acreditou o velho Giovanni Iorio. São bem apropriados para descrever aquela situação aqueles versos dos "Cantos Indecisos", de Teixeira de Pascoaes: "-tenho, às vezes, saudades do futuro, / como se ele já fora decorrido.../ Um sentimento escuro / De quem, antes da vida, houvesse já vivido."

Mas o progresso não há de ser construído com versos, nem com lamúrias; antes, ele depende de esperanças e, como escreveu Alain, em "Minerva ou a Sabedoria", das pontas das ferramentas. Mas que ferramentas? Esperamos sinceramente que este livro tenha ajudado o leitor a concluir por conta própria que não devemos esperar mais que sejam martelos, foices e a ideologia que representam, nem tampouco pás, com que os social-democratas constróem os seus conhecidos muros, em que acumulam os tijolos da indecisão que caracteriza a inconsistência lógica de um sistema que tenta combinar liberdade política com falta de liberdade econômica, o que, definitivamente, é contraditório.

As ferramentas de que o Brasil necessita para tornar-se uma nação rica e próspera, reduzindo a pobreza, erradicando a miséria e trazendo de volta os jovens que continuam a partir, ele já as possui: são a inteligência, a criatividade, a honestidade, a paciência e a vontade de trabalhar de seu povo. Dessas virtudes, apenas a da paciência tem sido exageradamente "incentivada" pelos efeitos da estagflação; as demais, infelizmente, têm sido aprisionadas por instituições que reverenciam o passado, desdenham o próprio presente e dão as costas para o futuro.

O liberalismo, como procuramos mostrar ao longo dos dezesseis capítulos deste livro, não é uma ideologia para um país rico; é, essencialmente, um conjunto de providências, práticas e aperfeiçoáveis com o tempo, para um país tornar-se rico.

Em que consiste a solução liberal para o Brasil? Simplesmente, na montagem daquelas instituições a que fizemos constantemente alusão. Precisamos - nós, cidadãos, que,

embora às vezes não o saibamos, podemos controlar o Estado - começar a tarefa essencial de reformatar a casa, o que significa o abandono das pinturas superficiais das soluções paliativas, casuísticas e protelatórias, em favor da realização de obras de estrutura, que atinjam o telhado quebrado pelos problemas econômicos, as tubulações furadas pelos impasses políticos e os alicerces abalados pelo relativismo moral.

Essas obras estruturais indispensáveis já são, a esta altura, do conhecimento do leitor e sua finalidade é a de estabelecer um cenário institucional compatível com a liberdade individual e com a valorização do capital humano. Esta é a tarefa a que se devem propor todos os brasileiros e, dentro dela, o papel do Estado é fundamental, como indutor do processo.

O liberalismo não é contra o Estado: pelo contrário, ele é favorável a um Estado forte, mas cuja fortaleza se imponha pela ética e pela moral, e não pelo tamanho ou pelas armas; pela autoridade de verdadeiras leis, e não por falsas leis, emanadas de autoridades que se apossam de sua produção; e pela serventia aos cidadãos, e não pela servidão forçada dos cidadãos.

O Estado liberal é mínimo no sentido ético e não no aspecto físico; quando o Estado arvora-se em fazer o que não devem ser atribuições suas, ele agride a ética: torna-se imoral. É como escreveu em um artigo bastante lúcido o jurista Diogo Moreira Neto: "Esse Estado, que criou seu imenso ativo econômico à custa de um humilhante passivo social, é imoral: deve pagar seu débito social com o capital de suas empresas, pois ele não foi criado para ser rico, mas para permitir que o sejamos. Esse Estado, que estruturou sua máquina de poder à custa do sacrifício de gerações, é imoral: deve desmontar sua máquina pública para que essa e as futuras gerações não tenham que sustentar ineficiência e ociosidade. Esse Estado, que legislou abundantemente sobre tudo à custa da sagrada liberdade das pessoas de procurarem realizar, cada uma, o seu conceito de felicidade, é imoral: deve refluir para o essencial, para o que é a única instituição possível, e permitir que a sociedade retome, outra vez, a direção de seus próprios rumos, o que só ela pode fazer com eficiência"⁽¹⁾.

Não há qualquer sentido na expressão "choque liberal"; antes, devemos iniciar nosso caminho liberal, uma vez que nada no liberalismo é definitivo, tudo está sujeito a mudanças, desde que se demonstre racional e criticamente que as mudanças são favoráveis ao aprimoramento das condições de vida. Por isso, não aceitamos qualquer adjetivo aplicado ao liberalismo; expressões como "neoliberalismo", "social-liberalismo", "liberalismo progressista" e outras semelhantes capturam em quem as utiliza um lamentável desconhecimento de

que o liberalismo é um processo dinâmico, caracterizado por mutações permanentes de natureza institucional, sendo tais mudanças efeito de um ininterrupto processo evolutivo, de natureza espontânea, fruto da ação humana, mas não do planejamento. Assim sendo, o liberalismo dispensa adjetivos; o que importa são seus efeitos substantivos, que se traduzem por sua maior capacidade de criar riqueza.

Precisamos - sem esperar que algum governo o faça - começar a seguir pelo caminho liberal, reformando nossa casa. As linhas gerais da reforma foram suficientemente estabelecidas ao longo do livro, especialmente nos cinco ensaios que compõem a terceira parte, com base na fundamentação filosófica da primeira parte e no curso introdutório sobre a Escola Austríaca de Economia, que enfeixa a segunda.

É, voltamos a frisar, um caminho a ser permanente e pacientemente demarcado, que não pode nem deve ser determinado com exatidão, porque a economia política não é uma ciência exata e porque faz parte das características do liberalismo o racionalismo crítico, que se traduz em uma atitude permanente de abertura ao diálogo e à discussão, sempre em busca de algo que ninguém vai conseguir jamais aprisionar por inteiro, que é a verdade em ciências sociais.

É este caminho que convidamos o leitor, bem como todas as demais pessoas bem intencionadas -liberais ou não - a partilhar conosco, discutindo, discordando, concordando, ouvindo, propondo aperfeiçoamentos, porque acreditamos que com isso ganhará o Brasil.

Afinal - e isso não deve ser esquecido - quando Deus fez o nosso país, "viu que estava perfeito". Não devemos continuar a decepcioná-lo, estragando o que Ele fez com tanto amor.

NOTAS

Introdução

- * Josemaría Escrivá, *Caminho, Quadrante*, São Paulo, 7ª ed., 1989, nº 251, pág.77. Escrivá, ao formular este pensamento, tinha como objetivo chamar a atenção contra o mau hábito que constitui o adiamento dos bons propósitos.
1. Para uma excelente exposição - fartamente documentada - a respeito do fenômeno da politização dos problemas econômicos e morais, recomendo a leitura de "Tempos Modernos - o Mundo dos Anos Vinte aos Oitenta", de Paul Johnson, Instituto Liberal, Rio de Janeiro, 1990, bem como o livro de Michael Novak, "O Espírito do Capitalismo Democrático", Nordica, Rio de Janeiro, s/data, especialmente págs. 200 e segs.
 2. Bell, Daniel, "The Cultural Contradictions of Capitalism", Basic Books, Nova York, 1976, págs. 10 e segs.
 3. Novak, M., op. cit., pág.200.
 4. Este foi o caso, por exemplo, dos anos do chamado "milagre brasileiro" (início dos anos setenta), em que o funcionamento relativamente satisfatório do sistema econômico e do sistema moral-cultural, malgrado o estado insatisfatório do sistema político, conseguiu garantir alguns anos de prosperidade.
 5. Alguns autores sustentam que o keynesianismo prático, isto é, a geração de déficits fiscais financiados pela emissão de moeda com a finalidade de expandir o emprego e o produto (e, obviamente, vencer as eleições) é anterior ao livro de Keynes. Paul Johnson, por exemplo, sugere - e documenta fartamente com dados estatísticos - que a década de 20 nos Estados Unidos foi uma década keynesiana, caracterizada pelas políticas públicas expansionistas dos presidentes Harding, Coolidge e Hoover. Tais políticas, segundo Johnson - e não a tão propalada "insuficiência de demanda efetiva" - é que teriam paradoxalmente gerado a crise que durou do final dos anos 20 aos primeiros anos da década de 30. Ver Paul Johnson, op.cit., caps. 6 e 7.
 6. Ver, por exemplo, Lucas, Robert, "Some International Evidence on Output-Inflation Tradeoffs", *American Economic Review*, Vol.63, nº 3, junho de 1973.
 7. Mises, L. von, "The Theory of Money and Credit", Yale University Press, New Haven, 1953, publicado originalmente em 1912, em alemão, com o título "Theorie des Geldes und der Umlaufsmittel".

8. Ver, por exemplo, Hayek, F.A., "Money, Capital & Fluctuations - Early Essays", coletânea dos primeiros ensaios de Hayek, The University of Chicago Press, Chicago, 1984.

9. Hayek, F.A., "Desemprego e Política Monetária", José Olympio/ Instituto Liberal, Rio de Janeiro, 1985.
10. Esta correlação negativa de curto prazo entre taxas de crescimento dos preços e taxa de desemprego é conhecida, na literatura macroeconômica convencional, como Curva de Phillips.
11. Alexander Hamilton, John Jay e James Madison, "The Federalist", n° 51, Modern Library, New York, 1941, pág.339.
12. Ver, por exemplo, Hayek, F.A., "El Ideal Democrático y la Contención del Poder" in: Estudios Públicos, n° 1, Santiago, Dezembro de 1980.
13. A definição de Estado Mínimo tem sido objeto de extensa literatura. Devemos ressaltar que o "tamanho" ideal do Estado varia de acordo com cada sociedade. Por exemplo, o Estado brasileiro deve ser "maior" que o belga e menor que o chinês. Ver, por exemplo, Guy Sorman, "O Estado Mínimo", Instituto Liberal, Rio de Janeiro, 1988 e Robert Nozick, "Anarquia, Estado e Utopia", Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 1991.
14. Popper, K., "La Sociedad Abierta y sus Enemigos", Paidós, Barcelona, 1982.
15. O partido que se diz defensor e representante dos trabalhadores, na realidade, tem conteúdo muito mais ideológico do que doutrinário, assim como aqueles cujas siglas contêm a palavra "liberal" têm revelado um caráter na maioria das vezes anti-liberal.
16. Bauer, P.T., "Dissent on Development", Weidenfeld and Nicolson, Londres, 1971.
17. Novak, M., op. cit., pág. 216 e seguintes.
18. Johnson, P., op. cit., cap. 1.
19. Chafuen, A.A. "Christians for Freedom - Late Scholastic Economics", Ignatius Press, San Francisco, 1986, traduzido pelo próprio autor para o espanhol, com o título "Economia y Etica - Raíces Cristianas de la Economia de Libre Mercado", Rialp, Madri, 1991.
20. Ferrater Mora, J., "Diccionario de Filosofia", Sudamericana, Buenos Aires, 1975, tomo II, págs. 232-235 (citado por Chafuen, pág. 38).
21. Alcalá Zamora, "Pensamentos e Citações".

22. Johnson, P., "Os Intelectuais", Imago, Rio de Janeiro, 1990.
23. Novak, M., op. cit. pág. 193.
24. João Paulo II, Carta Encíclica "Centesimus Annus", Loyola, São Paulo, 1991, nº 48, pág. 65.
25. Citado por Michael Novak, "This Hemisphere of Liberty: A Philosophy of the Americas", AEI Press, Washington, 1992, pág.85.

CAPÍTULO 1

- * Hayek, F.A., "Law, Legislation and Liberty", vol.I "Rules and Order", The University of Chicago Press, Chicago, 1983, cap.1, pág.15.
1. Oliva, A. "Entre o Dogmatismo Arrogante e o Desespero Cético (A Negatividade como Fundamento da Visão de Mundo Liberal)", Instituto Liberal, Rio de Janeiro, 1993.
 2. Hayek, F.A., "Law, Legislation and Liberty", vol.I, pág.5
 3. Menger, C., "Problems of Economics and Sociology", Scheider, Urbana, University of Illinois, traduzido para o inglês por F.J. Nock do original em alemão de 1883.
 4. Ver, por exemplo, Ludwig von Mises, "Ação Humana - Um tratado de Economia", Instituto Liberal, Rio de Janeiro, 1990.
 5. Hayek, F.A., "New Studies in Philosophy, Politics and the History of Ideas", Routledge & Kegan Paul, 1978.
 6. Oliva, A., op.cit., item 1.
 7. Para um interessante mergulho no tema da liberdade, sugerimos ao leitor o estudo de três textos que, dentre inúmeros, podem ser considerados muito interessantes. O primeiro é o clássico "Sobre a Liberdade", de John Stuart Mill (Vozes, Petrópolis, 1991); o segundo, "Quatro Ensaios sobre a Liberdade", de Isaiah Berlin (UNB, Brasília, 1981) e o terceiro, "Os Fundamentos da Liberdade", de F.A. Hayek (São Paulo/Brasília, Visão/UNB, 1983).
 8. "Pois, liberdade significa ser livre de restrições e de violências perpetradas por terceiros. Daí não poder existir onde não há lei". (Locke, J., "Two Treatises on Civil Government", Routledge, Londres, 1952, pág.37).

9. Isaiah Berlin, op.cit., pág.145
10. Hayek, F.A., "New Studies", pág. 134.
11. Hayek, F.A., "Os Fundamentos da Liberdade", cap.5.
12. Tácito, "Anais", III, 27.
13. Sartori, G., "La Libertad y la Ley", in: Libertas, nº 5, outubro de 1986, Ano III, Eseade, Buenos Aires, págs. 3/50.
14. Battaglia, Felice, "Alcune Osservazioni sulla Struttura e sulla Funzione del Diritto" e Sforza, W. Cesarini, "Ius et Directum - Note sull'Origine Storica dell'Idea di Diritto", citados por Sartori (op.cit., pág.41).
15. Bastiat, F., "A Lei", José Olympio/Instituto Liberal, Rio de Janeiro, 1987.
16. Oliva, A., op.cit., cap.1.
17. Payne, T., "Os Direitos do Homem", Vozes, Petrópolis, 1989.
18. Ver, p.ex., Hayek, F.A., "The Fatal Conceit - The Errors of Socialism", ed. por W.W. Bartley III, Univ. de Chicago, Chicago, 1988.

CAPÍTULO 2

- * Mises, L. von, "Uma Crítica ao Intervencionismo" (publicado originalmente em 1929, por Gustav Fisher, em Jena e Stuttgart, com o título Kritik des Interventionismus), Instituto Liberal, Rio de Janeiro, s/data, pág.101. Mises usava as designações liberalismo social, social-democracia, economia de mercado socialmente controlada e socialismo de cátedra como sinônimos, na medida em que todas expressam a crença explícita em uma "terceira via", um misto de capitalismo e socialismo. Um aspecto sem dúvida notável em Mises, bem como em Hayek, é que, ainda nos anos 20 - em plena fase de implantação do chamado "socialismo real", portanto - ambos já mostravam porque tal sistema não seria viável, bem como a "terceira via" que, na década seguinte, receberia na teoria econômica a designação de keynesianismo. Liberalismo social e democracia social, conforme mencionamos na Introdução, são, no entendimento da Escola Austríaca, expressões redundantes, uma vez que não se pode conceber liberalismo nem democracia que não sejam sociais.

1. Hayek, F.A., "Os Fundamentos da Liberdade", pag.20.
2. Ver, por exemplo, o volume I ("Rules and Order") cap.1, págs.8/34, da trilogia "Law, Legislation and Liberty", referida na nota relativa à epígrafe do capítulo anterior.
3. Ibid., págs. 22/24.
4. Ibid., especialmente caps. 2,5 e 6 e também no ensaio "The Confusion of Language in Political Thought" (in: Hayek, F.A., "New Studies in Philosophy, Politics, Economics and the History of Ideas, The University of Chicago Press, Chicago, 1978.

5. Para uma excelente exposição dos contrastes entre as sociedades livres e as totalitárias, recomendamos o volume 6 da série Pensamento Liberal, "Entre os Cupins e os Homens", de Og F. Leme, editado pela José Olympio, em conjunto com o Instituto Liberal do Rio de Janeiro, em 1988. (Em especial, o quadro sinótico das diferenças, págs. 46/47. A citação está na página 48).
6. Kirzner, I., "Competição e Atividade Empresarial", Instituto Liberal, Rio de Janeiro, 1986, especialmente os capítulos I e II e Kirzner, I., "The Meaning of Market Process - Essays in the Development of Modern Austrian Economics", Rizzo, M. e White, L. (eds), Routledge, New York, 1992.
7. Hayek, F.A., "Law, Legislation and Liberty", vol.2, "The Mirage of Social Justice", págs. 128/129.
8. Mises, L. von, "Ação Humana", pág. 846.
9. Mises, L. von, "Socialism", Liberty Class, Indianapolis, 1981. Ver, também do mesmo autor, "Uma Crítica ao Intervencionismo" e "Ação Humana" (5ª e 6ª partes, caps. XXV a XXXV).
10. Zanotti, Gabriel, "Introduccion a la Escuela Austriaca de Economia", Centro de Estudios sobre la Libertad, Buenos Aires, 1981, págs. 151/152.
11. São Paulo, II Cor., 3,17.
12. Hayek, F.A., "O Caminho da Servidão", Instituto Liberal, Rio de Janeiro, 5ª ed., 1990.
13. Rothbard, M.N., "Power & Market", Sheed, Andrews & Mc Meel, Kansas City, 2ª ed., 1977, pág. 237.
14. Rothbard, M.N., "The Anatomy of the State", in: Machan, T.R. (ed.), "The Libertarian Alternative", Nelson Hall, Chicago, 1974, pág. 70.

CAPÍTULO 3

- * O'Driscoll, G.P. & Rizzo, M., "The Economics of Time and Ignorance", Basil Blackwell, New York, 1985, cap. 1, pág. 2.
1. Ibid, pág. 52 (grifo dos autores)
 2. Ibid, pág. 55.
 3. Frowen, S.(ed), "Business, Time and Thought - Selected Papers of "G.L.S.Shackle", Mac Millan, Londres, 1988,pag.23.

CAPÍTULO 4

- * Hayek, F.A., "Economics and Knowledge", *Economica*, 4, 33-54, 1937, pág.117.
1. Smith, A., "Inquérito sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações", Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1987 (2ª ed.).
 2. A denominação "escola anglo-americana" pode ser atribuída a Mises, que a utilizou, por exemplo, em "Epistemological Problems of Economics", New York University Press, Nova York, ed. de 1981.
 3. Menger, C., "Princípios de Economia Política", Nova Cultural, São Paulo, 1988 (3ª ed.).
 4. Para uma síntese dessa teoria ver: Böhm-Bawerk, E., "A Teoria da Exploração do Socialismo Comunismo" (extraído de: "Capital e Juro de Capital), José Olympio/Instituto Liberal, Rio de Janeiro, 1987.
 5. Ver nota nº 4 do capítulo 1.
 6. Ver nota nº 12 do capítulo 2.
 7. Mises, "Ação Humana", pág. 96.
 8. Mises, *ibid.*, pág. 236.
 9. Mises, *ibid.*, pág. 242.
 10. São Bernardino de Sena, "Opera Omnia" (Veneza, 1591), livro IV, Sermão XXX, pág. 136, citado por Chafuen, *op. cit.*, pág. 105.
 11. São Bernardino de Sena, *ibid.*, livro II, Sermão XXV, pág. 335.
 12. Rothbard, M., "New Light on the Prehistory of the Austrian School", in: Dolan, E. (ed.), "The Foundations of Modern Austrian Economics", Sheed & Ward, Kansas City, 1976, 2ª parte, pág. 53.
 13. Río, Manuel, "El Precio Justo: Uma Coincidência del Liberalismo y del Tomismo", in: La Prensa, Buenos Aires, 28/10/1974.
 14. Chafuen, A., *op. cit.*
 15. Schumpeter, J., "A History of Economic Analysis", Oxford Univ. Press, Nova York, 1954.

16. Zanotti, G., op. cit., págs. 34/35.
17. Sarjanovic, Ivo A., "El Mercado como Proceso: Dos Visiones Alternativas", in: Libertas, n° 11, ano VI, outubro de 1989, ed. pela Eseade, Buenos Aires, pág. 172.
18. Langlois, R.N., "Knowledge and Rationality in the Austrian School: an Analytical Survey", Eastern Economic Journal, IX, n° 4, out./dez. de 1985.
19. Kirzner, I., "The Entrepreneurial Role in Menger's System", "Perception, Opportunity and Cost", The University of Chicago, 1979, págs. 53/75.
20. Jaffé, W., "Menger, Jevons and Walras De-Homogenized", in: D. Walker (comp.), "W.Jaffé's Essays on Walras", Cambridge University Press, Cambridge, 1983, págs. 311/325; Alter, M., "Carl Menger and Homo Economicus: Some Thoughts on Austrian Theory and Methodology", Journal of Economic Theory, XVI, n° 1, março de 1982, págs. 149/160 e O'Driscoll, G.P.Jr., "Money Menger's Evolutionary Theory", History of Political Economy, 18, n° 4, 1986, págs. 601/616.
21. Mises, L. von, "Notes and Recollections", South Holland, Libertarian Press, 1978, págs. 36/37.
22. Hayek, F.A., "The Use of Knowledge in Society", in: Individualism and Economic Order", The University of Chicago Press, Chicago, 1948, págs. 77/91.
23. Até este momento, a única obra de Kirzner traduzida para o português é "Competição e Atividade Empresarial" (ver nota 6 do capítulo 2). No entanto, tem escrito muitos trabalhos sobre esse relevante tema; um deles é "The Meaning of Market Process" (refs. na nota 6 do 2° capítulo).
24. Sarjanovic, I.A., op.cit., pág. 185.
25. Lachmann, L.M., "The Market as an Economic Process", Basil Blackwell, Nova York, 1986, pág. X.
26. Lachmann, L.M., "Austrian Economics in the Present Crisis of Economic Thought", in: "Capital, Expectations and the Market Process", de Lachmann, Institute for Humane Studies, Menlo Park, 1977, pág.39.
27. Shackle, G.L.S., "Epistémica y Economía", Fondo de Cultura Economica, México, 1972, pág. 449.
28. Kirzner, I., "Perception, Opportunity & Profit", Chicago University Press, Chicago e Londres, 1979, pág. 8.

29. Shackle, G.L.S., op.cit., pág.75.

CAPÍTULO 5

- * Lal, Deepak, "A Pobreza das Teorias Desenvolvimentistas", Instituto Liberal, Rio de Janeiro, 1987, pág. 131.
1. Buchanan, James M., "Public Goods and Natural Liberty", in: Wilson, T. e Skinner, A.S., "The Market & The State", Oxford University Press, Oxford, 1978, págs. 275/276.
 2. Hayek, F.A., "Law, Legislation and Liberty", vol.2, cap.9, págs.62/106 (especialmente o apêndice - págs.101/106).
 3. Rothbard, M., "Man, Economy and State", Nash, Los Angeles, 1970 (2ª ed.) págs. 883/890.
 4. Rothbard, *ibid.*, págs.886/890.
 5. Mishan, E.J., "The Spill-Over Enemy", in: "Encounter", dez. 1969.
 6. Rothbard, *ibid.*, pág. 156.
 7. Buchanan, J.M., "Is Economics the Science of Choice?", in: Streissler, E., "Roads to Freedom", Routledge & Kegan, Londres, 1969, págs. 56/62.
 8. Russell, B., "Political Ideals", Unwin, Londres, ed. de 1963, pág. 24.
 9. Chafuen, A., *op. cit.* (ed. espanhola) págs. 49/71.
 10. Lucas, J.R., "Liberty, Morality and Justice", in: "Cunning, R.L. (ed.), "Liberty and the Rule of Law", Texas A. & M. University Press, Londres, 1979, págs. 157 e segs.
 11. São Bernardino, "Opera Omnia", livro II, pág. 319.
 12. Rothbard, *ibid.*, pág 590.
 13. Mises, "Ação Humana", págs. 352/390.
 14. Rothbard, "Power & Market", cap. 2, pág. 11.
 15. Hazlitt, H., "Economia Numa Unica Lição", José Olympio/ Instituto Liberal, Rio de Janeiro, 1987 (3ª ed.).
 16. Guasti, A. (ed.), "Bastiat", Instituto Liberal, Rio de Janeiro, 1989, pág. 19.

CAPÍTULO 6

- * Robertson, D.H., "Mr. Keynes and the Rate of Interest", in: "Essays in Monetary Theory", King & Son, Londres, 1940, pág. 25 (colchetes nossos).
1. Böhm-Bawerk, op. cit.
 2. Taylor, Thomas C., "The Fundamentals of Austrian Economics", Adam Smith Institute/Carl Menger Society, Inglaterra, s/ data (publicado originalmente em 1980, pelo Cato Institute), pág. 2.
 3. Böhm-Bawerk, E., "Positive Theory of Capital", vol. 2 ("Capital and Interest"), Libertarian Press, South Holland, 1959.
 4. Rothbard, M.N., "O Essencial Von Mises", José Olympio/ Instituto Liberal, Rio de Janeiro, 1988, págs. 19/20.
 5. O'Driscoll, Gerald P. e Shenoy, Sudha R., "Inflation, Recession and Stagflation", in: Dolan, E. (ed.): "The Foundations of Modern Austrian Economics", Sheed & Ward, Kansas City, 1976.
 6. Kirzner, I., "The Theory of Capital", in: Dolan, E., ibid.
 7. Hicks, John R., "Capital and Time: A Neo-Austrian Theory", Clarendon press, Oxford, 1973 e "Capital Controversies: Ancient and Modern", American Economic Review 64, maio de 1974, págs. 307/316.
 8. Clark, John B., "The Distribution of Wealth" (1989), reeditado por Kelley & Millman, Nova York, 1956, pág. 117.
 9. Knight, Frank H., "Capital, Time, and the Interest Rate", Economica 1, agosto de 1934, pág. 259.
 10. Hayek, F.A., "The Mythology of Capital", Quarterly Journal of Economics 50, fevereiro de 1936, págs. 199/228.
 11. Dolan, E., "Austrian Economics as Extraordinary Science", in: Dolan, E. (ed.), op. cit., págs. 10/11.
 12. Hayek, F.A., "Prices and Production", Routledge & Sons, Londres, 1935 (2^a ed.).
 13. Lachmann, Ludwig M., "On Austrian Capital Theory", in: Dolan, E. (ed.), op. cit., pág. 149.

CAPÍTULO 7

- * Citado por Raymond de Roover, "San Bernardino of Siena and Sant'Antonio of Florence: The Two Great Economic Thinkers of the Middle Ages", Kress Library of Business and Economics, Boston, 1967, págs. 23/24.
1. Zanotti, G., op. cit., pág. 101.
 2. Ver, por exemplo, Frank Knight, "Inteligência & Ação Democrática", Instituto Liberal, Rio de Janeiro, 1989, especialmente o cap. I.
 3. Para uma análise simples e bastante clara dos efeitos nocivos das políticas salariais no Brasil, ver "Constituição, Lei e Salário", em "Notas", nº 7, Instituto Liberal, Rio de Janeiro, março de 1991.
 4. A respeito da invasão do sistema político sobre o econômico, ver Novak, M., op. cit. e, também, Novak, M., "Será a Liberdade?", Nordica, Rio de Janeiro, 1992.
 5. Ver o cap. 9 sobre a Teoria Austríaca dos Ciclos.
 6. Zanotti, G., op. cit., pág. 113.
 7. "O Direito de Greve", em "Notas", nº 4, Instituto Liberal, Rio de Janeiro, dezembro de 1990.

CAPÍTULO 8

- * Chafuen, A., op. cit., pág. 83.
1. Zanotti, G., op. cit., pág. 122.
 2. Calhoun, J.C., "A Disquisition on Government", Liberal Arts Press, New York, 1953, págs. 16/18.
 3. Rothbard, M.N., "Power & Market", cap. 4, pág. 85.
 4. Para Rothbard, apenas dois tipos de receita tributária estariam em consonância com a neutralidade e com uma economia de mercado: as multas sobre qualquer ato criminoso e a venda de produtos fabricados por prisioneiros, uma vez que ambas são métodos de fazer com que os criminosos pagassem os custos de sua manutenção em presídios. Não seria interessante um debate de Rothbard com a barulhenta turma dos "direitos humanos"?

5. Em seu famoso livro "Anarquia, Estado e Utopia" (ver nota nº 13 da Introdução).
6. "A Economia Numa Única Lição" (ver nota nº 15 do cap. 4), pág. 19.
7. De Soto, H., "El Otro Sendero", citado por Novak, M., "Será a Liberdade?", págs. 197/198.
8. Dahrendorf, R., "O Conflito Social Moderno - Um Ensaio Sobre a Política da Liberdade", Jorge Zahar/Edusp, Rio de Janeiro/ São Paulo, 1992.

CAPÍTULO 9

- * Smith, A., op. cit., citado por Hazlitt, H., op. cit., pág. 52.
1. Zanotti, op. cit., pág. 130.
 2. Para uma leitura técnica sobre o balanço de pagamentos, sugerimos ao leitor os textos convencionais; um bastante claro, por exemplo, é o capítulo sobre o assunto em Macroeconomia, de Mario Henrique Simonsen, Rio de Janeiro, APEC, 1974.
 3. Zanotti, op. cit., pág. 133.
 4. Hazlitt, H., op. cit., pág. 61.
 5. A não ser que aceitemos as teses "caleidoscópicas" de Lachmann.
 6. Ibid., pág. 52.
 7. Tal tese, que a evidência internacional refutou, alcançou grande popularidade nas décadas de 50 e 60, através dos economistas da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina), liderados por Raul Prebisch.
 8. A teoria da dependência foi aplicada à sociologia por Fernando Henrique Cardoso, nos anos 60 e 70 e foi adotada por diversos "teólogos" da libertação latino-americanos, como Juan Luís Segundo, Gustavo Gutierrez, Ernesto Cardenal e Leonardo Boff.
 9. Lal, D., op. cit., pág. 99.
 10. A respeito desse falso dilema, recomendamos diversos artigos de Roberto Campos, especialmente "O Festival dos Paradoxos", publicado em 07/10/1990, nos jornais "O

Globo", "O Estado de São Paulo" e "Jornal do Comercio", que revela a habitual clarividência do autor.

CAPÍTULO 10

- * O'Driscoll, Jr., G.P. e Shenoy, S.R., "Inflation, Recession and Stagflation", in: Dolan, E. G. (ed.), op. cit., pág. 205.
1. Rothbard, M.N., "The Austrian Theory of Money", in: Dolan, E. G., op. cit., pág. 160, parêntesis nossos.
 2. Ver, p. ex., a edição americana, "The Theory of Money and Credit", Yale Univ. Press, New Haven, 1953, 3º ed. Ver, alternativamente, em português, Mises, L. von, "Ação Humana", 4ª parte, cap. XVII.
 3. Rothbard, M.N., "Ludwig von Mises: Scholar, Creator, Hero", L. von Mises Institute, Auburn University, Alabama, 1988, pág. 12 e segs.
 4. Ibid., pág. 19.
 5. Ver, por exemplo, Hayek, F., "A Tiger by the Tail: The Keynesian Legacy of Inflation", Cato Paper nº 6, Cato Institute, San Francisco, 1979, bem como Hayek, F., "Desemprego e Política Monetária", Instituto Liberal/José Olympio, Rio de Janeiro, 1985.
 6. Rothbard, M.N., "The Austrian Theory of Money", págs. 163/164.
 7. Shand, A.H., "The Capitalist Alternative: An Introduction to Neo Austrian Economics", New York Univ. Press, New York/ London, 1984, pág. 163.
 8. Mises, L. von, "As Seis Lições", Instituto Liberal, Rio de Janeiro, 1989 (3ª ed.), pág. 52.
 9. Hayek, F.A., "Desestatização do Dinheiro", Instituto Liberal, Rio de Janeiro, 1986.
 10. Hayek, F.A., "New Studies" (ver nota nº 5 do cap. 1), pág. 221.
 11. Para uma análise introdutória do monetarismo, ver, por exemplo, Iorio de Souza, U.J. "Macroeconomia e Política Macroeconômica", Ibmec, Rio de Janeiro, 1984.
 12. Mises, L. von, "As Seis Lições".
 13. Hayek, F.A., "Desemprego e Política Monetária".

14. O'Driscoll, Jr., G.P. e Shenoy, S.R., op. cit., pág. 196.

CAPÍTULO 11

* Skousen, M. "The Structure of Production", NYU Press, New York, 1990, pág. 316.

1. Hayek, F.A., "Prices and Production", Augustus M. Kelly, New York, 1931.
2. Recomendamos ao leitor a leitura dos seguintes trabalhos de Roger W. Garrison a respeito da Teoria Austríaca dos Ciclos e dos Triângulos de Hayek: Garrison, R.W., "Hayekian Triangles and Beyond", in: Birner, J. e van Zijp (eds.), "Hayek, Co-Ordination and Evolution - His Legacy in Philosophy, Politics, Economics and the History of Ideas", Routledge, New York, 1984; "The Hayekian Trade Cycle Theory: a Reappraisal", Cato Journal, vol. 6, no. 2, (Fall) 1986, págs.437-53; "The Austrian Theory of Business Cycle in the Light of Modern Macroeconomics", Review of Austrian Economics, vol.3, 1988, págs.3-29; "Austrian Macroeconomics: a Diagrammatical Exposition", in : Spadaro, L.(ed.), "New Directions in Austrian Economics", Kansas City, Sheed, Andrews & McMeel, 1978, págs. 167-204; "Intertemporal Coordination and the Invisible Hand: an Austrian Perspective on the Keynesian Vision", History of Political Economy, vol. 17, no. 2, (Summer) 1985, págs.309-319; "Time and Money: The Universals of Macroeconomic Theorizing", Journal of Macroeconomics, vol.6, no.2, (Spring 1984), págs 197-213 e Garrison, R.W. e Bellante, Don, "Phillip's Curves and Hayekian Triangles: Two Perspectives on Monetary Dynamics", History of Political Economy, vol.20, no.2, 1988 págs. 207-234.
Ver , também, O'Driscoll, G.P., "Economics as a Co-ordination Problem: The Contribution of Friedrich A.Hayek", Sheed, Andrews & McMeel, Kansas City, 1977, cap.4, págs.66-91.
3. Machlup, F., "Hayek's Contributions to Economics", in:Machlup (ed.), "Essays on Hayek ",Hillsdale, MI. 1976, pág.23.
4. Peter Rosner, em artigo recente, questiona se a teoria hayekiana é de fato "austriaca". (Rosner, P., "Is Hayek's Theory of Business Cycles an Austrian Theory?", in: Birner e van Zijp, op. cit., págs. 51-66). A nosso ver, seu argumento peca por não reconhecer o processo de mercado.

5. Garrison, Roger W., "Public-Sector and Private Sector Performance", in: White, L.H. (ed.) "The Crisis in American Banking", NYU Press, New York, 1993, págs.29-54.

CAPÍTULO 12

- * Novak, M., "Será a Liberdade?", pág. 79.
- 1. Ibid., pág. 80, comentando as implicações sobre o crescimento da parábola de Mt. 19:24.
- 2. Ver Deepak Lal, op. cit.
- 3. Mises, "As Seis Lições", pág. 60.
- 4. Denison, F.A., "The Sources of Economic Growth", New York, OECD (s/data) e "Why Growth Rates Differ", Washington, The Brookings Institution, 1967.
- 5. Jorgenson, D.W., "The Development of a Dual Economy", Economic Journal, julho de 1961, págs. 309/334.
- 6. Langoni, C.G., "As Causas do Crescimento Econômico do Brasil", APEC, Rio de Janeiro, 1974.
- 7. Mises, L. von, "The Ultimate Foundation of Economic Science", Sheed, Andrews & Mc Meel, Kansas City, 1978, pág. 84 (parêntesis nossos).
- 8. Novak, M., op. cit., pág. 135 e segs.
- 9. Ibid., pág. 120.
- 10. Ibid., pág. 120.
- 11. Ibid., pág. 112 (parodiando Gen. 1,2)

CAPÍTULO 13

- * Hayek, F.A., "Law, Legislation and Liberty", vol.2: "The Mirage of Social Justice", pág. 97.
- 1. Rothbard, M.N., "Power & Market", pág. 222.
- 2. Uma análise extraordinariamente bem feita sobre o capital humano e seus impactos positivos sobre o crescimento e a distribuição é o conhecido "Human Capital", de Gary S. Becker, New York, NBRE, 1964 (especialmente os caps. 1,2 e 3).

3. Friedman, Milton & Rose, "Liberdade de Escolher: O Novo Liberalismo Econômico" Record, Rio de Janeiro, s/ data, cap.6, pág. 187.
4. Guimarães, O., "Você É o Dono da Escola", Posigraf, Curitiba, 1990.
5. Hayek, F.A., "The Fatal Conceit" (ver nota n° 18 do cap. 1), págs. 115/116.
6. Hayek, F.A., "Whats is "Social"?", in: "Studies in Philosophy, Politics and Economics", Chicago University Press, Chicago, 1967, pág. 70.
7. Shand, A.H., op. cit., pág. 213.
8. Hayek, F.A., "Studies in Philosophy, Politics and Economics", págs. 242/243.
9. Merquior, J.G., "O Liberalismo - Antigo e Moderno", Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1991, citado por Roberto Campos no Prefácio, pág. 9.
10. Ibid., pág. 12.
11. Ver, p. ex., Hayek, F.A., "O Caminho da Servidão, cap. 10, "Porque os Piores Chegam ao Poder".
12. Hayek, F.A., "Law, Legislation and Liberty", vol. 3: "The Political Order of a Free People", pág. 150.

CAPÍTULO 14

- * Buchanan, J.M., "The Moral Dimension of Debt Financing", in: "Liberty, Market and State - Political Economy in the 1980s", Harvester Press, London, 1986, pág. 189. (colchetes nossos).
1. Ver, p. ex., Buchanan, J.M., "Economists on the Deficit", op. cit., págs. 222/226.
 2. Chafuen, A., op. cit., e Novak, M., ops. cites. (ver notas n° 19, 1, 17 da Introdução).
 3. Johnson, Paul, ops. cites. (ver notas n° 1 e 22 da Introdução).
 4. Hayek, F.A., "The Political Order of a Free People" (especialmente o Epílogo), in: "Law, Legislation and Liberty", vol. III.
 5. Ver Buchanan, J.M. e Wagner, R.E., "Democracy in Deficit", Academic Press, New York, 1977 e Buchanan,

- J.M., "Public Debt and Capital Formation", in: "Liberty, Market and State", pág. 196.
6. Johnson, P., "Tempos Modernos", págs. 23/24 e 136/140.
 7. Ver, por exemplo, a tese de doutoramento de A. Kandir, na Unicamp, para uma explicação dessa teoria da "fragilidade financeira do Estado". Curiosamente, apesar de ser uma tese que pretende discutir a "dinâmica da inflação", simplesmente não há referências (a não ser em um rodapé) sobre a política monetária, como se fosse possível entrar no mar sem se molhar.
 8. Sargent, T.J., "Reaganomics and Credibility", in "Sargent, T.J. (ed.), "Rational Expectations and Inflation", Harper & Row, New York, 1986.
 9. Sargent, T.J. e Wallace, N., "Some Unpleasant Monetarist Arithmetic", in: "Rational Expectations and Inflation".
 10. Ver, a respeito, García, V.F., "La Escuela de Chicago", in: Libertas, vol.3, nº 4, Buenos Aires, Mayo 1986.
 11. Friedman, M., "A Monetary and Fiscal Framework for Economic Stability", American Economic Review, junho de 1948.
 12. Friedman, M., "A Program for Monetary Stability", Fordham University Press, 1959.
 13. Friedman, M., "The Lags in Effects of Monetary Policy", Journal of Political Economy, vol. 69, nº 5, 1961.
 14. Friedman, M., "Monetary Policy Structures", in: "Candid Conversations on Monetary Policy", House Republican Research Committee, Washington, 1984.
 15. Ver, p. ex., Brown, Pamela, "Constitución o Competência: Enfoques Alternativos Sobre Reforma Monetária", Libertas, vol.2, nº 2, mayo 1985.
 16. Sargent, T.J. e Wallace, N., op.cit.
 17. Friedman, M., "The Role of Monetary Policy", American Economic Review, vol.58, nº 1, março de 1968.
 18. Cagan, P., "The Monetary Dynamics of Hyperinflation", in: Friedman, M. (ed.), "Studies in the Quantity Theory of Money", University of Chicago Press, Chicago, 1956.
 19. Nozick, R., "Anarquia, Estado e Utopia" (ver nota nº 13 da Introdução), pág. 170.

20. Hayek, F., "Profits, Interest and Investment and Other Essays on the Theory of Industrial Relations", 1939, reimpresso por Augustus M. Kelley, New York, 1969, págs. 63/64 (notas).

CAPÍTULO 15

- * Hayek, F.A., "Desemprego e Política Monetária", pág. 80.
1. Mises, L., "As Seis Lições", pág. 52 (parêntesis e grifos nossos).
 2. Shapiro, E., "Análise Macroeconômica", Atlas, São Paulo, 1978, cap. 23. Trata-se de um dos mais conhecidos e difundidos textos de macroeconomia, que contribuiu, juntamente com boa parcela do que se escreveu sobre o assunto, para disseminar a falácia "do que se vê" entre estudantes de economia e economistas, entre os quais dezenas já exerceram ou exercem cargos nos governos de muitos países, com duas conseqüências: (a) levam o público a aceitar a falsa idéia de que há "tipos" de inflação e (b) quando chegam a ministros, obviamente, "combatem" um inimigo que sequer conhecem ...
 3. Harberger, A., "Uma Visão Moderna do Fenômeno da Inflação", RBE vol.1, Ibre/FGV, Rio de Janeiro, jan-mar. 1978.
 4. Ver, por exemplo, "A Cura da Inflação", in: "Liberdade de Escolher: o Novo Liberalismo Econômico", de Milton e Rose Friedman.
 5. Mises, L., op.cit., págs. 54/55.
 6. Ibid., pág. 69.
 7. Friedman, M. & R., op.cit., págs. 268/269.
 8. Ver a demonstração desse argumento em Sargent & Wallace, op. cit.
 9. Végh, Carlos A., "Stopping High Inflation", in: IMF Staff Papers, vol.329, nº 3, sept. 1992.
 10. Bresciani-Turroni, C., "Economia da Inflação: O Fenômeno da Hiperinflação Alemã nos Anos 20", Expressão e Cultura, Rio de Janeiro, 1989.
 11. Sargent, T., "The Ends of Four Big Inflations", in: Sargent (ed.), "Rational Expectations and Inflation".

12. Kiguel, M. e Liviatan, N., "Inflationary Rigidities and Orthodox Stabilization Policies: Lessons from Latin America", in: The World Bank Economic Review, vol.2, Sept. 1988.
13. Ver Olivera, J.H.G., "Money, Prices and Fiscal Lags: A Note on the Dynamics of Inflation", Banco Nazionale del Lavoro Quarterly Review, n° 82, 1967, págs. 258/267 e Tanzi, V., "Inflation, Lags in Collection, and The Real Value of Tax Revenue", IMF Staff Papers, vol.24, n° 1, 1977, págs. 154/67. O "efeito Olivera-Tanzi" foi antecipado por Bresciani-Turroni (ver nota n° 10) em 1937.
14. Sargent, T., op.cit.
15. Végh, C., "Stopping High Inflation: An Analytical Overview", IMF Working Paper 91/107, Washington, nov. 1991.
16. Ver "Notas", n° 5, Instituto Liberal, Rio de Janeiro, jan. 1991, págs. 1/2.
17. Mariana, Juan, "Tratado Sobre la Moneda de Vellón", in: Biblioteca de Autores Españoles, Rivadeneyra, vol.31, Ed. Atlas, Madri, 1950, pág. 578.
18. Ibid., pag. 586.

CAPÍTULO 15

1. Leme, Og F., "Esquerda e Direita", in: IL Notícias, n° 13, dezembro de 1992.
2. Ibid., parêntesis nossos.
3. Ver "Combate à Pobreza", in: "Notas", n°s 22 e 23, Instituto Liberal, Rio de Janeiro, jan. e fev. 1993.
4. Ibid.
5. Novak, M., "O Espírito do Capitalismo Democrático" (ver nota n° 1 do cap. 1).
6. Chafuen, A., op.cit. As influências mais fortes sobre Smith foram as de Hugo Grotius, John Locke, Samuel von Pufendorf e Francis Hutcheson.
7. Novak, M., "Será a Liberdade?", pág. 309.
8. Bastiat, F., "A Lei" (ver nota n° 15 do cap.1).

9. "Combate à Pobreza", in: "Notas".
10. Ibid. (grifo nosso).
11. Rector, R., "The Paradox of Poverty: How We Spent \$ 3.5 Trillion Without Changing the Poverty Rate", Heritage Lectures, n° 410, Heritage Foundation, Washington, DC.
12. Greenawalt II, C.E., "Approaches to State Welfare Reform in the 1990's", Commonwealth Foundation, jun. 1992.
13. "Combate à Pobreza", parêntesis nossos.
14. Piñera, J., "Experiência Econômica no Chile", Instituto Liberal, Rio de Janeiro, março de 1990.
15. Castañeda, T., "Para Combatir la Pobreza", Centro de Estudios Públicos, Santiago, 1990.
16. "Será a Liberdade?", págs. 318-319.
17. Ratzinger, J., "Liberdade e Libertação Cristãs", Vaticano, 5/4/1986.
18. São Paulo, II Cor., 3,17.

EPÍLOGO

- (*) Sorman, Guy, "A Solução Liberal", José Olympio, Rio de Janeiro, 1987, pág. 199.
1. Jornal do Brasil, 2/11/92.

4a. CAPA

"Subjetivismo; não agregação; não mensuração; lógica aplicada; respeito aos direitos fundamentais do ser humano. Estes são alguns dos ingredientes da "Escola Austríaca de Economia". São, também, os componentes básicos do livro do Prof. Iorio, tratados por ele de maneira competente, simples e didática."

- Og. F. Leme, Diretor Executivo do Conselho dos Institutos Liberais.

"Muito oportuna a publicação do livro do Prof. Ubiratan, em particular no momento presente, em que as considerações éticas não devem ser esquecidas ou ignoradas no debate econômico".

- José Maria R. Ramos, Professor de Economia da FAAPE.

"O livro do prof. Ubiratan aborda com muita propriedade e clareza um tema bastante atual mas muito mal compreendido, como é o caso do liberalismo econômico e suas implicações sociais, éticas, culturais e econômicas."

- Elian Alabi Lucci, Professor e Autor de dezenas de livros didáticos.

"O homem, tendo sido feito à imagem e semelhança do Criador, é um ser livre. Assim, suas ações, bem como os efeitos de suas ações, pertencem ao seu domínio. Esta obra, ao analisar os fenômenos econômicos sob a égide da liberdade, transcende nossa época. Excelente livro, maravilhosa leitura!"

- Benedito de Souza Ribeiro, Professor do Departamento de Análise Econômica da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

"Publicação promissora neste difícil momento da economia brasileira, na medida em que ressalta as virtudes do pensamento econômico livre, sem ser utópico, posto que condicionado às instituições do ideário liberal".

- Francisco de Assis Moura de Melo, Professor do IBMEC e Diretor da Nickel DTVM.

"O livro do Prof. Ubiratan merece ocupar lugar de destaque na literatura econômica contemporânea, entre outras por duas razões fundamentais: 1) por apresentar - pela primeira vez em língua portuguesa - um curso introdutório completo de Economia a partir da ótica da Escola Austríaca; 2) por mostrar a adequação da análise dessa Escola à realidade brasileira, desmistificando a idéia de que teorias desenvolvidas no exterior, em especial nos países

desenvolvidos, não são aplicáveis aos países do Terceiro Mundo"

- Luiz Alberto Machado, Professor de História do Pensamento Econômico da FAAP e Diretor Cultural do Instituto Liberal de São Paulo.

ORELHAS

Em Economia e Liberdade, o Prof. Ubiratan Iorio apresenta pela primeira vez aos leitores brasileiros uma condensação da teoria econômica subjetivista que caracteriza a chamada Escola Austríaca de Economia, mostrando, de forma didática e sistemática, a evolução dessa importante - embora, infelizmente, pouco divulgada - expressão do pensamento econômico, desde seu fundador, Carl Menger, passando por economistas da expressão de Friedrich Wieser e Eugene von Böhm-Bawerk e atingindo a genialidade de um Ludwig von Mises e de um Friedrich von Hayek, até chegar à geração atual de "austríacos", em que despontam, entre outros, os nomes de Israel Kirzner, Gerald O'Driscoll Jr. e Roger Garrison.

Mais que uma síntese, essa obra busca, fundamentalmente, estabelecer uma ponte entre os conceitos básicos do pensamento dos "austríacos", relacionados não só com as instituições políticas, jurídicas e morais, como, igualmente, com a complexa realidade dos problemas nacionais, como o crescimento, a distribuição, o papel do Estado, a inflação e a pobreza.

Apesar de se tratar de um texto técnico, Economia e Liberdade, cuja linguagem é, bastante acessível, é, sobremaneira, recomendável a todos os leitores, ainda que não economistas, que não tenham preconceitos de conhecer um dos pilares do pensamento liberal nos tempos modernos.

UBIRATAN JORGE IORIO DE SOUZA faz parte de uma nova geração de economistas liberais, que vislumbraram, dentro do conteúdo filosófico e de técnico da Escola Austríaca de Economia, a resposta a uma indagação transcendental: o que é a própria ciência econômica? Um determinismo empírico, fundamentado nas ciências naturais, ou um apriorismo lógico, baseado nos princípios que regem toda a ação humana?

Tendo tido uma formação rigidamente neoclássica, o professor Iorio obteve o título de Doutor em Economia na renomada EPGE da Fundação Getúlio Vargas, à época em que Milton Friedman e Robert Lucas, principais expoentes das escolas monetarista e de expectativas racionais, respectivamente, exerciam uma preponderante influência na formação dos seus economistas.

Em 1989, por influência de Og Leme, e de Donald Stewart Jr., veio descobrir, através das obras de Mises e Hayek, que a economia lida com seres humanos e não com objetos inanimados. Sempre incentivado pelas estimulantes conversas com o Prof.

Leme que, juntamente com Roberto Campos, considera um dos ícones do liberalismo no país, o autor pode conhecer e trilhar o seu "Caminho de Damasco" intelectual.

Atualmente, o Prof. Iorio está dedicado à tarefa de implantar no Brasil um núcleo de economistas que utilizem e propaguem a "metodologia austríaca". Essa verdadeira façanha de Hércules está se materializando na Faculdade de Economia e Administração do IBMEC, da qual é Coordenador do curso de Economia e em cujo curriculum existe uma nova opção - a Escola Austríaca, representada pela disciplina "Incerteza, Desequilíbrio e Processo de Mercado" -, ao lado de uma sólida formação técnica neoclássica, especialmente em Teoria Monetária e em Finanças.

Outros livros do autor: "Macroeconomia e Política Macroeconômica" (IBMEC, RJ, 1984), "Uma Análise Econômica do Problema do Cheque sem Fundos do Brasil" (IBMEC/Banco Central do Brasil, RJ, 1985).